

ENIC 2021

Ciência e suas Transversalidades:

Inovações para Sociedade



FAMINAS

ISBN: 978-65-89983-12-5

ANAIS

**XVIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
UNIFAMINAS
XIV ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIFAMINAS**

**Muriaé
2021**

E56 Encontro de Iniciação Científica e Pós-Graduação da Faminas (18.:2021: Muriaé).

Anais do XVIII Encontro Internacional de Iniciação Científica UNIFAMINAS e do XIV Encontro de Pós-Graduação da UNIFAMINAS, 29 e 30 de outubro de 2021, [recurso eletrônico]: Ciência e suas Transversalidades: Inovações para a Sociedade/ Organizado por Alexandre Horácio Couto Bittencourt, Fernanda Cristina Abrão da Rocha, Priscila Antão de Santana, Cristiane Chaves Caldas et al. [realização FAMINAS BH e Centro Universitário FAMINAS], 2021. 196p.

Edição digital.

ISBN: 978-65-89983-12-5

1. ENIC 2021. 2. Inovações. 3. Sociedade. I. Bittencourt, Alexandre Horácio Couto. II. Rocha, Fernanda Cristina Abrão da. III. Santana, Priscila Antão de. IV. Caldas, Cristiane Chaves. V. Título.

CDD 506

Para citar este documento:

ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FAMINAS DA ZONA DA MATA, 18., 2021, Muriaé. **Anais** [...]. Muriaé: FAMINAS, 2021. 213 p. v. 18. Tema: Ciência e suas transversalidades: Inovações para Sociedade. Disponível em: <https://bibliotecadigital.faminas.edu.br/jspui/handle/123456789/47>. Acesso em:

MANTENEDORA: LAEL VARELLA EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA:

Diretor Presidente – Bel. **Lael Vieira Varella Filho**
Diretor Administrativo e Financeiro - Bel. **Esp. Luciano Ferreira Varella**
Diretora Executiva – Bel. **Luisa Vieira Varella**
Gerente administrativo e financeiro - **Eduardo Goulart Gomes**

MANTIDA: FACULDADE DE MINAS – FAMINAS – Campus Muriaé

Reitor – Bel. Esp. **Luciano Ferreira Varella**
Pró Reitor de Ensino- Prof. Dr. **Pedro Henrique Menezes Ferreira**
Vice-Reitora- **Luisa Vieira Varella**
Pro-Reitor de Administração - **Eduardo Goulart Gomes**
Diretora dos Institutos - **Fernanda Cristina Rocha Abrão**

CONSELHO EDITORIAL DO ENIC

Editor geral - **Dr. Alexandre Horácio Couto Bittencourt**
Revisor - **Msc. Fernanda Cristina Rocha Abrão**
Coordenação de Pesquisa – **Alexandre Horácio Couto Bittencourt**
Bibliotecária: **Cristina de Souza Maia**

COORDENAÇÃO DE CURSOS UNIFAMINAS

Administração de Empresas **Wisley de Jesus Vieira**
Análise e Desenvolvimento de Sistemas **Flavio de Andrade Mota**
Arquitetura **Regina Coeli Gouveia Varella**
Biomedicina **Amanda Cândida da Rocha Oliveira**
Ciências Contábeis **Wisley de Jesus Vieira**
Direito **Margarida Maria Espósito dos Santos**
Educação Física **Renato de Souza Lima Junior**
Enfermagem **Soraya Lúcia do Carmo da Silva Loures**
Engenharia Civil **Elias Gomes Figueira Junior**
Engenharia de Produção **Elias Gomes Figueira Junior**
Farmácia **Emílio Santana Abreu**
Fisioterapia **Wescley José de Souza**
Medicina **Cristina Maria Ganns Chaves Dias**
Nutrição **Renato de Souza Lima Junior**
Odontologia **Neliana Salomão Rodrigues**
Psicologia **Frabrcia Creton Nery**

COORDENAÇÃO DE CURSOS FAMINAS BELO HORIZONTE

Administração de Empresas **Rosália Gonçalves Costa Santos**
Biomedicina **Adriana Nascimento de Sousa**
Ciências Contábeis **Rosália Gonçalves Costa Santos**
Direito **Renata de Lima Rodrigues**
Enfermagem **Katiucia Martins Barros**
Farmácia **Adriana Nascimento de Sousa**
Medicina **Tatiane Miranda**
Nutrição **Vanessa Patrocínio de Oliveira**
Odontologia **Caroline Santa Rosa**
Psicologia **Henriqueta Regina Pereira Couto**

EDITORA FAMINAS

Av. Cristiano Ferreira Varella, 655 - Bairro Universitário CEP: 36880-000 - Muriaé
– MG

Telefone: 0/xx/32/3729-7555 e-mail: editora@faminas.edu.br

Editor Chefe: Dr. **Sérgio Gomes da Silva**

CIENTÍFICA DO XVIII ENIC e XIV EPGUNIFAMINAS

Alexandre Horácio Couto Bittencourt
Ana Cláudia Morito Neves
Ana Letícia Domingues Jacinto
Ana Maria de Freitas
Andre Luis Lacerda Bachi
Bruna Paula da Cruz Dágola
Cristiane Ferreira Alfenas
Emilio Santana Abreu
Fernanda Franklin Seixas Arakaki
Giulia Catissi de Lima
Fernanda Cristina Rocha Abrão
Jessica Sales Henriques
Marcela Marques Silva
Mauro Walter Vaisberg
Milena Cirqueira Temer
Natasha Delaqua Ricci
Paulo Charles Lamim
Pedro Henrique Castello Branco Dágola
Rafaela da Rosa Ribeiro
Sérgio Gomes da Silva
Thaylini Querino dos Santos Conceição

**COMISSÃO ORGANIZADORA DO XVIII ENIC E XIV EPG
UNIFAMINAS**

Alexandre Horácio Couto Bittencourt
Bruna Nepomuceno de Paula Lima
Cristiane Chaves Caldas
Fernanda Cristina Abrão da Rocha
Jhennifer Beatriz Dias de Carvalho
Priscila Antão de Santana
Vitor Resende de Moraes

Sumário

TRABALHOS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	15
AVALIAÇÃO DE HEMOCULTURAS POSITIVAS E OS FATORES ASSOCIADOS EM PACIENTES DA UTI DO HOSPITAL DO CÂNCER DE MURIAÉ-MG.....	16
DOENÇA DE ALZHEIMER: um estudo de caso pela perspectiva do cuidador	18
ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA ATÍPICA: UMA REVISÃO.	19
AVALIAÇÃO DA ROTULAGEM NUTRICIONAL REFERENTE AO TEOR DE SÓDIO E FIBRAS DE PRODUTOS INTEGRAIS COMERCIALIZADOS EM UMA CIDADE DA ZONA DA MATA MINEIRA	21
EXAME DE URINA ROTINEIRO - EAS	22
EXAME FÍSICO-QUÍMICO DA URINA.....	23
EXAMES LABORATORIAIS NO INTRA-OPERATÓRIO E SUA RELEVÂNCIA NA DIRETRIZ MÉDICA: ÊNFASE NA HIPERLACTATEMIA MURIAÉ - MG	24
HISTIOCITOSE DE CÉLULAS DE LANGERHANS: UM RELATO DE CASO INCOMUM	25
INFECÇÕES DAS VIAS URINÁRIAS E SEUS AGENTES	27
MANIPULAÇÃO DE GENES NA REPRODUÇÃO ASSISTIDA E A ÉTICA	28
MECANISMOS DE VIRULÊNCIA DO <i>STREPTOCOCCUS PYOGENES</i>	30
NANOTECNOLOGIA APLICADA AO DESENVOLVIMENTO DE MEDICAMENTO OFTÁLMICO A PARTIR DO ÓLEO ESSENCIAL DE <i>Rosmarinus Officinalis</i> L.	31
NEOPLASIAS MIELOPROLIFERATIVAS E A MUTAÇÃO V617F NO GENE <i>JAK2</i> EM PACIENTES DO HOSPITAL DO CÂNCER DE MURIAÉ	32
O BIOPROCESSAMENTO NA PRODUÇÃO DE CERVEJAS	34
O PROFISSIONAL BIOMÉDICO ATUANDO NA PERÍCIA CRIMINAL.....	36
ORGANIZAÇÃO DE UM LIGA ACADÊMICA E O DESENVOLVIMENTOS DE ATIVIDADES EM MEIO A PANDEMIA COVID19: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	37
OS BENEFÍCIOS DO BIOPROCESSAMENTO PARA O MEIO AMBIENTE.	38
OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR PERITOS CRIMINAIS EM LOCAL DE CRIME	39
TOXINA BOTULÍNICA: QUAIS AS MARCAS E ÁREAS MAIS APLICADAS E QUAIS OS PROFISSIONAIS MAIS A APLICAM?	40
VOLTA AS AULAS NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19.....	41
XERODERMA PIGMENTOSO: UM ESTUDO DE CASO.....	43
AUDITORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E A SEGURANÇA DO PACIENTE NO ÂMBITO HOSPITALAR.....	45
MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E OS REFLEXOS DA PANDEMIA.....	47
O PAPEL DA ENFERMAGEM NO ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE TRAUMA.....	48
A PERCEPÇÃO DE FARMACÊUTICOS E ACADÊMICOS DE FARMÁCIA DE MURIAÉ-MG SOBRE O USO DE MEDICAMENTOS DURANTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVIRUS... ..	49
ANÁLISE DA PARTIÇÃO DE COMPRIMIDOS ENTRE ACADÊMICOS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA CIDADE DE MURIAÉ-MG	50

ANÁLISE SISTEMÁTICA DAS AGRESSÕES POR QUEIMADURA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES	51
AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO TÉRMICO DE AÇÚCARES COMERCIAIS.....	52
DETERMINAÇÃO DE PROPRIEDADES DE ESTADO-SÓLIDO DO CLORIDRATO DE METFORMINA APLICADAS EM ESTUDOS DE PRÉ-FORMULAÇÃO.....	53
DIABETES MELLITUS COMO FATOR DE RISCO PARA O AGRAVAMENTO DO SARS-COV-2	54
MAPEAMENTO TECNOLÓGICO NACIONAL DA APLICAÇÃO DE NANOTECNOLOGIA COMO SISTEMAS CARREADORES DE FÁRMACOS.....	55
PERCEPÇÃO DE ACADÊMICOS DO CURSO DE FARMÁCIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAMINAS, MURIAÉ-MG, SOBRE A ANSIEDADE	56
PESQUISA SOBRE A AUTOMEDICAÇÃO EM USUÁRIOS DE MEDICAMENTOS EM MURIAÉ-MG.....	57
PREVALÊNCIA DE ESCHERICHIA COLI EM INFECÇÕES DO TRATO URINÁRIO.	58
A FISIOTERAPIA PÉLVICA NA REDUÇÃO DA DIÁSTASE ABDOMINAL	59
A PREVALÊNCIA DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA NO PÓS PARTO	60
ANÁLISE DO NÍVEL DE AUTOCONHECIMENTO ÍNTIMO FEMININO	61
BENEFÍCIOS DO MÉTODO PILATES NO TRATAMENTO DA DOR LOMBAR.....	62
BENEFÍCIOS DO PILATES EM ATLETAS DE DIFERENTES MODALIDADES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	63
CONHECIMENTO DE MULHERES NO PERÍODO GRAVÍDICO SOBRE A FISIOTERAPIA GESTACIONAL.....	64
CORRELAÇÃO ENTRE A QUALIDADE DE VIDA E OS SINTOMAS EM MULHERES DIAGNOSTICADAS COM ENDOMETRIOSE PROFUNDA INFILTRATIVA.....	65
EFICIÊNCIA DA FISIOTERAPIA NO TRATAMENTO DAS ALGIAS DA COLUNA VERTEBRAL: 66	
RELATO DE CASO.....	66
FATORES ASSOCIADOS A QUEDAS RECORRENTES EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS: REVISÃO DA LITERATURA.....	67
INCONTINÊNCIA URINÁRIA DE ESFORÇO: RELATO DE CASO	68
INFLUÊNCIA DA HIDROTERAPIA NO TRATAMENTO DE PACIENTES PÓS- ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO (AVE)	69
PARESIA FACIAL NO PÓS OPERATÓRIO DE PAROTIDECTOMIA PARCIAL COM PRESERVAÇÃO DO NERVO FACIAL: RELATO DE CASO	70
A IMPORTÂNCIA DA ADESÃO FARMACOTERAPÊUTICA DE PACIENTES HIPERTENSOS NA ZONA DA MATA MINEIRA	72
MAPEAMENTO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À RETINOPATIA DA PREMATURIDADE NA CIDADE DE BELO HORIZONTE - MG.....	73
PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE MEDICINA SOBRE O USO DE “CASE BASED COLLABORATIVE LEARNING” (CBCL) NA DISCIPLINA DE FIOLOGIA HUMANA	74
PERCEPÇÃO SOBRE O USO DE DROGAS ILÍCITAS ENTRE OS ESTUDANTES DE MEDICINA E FATORES DESENCADEANTES.....	75
RELATO DE CASO: TRICOLEUCEMIA	77
A INFLUÊNCIA DO MARKETING NAS ESCOLHAS ALIMENTARES DE ADULTOS.....	78

AVALIAÇÃO DA BUSCA E UTILIZAÇÃO DE “DIETAS DA MODA” POR MULHERES ADULTAS	79
AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DE MURIAÉ-MG.....	80
AVALIAÇÃO DE FATORES DE RISCO PARA O DESENVOLVIMENTO DE DIABETES MELLITUS TIPO 2 EM ADULTOS.....	81
AVALIAÇÃO DE UMA INTERVENÇÃO NUTRICIONAL REALIZADA COM PACIENTE DIABÉTICO	82
AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO E PRÁTICA DO ESTILO ALIMENTAR LOW CARB EM ADULTOS DA ZONA DA MATA MINEIRA.	83
AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O GLÚTEN E SEU CONSUMO POR ADULTOS ...	84
AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE RÓTULOS DE ALIMENTOS E CONSUMO DE PRODUTOS <i>LIGHT E DIET</i> POR INDIVÍDUOS ADULTOS.....	85
AVALIAÇÃO DO CONTEXTO DE TRABALHO EM COLABORADORES DA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO HOSPITAL DO CÂNCER DE MURIAÉ -MG	86
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS NBCAL QUANTO À PROMOÇÃO COMERCIAL DE FÓRMULAS INFANTIS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE MURIAÉ-MG.....	87
COMPULSÃO E PREFERÊNCIAS ALIMENTARES ENTRE MULHERES ADULTAS NO PERÍODO PRÉ-MENSTRUAL.....	88
CONDIÇÕES ORGANIZACIONAIS DE UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO HOSPITALAR DE MURIAÉ-MG.....	89
CONSUMO ALIMENTAR DE CRIANÇAS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE UM MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	90
CONSUMO ALIMENTAR, ESTADO NUTRICIONAL E PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA POR ADULTOS RESIDENTES EM MURIAÉ - MG.....	91
CONSUMO DE BEBIDAS ALCÓOLICAS E PRÁTICA TABÁGICA DE PACIENTES ATENDIDOS EM CLÍNICA ESCOLA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MURIAÉ-MG.	92
CUMPRIMENTO DAS NORMAS NBCAL QUANTO À PROMOÇÃO COMERCIAL DE PRODUTOS DE PUERICULTURA EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE MURIAÉ-MG	93
EFEITOS DO CHÁ DE FOLHA DE FRAMBOESA (<i>Rubus idaeus L.</i>) NO TRABALHO DE PARTO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	94
ESTADO NUTRICIONAL E INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA INSATISFAÇÃO CORPORAL DE ADULTOS.....	95
ESTADO NUTRICIONAL E PREVALÊNCIA DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS EM ADULTOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG	96
ESTRESSE OCUPACIONAL EM FUNCIONÁRIOS DE UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO HOSPITALAR.....	97
FREQUÊNCIA DO CONSUMO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS POR PACIENTES ATENDIDOS EM CLÍNICA ESCOLA DE NUTRIÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MURIAÉ-MG	98
HÁBITOS ALIMENTARES DE ADULTOS APÓS INFECÇÃO POR COVID-19.....	99
HÁBITOS DE HIGIENIZAÇÃO PESSOAL E DOS ALIMENTOS, POR INDIVÍDUOS ADULTOS DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19.	100
HIGIENE E ALIMENTAÇÃO: ALIADOS CONTRA O COVID-19.....	101

HIGIENIZAÇÃO PESSOAL E DOS ALIMENTOS: COMO ESTÁ ESSA PRÁTICA DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19?	102
HISTÓRICO FAMILIAR DE DOENÇA AUTOIMUNE, ESTADO NUTRICIONAL E CONSUMO ALIMENTAR DE ADULTOS.....	103
IMPACTO DO ISOLAMENTO SOCIAL DURANTE A PANDEMIA COVID-19 SOBRE A ANSIEDADE E GANHO DE PESO EM ADULTOS	104
LEITURA E COMPREENSÃO DE RÓTULOS DE ALIMENTOS POR CONSUMIDORES DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ- MG	105
PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE PACIENTES ATENDIDOS EM CLÍNICA ESCOLA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MURIAÉ-MG	106
PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE CRIANÇAS MATRICULADAS EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE UM MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA	107
PERFIL ANTROPOMÉTRICO DOS COLABORADORES DE UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (UAN) DO HOSPITAL DO CÂNCER DE MURIAÉ- MG	108
PRÁTICA DO CONSUMO DE CAFÉ DA MANHÃ ENTRE ADULTOS ACOMETIDOS PELA INFECÇÃO COVID-19	109
PRÁTICAS ALIMENTARES DE ADULTOS DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19	110
PREVALÊNCIA DA PERDA DE OLFATO E PALADAR E ALTERAÇÕES DE HÁBITOS ALIMENTARES EM INDIVÍDUOS ACOMETIDOS PELA COVID-19	111
PREVALÊNCIA DE DOENÇAS AUTOIMUNES, PERFIL NUTRICIONAL DE PORTADORES E AVALIAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO DE VITAMINA D EM ADULTOS	112
PREVALÊNCIA DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS, PERFIL NUTRICIONAL E CONSUMO ALIMENTAR DE ADULTOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE DIVINO - MG.....	113
PREVALÊNCIA DO DIABETES MELLITUS TIPO 2 EM ADULTOS E IDOSOS NA REGIÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA.	114
ROTULAGEM NUTRICIONAL: ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DE BISCOITOS RECHEADOS COMERCIALIZADOS EM UM MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA	115
USO DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS PARA IMUNIDADE NO COVID – 19	116
USO DE MEDICAMENTOS EM PACIENTES ATENDIDOS EM CLÍNICA ESCOLA DE NUTRIÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MURIAÉ-MG	117
USO DE METAS NUTRICIONAIS COMO PERSPECTIVA DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA:RELATO DE CASO	118
USO DE TELAS EM REFEIÇÕES POR CRIANÇAS MATRICULADAS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE UM MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA NA PANDEMIA DE COVID-19.....	119
A CONSCIENTIZAÇÃO DO CANCER ORAL.....	120
A CONTRIBUIÇÃO DA ODONTOPEDIATRIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA BOA SAÚDE ORAL.....	121
O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA COMUNICAÇÃO ENTRE OS PROFISSIONAIS DENTISTAS E A COMUNIDADE DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19.....	122
RELAÇÃO ENTRE CÁRIE DENTÁRIA E DIABETES MELLITUS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	123
TRABALHOS CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA.....	124
ANÁLISE DE VIABILIDADE DA APLICAÇÃO DE CONCRETO PIGMENTADO EM EDIFICAÇÕES	125

CONCRETO SUSTENTÁVEL CONTENDO RESÍDUOS DE PET - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	126
REFLEXOS DO AUMENTO DO PREÇO DO AÇO NO ORÇAMENTO DAS OBRAS	127
VANTAGENS DO USO DA METODOLOGIA BIM E DIFICULDADES PARA A SUA IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL	128
TRABALHOS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS.....	129
OS IMPACTOS DO TRABALHO “HOME OFFICE” PARA COLABORADORES EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	130
O ENSINO REMOTO E A (RE)CONSTRUÇÃO DE TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO COM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS.....	131
A BOA-FÉ OBJETIVA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19.....	132
A EVOLUÇÃO DO DIREITO DA MULHER NO ÂMBITO JURÍDICO BRASILEIRO	133
A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL	134
A IDEOLOGIA DO PATRIARCADO SOB UMA PERSPECTIVA GLOBAL	135
A IMPORTÂNCIA DA CRIMINALIZAÇÃO DO STALKING PARA A PROTEÇÃO DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	136
A IMPORTÂNCIA DA DESCRIMINALIZAÇÃO DO USO DE DROGAS NA LUTA ANTIRACISTA	137
A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA NO TOCANTE A SUA APLICABILIDADE	138
A MOROSIDADE DA JUSTIÇA E A TUTELA PROVISÓRIA COMO INSTITUTO GARANTIDOR DOS DIREITOS DOS HIPOSSUFICIENTES.....	139
A OMISSÃO LEGISLATIVA FRENTE AO TRABALHO INFANTIL NAS MÍDIAS DIGITAIS	140
A PARIDADE DE ARMAS COMO FUNDAMENTO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA	141
A PROXIMIDADE DO SISTEMA JUDICIÁRIO BRASILEIRO COM O <i>COMMON LAW</i>	142
A REALIDADE JURÍDICA BRASILEIRA FRENTE AO FENÔMENO DA MISTANÁSIA	143
A RELAÇÃO ENTRE O CONSUMISMO E A PANDEMIA DO COVID-19.....	144
A RELEVÂNCIA DA PUBLICIDADE PARA A ADVOCACIA MODERNA.....	145
A VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA PELA PRÁTICA DE CORRUPÇÃO	146
ACESSO A JUSTIÇA FRENTE AO CONTEXTO PANDÊMICO NA DIMENSÃO DAS CLASSES SOCIAIS MAIS VULNERÁVEIS.....	147
ADOÇÃO POR CASAS HOMOAFETIVOS NO BRASIL	148
ALIENAÇÃO PARENTAL: COMO COMBATER E QUAIS SEUS EFEITOS.....	149
ALTERAÇÕES NA PUBLICIDADE DA ADVOCACIA: POR QUE AGORA?	150
ANÁLISE DA LEI 14.188/21: CRIME DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER....	151
AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO SILÊNCIO ADMINISTRATIVO.....	152
AS DUAS FACES DA MOEDA EDUCACIONAL	153
AS NOVAS REGRAS DE PUBLICIDADE NA ADVOCACIA	154
ASPECTOS PREJUDICIAIS AO TRABALHADOR NA REFORMA TRABALHISTA DE 2017 E O AGRAVAMENTO COM A MP 1045 DE 2021.....	155

“CALA A BOCA JÁ MORREU”!? UMA ANÁLISE DOS LIMITES DO EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO	156
COVID-19 E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM VÍRUS E DUAS GUERRAS	157
CRIMES CIBERNÉTICOS: OS EFEITOS DO CRIME DE INVASÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO NO DIREITO PENAL BRASILEIRO.....	158
CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA E SEUS EFEITOS NA COLETIVIDADE E NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	159
CRONOLOGIA E AVANÇOS DO DIREITO AO VOTO NA HISTÓRIA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA	160
DISTANCIAMENTO SOCIAL OCASIONADO PELO COVID-19 E O IMPACTO SOBRE O AUMENTO DE FRAUDES ELETRÔNICAS.....	161
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NO PROCESSO JUDICIAL	162
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA COMO FERRAMENTA PARA UMA DEFESA TÉCNICA MAIS EFICIENTE.....	163
JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E A SOLIDARIEDADE DOS ENTES FEDERATIVOS: A SOBRECARGA DE RESPONSABILIDADE NOS MUNICÍPIOS.	164
MOROSIDADE NO PODER JUDICIÁRIO: INFLUÊNCIA NA DESCRENÇA DA SOCIEDADE FRENTE A JUSTIÇA.....	165
O ACESSO A JUSTIÇA MEDIANTE ATERMAÇÃO NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	166
O SISTEMA RECURSAL BRASILEIRO E O RECONHECIMENTO PELO STF DA SUSPEIÇÃO DO JUIZ SÉRGIO MORO NOS PROCESSOS ENVOLVENDO O EX-PRESIDENTE LULA.....	167
O SUPERENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES NA PANDEMIA DO COVID-19 E A LEI 14.181.....	168
OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO ACESSO À JUSTIÇA BRASILEIRA	169
OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	170
OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A EXECUÇÃO DA INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA NO BRASIL	171
PACIENTE COM CÂNCER E ACESSO À SAÚDE: DIREITOS E GARANTIAS EM PROL DE SUA DIGNIDADE.....	172
A PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES CONTRATUAIS CÍVEIS COM A PANDEMIA DO COVID-19	173
POLÍCIA ADMINISTRATIVA X POLÍCIA JUDICIÁRIA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS INSTITUTOS	174
PORNOGRAFIA DE VINGANÇA: UMA NOVA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DO AGENTE	175
PORTADOR DE DOENÇAS CRÔNICAS: VOCÊ CONHECE SEUS DIREITOS E BENEFÍCIOS?	176
PRESCRIÇÃO NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	177
TEORIA DA IMPREVISÃO COMO SUSTENTÁCULO ÀS REVISÕES E RESOLUÇÕES CONTRATUAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19.....	178
TRANSFOBIA OU TEMOR PELA SEGURANÇA.....	179
TUTELA DE EVIDÊNCIA: CELERIDADE E EFETIVIDADE PROCESSUAL.	180
VIOLAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTAL ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO À LUZ DO DIREITO À VIDA.....	181

CSA	182
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: POSSÍVEIS CAUSAS E GRANDES DESAFIOS	182
TRABALHOS PÓS-GRADUAÇÃO	183
ACOMPANHAMENTO DO PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE UM PACIENTE COM PARKINSON EM TERAPIA NUTRICIONAL ENTERAL DOMICILIAR	184
CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTO PARA COLETA DE	189
DADOS DE ENFERMAGEM EM AMBULATÓRIO DE QUIMIOTERAPIA	189
INFECÇÕES DAS VIAS URINÁRIAS - UMA REVISÃO DE LITERATURA	194
ESTADIAMENTO E LETALIDADE DE CÂNCER DE CAVIDADE ORAL EM PACIENTES DA ZONA DA MATA MINEIRA	196

TRABALHOS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

AVALIAÇÃO DE HEMOCULTURAS POSITIVAS E OS FATORES ASSOCIADOS EM PACIENTES DA UTI DO HOSPITAL DO CÂNCER DE MURIAÉ-MG

Lícia da S. **PAULA** (IC – liciabji1@gmail.com)¹, Emanuel de S. **BRAGA**¹ e Fernanda M. **FERNANDES** (PQ)²

1. Curso de Biomedicina 2. Professor *Centro Universitário - FAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras-chave: Hemocultura, perfil de resistência, septicemia

INTRODUÇÃO: O sistema circulatório tem como constituinte os vasos sanguíneos por onde o sangue circula [1]. Quando um agente atravessa a pele e as barreiras de intervenção do sistema imune, pode ocorrer septicemia ou bacteremia [2,3]. No cenário hospitalar, é imprescindível o diagnóstico da septicemia, para não evolução do paciente à sintomas mais sérios ou a letalidade, como o choque séptico. O exame de hemocultura é o padrão ouro para esse diagnóstico. Esse tipo de infecção é comumente associado a pacientes internados especificamente na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), por esses serem submetidos a procedimentos invasivos que se tornam porta de entrada para microrganismos [3]. A septicemia ocasiona complicações gravíssimas em pacientes críticos como: aumento do tempo de internação, comprometimento na sensibilidade dos antimicrobianos e alta taxa de mortalidade [4]. O objetivo desse estudo foi investigar os resultados de hemocultura da UTI do Hospital do Câncer de Muriaé-Mg, no período de 01/2020 à 01/2021. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo tipo transversal, retrospectivo, realizado por meio de um estudo de coorte, executado mediante a análise de dados fornecidos pelo Hospital. Os critérios de inclusão foram: ter exame de hemocultura positivo e realizado a técnica de antibiograma para a avaliação da resistência aos fármacos; ter idade maior ou igual dezoito anos e menor que 60 anos e ser paciente do setor da UTI. Foram excluídas hemoculturas de outros microrganismos, que não bactérias ou fungos. O presente apresenta registro na Plataforma Brasil CAAE: 46866121.5.0000.5105. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao total foram investigados 36 pacientes. Destes 17(47,2%) do sexo masculino e outros 19(52,8%) do sexo feminino e a idade média foi de 45,69 ($\pm 13,51$). As comorbidades pré-estabelecidas mais frequente foram: leucemia linfoblástica aguda (19,4%), linfoma não Hodgkin (11,1%), mieloma múltiplo (5,6%), neoplasia maligna sem especificação de localização (5,6%), neoplasia benigna das meninges cerebrais (5,6%), câncer de vias biliares (5,6%) e câncer de bexiga (5,6%). Os microrganismos identificados nas hemoculturas, foram classificados em Gram positivos que foram: *Staphylococcus aureus* (5,6%), *S. epidermidis* (16,7%), *S. cohnii* (2,8%). Os Gram negativos: *Pseudomonas aeruginosa* (5,6%), *Sphingomonas paucimobilis* (11,1%), *Acinetobacter baumannii complex* possível KPC (13,9%), *A. baumannii* (2,8%), *A. baumannii* possível KPC (2,8%), *Pantoea spp.* ESBL (2,8%), *Pantoea sp.* (2,8%), *Pseudomonas aeruginosa* KPC (2,8%), *Enterobacter aerogenes* (5,6%), *Escherichia coli* (8,3%), *Delftia acidovorans* (2,8%) e *Klebsiella pneumoniae ssp. pneumoniae* possível KPC (2,8%). Com relação aos fungos, foram evidenciados: *Candida glabrata* (2,8%), *Candida albicans* (2,8%) e *Candida lusitanae* (2,8%). No grupo dos Gram positivos, o gênero de maior prevalência foi *Staphylococcus*, e a susceptibilidade antimicrobiana desse no quesito resistência aos medicamentos foram: Eritromicina (25%), Clindamicina (22,2%) e Benzilpenicilina (22,2%). No grupo das Gram negativas os gêneros que obtiveram maior prevalência foram: *A. baumannii complex* possível KPC, *S. paucimobilis* e *E. coli*. Já quanto ao perfil de susceptibilidade antimicrobiana constatou que os principais medicamentos resistentes foram: Cefoxitina (33,3%), Cefuroxima Axetil (30,6%) e Eritromicina (25%). No grupo dos fungos o gênero *Cândida* foi o mais encontrado, porém não foi resistente a nenhum dos medicamentos testados, sendo sensíveis ao: Voriconazol (100%), Anfotericina B (100%) e Micafungina (94,4%). Por isso, é indispensável identificar os microrganismos responsáveis por infecções na corrente sanguínea em pacientes internados para se obter uma correta terapia antimicrobiana e controle dos microrganismos prevalentes, para que assim reduza-se o tempo de internação e complicações desses pacientes [3,4]. Os acessos de coletas mais utilizados foram: membro superior direito (30,6%), membro superior esquerdo (25,1%) e catéter (5,6%). **CONCLUSÃO:** A bactéria mais encontrada foi o *S. epidermidis*, sendo resistente à Eritromicina, Clindamicina e Benzilpenicilina e o gênero de fungo foi *Candida spp* sendo essas sensíveis aos antifúngicos testados. Por tanto, é possível salientar a importância do controle de infecções sanguíneas em pacientes internados, pois esses possuem comorbidades que atribuídas a essa problemática geram danos à saúde dos mesmos e aumentam de forma significativa o tempo de internação dos pacientes. **AGRADECIMENTOS:** A professora Fernanda Mara, a FAMINAS e o Hospital do Câncer de Muriaé-MG. **REFERÊNCIA:** [1] MELO.C.C.M.O. Vasos comunicantes na simulação do sistema circulatório. **Tese de mestrado** da universidade federal de Pernambuco para a obtenção de título de ensino em física. UFP. 2017.p.44-45. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/32953/1/DISSERTA%20c3%87%20c3%82O%20Cao%20C%](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/32953/1/DISSERTA%20c3%87%20c3%82O%20Cao%20C%20)

a9sar%20Monteiro%20De%20Oliveira%20Melo.pdf. Acesso em 15 de março de 2021. [2] BARBOSA.F.S. Modelo de Impedância de ordem fracional para a resposta inflamatória cutânea. **Tese de mestrado** da UFRJ para à obtenção de título em engenharia médica. UFRJ. 2011. Disponível em: http://www.peb.ufrj.br/teses/Tese0140_2011_06_29.pdf. Acesso em 15 de março de 2021. [3] RUSCHEL, D.B; RODRIGUES, A.D; FORMOLO, F. Perfil de resultados de hemoculturas positivas e fatores associados. **Ver. Bras. de Análises Clínicas, Caxias do Sul**. p.158-162. Set, 2016. Disponível em: <http://www.rbac.org.br/wp-content/uploads/2017/08/RBAC-vol-49-2-2017-ref.-503-finalizado.pdf>. Acesso em 15 março de 2021. [4] BASTOS.E.C.B., et al. Prevalência de microrganismos isolados de hemoculturas em uma UTI adulto de um hospital de ensino no interior do Ceará. **Braz. J. of Develop**, Curitiba, v.6, n.8, p.59043-59047.Aug,2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/15134/12485>. Acesso 09 de set. de 2021

Área do Conhecimento (CNPq): 2.12.00.00-9 – Microbiologia

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

DOENÇA DE ALZHEIMER: um estudo de caso pela perspectiva do cuidador

Eduarda Batista G. PEREIRA (IC)¹, Izadora Luiza da Rocha Freitas GONÇALVES (IC)¹, Keytilyn Cristina Batista TAVARES (IC)¹ e Mariana de Almeida AZEVEDO (PQ)².

¹ Biomedicina; ² Docente Centro Universitário Unifaminas – UNIFAMINAS – 36880-000– Muriaé-MG.

Palavras-chaves: Alzheimer, memória e cognitivo.

INTRODUÇÃO: A doença de Alzheimer (DA) é a demência mais prevalente, caracterizada pela perda contínua e irreversível da função mental, causada por um dano no tecido cerebral alterando a autonomia do indivíduo em relação às atividades sociais e cotidianas, tornando-o dependente de um cuidador[1]. Os primeiros aspectos clínicos observados são confusão mental, déficit de memória recente e dificuldade de atenção. É necessário que os pacientes tenham um acompanhamento psicológico, uma vez que a morbidade degenerativa pode desestabilizar a saúde mental do paciente[2]. Apesar de ser uma demência comum não há um exame específico para seu diagnóstico, dificultando assim o diagnóstico diferencial, baseando o mesmo em avaliações clínicas, teste cognitivo, exames laboratoriais e de imagens SNC[3]. O objetivo do presente estudo de caso, foi analisar e buscar dados semelhantes entre portadores de DA a fim de identificar e comparar os sintomas, tratamentos, e possíveis problemas ao longo de sua doença. **METODOLOGIA:** Para o desenvolvimento da pesquisa aplicouse um questionário de forma remota a 12 responsáveis entre os meses de novembro e dezembro de 2020 e posteriormente os dados foram analisados. Este projeto foi aprovado e registrado pelo CAAE:61078416.5.0000.5105. **RESULTADO:** No presente estudo observou-se histórico familiar para DA em 66,6% e houve prevalência de portadores do sexo feminino, equivalente a 66,6% e 33,3% do sexo masculino, com o início dos sintomas entre 65 e 85 anos. Ao analisarmos as manifestações relatadas, pode-se destacar que 66,6% apresentaram tanto o esquecimento, quanto a perda da memória recente e 50% confusão mental. Quando questionados sobre alterações de humor relataram tristeza, irritação/nervosismo e agressividade (respectivamente, 66,6%, 41,6% e 33,3%) e 96,4% dos participantes relataram piora significativa no quesito social/comportamental dos pacientes nos últimos 10 anos. Com relação ao exame para diagnóstico 41,6% dos participantes fizeram tomografia computadorizada, 25% ressonância magnética, 16,6% relataram exames neurológicos sem especificação, 8,3% realizaram o eletroencefalograma e 8,3% não souberam responder. Com relação as medicações foram relatadas o uso de cloridrato de memantina (20%), coglive (20%), exelon (13,3%) além da utilização de antidepressivos (100%). **DISCUSSÃO:** Todos os participantes relataram algum déficit relacionado a memória e cognição, além de alterações de humor. Essas condições, podem ser explicadas devido a degeneração progressiva do SNC, afetando as capacidades cognitivas, físicas e linguísticas do indivíduo afetado[4]. No entanto, o reconhecimento desses déficits cognitivos pelo paciente pode justificar a ocorrência de manifestações depressivo-ansiosas leves ou moderadas, podendo ser um causador de depressão na terceira idade[5]. **CONCLUSÃO:** Com base nas análises dos dados do presente estudo, pode-se sugerir que a evolução da DA ocorre de forma semelhante tanto nos sintomas, tratamento e comportamentos. Por se tratar de uma doença neurodegenerativa, muitos relataram uma piora significativa do quadro ao longo do tempo, mesmo com o uso de medicações. **AGRADECIMENTOS:** A professora Mariana pelo incentivo e a FAMINAS por proporcionar a realização do trabalho. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] VALIM et al. A doença de Alzheimer na visão do cuidador: **um estudo de caso**. Revista eletrônica de enfermagem, v. 12, n. 3, p. 528-34, 2010.[2] SERENIKI; VITAL. A doença de Alzheimer: **aspectos fisiopatológicos e farmacológicos**. Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul, v. 30, 2008.[3] VON BORSTEL, et al. Doença de Alzheimer: revisão de literatura Alzheimer's disease: a literature review. Brazilian Journal of Health Review, v. 4, n. 3, p. 14211-14222, 2021.[4] GIMENES. Um probleminha de memória, um probleminha de cabeça, um probleminha de esquecimento: **as estratégias referenciais em narrativas de um grupo de apoio**. 2019. [5] FORLENZA, Orestes V. Transtornos depressivos na doença de Alzheimer: **diagnóstico e tratamento**. Brazilian Journal of Psychiatry, v. 22, p. 87-95, 2000.

ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA ATÍPICA: UMA REVISÃO.

Ingrid Marcelli Barcelos Rodrigues¹, Emyly Marceley Dias Lopes¹, Alexandra de Araújo Fraga¹, Ana Luiza Evangelista de Carvalho¹, Isadora Marques Vasconcelos¹, Salvina Maria de Campos Carli².

Discentes do curso de Biomedicina da Faculdade de Minas – Faminas-BH

Palavras-chave: “Encefalopatia espongiforme bovina. “Doença da vaca louca”.

Apresentação: Encefalopatia espongiforme bovina (EEB), conhecida no senso comum como “doença da vaca louca”, é uma doença degenerativa fatal e transmissível do sistema nervoso central (SNC) de bovinos. Surgiu cerca da década de 1980 na Europa, e desde então foram sendo criadas ações para a prevenção e controle de tal patologia. Estudos epidemiológicos desenvolvidos após o aparecimento da EEB apontaram a via oral como a principal forma de transmissão, pela ingestão de carne bovina infectada, contendo o príon infeccioso. Desde a sua descoberta, a doença foi controlada somente após mais de duas décadas. Apesar desse controle, surgiram novas versões chamadas de EEB atípicas que possuíam o peso molecular e os sinais clínicos diferentes do causador da EEB clássica. A partir daí os desafios vem sendo identificar se as medidas de controle da forma clássica são eficazes para as novas versões da doença. Recentemente foram confirmados casos de EEB atípica no Brasil, o que trouxe preocupação para as autoridades de saúde, mas que já estão sendo estudados.**Desenvolvimento:** Existem dois tipos de Encefalopatia espongiforme bovina atípicos, tipo L e H, em que , L refere-se a lower, ou seja, menor, e H (higher), ao maior peso molecular. Na inoculação intracerebral bovina, o agente da EEB tipo L vai se entrar inicialmente no SNC , e da mesma que é observado na forma clássica, na fase terminal da doença há uma difusão centrífuga pelas terminações nervosas a outros tecidos nervosos. Em resumo, todos os experimentos de transmissão da EEB tipo L para camundongos transgênicos humanos (KONG et al., 2008) e primatas (COMOY et al., 2008; ONO et al., 2011) revelaram que esse agente é muito mais virulento nessas espécies do que se observa na forma clássica da EEB. Essa característica é uma forte indicação de um alto potencial zoonótico da EEB tipo L, em relação à EEB clássica (BALKEMA-BUSCHMANN et al., 2011a). O conhecimento sobre a difusão do agente da EEB tipo L nos tecidos dos bovinos é importante para que haja a correta definição dos MRE a serem removidos e destruídos, garantindo a proteção dos consumidores. Na Encefalopatia espongiforme bovina tipo H, após sucessivas passagens do agente da EEB tipo H em cérebros de camundongos transgênicos TgBov e posterior inoculação intracerebral em bovinos, um estudo demonstrou a alteração do príon para a forma de EEB tipo SW. Nesse caso, o período de incubação, tanto nos camundongos transgênicos como nos bovinos, foi menor do que o observado nas formas clássica, tipo L e tipo H, indicando maior virulência dessa nova forma (MASUJIN et al., 2016). Em inoculação intracerebral em bovinos, estudos demonstraram que o agente da EEB tipo H teve distribuição mais cortical (córtex frontal, tálamo e hipotálamo) e com escore de lesão vacuolar superior ao observado nos casos de EEB clássica (OKADA et al., 2011). O estudo pioneiro sobre a epidemiologia das EEB atípicas foi realizado em 2012, na França, e demonstrou que, ao contrário da EEB clássica, as formas atípicas eram mais frequentes em bovinos de aptidão corte quando comparados com os de aptidão leite (81,8% dos casos de EEB tipo H e 83,3% de EEB tipo L foram diagnosticados em bovinos de corte, contra 20,3% de casos de EEB clássica nessa mesma categoria). Uma das características das formas atípicas da EEB é a ocorrência em animais idosos (acima de oito anos de idade). O primeiro estudo sobre a epidemiologia das EEB atípicas analisou os casos franceses e demonstrou que a média de idade dos bovinos acometidos pelas formas atípicas (tipo H e L) era de 12 anos (variando entre 7 e 18 anos para o tipo L e 8 a 19 anos para o tipo H), sendo significativamente maior do que a média de idade da EEB clássica (média de 7 anos, variando entre 3 e 15 anos) (SALA et al., 2012). E recentemente, de acordo com a matéria do G1 ,06/09/2021, a organização Mundial de Saúde Animal (OIE) informou dois casos atípicos do mal da vaca louca, registrados em frigoríficos de Belo Horizonte e de Nova Canaã do Norte (MT) que ocorreram de forma independente e isolada, foram confirmados pelo laboratório de referência internacional da OIE, localizado no Canadá. O registro dos dois casos provocou a suspensão das exportações para a China, em cumprimento ao protocolo sanitário firmado entre o país e o Brasil. Os dois casos confirmados neste sábado foram detectados em vacas de descarte que apresentavam idade avançada. “Estes são o quarto e quinto casos de EEB [Encefalopatia Espongiforme Bovina] atípica registrados em mais de 23 anos de vigilância para a doença. O Brasil nunca registrou a ocorrência de caso de EEB clássica” informou o ministério. Porém, não representam risco para a cadeia de produção bovina do Brasil. Os sinais clínicos vão de alterações comportamentais, a perda de funções motoras, os sinais têm seu desenvolvimento rápido e progressivo. As EEB

atípicas ao contrário da forma clássica, não estão sendo diagnosticadas em animais com sinais clínicos neurológicos, mas sim nos bovinos que aparentam estar saudáveis ao abate de rotina. Os estudos não demonstrarão diferença estatística na síndrome nervosa em bovinos inoculados com as formas atípicas e clássicas de EEB, foi observado diferenças em relação sobre a forma clássica, ausência de tremores, dificuldade de levantar e a dismetria já nas fases iniciais da doença. Os sinais clínicos da forma clássica e atípicas de EEB nos bovinos produz dois sinais fenótipos principais: a forma nervosa ou a forma a “apática”. O desenvolvimento dessa forma apática foi observado em bovinos e que previamente apresentaram a forma nervosa da doença. Com isso podem sugerir que todos os bovinos acometidos com as formas atípicas da EEB podem eventualmente desenvolver a forma apática, caso não sejam sacrificados ou abatidos antes. Essas variações na duração clínica da doença podem ser atribuídas às raças dos bovinos utilizadas nesses estudos, da mesma forma que ocorreu com estudos da forma clássica da EEB. Para o diagnóstico clínico, das formas atípicas de EEB ainda é muito limitado, pois estão sendo definidos quais sinais são característicos dessas enfermidades. Outro estudo concluiu ser impossível o diagnóstico das formas atípicas apenas com os achados clínicos (BALKEMA-BUSCHMANN et al., 2011b). Considerando que estudos de patogenia e distribuição do agente das EEB atípicas demonstraram que os depósitos do PrPSC estão distribuídos nas porções mais craniais do encéfalo e também no cerebelo, pode ser considerada a possibilidade de se ampliar os materiais de eleição para diagnóstico nas ações de vigilância ativa de EEB, incluindo o cerebelo (que pode ser retirado, da mesma forma que o tronco encefálico, pelo forame magno, sem a necessidade da abertura da cabeça). O diagnóstico diferencial das atípicas baseia-se nas características moleculares do PrPRES identificadas através da técnica de WB (MELONI et al., 2012). Após a digestão pela proteinase K, o PrPRES pode apresentar três glicofomas: a não glicosilada, a monoglicosilada e a diglicosilada. Dependendo da quantidade de cada uma dessas glicofomas e sua posição na banda do WB, faz-se a separação dos agentes da EEB nos tipos clássico, H (higher) e L (lower) (JACOBS et al., 2007) e SW (MASUJIN et al., 2016). Em relação a medidas de controle, desde 2004, alguns autores reforçam a possibilidade da EEB ter diferentes manifestações, o que poderia impactar nas medidas de controle da doença em vigor já naquela época. Além disso, reiteraram a possibilidade de novos estudos para determinar a frequência desses príons atípicos na população bovina e outros achados biológicos envolvendo essa cepa infectante (BIACAGE et al., 2004). Considerando uma possível origem espontânea e esporádica das formas atípicas, é factível que elas persistam nos carretar na pronta mudança nas ações de mitigação de risco dessa doença, pois o risco de exposição a esses agentes é baixo (SEUBERLICH et al., 2010). Embora já se tenha confirmado a ligação entre a EEB clássica e a vCJD em seres humanos (WILL et al., 1996), não foi identificada nenhuma associação entre as EEB atípicas e as EET humanas: não há ligação epidemiológica que indique que se trata de zoonoses. Atribui-se a dificuldade de se estabelecer ligações entre a EEB atípica e a DCJ ao pouco conhecimento sobre os parâmetros de infecção das formas atípicas da EEB, como por exemplo, hospedeiro, infectividade em tecidos, rota de transmissão e dose mínima infectante para seres humanos. Considerando que há uma pressão para a retirada da proibição de alimentar ruminantes com FCO, esses aspectos devem ser fortemente considerados para evitar o risco de uma reemergência da EEB nos rebanhos (SEUBERLICH et al., 2010). **Considerações finais:** Desde a identificação dos casos de EEB "doença da vaca louca", houve uma grande preocupação das autoridades de saúde e da população quando os jornais e televisões trouxeram notícias relacionada a essa doença. Após isso, os mercados que fazem a venda de produtos bovinos exigem uma garantia sanitária, tendo em vista que foram aplicadas medidas sanitárias drásticas com o intuito de certificar a qualidade dos produtos ao entrarem no país para venda e consumo da população. Apesar da ausência de estudos que possam esclarecer a manifestação e patogenia da EEB tipo SW a manutenção das ações e prevenção é super importante e necessária, mesmo após a erradicação da EEB clássica. Dessa forma, algumas ações para evitar os riscos devem ser mantidas permanentemente. Apesar de existir uma pressão para obter a retirada da proibição de alimentar ruminantes com FCO, esses aspectos devem ser considerados para evitar riscos de uma reemergência da EEB nos rebanhos. **Referências:** Laurindo, Ellen Elizabeth e Barros, Ivan Roque de Encefalopatia espongiforme bovina atípica: uma revisão. Arquivos do Instituto Biológico [online]. 2017, v. 84 [Acessado 15 Setembro 2021], e0392015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1808-1657000392015>>. Epub 13 Abr 2017. ISSN 1808-1657. <https://doi.org/10.1590/1808-1657000392015> HERNANDEZ F, Alipio A.; CESPEDES C., Ghislaine; ROMERO, Sandra. Encefalopatia espongiforme bovina ou "doença da vaca louca". Gac Méd Caracas, Caracas, v. 110, n. 2 P. 151-165, abr. 2002 Disponível em <http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0367-47622002000200001&lng=es&nrm=iso>. acessado em 17 set. 2021.

**AValiação da Rotulagem Nutricional Referente ao Teor de Sódio e Fibras
de Produtos Integrais Comercializados em uma Cidade da Zona da Mata
Mineira**

Lorena Mendes dos **SANTOS** (IC – lorenamendesbiom@gmail.com)¹, Lisânia M. M. **SILVEIRA** (IC)¹,

Marília F. de **SOUSA** (IC)¹ e Bruna Lourenço **NOGUEIRA** (PQ)²

Curso de Biomedicina¹; Docente². *Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS-MURIAÉ* - 36800-000 -
Muriaé-MG

Palavras-chave: Informação nutricional, Rotulagem de alimentos, Legislação.

INTRODUÇÃO: A importância da rotulagem nutricional dos alimentos para a promoção da alimentação saudável está relacionada com estratégias para a redução do risco de doenças crônicas [1]. Segundo o Ministério da Saúde, alimento integral é aquele não processado ou pouco processado e que mantém em perfeitas condições seu conteúdo em fibras e nutrientes; ou seja, aquele que não teve sua estrutura modificada e manteve suas vitaminas, minerais e fibras [2]. A identificação das fibras e sódio determina a qualidade do produto integral, visto que a fibra alimentar deve ser um composto abundante nesses produtos, e o sódio mais escasso [3]. O objetivo do trabalho é analisar os teores de sódio e fibras declarados na rotulagem de biscoitos e torradas comercializados como integrais na cidade de Muriaé-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** A coleta das amostras foi realizada em diversos supermercados na cidade de Muriaé-MG. Os produtos foram organizados em seis categorias, sendo elas: biscoitos doces (n=7), biscoitos salgados (n=19), biscoitos tipo chips (n=9), cookies (n=13), torradas (n=4) e biscoitos de arroz (n=4). A partir da análise dos rótulos alimentares, os teores de fibras e sódio foram tabulados, analisados por meio de estatística descritiva utilizando o programa Microsoft Excel versão 2007, e os resultados foram comparados com as legislações brasileiras vigentes. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os teores médios de fibras, por porção de 30 gramas, observados nos produtos analisados foram: biscoitos doces 2,03g (DP=0,40); biscoitos salgados 2,06g (DP=0,76); biscoitos chips 0,77g (DP=0,64); cookies 2,70g (DP=1,02); torradas 2,80g (DP=0,78) e biscoitos de arroz 1,05g (DP=0,37). Para o produto ser classificado como “alto teor de fibras”, deve conter, no mínimo, 5g por porção. Para ser considerado como “fonte de fibras”, deve conter, pelo menos, 2,5g por porção [4]. Neste sentido, somente 37,5% (n=21) podem ser considerados fonte de fibras e nenhum se enquadra como alto teor de fibras. Observou-se que 46,4% (n=26) apresentaram a farinha enriquecida com ferro e ácido fólico como primeiro ingrediente ao invés de farinha integral ou cereais integrais. Os teores médios de sódio observados foram: biscoitos doces 76,60mg (DP= 15,20); biscoitos salgados 186,94mg (DP=45,90); biscoitos chips 103,91mg (DP=47,46); cookies 71,81mg (DP=13,78); torradas 173,15mg (DP=22,34), e biscoitos de arroz 99,00mg (DP=70,21). O teor de sódio em 50g de produto deve ser de, no máximo, 80mg para ser considerado baixo teor de sódio [4]. Apenas 3,6% (n=2) dos produtos podem ser classificados como baixo teor de sódio, sendo que 37,5% (n=21) apresentam mais que o triplo do valor para atender a essa especificação. **CONCLUSÃO:** Dos produtos analisados, menos da metade apresentaram o teor mínimo de fibras recomendado para fonte de fibras, e grande parte apresenta farinha enriquecida com ferro e ácido fólico como principal ingrediente. A maioria dos produtos apresenta teores elevados de sódio, fator que deve ser observado pelo consumidor no momento da escolha do produto. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ANVISA; FINATEC; NUTUNB. **Rotulagem Nutricional obrigatória:** Manual de Orientação às Indústrias de Alimentos. Ministério da Saúde: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Brasília, n. 2. 2005. [2] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. **Glossário temático:** alimentação e nutrição. Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2008. [3] SILVA, V. *et al.* Avaliação das rotulagens e informações nutricionais dos pães integrais: fibras, sódio e adequação com a legislação vigente. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 9, n. 4, p. 985-1001, 2015. [4] BRASIL. ANVISA. Resolução RDC Nº 54, de 12 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Regulamento Técnico sobre Informação Nutricional Complementar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 nov. 2012.

Área do Conhecimento (CNPq): 1.02.00.00-2 Probabilidade e estatística
Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

EXAME DE URINA ROTINEIRO - EAS

Marília Ferreira **SOUSA**(IC –mariliaferreirasousa0@gmail.com)¹, Lorena Mendes dos **SANTOS**(IC)¹, Hellen Márcia Fontes **PEDROSA**(IC)¹Fernanda Mara **FERNANDES**(PQ)²
Curso de Biomedicina¹; Docente²
Centro Universitário - UNIFAMINAS - 36888-233 - MURIAÉ-MG

Palavras-chave:infecção do trato urinário, incidência, urina.

APRESENTAÇÃO:A infecção do trato urinário (ITU) é uma patologia muito frequente, podendo ocorrer em todas as faixas etárias. Em adultos, a incidência é maior, com predominância no sexo feminino, tendo acometimento mais relevante no início da vida sexual ativa, podendo ocasionar também no período da gestação ou na menopausa. A literatura descreve que, cerca de 50% a 80% das mulheres irão ter pelo menos um episódio de ITU na vida e 15%, pelo menos uma vez ao ano [1]. O presente estudo constitui-se de uma revisão bibliográfica sobre os exames que compõe o EAS. **DESENVOLVIMENTO:** A análise física da urina é uma das primeiras etapas do EAS (Elementos Anormais do Sedimento), e desempenha um papel fundamental na confirmação de resultados apresentados na fita reativa e na análise microscópica do sedimento urinário. Ademais, a fita reativa é responsável pelo exame químico da urina, e identifica tais parâmetros: pH, densidade, proteínas, glicose, hemoglobina, cetonas, bilirrubina, urobilinogênio, nitrito e leucócitos. Já o exame microscópico possui finalidade de detecção e identificação da presença de elementos figurados na urina [2]. Infecções do trato urinário são definidas como uma significativa bacteriúria sintomática. Essas Infecções são quase sempre causadas por bactérias, e exibem características clínicas variáveis [3]. Na ITU é comum no sedimento a verificação de bactérias e piócitos em grandes quantidades. Comumente as infecções do trato urinário se iniciam com uma cistite, e seus sinais clínicos são principalmente urgência miccional e dor suprapúbica. O aspecto da urina é um fator importante em quadros de ITU, visto que a turvação e a coloração da urina podem ser um indicativo sobre a gravidade da infecção, como nos casos de pielonefrite, também chamada de infecção alta, um quadro mais grave da doença [3]. Para o diagnóstico médico das ITUs, é efetuado relação entre sinais clínicos do paciente, exame dos elementos anormais do sedimento (EAS), e especialmente a urocultura, sendo este exame de grande importância para o diagnóstico [1]. **CONCLUSÃO:**As infecções do trato urinário são muito frequentes em todos os sexos e idades, entretanto apresenta uma maior prevalência em mulheres, principalmente devido à fatores anatômicos. O exame físico-químico da urina auxilia no diagnóstico de uma série de patologias das vias urinárias, além de se tratar de um exame de fácil execução e baixo custo. **AGRADECIMENTO:** A instituição de ensino Faminas por possibilitar a realização do trabalho. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1]SACOMANI, et al. Infecção Urinária de Repetição. Acesso em 10 de junho de 2021, disponível em: https://portaldaurologia.org.br/medicos/wpcontent/uploads/2015/09/infeccao_urinaria_de_repeticao.pdf. [2] CUNHA, A. M. G. *et al.* **Coleção Manuais da Farmácia: Análises Clínicas. 5. ed. Salvador: Sanar, 2019. Cap. 6, p. 282-295.** [3]PEREIRA, C. S. R.; CALHAU, P. *Escherichia coli* e Infecção Urinária Recorrente em Pediatria. **Faculdade de medicina de Lisboa, Lisboa, [sv], n. 12705, p. 1-19, 2016.** [4] Lopes, Hélio Vasconcellos e Tavares, Walter. Diagnóstico das infecções do trato urinário. *Revista da Associação Médica Brasileira* [online]. 2005, v. 51, n. 6 [Acessado 25 Agosto 2021], pp. 306-308. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-42302005000600008>>. Epub 19 Jan 2006. ISSN 1806-9282. <https://doi.org/10.1590/S0104-42302005000600008>.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

EXAME FÍSICO-QUÍMICO DA URINA

Eduarda Antunes de SOUSA¹, Clarissa Aredes GOULART¹, Alexandra Silva do CARMO¹ e Fernanda Mara FERNANDES²

1. Graduandas de Biomedicina; 2. Professora. Faculdade de Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Urina, coloração, turbidez, pH, proteína.

APRESENTAÇÃO: Exames urinários são usualmente solicitados por conta de investigações de possíveis patologias renais e sistêmicas ou apenas como exame de rotina [1]. O exame de urina é composto por três importantes grupos analíticos: a análise física, química e a sedimentoscópica. Todas as etapas possuem seu grau de dificuldade analítica, sendo a sedimentoscópica a mais complexa, pois carece de uma habilidade mais apurada em microscopia, exigindo um olhar clínico em relação ao observado no sedimento urinário [2]. Com enfoque na análise físico-química, o trabalho descreve os parâmetros urinários comuns e alterados, através da análise física, considerando coloração, odor e turbidez, e através da análise química, considerando pH, proteínas totais, bilirrubina, dentre outras investigações [3]. **OBJETIVO:** Realizar uma revisão literária abordando os parâmetros e características dos exames físico-químicos da urina. **DESENVOLVIMENTO:** Em relação aos aspectos físicos, a coloração, turbidez e odor urinário já indicam para o analista se o paciente está com alguma possível infecção urinária, se está saudável ou até mesmo se este indivíduo faz uso de alguma medicação [3]. O exame físico da urina de um paciente saudável irá apresentar, normalmente, coloração de transparente a amarelada, assim como aspecto mais límpido e de odor característico. Por outro lado, caso haja algum distúrbio no trato urinário, os parâmetros físicos e químicos podem sofrer modificações. Se porventura a urina apresentar coloração incomum como esverdeada, pode ser indicativo de infecção urinária ocasionada por bactérias *Pseudomonas* sp., ou mesmo eliminação de pigmentos medicamentosos. Já a coloração âmbar a vermelha sugere presença de hemoglobina, ou pigmentos alimentícios. Ocasionalmente, observa-se aspectos de turbidez, o que depende diretamente da presença de certos sais, tais como: cristais de fosfato amorfo insolubilizados em urinas com o pH alcalino, ou de urato amorfo, que precipitam em urinas ácidas [1,2]. Quanto ao odor da amostra urinária, se este se apresentar bem forte e fétido, pode ser indicativo de proliferação bacteriana, comumente observada em análises que utilizam urinas coletadas em um período de 24 horas, e o tempo e as condições de armazenamento, colaboram para tal proliferação [1]. Já em relação aos exames químicos da urina, são utilizados diferentes tipos de reagentes como, o reagente de Fouchet, Benedict e Ácido Sulfossalicílico, ou valendo-se da fita reativa, para confirmar a presença de bilirrubina, glicose e proteínas, respectivamente, que não estão presentes na urina de um indivíduo saudável e que poderão alterar aspectos físicos da amostra urinária, como a turbidez que em algumas situações podem apontar para a presença tanto de leucócitos, como de bactérias e proteínas na urina, sendo necessário, após os exames, a realização da análise microscópica [4,5]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Portanto, as análises físico-químicas, apesar de simples, possuem relevância para o analista, tendo em vista que uma modificação a olho nu na amostra já é indicativo de alguma alteração, ou de que algo está induzindo tal alteração, como nos casos de eliminação de pigmentos. Notar modificações na urina pode auxiliar na procura rápida de especialistas, agilizando o diagnóstico assim o tratamento do paciente. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS e a docente Fernanda Mara pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Strasinger SK, Lorenzo M. Urinálise e fluidos corporais. 5ª ed. São Paulo: Editorial Premier; 2009. [2] Kirsztajn GM. Diagnóstico laboratorial em nefrologia. 1ª ed. São Paulo: Sarvier; 2009. [3] Khejonnit V, Pratumvinit B, Reesukumal K, Meepanya S, Pattanavin C, Wongkrajang P. Optimal criteria for microscopic review of urinalysis following use of automated urine analyzer. Clin Chim Acta. 2015;439:1-4. [4] Heggendornn LH, de Almeida Silva N, da Cunha GA. Urinálise: a importância da sedimentoscopia em exames físico-químicos normais. REB. 2014;7(4):431-43. [5] Perazella MA. The urine sediment as a biomarker of kidney disease. Am J Kidney Dis. 2015;66(5):748-55.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.07.02.05-1 Fisiologia Renal

**EXAMES LABORATORIAIS NO INTRA-OPERATÓRIO E SUA RELEVÂNCIA NA DIRETRIZ
MÉDICA: ÊNFASE NA HIPERLACTATEMIA MURIAÉ - MG**

Hellen M. F. PEDROSA(IC)¹, Marília F. de SOUSA(IC)¹, Lorena M. Santos(IC)¹ e Mariana de A. AZEVEDO(PQ)²

1. Curso de Biomedicina; 2. Professor
Centro Universitário - UNIFAMINAS - 36888-233 - MURIAÉ-MG

Palavras-chave: Hipoperfusão e lactato.

INTRODUÇÃO: A hipoperfusão aguda caracteriza-se pelo declínio do fornecimento de oxigênio para as células, elevando o risco de múltiplas disfunções orgânicas, causando lesões celulares irreversíveis e morte [1]. O aumento do lactato circulante pode ser um indicador de um estado metabólico de hipóxia celular, inclusive hipoperfusão tecidual [2]. O objetivo desse trabalho é avaliar o benefício de exames laboratoriais intra-operatórios, referente à cirurgia eletiva de grande porte, com ênfase no exame de lactato. **MATERIAL E MÉTODOS:** Esta pesquisa trata-se de um estudo exploratório, transversal, descritivo, de estudos de casos de dados colhidos por meio de prontuário eletrônico no Hospital do Câncer de Muriaé-MG, no período de 02/2017-10/2020, sendo excluídos os casos que agregavam procedimentos no mesmo tempo cirúrgico, pacientes matriculados em especialidades distintas a Urologia e com análises laboratoriais em desacordo aos demais. Analisando exames laboratoriais, tempo de internação e idade dos pacientes. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Paciente S.M.R., 71 anos, masculino, submetido à cistectomia radical + linfadenectomia retroperitoneal e pélvica + reconstrução a Bricker. Ex-tabagista há 30 anos, nega etilismo, constando em seu histórico médico diagnóstico de hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus tipo 2, em uso contínuo de Losartana, Sinvastatina, Atenolol e Metformina. Durante o procedimento foram colhidas amostras de sangue no intra-operatório, para averiguar lactato, hemograma e gasometria arterial. Na 1ª coleta não houve anormalidades. Como o paciente apresentava tendência a hipotensão, colheu-se a 2ª, que acusou hiperlactatemia (3,0mmol/l). A 3ª apontou a resolução da hiperlactatemia (2,0mmol/l), após a intervenção médica diante dos exames anteriores, ficando internado 168h. Como critério de comparação da relevância dos exames laboratoriais intra-operatórios, fez-se uma análise comparativa entre 2 grupos, com 22 pacientes cada, submetidos ao mesmo procedimento cirúrgico, mas com análises laboratoriais em tempos distintos intra-operatório (grupo 1) e UTI (grupo 2). O grupo 1 obteve um tempo médio de internação (210,54h) e lactato (1,93mmol/l) menor quando comparado ao grupo 2 (214,90h de internação e 2,87mmol/l de lactato). O grupo 1 apresentou valores de gasometria arterial e lactato próximos dos limites aceitáveis, enquanto o grupo 2, apresentou níveis compatíveis com acidose metabólica, consequência do aumento dos valores de lactato e declínio das mensurações de bicarbonato (20,4mmol/l), pH (7,33) e *base excess* (-5,04mmol/l). Em confronto com os 2 grupos, a análise do S.M.R., os valores de pH (7,35) e HCO₃ (26 mmol/l) foram favoráveis, enquanto lactato (2,3 mmol/l) esteve acima do ideal (<2,1 mmol/l). Há uma inclinação para acidose respiratória, dado que o PCO₂ está aumentado (47,3 mmHg), e foi observado aumento de Hb (11,6g/dl) e o queda de hematócrito (3,62 milhões/mm³), mas esses valores tendem a cair durante a cirurgia. Portanto, os pacientes analisados durante o ato cirúrgico propensos a acidose metabólica, obtiveram menor período de internação hospitalar, minimizando os riscos e custos nosocomiais. A escassez de protocolos institucionais intra-operatório pode prejudicar a resolução mais diligente da hiperlactatemia, aumentando o período de má perfusão tecidual, comprometendo a reabilitação da saúde do enfermo. **CONCLUSÃO:** Com a análise desses dados, podemos sugerir o benefício da realização dos exames laboratoriais no intra-operatório referente à cirurgia eletiva de grande porte e a indispensável oficialização de protocolos. **Referências Bibliográficas:** [1] ALMEIDA, Samantha L. S. *et al.* Hiperlactatemia à admissão na UTI é um determinante de morbimortalidade em intervenções cirúrgicas não cardíacas de alto risco. **Revista brasileira de terapia intensiva** São Paulo, v. 18, n. 4, p. 360-365, 2006. [2] ALVES, Rodrigo Leal. Correlação de variáveis metabólicas do perioperatório com complicações pós-operatórias em cirurgia cardíaca pediátrica. 2010. 71 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Medicina de Botucatu, 2010.

HISTIOCITOSE DE CÉLULAS DE LANGERHANS: UM RELATO DE CASO INCOMUM

Laysa Garcia MARTINS (IC – laysagm11@hotmail.com)¹, Pâmela Cancela MARTINS (IC)¹, Luciana de Andrade AGOSTINHO (PQ)².

¹Biomedicina; ²Docente Centro Universitário Unifaminas – UNIFAMINAS – 36888-233 – Muriaé-MG.

Palavras-chaves: Histiocitose, diagnóstico, tratamento.

APRESENTAÇÃO: As síndromes histiocíticas representam um grupo de doenças com apresentações clínicas que variam de formas localizadas e benignas às difusas e fatais [1]. A histiocitose de células de Langerhans (HCL) é uma doença rara e heterogênea e sua etiologia e evolução clínica são escassas em literatura, o que dificulta sua abordagem terapêutica [2,3,4]. Sua prevalência é de 1-2/100.000 indivíduos, com diferentes formas de apresentação, variando de doença unifocal (acometendo ossos ou pele), doença multifocal envolvendo pele, ossos, olhos e/ou sistema nervoso a uma forma disseminada [1]. É mais agressivo no sexo feminino e apresenta sobrevida média em cinco anos de 88% para doença unifocal [5]. Mais estudos sobre esta desordem devem ser realizados na tentativa de se obter uma melhor abordagem terapêutica, além disso, compartilhar relatos de casos de condições pouco estudadas colabora para a disseminação para a comunidade científica, aumentando a chance de reconhecimento e diagnóstico na população acometida [6]. O objetivo desse estudo foi relatar um caso com fenótipo incomum de histiocitose de células de Langerhans da forma multifocal. **DESENVOLVIMENTO:** Este estudo está aprovado pelo CEP Faminas (CAAE: 61078416.5.0000.5105) e o paciente assinou o TCLE. Paciente do sexo feminino, 76 anos. Em 2016, observou aparecimento de linfonodos na cervical esquerda, axilas e nádegas e ao procurar o médico foi realizada uma biópsia de linfonodo axilar direito e da pele axilar. O resultado foi derme reticular e tecido subcutâneo extensamente comprometido por histiócitos, sendo o diagnóstico, infiltração por HCL. A paciente não possui histórico familiar desta condição. No tratamento, foram propostos vinte ciclos de quimioterapia e, ao final, houve aumento de nódulos subcutâneos na nádega próxima a cada ciclo de tratamento (com a medicação Solumedrol) e edema em MMII. Com isso, um novo esquema de quimioterapia foi proposto, com Zofran 8 mg/4mL, Dexametasona 10 mg/2,5mL (Decadron) e Vimblastina 10 mg (Velban). Durante a quimioterapia, o uso de corticoide foi suspenso, mas as lesões cutâneas retornaram em pernas e garganta, voltando assim, com a medicação. Em outra consulta, apresentou lesão determinada como Carcinoma Epidermóide *in situ* e devido à doença de pele em crescimento progressivo e marcadores de histiocitose controlados, houve suspensão de Velban e manteve o uso de Dexametasona. A paciente foi submetida à ressecção de tumor de pele e partes moles frontal à direita seguida de reconstrução. Depois deste episódio, a paciente não apresentou alterações parenquimatosas e teve redução de adenomegalias (em 2021). A histiocitose acomete igualmente todas as raças, sendo mais frequente em homens na razão de 1,8:1 em relação às mulheres. Porém, no sexo feminino parece ser mais agressiva [7]. A paciente deste estudo apresentou evolução positiva, mas com variabilidade clínica durante o extenso tratamento. O acompanhamento quimioterápico e farmacológico foi concluído com bom prognóstico, diferente dos relatos descritos na literatura, como acometimento meníngeo isolado, de acordo com Ribeiro, Muniz e Marchiori (2018), e tumor em mediastino anterior, aderido aos vasos da base do coração, conforme Dutra e colaboradores (2014) [8,9]. A doença multifocal é a mais comum, acometendo adultos e crianças de maior idade, geralmente crônica e de melhor prognóstico, podendo mesmo ter remissão espontânea nas formas unifocais [5]. Os critérios diagnósticos da HCL são divididos em diagnóstico presuntivo, com base nos aspectos clínicos e nas colorações de rotina histopatológicas, e diagnóstico definitivo, que necessita de reatividade imuno-histoquímica ao marcador CD1a ou demonstração de grânulos de Birbeck na microscopia eletrônica [1]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A HCL é uma doença rara, com diversas manifestações clínicas, o tratamento deve ser personalizado e não é considerada uma doença neoplásica, mas uma proliferação celular ou disfunção imune [7]. Este estudo apresentou um relato de caso de bom prognóstico, já que a doença está controlada e não apresenta sintomas clínicos, apenas em acompanhamento de rotina. É importante realizar a biópsia para o diagnóstico, como também tratamentos quimioterápicos e farmacológicos a fim de evitar o comprometimento de órgãos. **AGRADECIMENTOS:** A professora Luciana pela orientação e a Faminas pela oportunidade de submissão do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ARCECI, R.J. **The Histiocytoses: the Fall of the Tower of Babel.** Eur J Cancer: 1999; 35:747-69. [2] GIRSCHIKOFFSKY, M. et al. **Management of adult patients with Langerhans cell histiocytosis: recommendations from an expert panel on behalf of Euro-Histio-Net.** Orphanet J Rare Dis.: 2013; 8:72. [3] GAYANE, B. et al. **Pathogenesis of Langerhans cell histiocytosis.** Ann Rev Pathol Mech Dis.: 2013; 8:1-20. [4] HERITIER, S. et al. **BRAF Mutation Correlates With High-Risk Langerhans Cell Histiocytosis and Increased Resistance to First-Line Therapy.** J. Clin Oncol. Sep. 2016. 1;34 (25): 3023-30. [5] LEAHY, M.A; BRICE, S.L; WESTON, W.L. **Langerhans cell histiocytosis.** Curr Probl Dermatol: 1994; 6:6-23. [6] PAIXÃO, V. J. R. **Histiocitose de Células de Langerhans (Granuloma Eosinofílico) – Caso clínico.** 34 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Medicina, Departamento de

Orl, Voz e Perturbações da Comunicação, Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014. [7] QUATTRINO, A.L. et al. **Histiocitose de células de Langerhans**: relato de caso e revisão da literatura. An Bras Dermatol. 2007; 82: 337-41. [8] RIBEIRO, B.N.F; MUNIZ, B. C; MARCHIORI, E. **Histiocitose de células de Langerhans com acometimento meníngeo isolado: achados na ressonância magnética**. Radiologia Brasileira, Rio de Janeiro, 51(5):334–348, 2018. [9] DUTRA, R.A. et al. **Histiocitose de Células de Langerhans: um Diagnóstico Diferencial dos Tumores do Mediastino Anterior em Crianças**. Revista Brasileira de Cancerologia, Uberaba, 60(4): 331-336, 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 – Biomedicina

INFECÇÕES DAS VIAS URINÁRIAS E SEUS AGENTES

Lívia M. BORGES (IC - liviamilanezborges@gmail.com)¹, Débora A. MAFORTE (IC)¹, Isadora V. MORAES (IC)¹, Lucas T. I. da SILVA (IC)¹ e Fernanda M. FERNANDES (PQ)²

1. Curso de Biomedicina; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Infecções, sexo feminino, bactérias

APRESENTAÇÃO: A infecção do trato urinário é uma anomalia extremamente comum e passível de manifestar-se em todas as idades, desde o neonato ao idoso [1]. Apontada como a segunda maior infecção na população mundial, a infecção do trato urinário exibe uma vasta incidência, atingindo mulheres e homens preponderando o sexo feminino [2]. Com base em estudos, 48% das mulheres têm ao menos um episódio de infecção urinária ao decorrer da sua vida, havendo maior incidência em mulheres com vida sexual ativa, durante a gestação ou na menopausa [1]. O objetivo do estudo foi realizar uma pesquisa sobre infecção do trato urinário, proferindo seus principais agentes etiológicos. **DESENVOLVIMENTO:** No que concerne as infecções urinárias, predominam como agentes: *Escherichia coli*, *Staphylococcus saprophyticus*, *Proteus mirabilis*, e *Klebsiella pneumoniae* [3]. Preliminarmente, a *E. coli* é o principal agente patológico responsável por ocasionar infecções do trato urinário, e expressa síndromes clínicas como bacteriúria assintomática e pielonefrite aguda com sepse. Ademais, esta bactéria manifesta uma multirresistência que está ligado a uma presença de genes de β -lactamase de espectro estendido (ESBL), tornando-a inteiramente resistente as penicilinas, cefalosporinas e aztreonam [4]. Para mais, retratamos o *S. saprophyticus* que se refere a um coco Gram-positivo, coagulase negativa, não hemolítico, encontrado na flora humana normal, podendo colonizar o perineo, reto, uretra e trato gastrointestinal, responsável sobretudo pela pielonefrite aguda, uretrite, epididite, prostatite. Essa bactéria faz o uso da urease para gerar amônia, contudo não é apto a realizar redução do nitrato [5]. Ademais, há o *P. mirabilis*, bastonete Gram-negativo, determinante de infecções do trato urinário associadas a cateteres (CAUTIs). Suas infecções são ocasionalmente acompanhadas por urolitíase e cálculos renais, em virtude da alcalinização da urina por hidrólise da ureia, catalisada mediante a urease [6]. Por fim, há as *K. pneumoniae*, bactérias Gram-negativas, responsáveis sobretudo pelas infecções ligadas ao trato urinário (ITUs), podendo agir como patógenos oportunistas, contaminando indivíduos doentes e imunocomprometidos [7]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que a infecção urinária pode estar presente em todas as idades, sendo o sexo feminino o mais afetado. Observou-se também que o maior responsável pelas infecções do trato urinário é a *E. coli*. **BIBLIOGRAFIA:** [1] HEILBERG, I. P.; SCHOR, N. Abordagem diagnóstica e terapêutica na infecção do trato urinário: ITU. **Diagnosis and clinical management of urinary tract infection**, janeiro 2003. Acesso em: 22 ago. 2021. [2] SALZANI, M. G. B. *et al.* **Infecções Urinárias: buscando evidenciar as drogas mais usadas no tratamento dessas patologias**. Temas em saúde, João Pessoa, v. Vol. 19, ed. 3, 2019. [3] LOPES, H. V.; TAVARES, W. **Diagnóstico das infecções do trato urinário**. São Paulo, Brasil. Acesso em: 21 ago. 2021. [4] TUZUN, T. *et al.* **Risk factors for community-onset urinary tract infections caused by extended-spectrum β -lactamase-producing *E. coli***. Bethesda, EUA. Acesso em: 21 ago. 2021. [5] EHLERS, S.; MERRILL, S. A. *S. Saprophyticus*. Bethesda, EUA. Acesso em: 21 ago. 2021. [6] ARMBRUSTER, C. E.; MOBLEY H. L. T.; PEARSON, M. M. **Pathogenesis of *P. mirabilis* infection**. Bethesda, EUA. Acesso em: 21 ago. 2021. [7] MARTIN, R. M.; BACHMAN, M. A. **Colonization, Infection, and the Accessory Genome of *K. pneumoniae***. Bethesda, EUA. Acesso em: 21 ago. 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

MANIPULAÇÃO DE GENES NA REPRODUÇÃO ASSISTIDA E A ÉTICA

LORENA PAULA OLIVEIRA¹ (lorena.paula@outlook.com); JENNYFER LORRANY MACHADO REIS¹ (jennyferlrrn@gmail.com); KARINA KATHLEEN DE CARVALHO SILVA¹ (karinaKathleenKathleen@gmail.com) e KAMILA NICOLE DE OLIVEIRA ROCHA¹ (kamilanicolerocha@gmail.com) HENRIQUE FABIANO DO NASCIMENTO² (henrique.nascimento@faminasbh.edu.br)

1. Curso de Biomedicina; 2. Professor da FAMINAS-BH

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - BELO HORIZONTE - 31744-007 - Belo Horizonte-MG

Palavras-chave: Reprodução assistida, manipulação genética, ética, FIV

Introdução: Desde o primeiro bebê de proveta, as técnicas de fertilização *in vitro* (FIV) e suas variantes possibilitam o tratamento da infertilidade humana. A FIV é uma técnica em que os gametas são inseridos em meio de cultura onde ocorre a fertilização. O embrião é transferido para o útero. A Transferência de embrião congelado (TEC) é técnica em que se utiliza o uso do estradiol para preparo do endométrio, possibilitando maior receptividade para implantação dos embriões. A Injeção intracitoplasmática de espermatozoides (ICSI) é uma técnica, realizada em *in vitro* indicada para pacientes com oligospermia [1]. A CRISPR-Cas 9 é uma ferramenta que pode alterar o genoma de embriões com anomalias cromossômicas [2]. É evidente que a CRISPR-Cas 9 pode ser a resposta para o tratamento de diversas patologias, entretanto, o uso dessa ferramenta para a manipulação de genes em humanos é proibida no Brasil [3, 4]. Neste contexto, faz-se necessário entender quais são os riscos e benefícios da manipulação de genes, com foco na ética e na dignidade humana. **Metodologia:** Para a elaboração deste trabalho foram consultados bases de dados como Scielo e Pubmed, utilizando os descritores: “Reprodução assistida”, “Terapia gênica”, “Manipulação de genes”, “Ética” e “FIV”. Foram incluídos artigos entre os anos de 2016 a 2021, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola. **Desenvolvimento:** Terapia gênica é de o uso de técnicas com a finalidade de promover a cura ou o tratamento de doenças genéticas [5]. Entretanto, a possibilidade de introduzir tais terapias pode permitir o seu uso para outras finalidades, portanto, considerações são realizadas na literatura para analisar se há viabilidade real desses métodos sem infringir os limites éticos. A alteração genética pode ser usada para a seleção de genes em embriões visando a perfeição biológica, causando por consequência a exclusão da diversidade promovendo a discriminação genética e os riscos associados à hereditariedade são desconhecidos. A regulamentação da terapia gênica só será possível se uma ponderação ética for realizada para limitar a técnica, excluindo a possibilidade do aprimoramento humano [2]. O uso de técnicas para alteração do DNA humano deve se limitar a terapias ou à prevenção de patologias sem tratamentos conhecidos [4]. O pesquisador He Jiankui da China inseriu uma mutação em dois embriões, para impedir a infecção pelo HIV, pois o doador de esperma era soropositivo. Além da justificativa médica inválida, visto que a técnica de lavagem de esperma poderia ser usada, essa mutação aumenta a predisposição a outras infecções, sendo antiético a exposição ao vírus para averiguar se a mutação conferiu proteção contra o HIV [5]. A engenharia genética é mais conhecida pela edição e melhoramento de um organismo, retirando doenças genéticas ou hereditárias, fazendo um procedimento de mapeamento de DNA, permitindo editar erros. Isso abre uma brecha para que pessoas com maior acesso possam escolher características físicas consideradas melhores e assim criar mais discriminação na sociedade [3]. **Conclusão:** O presente trabalho abordou a manipulação de genes na reprodução assistida e a ética envolvida nesse processo. O manuseio desse método de forma errônea pode acarretar uma série de problemas, principalmente sociais. Essa técnica na reprodução humana necessita de leis, para delimitar suas aplicações, a ausência de uma legislação específica possibilita o uso para finalidades estéticas, como alteração das características físicas e sexo do embrião. Somado a isso, esse método sem diretrizes não é acessível financeiramente para grande parte da população, além disso, existe um desvio com relação aos direitos humanos, quando utilizado para fatores que transcendem a eliminação de material genético para a prevenção de doenças genéticas. **REFERÊNCIAS** [1]ALVES, Oslania de Fátima; SOUZA, Karla Keila Pereira Caetano. As principais técnicas de reprodução humana assistida. *Saúde & Ciência em ação*, v. 2, 2016. [2]YUNTA. Eduardo Rodríguez. Desafíos éticos en investigación genómica y biotecnología. Santiago, *Acta bioeth*, v. 26, 2020. [3]MACEDO, Ana Lethycia. *A importância da bioética e do biodireito no campo da manipulação genética*. Goiânia, 2021 Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2021[4] GONÇALVES, Giulliana Augusta Rangel; PAIVA, Raquel De Melo Alves. Terapia gênica: avanços, desafios e perspectivas. São Paulo. *Einstein*, v. 15, n. 3., p. 369-375. 2017.[5] SANTILLÁN-DOHERTY P; et.,al.

Considerations on genetic engineering: regarding the birth of twins subjected to gene edition. **Gacetamedica de Mexico**, v. 156, n. 1, p. 53-59. 2020.

MECANISMOS DE VIRULÊNCIA DO *STREPTOCOCCUS PYOGENES*

Lorena M. dos SANTOS (IC – lorenamendesbiom@gmail.com)¹, Lisânia M. M. SILVEIRA (IC)¹ e Fernanda M. FERNANDES (PQ)²

Curso de Biomedicina¹; Docente² Centro Universitário - UNIFAMINAS - 36888-233 - MURIAÉ-MG

Palavras-chave: *Streptococcus pyogenes*, GAS, patogênese.

APRESENTAÇÃO: *Streptococcus pyogenes* ou estreptococo beta-hemolítico do grupo sorológico A de Lancefield (GAS) é um patógeno de grande importância clínica frequentemente isolado do trato superior de adultos saudáveis. A bactéria possui um imenso potencial de virulência, podendo ocasionar infecções assintomáticas à potencialmente invasivas [6]. O patógeno é o agente etiológico da faringite estreptocócica, uma infecção não invasiva, entretanto pode evoluir para doenças secundárias graves, como: escarlatina, febre reumática e glomerulonefrite [2]. Seus mecanismos de virulência o tornam um colonizador e patógeno humano muito bem-sucedido, tornando-o alvo de diversos estudos nas últimas décadas. O presente estudo consiste em uma revisão de literatura com o objetivo de analisar estudos que descrevem os mecanismos de virulência do *S. pyogenes* entre 2015 e 2021. **DESENVOLVIMENTO:** *S. pyogenes* é uma bactéria Gram-positiva, anaeróbia facultativa, não móvel e não formadora de esporos. Suas células se apresentam na forma de cocos e são dispostas em cadeias. Uma de suas características importantes é a Beta-hemólise, ou seja, a bactéria ocasiona lise completa dos eritrócitos em meio ágar-sangue. Seus mecanismos de virulência são altamente complexos, e começam nos primeiros estágios da patogênese, com adesão e colonização do epitélio. Em relação à parede celular, a mesma é constituída por peptidoglicano espesso, ácido teicóico, e ácido lipoproteico, que conferem capacidade de aderência às células epiteliais da faringe, proteínas do hospedeiro, e demais tipos celulares[3]. Há também proteínas de superfície que fazem ligação à fibronectina, proteínas ligantes ao colágeno que interagem com os receptores do hospedeiro mimetizando o colágeno humano, e o pili, que auxilia na adesão e formação do biofilme [1][5]. Dentre todos os fatores de virulência, um dos mais importantes e estudados é a proteína M, que está envolvida em diversos processos patogênicos, como a inibição do complemento conferindo resistência a fagocitose, adesão de células epiteliais e invasão de queratinócitos [7]. GAS também é capaz de secretar enzimas, tais como a estreptolisina, exotoxinas pirogênicas, DNAses, além disso, possuem uma cápsula constituída por ácido hialurônico conferindo proteção, resistência ao sistema imune, e capacidade de ligação às células hospedeiras [4]. Entretanto, existem diferenças fenotípicas entre as cepas, ou seja, os mecanismos de virulência podem variar na expressão dessa virulência controlada por um sistema regulatório denominado CovR-CovS, o que explica cepas altamente virulentas e capazes de causar quadros infecciosos graves, enquanto outras cepas podem causar infecções assintomáticas [6]. **CONCLUSÃO:** *S. pyogenes* é um microrganismo de grande importância clínica, e está associado a diversos quadros de infecções. Apesar de sua diversidade em termos de mecanismos de patogênese, sua capacidade de virulência pode variar entre cepas. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BEERENS, D.; et al. Survival Strategies of *S. pyogenes* in Response to Phage Infection. *Viruses*, Germany, v.13, n.612,p.2-22, 2021. [2] BESSEN, D. E.; SMEESTERS, P. R.; BEALL, B. W. Molecular Epidemiology, Ecology, and Evolution of Group A Streptococci. *Microbiology Spectrum*, New York, v.6, n.5,2018.[3] BROUWER, S. et al. *S. pyogenes* adhesion and colonization. *Federation of European Biochemical Societies letters*, England, v.590, n.21, p.3739-3757,2016. [4] FIEDLER,T.;KOLLER,T.; KREIKEMEYER, B. *S. pyogenes* biofilms-formation, biology, and clinical relevance. *Frontiers in cellular and infection microbiology*, v.5, n.15 p. 1-11, 2015.[5] LAABEI, M.; ERMERT, D. Catch Me if You Can: *S. pyogenes* Complement Evasion Strategies. *Journal of Innate Immunity*, Sweden, v.11, n.1, p. 3-12, 2018. [6] PROCOP, G. W. et al. *Koneman's Color Atlas and Textbook of Diagnostic Microbiology*. 7. ed. Philadelphia: Wolters Kluwer Health, 2017. [7] WILKENING, R. V.; FEDERLE, M. J. Evolutionary constraints shaping *S. pyogenes* host interactions. *Trends in Microbiology*, Chicago, v.25, n.7, p.562–572, 2017.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.12.00.00-9 – Microbiologia.

NANOTECNOLOGIA APLICADA AO DESENVOLVIMENTO DE MEDICAMENTO OFTÁLMICO
A PARTIR DO ÓLEO ESSENCIAL DE *Rosmarinus Officinalis* L.

Mariana Coelho **MORAES** (IC - marianamoraescms@gmail.com)¹, Saulo **RIBEIRO** (PG)², Carolina Paula de Souza **MOREIRA** (PQ)³

1. Curso de Biomedicina; 2. Pós-graduação em Biotecnologia; 3. Pesquisador

Centro Universitário FAMINAS-BH - 31744-007 - Belo Horizonte/MG
Fundação Ezequiel Dias - 30510-010 Belo Horizonte/MG

Palavras-chave: *Candida*, *Fusarium*, *Aspergillus*, Toxicidade.

INTRODUÇÃO: A ceratite fúngica ocular é caracterizada por uma inflamação do segmento anterior do olho, mais precisamente da córnea causada pela presença de fungos oportunistas. É considerado um dos problemas oftalmológicos mais recorrentes em vários países, que pode levar à cegueira. O seu diagnóstico e tratamento são considerados fundamentais para um melhor prognóstico da doença, mas o desafio é a tóxica e fungistática ação dos medicamentos em uso [1]. O óleo essencial de *Rosmarinus Officinalis* (Lamiaceae), é conhecido por seus efeitos antimicrobianos e antioxidantes. Suas atividades biológicas são atribuídas à sua composição fitoquímica e o sinergismo entre os compostos [2]. Microemulsões têm sido estudadas e utilizadas como alternativas em tecnologia farmacêutica para entrega de fármacos. Algumas vantagens incluem o aumento da solubilidade e estabilidade das drogas, além da facilidade de preparação [3]. O objetivo deste trabalho foi desenvolver, caracterizar e avaliar a toxicidade e atividade antifúngica de uma microemulsão (ME) contendo óleo essencial de alecrim como fase oleosa, para uso tópico no tratamento de ceratite fúngica ocular (SISGEN A0420A3). **MATERIAL E MÉTODOS:** O material vegetal foi obtido comercialmente em Belo Horizonte/MG. O óleo essencial foi extraído por hidrodestilação em aparelho do tipo Clevenger. A microemulsão foi preparada utilizando proporções dos reagentes determinados e sob agitação com o auxílio de um Ultra-Turrax. Após 24 horas, foram caracterizadas quanto às propriedades físico-químicas. A concentração inibitória mínima (CIM) foi atribuída pelo método de microdiluição *in vitro* e sua toxicidade foi determinada pelo ensaio HET-CAM. A análise da composição química do óleo essencial obtido e o ensaio de permeação em córnea porcina foram quantificados por cromatografia gasosa acoplada a espectrometria de massas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O óleo essencial obtido teve um rendimento de 1,3% (v/m). Foram identificados 25 compostos químicos pela CG-EM, sendo Eucaliptol (37,89%), Cânfora (19,86%) e o α -Pino (9,65%) os compostos majoritários. A ME obteve pH 7,0, tamanho de partícula entre 11 e 12 nm, PdI <0,2, osmolalidade igual a 495 mOsm/kg e se mostrou estável nos testes de centrifugação e ciclo gelo-degelo. A ME foi classificada como não irritante a irritante leve pelo ensaio HET-CAM e na permeação *ex vivo* foi possível quantificar o marcador Eucaliptol após 25 minutos da administração da ME na córnea, e após 24 horas de experimento 43,7% do marcador ficou retido na córnea. A ME foi capaz de inibir o crescimento de leveduras testadas, sendo 99,8% de *Candida parapsilosis*, 100% de *C. krusei* e 98,6% *C. albicans*. Para fungos filamentosos, inibiu 90,5% de *Fusarium graminearum* e 79,5% de *Aspergillus parasiticus*. **CONCLUSÕES:** A microemulsão desenvolvida com óleo essencial de alecrim é estável, apresenta um valor ótimo de pH para aplicação ocular e significativa inibição do crescimento de fungos que causam a ceratite fúngica. A formulação possui baixa toxicidade e pouca permeação *ex vivo* o que favorece o seu potencial para um tratamento ocular de uso tópico. **AGRADECIMENTOS:** Ao CNPq pelo apoio financeiro. **BIBLIOGRAFIA:** [1] OLIVEIRA, Paulo Ricardo de et al. *Arquivos Brasileiros de Oftalmologia*. 2001, v. 64, n. 1 pp. 75-79; [2] Begum, A et al. *ACTA Scientiarum Polonorum Technologia Alimentaria*. 2013, 12(1):61-73; e [3] HEGDE, R. R et al. *ISRN Pharmaceutics*, 2013, 1–11.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 – Biomedicina
Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 - Farmácia

NEOPLASIAS MIELOPROLIFERATIVAS E A MUTAÇÃO V617F NO GENE *JAK2* EM
PACIENTES DO HOSPITAL DO CÂNCER DE MURIAÉ

Emanuel de S. BRAGA (IC – emanuelsouza33@outlook.com.br)¹, Tiago C. G. MOREIRA (IC)¹,
Izadora Garcia dos SANTOS (IC)¹ e Luciana de A. AGOSTINHO (PQ)².

¹Biomedicina; ²Docente Centro Universitário Unifaminas – UNIFAMINAS – 36888-233 – Muriaé-MG.

Palavras-chaves: Policitemia vera, Trombocitemia essencial, mielofibrose

INTRODUÇÃO: As neoplasias mieloproliferativas (NMPs) são transtornos mieloides que abrangem doenças hematológicas com aspectos em comum relacionadas às características clínicas e a expansão clonal, como na Policitemia Vera (PV), Trombocitemia Essencial (TE) e Mielofibrose Primária (MNP), sendo a mutação *JAK2 V617F* encontrada na maioria dos casos [1]. Os sinais e sintomas mais notados nos pacientes são esplenomegalia, risco aumentado de hemorragia, trombose e produção hematopoiética extramedular [2]. O objetivo deste estudo foi analisar a frequência da mutação V617F em *JAK2* em pacientes com PV, TE e MFP, bem como, outros achados clínicos. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo transversal retrospectivo sobre a frequência da mutação V617F do gene *JAK2* em indivíduos com NMPs e seus achados clínicos mais comuns do Hospital do Câncer de Muriaé. Pacientes com mais de 18 anos e com diagnóstico clínico para NMPs foram incluídos. Este estudo foi aprovado no CEP sob o CAAE: 62262316.7.0000.5105. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Dezesesseis pacientes foram incluídos com idade média de 69 anos ($\pm 15,9$). Aproximadamente 62,5% dos indivíduos apresentavam clinicamente a TE, 25% a MFP e 12,5%, a PV. Todos com PV eram mulheres e tinham idade média de diagnóstico de 59 ($\pm 2,83$) anos, e em 50% delas a hepatoesplenomegalia foi observada. Nos hemogramas obtidos das pacientes com PV foi observado que a eritropoiese é alteração mais encontrada (média de hemácias: $7,60/\text{mm}^3$, hemoglobina: 20,15g/dL e hematócrito: 62,35%). A trombose pode estar relacionada, além do alto valor de hematócrito e plaquetas (aumento da viscosidade), a outros eventos como a diminuição de anticoagulantes, interações celulares e a problemas com o mecanismo de Von Willebrand, causando alterações no processo de agregação plaquetária podendo levar a complicações hemorrágicas [3]. Além disso, em 50% dos pacientes havia mutação em *JAK2*. Já em literatura estima-se que 90% deles apresentam esse gene alterado [4]. Em indivíduos com TE, 72,7% eram do sexo masculino e 27,3% do sexo feminino, a idade média de diagnóstico foi de 62,73 anos ($\pm 18,64$). Além disso, 45,5% tinham a mutação em *JAK2*, 27,3% não a apresentavam e outros 27,3% não realizaram o teste. Cerca de 18,2% desses indivíduos vieram a óbito entre 2 à 3 anos após receberem o diagnóstico. Destes pacientes, 18,2% tiveram esplenomegalia e hepatomegalia. No hemograma observou-se que a leucocitose ($17.871/\text{mm}^3$) e a plaquetose ($966.300/\text{mm}^3$) foram as principais alterações encontradas. Estes achados podem estar relacionados com episódios hemorrágicos devido, principalmente, a alterações na atividade plaquetária, eventos vasculares e também a trombose. Os fenômenos trombóticos são as principais causas de morte e também podem estar associados à história de trombose, riscos cardiovasculares, estado inflamatório, leucocitose, presença da mutação *JAK2 V617F* e comprometimento da funcionalidade das plaquetas [5]. Já os pacientes com MFP, 75% eram do sexo masculino e 25% do sexo feminino. A idade média de diagnóstico foi de 79 ($\pm 5,2$) anos, e todos tinham a mutação em *JAK2*. A porcentagem de óbitos destes pacientes foi de 25% após 1 ano da confirmação do diagnóstico. A esplenomegalia estava presente em 50% dos casos e a hepatomegalia em 25%. E quanto aos achados laboratoriais a leucocitose ($23.202,50/\text{mm}^3$) foi a alteração mais encontrada. A MFP pode ter como característica a transformação maligna das células hematopoiéticas pluripotentes, o que pode levar ao aumento de células responsáveis pela liberação de fator de crescimento fibrogênico. Em 50% dos casos com MFP em literatura são portadores da mutação e a taxa de sobrevivência é de 3 a 10 anos [4]. As NMPs podem ter várias causas, porém, quando estas estão relacionada com a mutação de *JAK2* há uma predisposição de se autofosforilar independente da ação de citocinas, dessa forma ela perde o controle da produção dos precursores hematopoiéticos, alterando os valores dos eritrócitos, leucócitos e plaquetas na corrente sanguínea, o que aumenta o risco trombótico [6]. **CONCLUSÃO:** A mutação esteve presente na maioria dos casos de NMPs (62,5%). A maior parte dos pacientes apresentaram o diagnóstico de TE. Cada uma das doenças relatadas apresenta características clínicas clássicas, como, principalmente, aumento eritrocitário em PV, plaquetário em TE e leucocitário em MFP, sendo assim, o rastreamento desses parâmetros é de suma importância no prognóstico, tratamento e sobrevivência dos pacientes. **AGRADECIMENTOS:** A professora Luciana pelo incentivo, a Fundação Cristiano Varela e a FAMINAS por proporcionar a realização do trabalho. **REFERÊNCIAS:** [1] CAMPOS, P. M. Investigação de vias de sinalização tirosinoquinase em neoplasias mieloproliferativas crônicas BCR-ABL1 negativas: interação *JAK2/IRS2* e mutações em *KIT*. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015. [2] SILVA, P. H; et al. **Hematologia Laboratorial:** teoria e procedimentos. Porto Alegre : Artmed, 2016.

[3] MORETTI, M. P.; et al. Policitemia vera: relato de caso. **Arquivos Catarinenses de Medicina**. v. 37. n. 3, 2008. [4] CHAUFFAILLE, M. L. L. F. Neoplasias mieloproliferativas: revisão dos critérios diagnósticos e dos aspectos clínicos. **Rev. Bras. de Hemat. e Hemo**. v. 32. n. 4. São Paulo. ago., 2010. [5] ZAGO, M. A; FALCÃO, R. P.; PASQUINI, R. **Tratado de Hematologia**. São Paulo : Editora Atheneu, 2013. [6] JAMES C.; et al. A unique clonal JAK2 mutation leading to constitutive signalling causes polycythaemia vera. **Nature**. v. 434. n. 28. p. 1144 – 1148. abr., 2005.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.02.00.00-5 – Genética

O BIOPROCESSAMENTO NA PRODUÇÃO DE CERVEJAS

Fernanda Cunha Pereira¹, Gabriella Gonçalves Silva¹, Jennifer Nemésio de Melo Barros¹, Sarah Souza Giordani Costa¹, Vitória Rezende Sant'Ana¹, Salvina Maria de Campos Carli².

1- Discentes da Faculdade de Minas-BH. 2- Docente da Faculdade de Minas-BH.

Apresentação: A cerveja é uma bebida fermentada cujo processo de preparação é cada vez mais afinado e melhor controlado, tendo permanecido inalterado durante muito tempo. Tal líquido pode ser acentuado como sendo uma bebida carbonatada, de baixo teor alcoólico, preparada a partir da fermentação por leveduras do malte de cevada, contendo lúpulo e água, podendo ainda valer-se de outras matérias-primas, como arroz, trigo ou milho. As leveduras do gênero *Saccharomyces* oferecem várias linhagens consideradas seguras para a produção da cerveja, sendo capazes de produzir dois metabólitos primários de extrema importância que é o etanol e o dióxido de carbono, além dos compostos secundários responsáveis pelo gosto típico da bebida. A fermentação dos mostos cervejeiros pode ser ocasionada decorrente de vários fatores como a temperatura, a viabilidade e a atividade dos microrganismos, que são de primordial seriedade para qualquer sucesso do processo fermentativo. Vale ressaltar que as propriedades de sabor e aroma de qualquer cerveja estão acuradas de forma principal pelo tipo de levedura empregada. **Introdução:** O Bioprocessamento é uma ramificação da biotecnologia que consiste na utilização de agentes biológicos (micro-organismos, enzimas ou células) para a obtenção de um produto. Como exemplo de bioprocessamento, pode ser citada a utilização de leveduras na fermentação e obtenção de cerveja. As leveduras são fungos unicelulares que não possuem filamentos, de reprodução assexuada por brotamento, isto é, sem cruzamento genético. São micro-organismos de grande diversidade e faz parte do principal grupo de organismos utilizados na fermentação de bebidas. Acredita-se que os costumes da cervejaria se originaram na região da Mesopotâmia, onde a cevada cresce em estado selvagem. Existem indícios que em torno de 6000 a.C., a cerveja já era consumida na região. Além do consumo neste período a cerveja possuía outras utilidades como na função cosmética e medicinal. O sabor determinante da cerveja é dado pelo tipo de processamento, pelas leveduras utilizadas e pela matéria-prima. A fermentação e a maturação são determinantes no processo e causam o impacto no paladar característico que a bebida provoca. Existem duas classificações para cerveja: a Lager, que possui baixa fermentação, e a Ale, de alta fermentação. As cervejas Lager são fermentadas em temperaturas de 3 a 15°C e sua duração de maturação é de 7 a 10 dias. São mais suaves e leves, diferentemente das Ales, que sua temperatura de fermentação varia entre 18 a 22°C e a duração da fermentação e da maturação é de 3 a 5 dias. São confeccionadas com linhagens de *Saccharomyces cerevisiae*, sendo assim mais populares no mundo. **Desenvolvimento:** O procedimento fermentativo é o ponto principal para a produção de qualquer bebida alcoólica, tendo como principal objetivo a conversão de açúcares em etanol e gás carbônico pela levedura, sob condições anaeróbicas. A fermentação, que é um bioprocessamento corriqueiramente usado, é iniciado utilizando culturas de leveduras renovadas após certo número de ciclos fermentativos e entre os ciclos, as células são ajustadas com soluções ácidas extinguindo possíveis contaminantes ⁽¹⁾⁽²⁾. Vale lembrar que as leveduras são microrganismos eucarióticos unicelulares e pertencentes ao Reino Fungi. Elas possuem a capacidade de metabolizar de forma eficiente os elementos do mosto, que é um produto resultante da mistura fervida de malte e água, rico em açúcares fermentáveis. Esse caldo é filtrado anteriormente de receber o lúpulo, e antes também do fermento ser transformado em álcool e gás carbônico a fim de produzir uma cerveja com qualidade e estabilidade sensorial satisfatória ⁽¹⁾. Entretanto, os tipos de cervejas mais importantes (lager e ale) são fermentadas com linhagens de *Saccharomyces uvarum* (produz baixa fermentação) e *Saccharomyces cerevisiae* (produz alta fermentação), respectivamente. A cultura de levedura tem que ser a mais pura possível, isto é, isenta de micro-organismos contaminantes (bactérias e leveduras “selvagens”), cuja finalidade é a formação de aromas e sabor na cerveja. Embora o etanol seja o principal produto de excreção lançado pela levedura durante a fermentação do mosto, esse álcool primário tem baixo impacto no sabor da cerveja, uma vez que o tipo e a concentração de vários produtos de excreção desenvolvidos durante a fermentação são quem primordialmente determinam o sabor da bebida ⁽¹⁾⁽³⁾. O desenvolvimento desses combinados depende do processo metabólico do cultivo da levedura, além de que vários fatores podem afetar esse processo metabólico e, por conseguinte, afetar também o sabor da cerveja, abrangendo a linhagem de levedura, a concentração do mosto, a temperatura e o pH da fermentação, o tipo e a proporção de adjunto e o modelo de fermentador ⁽⁴⁾. Contudo, culturalmente, a cerveja “lager” é produzida por leveduras de baixa fermentação (entre 7-15 °C), as quais produzem pequenos flocos no final da fermentação primária ou principal, sendo coletadas na base do fermentador. As leveduras de alta fermentação, usadas para a produção das cervejas “ale”, fermentam com temperaturas entre 18 e 22 °C e no final da fermentação as células adsorvidas nas bolhas de CO₂, são carregadas até a superfície do mosto onde são coletadas. A discrepância entre lager e ale, fundamentada em leveduras de fundo ou de superfície, tem se tornado

menos habitual com o emprego dos fermentadores cilindro-cônicos e das centrífugas ⁽¹⁾⁽²⁾⁽⁴⁾. **Considerações Finais:** Destarte, conclui-se que o Bioprocessamento incide no emprego de agentes biológicos, seja eles microrganismos, enzimas ou até mesmo células, para a aquisição de um produto, ressaltando a fermentação de leveduras como exemplo de um bioprocessamento culturalmente usada para a obtenção de cerveja. As principais leveduras empregadas são *Saccharomyces cerevisiae* e *Saccharomyces uvarum*. Para uma fermentação eficaz, a cultura dessas leveduras deve ser pura e sem contaminantes. O estudo do metabolismo dessas leveduras no decorrer da fermentação é essencial para o cervejeiro, afim de que desenvolva estratégias de controle e aperfeiçoamento do processo de fabricação da bebida. O sabor do produto alcançado difere de uma levedura para outra, em função de pequenas diferenças bioquímicas e de metabolismo, o que influencia na formação de substâncias capazes de conferir aroma e sabor diferentes, caracterizando os variados tipos de cerveja. **Referências Bibliográficas:** OLIVEIRA, Nayara Aline Muniz de. **Leveduras utilizadas no processo de fabricação da cerveja**. 2011. 45 f. Monografia (Especialização) - Curso de Microbiologia Industrial e Ambiental, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-99VHHA/1/195.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021. PIMENTA, Larissa Bicalho et al. **A história e o processo da produção da cerveja: uma revisão**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 37, n. 3, p. 1-18, 25 nov. 2020. Cadernos De Ciencia E Tecnoloxia. <http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct2020.v37.26715>. Disponível em <file:///C:/Users/USER/Downloads/26715-128097-1-PB%20(2).pdf>. Acesso em: 16 set. 2021. SOUZA, Patrick Gomes de. **ELABORAÇÃO DE CERVEJAS TIPO LAGER A PARTIR DE FARINHA DE PUPUNHA (*Bactris gasipaes* Kunth) COMO ADJUNTO, EM BIOPROCESSOS CONDUZIDOS COM LEVEDURAS LIVRES E IMOBILIZADAS**. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Biotecnologia, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2010. Disponível em: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/18-9.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021. GUTIERREZ, L.e.. **Produção de álcoois superiores por linhagens de *Saccharomyces* durante a fermentação alcoólica**. Scientia Agricola, Piracicaba, v. 50, n. 3, p. 464-472, 10 ago. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-90161993000300021>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sa/a/NzPhdygCd9FXwBcTqmhycNy/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2021.

O PROFISSIONAL BIOMÉDICO ATUANDO NA PERÍCIA CRIMINAL

Emilly Katheryne Oliveira LIMA (CI)¹; Gabrielle Alves de MACÊDO (IC)¹; Mariana Lisboa de OLIVEIRA (CI)¹; Mariana Martins de SOUZA (CI)¹; Simone Martins de OLIVEIRA (CI)¹; Gustavo Oliveira GONÇALVES (PQ)²

1. Discente do curso de Biomedicina; 2. Professor Orientador;
Faculdade de Minas FAMINAS - FAMINAS-BH - 31744-007 – Belo Horizonte – MG

Palavras-chave: *Biomedicina, Perícia Criminal, Atuação profissional.*

APRESENTAÇÃO: O Biomédico é um profissional que possui formação ampliada, com competência para atuar em 31 habilitações. Durante o curso de Biomedicina há o desenvolvimento de diferentes competências relacionadas à perícia criminal, como por exemplo, conteúdos das Ciências morfofuncionais, Química e Toxicologia, dentre outros [1]. O perito é um servidor público, estadual ou federal, responsável pela produção de provas utilizando-se de tecnologias e conhecimentos técnicos para elucidações de crimes e suas ações, pois cabe a ele relatar a dinâmica dos fatos, analisar objetos, registrar todo o ocorrido na área do crime e realizar exames técnicos [2]. Este trabalho tem como objetivo compreender a atuação do biomédico na perícia criminal e descrever a sua função na solução de crimes. Trata-se de um estudo descritivo, que apresenta as atividades do perito criminal. O presente estudo é produto da disciplina Projeto Aplicada à Comunidade da FAMINAS BH, desenvolvida em 2020, por um grupo de alunos do primeiro período do curso de Biomedicina. Para construção deste trabalho foi realizada pesquisa de artigos científicos no *Scielo*, seguido de entrevista semiestruturada com um perito criminal. **DESENVOLVIMENTO:** Para seguir carreira como Biomédico Perito Criminal em Local de Crime, não é necessário ter uma habilitação registrada no Conselho Federal de Biomedicina, porém, é imprescindível possuir formação de nível superior em Biomedicina em instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, bem como ser registrado no Conselho Regional de Biomedicina. Além disso, é fundamental fazer cursos de especialização relacionados à área, pois, é uma maneira complementar de enriquecer a bagagem profissional do perito criminal que irá atuar na área de análises biomédicas e este conhecimento poderá ser utilizado para aprovação no concurso público. Na sua atuação em local de crime, participa ativamente de atividades como recolhimento de impressões digitais, registro fotográfico e análise dos objetos encontrados, para então posteriormente emitir um parecer técnico e cientificamente comprovado que será apresentado nos tribunais, contribuindo com a investigação do caso. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em síntese, os objetivos gerais e específicos foram alcançados. Logo, os recursos manipulados na metodologia condisseram essenciais para a produção e obtenção dos resultados. Ademais, o trabalho sobre Perito Criminal em Local de Crime, atingiu as expectativas do grupo, de modo que agregou conhecimentos relacionados à sua extrema importância na elucidação de uma transgressão a lei. Adiante, o fato de o presente artigo mostrar que o biomédico pode sim atuar como perito criminal em local de crime, bem como em outras áreas da criminalística, fez com que a equipe se demonstra satisfação na escolha do curso. Além de descobrirem informações adicionais das quais ainda não possuíam. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA. Áreas de Atuação. Disponível em: < <https://cfbm.gov.br/habilitacao/> >. Acesso em: 30 ago 2020. [2] O que é a perícia criminal?. Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais. Disponível em: < <https://apcf.org.br/pericia-criminal/o-que-e-a-pericia-criminal/> >. Acesso em 26 de mai de 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

**ORGANIZAÇÃO DE UM LIGA ACADÊMICA E O DESENVOLVIMENTOS DE ATIVIDADES EM
MEIO A PANDEMIA COVID19: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

André Bezerra **CHAGAS** (IC) 1 ; Karina Rocha Marcos dos **ANJOS** (IC) 2; Danúbia Mariane Barbosa **JARDIM** (PO)3

1. Discente do curso de Biomedicina; 2. Discente do curso de Enfermagem; 3. Professor Orientador.

Faculdade de Minas FAMINAS - FAMINAS-BH - 31744-007 – Belo Horizonte – MG

Palavras-chave: Práticas Interdisciplinares; Formação profissional; Liga Acadêmica.

Apresentação: A formação de profissionais de saúde são essenciais as experiências multiprofissionais e as vivências interdisciplinares, sendo definidas nas diretrizes nacionais curriculares dos cursos de graduação. Programas de estágio, projetos acadêmicos, disciplinas interdisciplinares, iniciações científicas e atividades extracurriculares são estratégias que auxiliam na formação. Assim, dentre as atividades extracurriculares surgem as ligas acadêmicas, que são constituídas por alunos e professores com o objetivo de completar a formação acadêmica partindo de interesses em comum e utilizando dos princípios de ensino, pesquisa e extensão, fato que possibilita a interação do acadêmico com a sociedade e com outras ferramentas não abordadas anteriormente na faculdade. A liga acadêmica multiprofissional de saúde comunitária (LASC), foi criada por estudantes dos cursos de saúde da FAMINAS-BH, com objetivo de oferecer vivência multiprofissional e proporcionar a aplicação de conhecimentos acadêmicos e científicos em atividades multiprofissionais voltadas para o benefício comunitário, seja em intervenções sociais, produção de material científico e atividades acadêmicas diversificadas. Devido às consequências da pandemia relacionada ao Coronavírus as atividades da LASC, como todas as atividades sociais, sofreram profundos impactos. Para lidar com as adversidades, dar continuidade com as atividades e desenvolver novos projetos, foi necessário explorar soluções tecnológicas para interação social de forma virtual. **Objetivo:** Relatar a experiência na participação, gestão e continuidade das atividades da LASC através da utilização de recursos tecnológicos durante a pandemia do novo coronavírus. **Método:** Trata-se de um relato de experiência focado na descrição das ferramentas utilizadas para continuidade e manejo dos trabalhos desenvolvidos pela LASC. **Desenvolvimento:** A LASC é dividida entre os setores de Extensão, Ensino e Pesquisa, Marketing e Secretaria, cada setor utilizou de recursos tecnológicos específicos devido a natureza de sua atividade executada. Na continuidade das reuniões, a Secretaria inicialmente utilizou a ferramenta de comunicação Google Meet, simulando uma “ligação em grupo virtual”. Com a necessidade de uma ferramenta mais adequada, as reuniões passaram a ser realizadas pelo Microsoft Teams, permitindo o compartilhamento de arquivos e a gravação direta das reuniões. O setor de extensão desenvolveu eventos virtuais transmitido por plataformas de streaming como Youtube e Instagram. Visando aumentar a visibilidade virtual, o setor de Marketing traçou uma estratégia de marketing digital criando e gerenciando um canal de streaming e um Blog permanente, interligados às publicações semanais na rede social Instagram sendo alimentados por conteúdos criados por integrantes da LASC, revisados pelo setor de Ensino e Pesquisa e corrigidos pela Doutora em Saúde Coletiva Danúbia Jardim, professora orientadora da LASC. **Considerações finais:** Frente aos desafios apresentados pelo distanciamento social exigido na pandemia, foi possível dar continuidade com as atividades da LASC e evoluir no patamar tecnológico com aumento na abrangência das propostas criadas, devido às vantagens da utilização de ferramentas digitais. Dado o avanço tecnológico atual é necessário explorar e conhecer as ferramentas que auxiliam e possibilitam a interação social a distância, ultrapassando a barreira territorial e social que a internet dispõe através de redes sociais, ferramentas de compartilhamento e streaming. A formação multiprofissional moderna deve utilizar de diversas ferramentas digitais outrora pouco exploradas, mas que são extremamente úteis para disseminação, compartilhamento e integração de conhecimento para uma vivência social-profissional mesmo em um contexto pandêmico. **Referências:** MEC. RESOLUÇÃO CNE/CES 2, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces022003.pdf>> Acesso em: 14 set 2021 MEC. RESOLUÇÃO CNE/CES 3, DE 07 DE AGOSTO DE 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/ces1133.pdf>> Acesso em: 14 set 2021

OS BENEFÍCIOS DO BIOPROCESSAMENTO PARA O MEIO AMBIENTE.

Lays Emanuelle Seara Silva; Sheila Pereira Santos; Bruna de Camargos Marques; Jennifer da Silva Barbosa; Kesia Cristina Gomes Costa; Salvina Maria de Campos Carli.

O bioprocessamento ou bioprocessos define-se a partir da utilização de reações de matérias biológicas em escala laboratorial ou industrial, ou seja, a biotransformação da matéria-prima utilizando microrganismos, enzimas, plantas, entre outros, que são transformados em produtos benéficos para o meio ambiente e para os seres vivos em geral (1). Os microrganismos estão presentes na terra há milhares de anos e por muito tempo houve o mito de serem somente maléficis para o homem e o meio ambiente. Através de estudos e das técnicas de bioprocessamento, essa ideia foi desmitificada e hoje é possível notar que são muito importantes na degradação do petróleo que é extraído, causando grandes impactos nos oceanos, na diminuição de substâncias tóxicas na mineração de carvão, além da importância nos processos de fermentação e na aceleração da degradação de resíduo plástico (3). Estima-se que, no ano de 2020, cerca de 11,3 milhões de toneladas de plástico foram produzidas no Brasil, sendo assim necessário pensar em medidas que desacelerem o impacto causado ao meio ambiente (4). Uma destas medidas é a utilização do sistema de Wetlands, empregadas no setor industrial assim como no tratamento de esgoto. Este sistema consiste no cultivo de plantas aquáticas que tem em suas raízes microrganismos que metabolizam poluentes, e dessa forma os remove, impedindo que seja descartado na natureza. Este modelo de bioprocessos é conhecido como biorremediação. Outra técnica de biorremediação é a aceleração do processo de degradação natural do petróleo com microrganismos produzem carbono metabolizando os hidrocarbonetos. Essa técnica é especialmente importante nas situações que envolvem o derramamento de óleo no mar (8). Outro exemplo desse modelo, são os bioprocessos que trabalham com bactérias aeróbias afim de ajudar no tratamento da drenagem de minas, com o propósito de fabricar o carvão. Na indústria têxtil, devido a grande quantidade de resíduos produzidos que podem afetar o ecossistema, fungos são utilizados para decompor os corantes solúveis (5,7). Outro exemplo que segue também este conceito de biorremediação são os bioprocessos que trabalham com bactérias aeróbias no tratamento da drenagem de minas de carvão (6). Essa nova forma de desenvolver um mundo mais ecológico e responsável tem recebido mérito também devido à sua alta rentabilidade, pois permitem a obtenção de produtos alimentícios, medicamentos, compostos industriais (2) Na indústria alimentícia, não podemos deixar de citar os produtos já utilizados atualmente, como as bebidas lácteas e iogurtes, que são feitos através da fermentação. E, com as exigências da população por alimentos mais saudáveis e práticos, estes produtos estão sendo feitos com probióticos que melhoram os processos metabólicos, incentivando assim as indústrias na busca por inovações (1). No Brasil existem diversas regiões que são polos industriais, ou que não possuem condições de saneamento e que portanto tem um impacto enorme no ambiente. Estas regiões são muitas vezes responsáveis por despejos irregulares de substâncias tóxicas em rios e mares. Portanto, investir em bioprocessamento é uma alternativa que permite a produção de produtos benéficos para a saúde, além de além de possibilitar diminuir o impacto no ambiente. REFERÊNCIAS: THAMER, Karime Gianetti; PENNA, Ana Lúcia Barretto. **Caracterização de bebidas lácteas funcionais fermentadas por probióticos e acrescidas de prebiótico**. Departamento de Engenharia e Tecnologia de Alimentos. São José do Rio Preto (SP). 2006. BATISTA, João. **Importância dos bioprocessos e aplicações industriais dos processos fermentativos**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2021. MELO, Erik. **Degradação de petróleo por cultura mista de fungos e bactérias**. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Biológicas. Departamento de Micologia. Programa de pós-graduação em biologia dos fungos. Recife. 2011. DANSO, Dominick; CHOW, Jennifer; STREIT, Wolfgang R. **Plásticos: Perspectivas Ambientais e Biotecnológicas na Degradação Microbiana**. American Society of Microbiology. Universidade de Hamburgo. 2019. MASS, Adriele Santos Van Der et al. **A degradação do corante azul de metileno pelas cepas de Pleurotus sp. com aplicações potenciais em processos de biorremediação**. Instituto de Pesquisas Ambientais em Bacias Hidrográficas. Taubaté (SP). 2018. FOSSATTI, Jeferson. **Estudo do bioprocessos utilizando bactérias aeróbias no tratamento da drenagem ácida da mineração de carvão**. Centro Universitário La Salle – UNILASALLE. Canoas (RS). 2012. MASS, Adriele Santos Van Der et al. **A degradação do corante azul de metileno pelas cepas de Pleurotus sp. com aplicações potenciais em processos de biorremediação**. Instituto de Pesquisas Ambientais em Bacias Hidrográficas. Taubaté (SP). 2018. Eliane Soares de Souza¹ e Jorge Alberto Trigüis. **Degradação do petróleo em derrames no mar – intemperismo x biorremediação**. 3o Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás. 2005.

OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR PERITOS CRIMINAIS EM LOCAL DE CRIME

Gabrielle Alves de MACÊDO (IC)¹; Anna Carolina Almeida de PAULA (IC)¹; Ana Caroline Lopes dos SANTOS (IC)¹; Brenda de Moura RODRIGUES (IC)¹; Gustavo Oliveira GONÇALVES (PQ)²

1. Discente do curso de Biomedicina; 2. Professor Orientador.
Faculdade de Minas FAMINAS - FAMINASBH- 31744-007- Belo Horizonte- MG

Palavras-chaves: *Perícia Criminal, Biomédico Perito Criminal, Fake News.*

APRESENTAÇÃO: O perito criminal é um profissional especializado na investigação forense e possui como atribuição a análise dos indícios e vestígios encontrados nos locais de crimes para a identificação do provável autor da infração penal [1]. Esse trabalho tem como objetivo relatar os desafios enfrentados pelo Perito Criminal em Local de Crime e o seu papel no combate às *Fake News*. Trata-se de um estudo descritivo, que apresenta os óbices encontrados na rotina diária dos peritos criminais em local de crime. O presente estudo é produto da disciplina Projeto Aplicada à Comunidade da FAMINAS BH, desenvolvida em 2020, por um grupo de alunos do primeiro período do curso de Biomedicina. Para construção deste trabalho foi realizada pesquisa de artigos científicos no *Scielo*, seguido de entrevista semiestruturada com um perito criminal. **DESENVOLVIMENTO:** O perito criminal é de suma importância nas elucidações de crimes [2]. É importante destacar que este profissional atua como servidor público estadual ou federal e possui carga horária de trabalho de 40h semanais normalmente distribuídas em plantões de 24h. Na rotina diária, é preciso observar os materiais e insumos necessários para coleta de evidências: maletas forenses, GPS, *swabs*, entre outros, e após o plantão, fica responsável por redigir os laudos periciais. Alguns desafios são enfrentados no dia a dia do perito, como por exemplo: falta de dimensionamento adequando do número de servidores para atender uma determinada região, provocando deslocamento de profissionais à longa distância e conseqüentemente uma demora no atendimento e chegada ao local e crime. Ademais, destaca-se a falta de estrutura física, insumos básicos (luvas e máscaras) e equipamentos necessários para atender as necessidades dos turnos ininterruptos. Como consequência da precariedade da infraestrutura, poderá haver um prejuízo na preservação de provas e com isto a exatidão da investigação é comprometida. A perícia criminal é uma arma fundamental ao combate a *Fake News*, já que a essência desta atividade está pautado na busca por evidências que comprovem uma determinada ocorrência. Com a quantidade de informações inverídicas, é necessário investir em ações que demonstrem a verdade para a comunidade. Para isto, criou-se um Instagram a fim de disseminar a atuação do perito criminal, além de publicações com as seguintes temáticas: Curiosidades, *Fake News*, equipamentos utilizados pelo perito, análise do local de crime e conceitos. Houve ainda, interação por meio dos *stories*, enquetes apresentando mitos e verdades, indicações de filmes, séries e jogos relacionados ao tema. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Foi possível identificar os principais desafios enfrentados pelos peritos, especialmente relacionado à fragilidade da infraestrutura do sistema de justiça criminal. Adiante, a *Fake News* prejudica o perito ao passo que esse pode percorrer caminhos incorretos na investigação, de modo a gerar atraso ou inconclusão no inquérito. **BIBLIOGRAFIAS:** [1] O que é a perícia criminal?. Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais. Disponível em: <<https://apcf.org.br/pericia-criminal/o-que-e-a-pericia-criminal/>>. Acesso 26 de mai de 2020. [2] SALA DAVI, Revista Brasileira de Criminalística. A perícia criminal: evidencias, profissional perito e nulidade pericial- uma revisão literária. Curitiba (PR), Brasil. Vol 7. nº 3. Páginas 28-31, 10/09/2018.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

**TOXINA BOTULÍNICA: QUAIS AS MARCAS E ÁREAS MAIS APLICADAS E QUAIS OS
PROFISSIONAIS MAIS A APLICAM?**

Izadora Luiza da Rocha Freitas **GONÇALVES (IC)**¹, Érica **MANGARAVITE (PQ)**².

¹ Biomedicina; ² Docente Centro Universitário Unifaminas – UNIFAMINAS – 36880-000– Muriaé-MG.

Palavras-chaves: Estética, percepção de pacientes, TBA, saúde

Introdução: Com o aumento da expectativa de vida, a população tem se preocupado cada vez mais com a aparência, tanto corporal, quanto facial. As toxinas botulínicas (TB) são proteínas neurotóxicas de bactérias *Clostridium botulinum* que produzem sete diferentes sorotipos (A, B, C, D, E, F, G). Os sorotipos A (TBA) e B são aprovados para uso clínico, sendo a TBA mais potente. Embora o uso da TBA seja vasto, poucos estudos abordam a opinião dos pacientes sobre a sua utilização na estética. Quando se avalia a atitude e a percepção do paciente, as perguntas se limitam às vantagens e desvantagens do uso da TB. **Objetivo:** Assim, o objetivo foi avaliar a percepção do paciente no uso da TBA para fins estéticos, em relação ao conhecimento da marca de toxina aplicada, ao profissional que administrou, e às áreas mais realizadas. **Metodologia:** Este foi um estudo exploratório transversal, em que um questionário online foi utilizado, aprovado pelo comitê de ética (CAAE: 48218821.0.0000.5105). O questionário ficou aberto de 16 de julho a 16 de agosto de 2021. **Resultados:** Nesta pesquisa, 53 pacientes responderam ao questionário e diferentes profissionais foram citados. Os mais procurados foram dermatologistas (41,5%), biomédicos (33,9%) e dentistas (11,3%). Outros profissionais citados foram médico (sem determinar a sua especialidade, 3,77%), farmacêutico e enfermeiro (1,8% cada). Dentre as marcas mais citadas, Botox foi a principal (36,5%), seguida por Dysport (28,8%), Botulift (11,53%), Xeomin (1,9%). Observamos ainda que 38,4% dos pacientes não souberam responder qual a marca fora utilizada, ao investigar quais profissionais atenderam estes pacientes, 61,9% foram atendidos por dermatologistas, 33,3% por dentistas e, 22,2% por biomédicos. Ao perguntar as áreas de aplicação, observamos que as mais procuradas foram a testa (96,2%), os olhos (83,01%) e o nariz (22,6%). **Discussão:** A maior procura por dermatologistas pode ser explicada pelo fato de terem sido os primeiros profissionais com autorização para aplicação da TBA, em 2000. Posteriormente, outras classes profissionais tiveram autorização para aplicar, como o biomédico (em 2011), farmacêutico (em 2015), e dentista (em 2016) (CRBM, 2011; CFF, 2015; ABOL, 2019). Entretanto, isso não explica farmacêuticos terem sido procurados menos que dentistas. Provavelmente, os dentistas buscaram um nicho de atuação diferenciado imediatamente após a autorização, enquanto isso não ocorreu com farmacêuticos. Os profissionais biomédicos, se destacaram por, provavelmente, informar melhor os pacientes quanto à marca, sendo, portanto, aqueles pacientes que mais souberam a marca utilizada. Por fim, a maior busca por aplicação na testa e nos olhos, feita por todas as faixas-etárias, evidencia a maior perda da elasticidade natural nestas regiões. Isso ocorre devido à diminuição das fibras elásticas, rigidez do colágeno, diminuição da oxigenação tecidual provocando a desidratação excessiva da pele resultando em rugas. **Conclusão:** O tempo a partir da autorização de um procedimento pode influenciar na maior atuação de um profissional, mas que o interesse da categoria do profissional é fundamental, bem como o marketing utilizado, são também fundamentais. A região da testa e dos olhos apresentam grande perda de elasticidade e maior desconforto para os pacientes. Por fim, há necessidade de melhor instrução aos pacientes, pelos profissionais, a respeito da marca de TBA utilizada. **Referências bibliográficas:** ABOL. Resolução nº 176/2016 2019. Disponível em <:https://contatoabol.wixsite.com/abol/single-post/2018/11/02/nota-de-esclarecimento-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-1762016-volta-a-ter-validade-do-territ%C3%B3rio-nacional:> Acesso em 20 de agosto de 2021. CFBM. Resolução Nº 197, 2011. Disponível em <:http://crbm1.gov.br/RESOLUCOES/Res_197de21fevereiro2011.pdf:> Acesso em 20 de agosto de 2021. CFF. Resolução Nº 616, 2015. Disponível em <:https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/33348675/do1-2015-11-27-resolucao-n-616-de-25-de-novembro-de-2015-33348662:> Acesso em 20 de agosto de 2021.

VOLTA AS AULAS NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19

Fernanda Oliveira¹; Glaucilene Santos¹; Sabrina Cruz¹; Sara Comini¹ (sara-grangeiro@live.com); Yasmin Barbosa¹, Salvina Maria de Campos-Carli²

1- Curso de Biomedicina - FAMINAS-BH- 31744-007- Belo Horizonte - MG; 2- Orientador-

Palavras-chave: Biossegurança, COVID-19, Retorno às aulas presenciais.

Apresentação: Desde os primeiros relatos de infecção pelo coronavírus no Brasil, a educação foi uma das esferas mais impactadas. Por se tratar de uma nova doença, com muitas características a esclarecer e sem esquema vacinal, foi necessário suspender as aulas para todas as pessoas, independente da idade. Isso porque se esperava algo passageiro, que não fosse se prolongar, e cerca de dezoito meses depois, ainda com vários casos de infecção todos os dias, a população brasileira retorna às salas de aula. Entretanto, nem todos os pais se sentem seguros em deixar os filhos retornarem, ou mesmo os adultos, principalmente se possuem comorbidade ou possuem um parentes com comorbidades em casa. Dentro deste contexto, o presente trabalho propõe uma revisão da literatura sobre os principais aspectos que devem ser considerados neste retorno. Tudo voltará a ser como antes ou devemos nos preparar para um “novo normal”? **Desenvolvimento:** A COVID 19, doença causada pelo novo coronavírus, SARS CoV 2, é uma enfermidade respiratória transmitida principalmente pelo ar. Em dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) começou a monitorar um aumento de casos de pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, na China. Em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas informaram que a causa era esse novo tipo de coronavírus. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. A OMS e, desde então, todos os países, incluindo o Brasil, vêm monitorando a progressão, o comportamento, e as respostas dadas à COVID-19. No dia 20/03, o Ministério da Saúde declarou, por meio da Portaria n° 454, o estado de transmissão comunitária em todo o território nacional. Sabemos que a transmissão se dá por contato próximo entre indivíduos: através de gotículas respiratórias produzidas quando uma pessoa infectada tosse ou espirra. Essas gotículas podem atingir a boca, nariz e mucosas de pessoas próximas ou serem inaladas nos pulmões, por meio do contato com superfícies ou objetos que contenha o SARS-CoV-2 e, em seguida, tocando boca, nariz ou possivelmente olhos, ainda que esse modo de transmissão não seja o principal.[1] Como a COVID-19 pode se espalhar antes que os sintomas ocorram ou quando nenhum sintoma está presente, as atividades de investigação de casos e rastreamento de contatos devem ser rápidas, oportunas e completas. A compreensão dessa dinâmica de contágio é importante para que toda a comunidade envolvida nesta temática seja capaz de implementar as ações de mitigação aqui propostas, visando a segurança dos alunos e dos trabalhadores de educação. [2] O contexto atual de pandemia a humanidade está tendo que refletir sobre mudanças e estratégias, principalmente no que tange à aquisição de novas atitudes perante a natureza, a si mesmo e aos modos de produção, tornando-se mais evidente a partir da pandemia pelo novo coronavírus. No contexto da educação desde março de 2020, a modalidade presencial de ensino foi suspensa nas Instituições de Ensino Superior brasileiras ao serem instituídas medidas de distanciamento e isolamento social.[3] Sendo assim foram liberados pelo MEC que as instituições de ensino trocassem o ensino presencial pela modalidade digital. Desta forma, as instituições, professores e alunos precisaram se adaptar ao novo modelo pedagógico. No presente momento o Ministério da Educação recomendou que estados e municípios retornem às aulas presenciais, mas para que isso aconteça se faz necessário aplicar medidas de segurança. Desta forma o MEC estabeleceu o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições de Ensino. De acordo com as orientações da OMS e da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), o afrouxamento das medidas de distanciamento e os ajustes das medidas sociais e de saúde pública deverão ocorrer de modo controlado, sendo monitorados seus efeitos e impactos na comunidade acadêmica e de toda a sociedade. Esse retorno gradual às atividades, de modo seguro, toma forma através do conceito da biossegurança, que coordena ações orientadas para a minimização dos riscos inerentes às atividades de ensino e ao meio ambiente.[4] É recomendado que cada instituição de ensino organize um grupo responsável para melhor definir e organizar os protocolos próprios de segurança com análise de dados epidemiológicos de doença e orientações das autoridades sanitárias competentes. As Medidas de Proteção e Prevenção a Covid-19 são subdivididas em: Medidas Coletivas e Medidas Individuais. Medidas Coletivas: Organizar as equipes para trabalhar de forma escalonada, com medida de distanciamento social; manter, sempre que possível, portas e janelas abertas para ventilação do ambiente; garantir adequada comunicação visual de proteção e prevenção de risco à COVID-19; organizar a rotina de limpeza do ambiente de trabalho e dos

equipamentos de uso individual; considerar o trabalho remoto aos servidores e colaboradores do grupo de risco; priorizar o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para a realização de reuniões e eventos à distância. Se necessário o encontro presencial, optar por ambientes bem ventilados. Medidas Individuais: Utilizar máscaras, conforme orientação da autoridade sanitária, de forma a cobrir a boca e o nariz; lavar as mãos com água e sabão ou higienizar com álcool em gel 70%; evitar cumprimentar com aperto de mãos, beijos ou abraços; respeitar o distanciamento de pelo menos 1,5m (um metro e meio) entre você e outra pessoa; não compartilhar objetos de uso pessoal, como copos e talheres, materiais de escritórios, livros e afins. Para retomada das atividades com segurança, recomenda-se à Instituição de Ensino garantir: A aferição da temperatura de servidores, estudantes e colaboradores, na entrada da Instituição e de salas e ambientes fechados; a disponibilização de termômetro, álcool 70% e álcool em gel 70% para cada unidade (administrativa e de ensino); a limpeza periódica em locais utilizados com maior fluxo de pessoas; a limpeza intensiva de banheiros e salas de aula. Nas salas de aula e auditórios: Utilizar máscaras; aferir a temperatura na entrada das salas e auditórios; disponibilizar frascos com álcool em gel 70%; garantir o distanciamento social, respeitando a distância mínima de 1,5m (um metro e meio) entre mesas e cadeiras; manter os ambientes ventilados (janelas e portas abertas); manter a limpeza das salas e auditórios a cada troca de turma. O retorno das atividades presenciais deverá ter um monitoramento progressivo, pois o risco de adoecimento pela Covid-19 é agravante, não podendo haver relaxamento. Enquanto durar a emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN), poderá haver riscos de adoecimento e novos surtos. É de suma importância a elaboração de relatórios quinzenais como instrumento de monitoramento e avaliação de retorno das atividades. Os coordenadores devem direcionar os relatórios aos dirigentes da instituição.[4] **Considerações finais:** Diante dos fatos elencados, podemos observar que foram apresentadas pela sociedade científica de infectologia mundial, as várias maneiras de combater a contaminação do vírus COVID-19. Em todo esse período, a OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE), responsável pela diretrizes de saúde mundial, declarou a necessidade Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, dando diretrizes para o enfrentamento ao COVID-19, operando de maneira significativa, quanto aos procedimentos a serem adotados, em conformidade com Portaria nº 454 do Ministério da Saúde, a qual versa sobre os procedimentos a serem adotados para a prevenção, frente a transmissão do vírus COVID-19. Portanto, medidas de distanciamento e isolamento social, exigidas pelo Ministério da Educação, devem ser realizadas para que todos os estudantes retornem às aulas presenciais. Contudo para que isso aconteça de forma efetiva, é preciso ter fiscalização nas instituições de ensino e constantemente ser reforçado com os alunos e funcionários para que o relaxamento não aconteça. Ainda na discussão sobre a reabertura de ensinos observa-se que, outro aspecto crucial e delicado é o comprometimento das dos estudantes e funcionários no ambiente extra-classe. Afinal, não basta seguir os protocolos de proteção dentro dos muros das instituições. A todo momento, para que se possa retornar ao ambiente acadêmico de forma segura, as medidas de biossegurança devem ser adotadas integralmente e em todos os ambientes frequentados. Afinal, após 18 meses de pandemia, com um vírus que frequentemente se apresenta com uma nova variante e é facilmente transmitido, este será o novo normal. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] Ministério da Saúde. Recomendações de proteção aos trabalhadores dos serviços de saúde no atendimento de COVID-19 e outras síndromes gripais, Abr 2020. Disponível em: [GuiaMS-Recomendacoesdeprotecaoatrabalhadore-COVID-19 \(1\).pdf](#). Acesso em: 10/09/2021.[2] PROTOCOLO SANITÁRIO de RETORNO ÀS ATIVIDADES ESCOLARES PRESENCIAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19. Accessed September 10, 2021. http://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor_assets/attachments/10629/protocolos_v7_-_onda_roxa.pdf [3] ESTRATÉGIAS PARA RETOMADA DO ENSINO SUPERIOR EM SAÚDE FRENTE A COVID-19. Revistaenfermagematual.com. 18 de agosto 2020. Acesso em 26 de agosto 2021. <https://www.revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/803/678> [4] MEC lança Protocolo de Biossegurança para o retorno às aulas. Ministério da Educação. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-protocolo-de-biosseguranca-para-o-retorno-as-aulas>>. Acesso em: 12 Sep. 2021.

XERODERMA PIGMENTOSO: UM ESTUDO DE CASO

Emanuel de S. **BRAGA** (IC – emanuelsouza33@outlook.com.br)¹, Lícia da S. **PAULA**¹, Izadora G. dos **SANTOS**¹, Pâmela C. **MARTINS**¹, Luciana de A. **AGOSTINHO** (PQ)² e Mariana de A. **AZEVEDO** (PQ)².

¹Biomedicina; ²Docente *Centro Universitário Unifaminas – UNIFAMINAS – 36888-233 – Muriaé-MG.*

Palavras-chaves: Xeroderma pigmentoso, estudo de caso, câncer de pele.

INTRODUÇÃO: O Xeroderma Pigmentoso (XP) é uma doença genética rara, caracterizada por extrema sensibilidade à radiação solar [1]. Pode afetar todas as áreas do corpo, principalmente as que tem maior exposição ao sol, contribuindo para formação de câncer de pele. O XP acomete ambos os sexos, todas as etnias e tem caráter autossômico recessivo [2]. Esta patologia envolve defeitos nas vias que realizam o reparo do DNA causando a propagação de mutações [1]. Este estudo teve como objetivo analisar casos de XP e correlacioná-los aos hábitos dos indivíduos estudados, bem como, seu quadro clínico. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo transversal descritivo sobre o XP, com enfoques sobre a doença, sinais e sintomas comparados à literatura. Com relação, as manifestações clínicas observadas nos pacientes e seus respectivos exames, foi realizado um questionário eletrônico utilizando o *Google Forms*, ao qual, foram incluídos apenas maiores de 18 anos mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O presente apresenta registro na Plataforma Brasil CAAE: 61078416.5.0000.5105. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os indivíduos analisados tinham idade média de 40 anos ($\pm 12,42$). Quatro indivíduos foram incluídos, dentre eles, 2 residiam no estado do Rio de Janeiro, 1 em Fortaleza e 1 em São Paulo. Apenas dois deles disponibilizaram os exames junto ao questionário. Além disso, 2 eram do sexo feminino e 2 do sexo masculino. O diagnóstico da XP geralmente é realizado clinicamente, possibilitando o tratamento prévio com a realização de cuidados, e evitando a progressão da doença. Além disso, técnicas laboratoriais de biologia molecular podem caracterizar a mutação responsável pelo XP [3]. Ao analisar os questionários, observou-se que 3 (75%) pacientes foram diagnosticados clinicamente, um deles realizou ainda um exame molecular que confirmou a doença. Em relação a idade de diagnóstico, 3 deles foram na infância (1, 6 e 7 anos) e, o outro, aos 19 anos. Todos utilizavam alternativas de proteção aos raios solares, esses fatores contribuem para diminuir os agravos da doença [3]. A exposição aos raios solares pode gerar danos profundos à pele dependendo da duração e do tipo de exposição [4]. Devido a exposição aos raios UVB não ser tolerada, a formação de vitamina D nos tecidos cutâneos por essa interação fica comprometida, sendo necessária reposição via oral. A maior parte dos participantes fazem essa reposição, uma vez que, a vitamina D é essencial para realização de vários processos fisiológicos no corpo [5]. Com relação às comorbidades, todos os pacientes tiveram alguma e realizaram mais de 8 procedimentos cirúrgicos para retirada de tumores. Os pacientes que disponibilizaram os exames serão chamados de paciente A e paciente B. O paciente A recebeu o diagnóstico de uma lesão infiltrativa com comprometimento e fechamento palpebral em decorrência da sua sensibilidade a luz solar. Os principais sintomas observáveis em literatura são: fotofobia, conjuntivite, ectrópio, ceratite de exposição, podendo levar a opacificação da córnea ou vascularização, pterígio e neoplasia [6]. A lesão examinada do paciente A foi livre de neoplasia, porém, evoluiu para um carcinoma epidermóide que levou a retirada do globo ocular. E foi diagnosticado uma lesão central com elipse na pele, esse carcinoma é denominado epidermóide e faz com que ocorra proliferação maligna dos ceratinócitos da epiderme. A lesão foi livre de neoplasias, mas ocasionou a retirada do carcinoma da pele, pois, evoluiu para ulceração com infiltração na borda ou se tornaria vegetante, sendo diagnosticado como melanoma *in situ* lentiginoso acral. Tendo prevalência em regiões palmares, plantares e subungueais, com assimetria, cor geralmente marrom-escuro e tem uma fase pré-invasiva [7]. O resultado clínico foi lesão macular acastanhada com região enegrecida, resultado de fotodano intenso. O paciente B também teve carcinoma epidermóide, houve uma lesão cutânea na perna esquerda com aspecto de ceratose actínica, com início de processo inflamatório crônico ulcerado, porém, livre de neoplasias até sua retirada. **CONCLUSÃO:** O XP é uma doença que apresenta variabilidade clínica, desde fases iniciais até a fase agravada da doença, geralmente com formação de neoplasias, tendo como proteção fatores do dia a dia e reposição de vitamina D. O diagnóstico precoce é primordial, principalmente na infância para evitar complicações e proporcionar uma melhor qualidade de vida. **AGRADECIMENTOS:** As professoras Luciana Agostinho e Mariana Azevedo pelo incentivo e a FAMINAS por proporcionar a realização do trabalho. **REFERÊNCIAS:** [1] Black JO. Xeroderma Pigmentosum. *Head. Neck Pathol.* v. 10. n. 2. p. 139 – 144. mar., 2016. [2] MOREIRA, D. J. S. et.al. Aspectos gerais do Xeroderma Pigmentoso:

Uma revisão. **Revista Científica Multidisciplinar – Núcleo do Conhecimento**. ed. 3. v. 11. p. 114 – 126. Mar. 2020. [3]MORIWAKI, S.; KRAEMER, K. H. Xeroderma pigmentosum – bridging a gapbetween clinic and laboratory. **Photodermatol Photoimmunol Photomed**. v. 17. p. 47 – 54. 2001. [4] SIMIS, T., SIMIS, D. Doenças da pele relacionadas à radiação solar. **Rev. da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**. v. 8. n. 1. p. 1 - 8. 2006. [5] MARQUES, C. D. L., et al. A importância dos níveis de vitamina D nas doenças autoimunes. **Rev. Bras Reumatol**. v. 50. n. 1. p. 67 - 80. 2010. [6] PINTO, N. Q. Uso tópico do inteferon alfa-2b para neoplasia escamosa da superfície ocular em um caso de paciente com xeroderma pigmentoso. **Rev Bras Oftalmol**. v. 76. n. 4. p. 202 - 206. 2017. [7] NASCIMENTO, P., et al. Melanoma maligno tipo lentiginoso acral in situ em homem adulto: relato de caso. **Rev. Ibero-americana de Podologia**. v. 1. n.2. p. 77 - 80. 2019.

Área do Conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 – Biomedicina
Área do Conhecimento (CNPq): 2.02.00.00-5 - Genética

AUDITORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E A SEGURANÇA DO PACIENTE NO ÂMBITO HOSPITALAR.

Lubia Soares de **OLIVEIRA** (IC – lubiaenf@gmail.com)¹, Poliana Soares de **OLIVEIRA**²; Nathalia Faria **FREITAS**³

1. Curso de Enfermagem; 2. Nutricionista; 3. Professora *Faculdade de Minas - FAMINAS-BH* – 31744-007- Belo Horizonte-MG

Palavras-chave: Auditoria, gestão de segurança, prevenção de erros na administração de medicamentos.

APRESENTAÇÃO: Os eventos adversos fazem presentes no âmbito hospitalar e trazem prejuízos ao paciente e profissionais envolvidos [1]. Esses eventos geram gastos desnecessários aos serviços de saúde [3]. Dentre os fatores relacionados à gestão e auditoria hospitalar, podemos identificar falhas em todas as etapas desse processo: prescrição, dispensação, preparo, aplicação, monitoramento e ou qualquer procedimento realizado por profissionais da saúde que pode resultar em danos para a saúde do usuário [1] e [2]. O Ministério da Saúde (MS) fundou no ano de 2013 o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), que visa a segurança do paciente no contexto hospitalar e a prevenção dos eventos adversos envolvidos na prática do cuidado [2]. A auditoria é entendida como a prática responsável pela análise dos gastos apresentados e verificação da qualidade da assistência prestada ao paciente [4]. Portanto, os eventos adversos associados a administração de medicamentos podem causar uma série de agravos e transtornos para o usuário e profissionais envolvidos. Pensando nisso, foi desenvolvido o seguinte questionamento: Quais as competências da auditoria dos serviços de saúde na prevenção de eventos adversos associados a administração de medicamentos e a segurança do paciente no âmbito hospitalar? Através de uma revisão integrativa da literatura o presente estudo busca compreender as competências da auditoria dos serviços de saúde na prevenção de eventos adversos associados a administração de medicamentos e a segurança do paciente no âmbito hospitalar. Para a pesquisa dos artigos utilizados na análise do estudo, foi realizada coleta de dados na Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), sendo utilizados os seguintes descritores de saúde (Decs): “Gestão”, “Segurança do Paciente”, “Erros de Medicação” e “Administração de Medicamentos”, realizado o seguinte cruzamento: gestão and segurança do paciente and erros de medicação and administração de medicamentos (699 estudos). Após análise desses estudos foram aplicados os seguintes critérios de inclusão: artigos disponíveis na íntegra e escritos na língua portuguesa (43 estudos). Em seguida, foi feita uma leitura criteriosa dos artigos encontrados a fim de selecionar apenas os artigos que abordavam a temática. Foram selecionados oito estudos relacionados a questão norteadora. **DESENVOLVIMENTO:** Em todos os estudos foram citados argumentos defendendo práticas preventivas em relação aos eventos adversos decorrentes da ação errônea de profissionais da saúde, visando a redução de possíveis consequências [5]. Os estudos analisados apresentam similaridades no que diz respeito a importância da auditoria dos serviços de saúde na prevenção dos eventos adversos. É de responsabilidade do profissional auditor administrar a qualidade dos serviços hospitalares prestados assistencialmente e financeiramente [4]. Esse profissional analisa as atividades realizadas na unidade que possuem influência direta com a segurança do paciente, como: pulseiras de identificação do paciente, de riscos e de alergias, checagem de todos os itens de segurança, implantação dos protocolos institucionais, listagem de medicamentos padronizados e suas possíveis interações [2]. As análises são feitas através dos prontuários, observando as anotações realizadas pela equipe multidisciplinar, portanto é de suma relevância que os profissionais registrem suas ações. No que se refere ao setor financeiro, o auditor avalia se as anotações se encontram de acordo com os materiais utilizados para que seja justo a cobrança aos agentes de planos de saúde [4]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A auditoria atua não só na parte financeira, mas sim em todos os processos assistenciais, e está relacionada na conferência das técnicas realizadas pelos profissionais que atuam no atendimento e tem autonomia para conferir e repassar todos os gastos de materiais utilizados nas instituições. Logo esse profissional tem uma visão sistêmica de todas as etapas do processo assistencial, uma vez que identifica as fragilidades nos processos assistenciais, orienta, capacita e monitora a implementação das melhorias, com foco no resultado. **AGRADECIMENTOS:** À Adriana Marcia Silveira pelo apoio no desenvolvimento do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SIQUEIRA, Cibele Leite; FERREIRA, Kemilys Marine; SOUZA, Thamyres Caproni de; FELDMAN, Liliane Bauer. Sentimentos experimentados por equipes de enfermagem acerca dos erros de medicação, *Rev. Cogitare Enfermagem*, v. 21, p. 1-10, 25 jul. 2016. [2] SANTOS, Patricia Reis Alves dos; ROCHA, Fernanda Ludmilla Rossi; SAMPAIO, Camila Santana Justo Cintra. Ações para segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos em unidades de pronto atendimento, *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 40, p. 1-9, 2019. [3] RODRIGUEZ, Eliana Ofelia Llapa et

al. Assistência Segura ao Paciente no Preparo e administração de medicamentos, **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 38, ed. (4), p. 1-8, 27 jul. 2017. [4] VIANA, Carla Denise et al. Implantação da auditoria concorrente de enfermagem: um relato de experiência, **Contexto Enferm.**, v.25, p. 1-7, 2016. [5] VILELA, Renata Prado Bereta; JERICÓ, Marli de Carvalho. Metodologias utilizadas para o cálculo do custo do erro de medicação: uma análise crítica, **Cuidarte Enfermagem**, v. 13, p. 74-76, 12 dez. 2018.

MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E OS REFLEXOS DA PANDEMIA

*Laiana Aparecida GOMES*¹, laianagomes@ymail.com; *Matheus Pires OLIVEIRA*¹, Matheusp368@hotmail.com; *Stéphany Ronconi Brey Gil MOREIRA*¹, stephany.ronconi@hotmail.com; *William Alves FÉLIX*¹, Wiilalvesfelix@gmail.com; *Danubia Mariane Barbosa Jardim de CARVALHO*², Danubia.barbosaj@gmail.com.

- (1) Graduandos do curso de Enfermagem da Faculdade de Minas (FAMINAS-BH). Belo Horizonte – MG Brasil. Docente do curso de Enfermagem da Faculdade de Minas (FAMINAS-BH). Belo Horizonte– MG, Brasil.

Palavras-chave: Coronavírus, Isolamento social, Violência doméstica, Violência contra mulher.

INTRODUÇÃO O novo coronavírus (SARS-CoV-2) trouxe uma nova forma de viver em sociedade. As normas de contenção do vírus tornou-se um grande desafio, pois além da resistência ao isolamento social houve um aumento nos casos de agressão a mulheres e feminicídios. A convivência constante com os parceiros durante a quarentena propiciou um ambiente inseguro para as mulheres, esse cenário é excitado pela rotina familiar, confinamento e desemprego (SANTOS et al, 2021) Frente ao aumento de casos e queda nos registros de ocorrência de VCM, faz-se necessário a adoção de novas políticas de proteção às mulheres. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a literatura sobre a violência contra a mulher, entendendo o contexto político e sociocultural no cenário pandêmico e suas medidas de prevenção. **METODOLOGIA** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura utilizando a metodologia PICO (população, interesse e contexto). Configurando a questão norteadora: Como a política de proteção às mulheres vítimas de violência foram aplicadas e implementadas durante a pandemia do COVID19?

Os dados foram coletados na Biblioteca virtual em saúde, nos seguintes critérios de inclusão: artigos completos em português e publicados nos últimos 2 anos. Foram excluídas publicações duplicadas, e que não respondiam à pergunta norteadora. Utilizamos a seguinte estratégia de pesquisa: “coronavírus OR isolamento social AND violência doméstica OR violência contra mulher”. **RESULTADO** A busca retornou 112 artigos e após seleção para determinar resposta a questão de pesquisa foram excluídos 100 artigos. Entre os 16 artigos selecionados, após uma leitura analítica, 3 foram escolhidos para permanecerem para construção desse trabalho. **DISCUSSÃO** A VCM se caracteriza como qualquer ato danoso à sua integridade física ou psicológica, podendo se manifestar em qualquer contexto da vida. Em 2020 houve um aumento nas ligações de denúncias pelo ligue 180 de 35,9% em comparação à 2019, em sua maioria são mulheres, casadas em situação de vulnerabilidade social (VIEIRA et al., 2021). Para Cortes et al., (2020) é de responsabilidade pública a implementação de medidas eficazes que proporcione melhoria na qualidade de vida dessas mulheres, visto que, o sistema público de saúde é a porta de entrada para este acolhimento. A literatura destaca a importância da utilização de recursos midiáticos para encorajar as vítimas a denunciarem e a necessidade de criação de políticas públicas articuladas a fim de aumentar o número de equipes para atendimento e identificação dessas vítimas (SOUSA et al., 2021). **CONCLUSÃO** Conclui-se que os números de casos de VCM durante a pandemia tem sido sinal de alarme, em consequência da diminuição de números de ocorrências e maior tempo na residência com o agressor. Diante dos estudos podemos notar que os fatores psicológicos e psicossociais acarretam ainda mais em mulheres em situação de vulnerabilidade. Devido a gravidade e intensidade dos casos faz se necessário que o governo inclua serviços no plano de resposta ao COVID19 com intuito promoção e proteção a essas mulheres. **REFERENCIAS** VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. **Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?** REV BRAS EPIDEMIOL 2020; 23: E200033. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200033>. Acesso em 27 de agosto de 2021. CORTES, Laura Ferreira; ARBOIT, Jaqueline; GEHLEN, Rubia Geovana Smaniotto; TASSINARI, Taís Tasqueto; VIEIRA, Letícia Becker; PADOIN, Stela Maris de Mello; LANDERDAHL, Maria Celeste. **DESAFIOS NA PROTEÇÃO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19.** Cienc Cuid Saude 2020;19:e27984. DOI: <https://doi.org/10.4025/ciencucuidsaude.v19i0.54847>. Acesso em 29 de agosto de 2021. SOUSA, Ildener Nascimento; SANTOS, Fernanda Campos dos; ANTONIETTI, Camila Cristine. **Fatores desencadeantes da violência contra a mulher na pandemia COVID-19: Revisão integrativa.** 2021; 10(1): 51-60. Doi:<https://doi.org/10.36239/revisa.v10.n1.p51a60>. Acesso em 28 de agosto de 2021.

O PAPEL DA ENFERMAGEM NO ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE TRAUMA.

Lubia Soares de **OLIVEIRA** (IC – lubiaenf@gmail.com)¹. Marlene Elaine da Silva **REIS**¹; Ysis Anastácia Santos de **ARAÚJO**¹; Camilla Gonzaga **SILVEIRA**¹; Danúbia Mariane Barbosa **JARDIM**².

1. Curso de Enfermagem; 2. Professora. *Faculdade de Minas - FAMINAS-BH* – 31744-007- Belo Horizonte-MG

Palavras-chave: Atendimento de urgência; lesões; traumatismo; assistência de enfermagem.

Apresentação: A palavra “trauma” é definida como eventos imprevistos e indesejáveis que envolve uma ou mais pessoas de forma violenta com diferentes impactos físicos. O trauma pode ser causado por diversas formas e repercutir com inúmeros agravos podendo acometer todas as partes do corpo de acordo com a violência sofrida. Os eventos traumáticos no Brasil apresentam um alto nível de mortalidade e morbidade e representam um número significativo nas causas de mortes externas, ou seja, não relacionados a doenças. A equipe multidisciplinar tem a responsabilidade de prestar assistência aos pacientes traumáticos e a enfermagem está presente em todo processo de admissão e monitoramento da evolução do quadro clínico dos usuários dos serviços de saúde [1]. Assim, questionamos: Como ocorre o atendimento as vítimas de trauma mediante aos protocolos e condutas realizadas pela enfermagem? O estudo tem como objetivo descrever os cuidados assistenciais que são preconizados para a atuação da equipe de enfermagem no atendimento as vítimas de trauma através de uma revisão integrativa da literatura. Foi realizada uma coleta de dados na Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) somados aos artigos, foram incluídos materiais: da plataforma da Sociedade Brasileira de Atendimento Integrado ao Traumatizado (SBAIT), do Atendimento Pré-hospitalar ao traumatizado (PHTLS), o Protocolo de Suporte Básico de Vida e o Manual de competência técnico-científica, ética e legal dos profissionais de enfermagem. Os critérios de inclusão foram: textos em português, em resposta ao assunto principal do tema de pesquisa, publicada nos últimos 5 anos. Com os descritores assistência ambulatorial and lesões, 22 artigos foram resgatados, após aplicação dos filtros referentes ao assunto principal 15 artigos foram recuperados, 7 selecionados e após leitura crítica 2 foram excluídos. Com os descritores ferimentos e lesões and enfermagem foram encontrados 6.591 artigos que após a seleção do idioma e ano de publicação foram resgatados 188, utilizando os filtros de assuntos principal foram encontradas 116 publicações. Dentro dessa busca, 6 artigos foram selecionados e após a leitura crítica 1 foi excluído. Ao final foram utilizados 10 artigos presentes na BVS e 4 materiais anexados em outras bases de dados. **Desenvolvimento:** Os acidentes traumáticos são fatores relacionados a problemas de saúde pública mundial, visto que 5,8 milhões de pessoas morrem por ano em decorrência dos agravos desses acidentes [2]. A avaliação primária em casos de trauma é padronizada pelo mnemônico XABCDE [3]. Ao profissional da enfermagem cabe a responsabilidade de atendimento na prevenção, atendimento pré-hospitalar, internação e atendimento pós hospitalar. Esse profissional realiza a recepção e classificação de risco de acordo com protocolo de Manchester, aferição de dados vitais, prevenção de agravos, cuidados assistenciais direcionados ao trauma apresentado pelo paciente, evolução e diagnósticos de enfermagem, participa na avaliação e preparação em casos de referência e contrarreferência [4]. **Considerações finais:** Para um bom atendimento aos traumatizados, é necessária uma equipe multidisciplinar qualificada para realizar o atendimento de acordo com os protocolos padronizados apresentados nessa pesquisa. A equipe de enfermagem possui papel fundamental para esse atendimento, tendo em vista sua ação na avaliação da cinemática do trauma, primeiro atendimento, classificação de risco e acompanhamento em todo o processo de internação e recuperação do paciente. **Bibliografia:** [1] PAULA, Vanessa Albuquerque Alvim de; SOUZA, Irene Duarte; ALMEIDA, Regina Lúcia Muniz de; SANTOS, Kelli Borges dos. O conhecimento dos enfermeiros assistenciais no tratamento de feridas: Wound care knowledge of assistant nurses, *HU Revista*, p. 295 a 303, 2019. [2] WILL, Rubyely Caroline; JESUS, Heloisa Pereira de; ROSA, Thayse; FARIAS, Rosimere Geremias. Cuidados de Enfermagem aos pacientes politraumatizados atendidos na emergência. *Revista Nursing*, p. 3766 a 3777, 2020. [3] PHTLS: Atendimento Pré-hospitalar ao Traumatizado, PHTLS / NAEMT; [Tradução: Sônia Aparecida Batista ... et al.]. – 8 ed. Editora: Jones & Bartlett Learning, 2017. [4] CORENMG. Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais. Acolhimento, triagem e classificação de risco: manual de competência técnico-científica, ética e legal dos profissionais de enfermagem [texto] / Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais. – Belo Horizonte: Coren-MG, 2020. 77 p.

**A PERCEPÇÃO DE FARMACÊUTICOS E ACADÊMICOS DE FARMÁCIA DE MURIAÉ-MG
SOBRE O USO DE MEDICAMENTOS DURANTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVIRUS**

Maria Eduarda Domingos **PERRY** (IC – mariaeduardavargas2017@outlook.com)¹, Emilio Santana de **ABREU** (PQ)².

1. Curso de Farmácia; 2. Professores. *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000 – Muriaé- MG*

Palavras chaves: Covid-19, medicamentos e farmacêutico.

INTRODUÇÃO: O covid-19 surgiu com o primeiro caso em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. Mais tarde, esse vírus se espalhou pelo mundo, tomando a proporção de uma pandemia. Por ser algo novo, tem muitos estudos sendo realizados sobre medicamentos para combater a doença, porém eles não demonstraram eficácia para curar a doença [1]. Associado a esse fato surgiram muitas notícias falsas sobre o assunto, o que levou a um uso irracional de medicamentos [2]. O presente trabalho tem como objetivo verificar a percepção de farmacêuticos e alunos do curso de farmácia sobre o uso irracional de medicamentos na pandemia. **MATERIAL E MÉTODOS:** O projeto foi aprovado pelo comitê de ética e pesquisa (CAAE: 43043921.0.0000.5105 e parecer nº 4.578.812) e iniciou a aplicação dos questionários online. Utilizou-se a plataforma *Google Forms*, onde foi gerado um *link* no qual foi distribuído para o público alvo. Este questionário abordou a perspectiva dos participantes sobre o uso irracional de medicamentos durante a pandemia. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foi obtido um total de 74 participantes, sendo 56,76% de farmacêuticos. Considerando apenas farmacêuticos e estagiários foi relatado um aumento pela procura de ivermectina (71,64%) seguido de hidroxicloroquina (13,43%) e azitromicina (5,97%) após início da pandemia. De acordo com uma revisão de literatura feita por SILVA; JESUS; RODRIGUES, 2021, entre o período de julho de 2020 a fevereiro de 2021, os medicamentos mais procurados, respectivamente, foram cloroquina/hidroxicloroquina; vitamina C; ivermectina; azitromicina; ibuprofeno e liponavir/ritonavir [3]. Somente 1,89% destes participantes informaram que essa procura foi sempre com prescrição médica, ou seja, ocorreu aumento da procura por automedicação pela população. Cerca de 81,08% dos participantes afirmaram que houve mudanças na legislação sobre a prescrição de ivermectina e hidroxicloroquina e 59,46% acreditam que esta ação contribuiu para a redução do uso irracional de medicamentos. Segundo o Ministério da Saúde, 2020, uma nova RDC foi criada, a RDC 405/2020, onde os medicamentos hidroxicloroquina, cloroquina e ivermectina foram retirados da lista C1, e passaram a ser prescritos em receituário privado do médico ou do SUS. E na hora da dispensação o farmacêutico deve observar se esses itens estão corretamente preenchidos e reter a 1º (primeira) via da receita, sendo que a 2º (segunda) fica com o paciente [4]. Os participantes relataram que a automedicação causa danos à saúde das pessoas e contribui para o uso irracional de medicamentos. Dos participantes 59,46% se atualizaram durante a pandemia, 97,29% disseram ter recebido *Fake News* e 71,62% observaram uma maior procura e/ou valorização do farmacêutico nesse período pandêmico. **CONCLUSÕES:** É fundamental a atualização e acompanhamento de alterações nas legislações por farmacêuticos e futuros profissionais, no combate ao uso irracional de medicamentos. Foi importante identificar as percepções dos participantes, onde o aumento indiscriminado da procura por alguns fármacos e as *Fake News* contribuem para automedicação. Observa-se a importância da profissão farmacêutica na luta contra a desinformação, o uso irracional de medicamentos e na correta orientação para a população. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] FALAVIGNA, M.; et al. Diretrizes para o tratamento farmacológico da COVID-19. Consenso da Associação de Medicina Intensiva Brasileira, da Sociedade Brasileira de Infectologia e da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. *Revista Brasileira Terapia Intensiva*, Porto Alegre - RS, 2020. [2] MEDINA, M. G.; et al. Atenção primária à saúde em tempos de Covid-19: o que fazer?, *Caderno de Saúde Pública*, 2020; 36(8):e00149720. Disponível em: < <https://www.scielo.org/pdf/csp/2020.v36n8/e00149720/pt>>. Acesso em: 09 dezembro 2020. [3] SILVA, A. de F.; JESUS, J. S. P. de.; RODRIGUES, J. L. G. Automedicação na pandemia do novo coronavírus. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v.7.n.4. Abr. 2021 ISSN -2675 -3375. Disponível em: < <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1038/496>>. Acesso em: 11 julho 2021. [4] BRASIL. Diário Oficial da União. RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 405, DE 22 DE JULHO DE 2020. Disponível em: < https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rdc-n-405-de-22-de-julho-de-2020-268192342?utm_campaign=informe_novo_controle_para_cloroquina_hidroxicloroquina_ivermectina_e_nitazoxanida&utm_medium=email&utm_source=RD+Station>. Acesso em: 09 dezembro 2020.

ANÁLISE DA PARTIÇÃO DE COMPRIMIDOS ENTRE ACADÊMICOS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA CIDADE DE MURIAÉ-MG

Rosilaine da Silva **FERREIRA** (IC – rosilainesouza99@gmail.com)¹, Emílio Santana de **ABREU** (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – Muriaé - 36.880.000 – Muriaé - MG

PALAVRAS-CHAVE: Partição, comprimidos, medicamentos.

INTRODUÇÃO: A partição de comprimidos gera preocupação entre profissionais da saúde. Com esta prática não há garantia da obtenção de partes iguais, alterando a dosagem do medicamento. Os comprimidos que são revestidos não podem ser partidos, pois este ato, pode afetar a integridade do princípio ativo, protegida pelo revestimento [1]. Os riscos associados à partição de comprimidos são: variações nas dosagens das metades geradas pela partição, rompimento do revestimento de certos comprimidos, contaminação, perda de estabilidade farmacêutica e perdas físicas de pequenas partículas geradas [2]. Este estudo tem como objetivo analisar a prática de partição de comprimidos entre os profissionais da saúde de Muriaé-MG e alunos do Curso de Farmácia e Enfermagem do Centro Universitário FAMINAS de Muriaé-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** A pesquisa é de natureza descritiva com abordagem quantitativa. Um projeto foi enviado e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CAAE: 43042821.0.0000.5105, Parecer nº 4.578.815) e somente após este evento foi iniciado as atividades. Os participantes são profissionais da saúde da cidade de Muriaé-MG e alunos do Curso de Farmácia e Enfermagem do Centro Universitário FAMINAS de Muriaé-MG, maiores de 18 anos. Foi criado e aplicado um questionário semiestruturado utilizando a ferramenta *online Google Forms*[®]. O período de coleta de dados foi de 01/04/2021 a 02/07/2021. Aos participantes, foi disponibilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e após realizar a leitura deste, caso concordasse, deveriam marcar a opção de aceite e seguir para próxima página com as perguntas. A divulgação do *link* ocorreu em redes sociais e através de representantes de turmas para os acadêmicos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após a divulgação, obteve-se um total de 76 retorno dos participantes (51,35% profissionais da saúde e 48,65% estudantes), sendo 81,60% do gênero feminino. Foi questionado aos participantes se todo comprimido sulcado pode ser partido e 63,16% responderam corretamente que não pode ser partido. O sulco é uma marca reta (diâmetro) em baixo relevo no comprimido, mas não significa que todo comprimido sulcado pode ser partido. Quando questionado aos participantes sobre o hábito de partir comprimidos, 89,47% acreditam que não é correto. Uma das preocupações na partição, refere-se sobre a divisão correta da dose do comprimido, desta forma, 94,73% dos participantes acreditam que após a partição não há garantia de que a dose seja idêntica nas duas partes. Mesmo sem a garantia de divisões idênticas na partição, 24,32% dos participantes recomendam esta prática. Para os participantes que já fizeram a partição (72,37%), perguntou-se o motivo, podendo ser marcado mais de uma opção nesta pergunta, sendo os mais citados: recomendações médicas (38,89%) e falta de dosagem menor no mercado (33,33%). Perguntou-se ainda quais medicamentos esses participantes já partiram e 30,95%, não lembram, mas 7,14% afirmaram que já partiram Alprazolam. A faca foi o objeto utilizado por 54,55% dos participantes que já fizeram essa prática e 93,33% destes já perceberam que os comprimidos “esfarelaram” no ato da partição. **CONCLUSÕES:** É presente a prática de partição de comprimidos na população estudada. Devido a dificuldade de dosagens menores, em muitos momentos é necessário a realização de partição. Entre os participantes há preocupação com perdas e riscos na partição, porém ainda ocorre a realização da prática. Como 48,65% são estudantes, muitos ainda vão ter oportunidades de aprofundar mais sobre esse tema. É importante ressaltar a divulgação de dados e informação a respeito do assunto de forma que consiga conscientizar os riscos desta prática. **BIBLIOGRAFIA:** [1] TEIXEIRA, M. T. *et al.* Panorama dos aspectos regulatórios que norteiam a partição de comprimidos. *Rev Panam Saud Pública*, v.39, n.6, p. 372-77, 2016. [2] PEREIRA, G. R. S. *Estudo da influência de diferentes adjuvantes na partição de comprimidos*. 2018. Dissertação (Mestre em Ciências Farmacêuticas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia

ANÁLISE SISTEMÁTICA DAS AGRESSÕES POR QUEIMADURA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rafaella Marquezine de Oliveira **SOUZA** (IC)¹ e Mariana de Almeida **AZEVEDO** (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor Centro Universitário - UNIFAMINAS - 36888-233 - MURIAÉ-MG

Palavra-chave: escaldadura, abuso, queimadura.

INTRODUÇÃO: Agressões são definidas como um ataque à integridade física ou moral do indivíduo [1]. O termo “síndrome da criança espancada”, utilizado pela primeira vez em 1962, faz parte dessa definição devido ao grande número de crianças vítimas de traumas não esclarecidos e não acidentais, associando-se à violência física [2]. As agressões podem ser classificadas em diferentes categorias, sendo a queimadura uma delas (5 a 22% dos casos de abuso infantil) [3]. Existem diferentes tipos de causas de queimaduras como escaldaduras, cigarro, chamas, contato, entre outros [4]. O presente estudo visa realizar uma revisão bibliográfica sistemática de artigos publicados entre 2002-2021, a fim de analisar e explicar os tipos de lesões de agressão por queimaduras encontradas em crianças e adolescentes. **DESENVOLVIMENTO:** A queimadura é utilizada como punição em criança e adolescentes, sendo a escaldadura a forma mais comum, causada por imersão, derramamento ou respingos, em 80% dos casos com água quente. As queimaduras por agressão ou acidentais, são difíceis de distinguir, dificultando assim a ajuda de crianças e adolescentes em situação de abuso. No entanto, queimaduras encontradas em nádegas, períneo, face, dorso das mãos e membros inferiores tem sido relacionado ao abuso, uma vez que, é improvável que queimaduras nesses locais tenham sido acidentais [5]. Além das regiões, diferentes padrões são observados em lesões acidentais ou agressões. A imersão forçada possui lesão mais profunda e uniforme, simétrica e com linhas bem demarcadas, chamadas de marcas de maré [4]. Outros padrões encontrados na imersão são as listras de zebra (submersão com as extremidades flexionadas, poupando o contato com o líquido quente), o buraco de rosca (nádegas são pressionadas contra uma superfície mais fria do que o líquido, preservando-a da queimadura) e a queimadura em luva/meia (mãos/pés introduzidos forçadamente em água quente, lesões com delimitações simétricas e bem demarcadas) [5]. A escaldadura por derramamento e respingos são mais difíceis de classificar como abuso, facilmente confundidas como ato acidental, pois possuem bordas não regulares, profundidade não uniforme e várias áreas de queimaduras [3]. No cigarro, as lesões abusivas são bem demarcadas, circulares e medem cerca de 7-10 mm de diâmetro, enquanto a acidental tende a ser oval e mais superficial [6]. A queimadura por chamas ocupa o segundo lugar de agressões, apresentando uma profundidade extrema da lesão e áreas limitadas. Pode-se destacar ainda, as demais queimaduras por contato (ferro quente, secadores de cabelo, radiadores), com lesões geralmente bem demarcadas e múltiplas [7]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Observa-se que as queimaduras são usadas como forma de abuso em crianças e adolescentes, e provocam lesões bem delimitadas, podendo ser usado como indicador de agressão junto com as localizações. Diante disso, é fundamental o conhecimento de profissionais da saúde para distinguir e apontar lesões características de abuso, possibilitando intervenções imediatas, uma vez que as crianças e adolescentes, não conseguem se livrar de seus agressores. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] COELHO, E. B. S et al. Violência: definições e tipologias. Florianópolis. UFSC 2014. ISBN – 978-85-61682-39-2. [2] PIRES, A.L.D.; MIYAZAKI, M.C.O.S. Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. Arq Ciênc Saúde, v. 12, n. 1, p. 42-9, 2005. [3] GONDIM, R.M.F. et al. Violência contra a criança: indicadores dermatológicos e diagnósticos diferenciais. Anais Brasileiros de Dermatologia, v. 86, p. 527-536, 2011. [4] KOS, L.; SHWAYDER, T. Cutaneous manifestations of child abuse. Pediatric dermatology, v. 23, n. 4, p. 311-320, 2006. [5] STRATMAN, E. e MELSKI, J. Abuso escaldante. Arquivos de dermatologia, v. 138, n. 3, p. 318-320, 2002. [6] CHEN, W. et al. Suspected Child Abuse and Neglect: Assessment in a Hospital Setting. IMAJ, v. 4, p. 617-623, 2002. [7] CAMARGO, C.L.d.C. et al. Lesões por queimaduras: o reflexo da violência em crianças e adolescentes. Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum., São Paulo, v. 12, n. 2, p. 52-58, 2002.

Área do conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 - Farmácia

Área do conhecimento (CNPq): 4.00.00.00-1 - Ciências da Saúde

AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO TÉRMICO DE AÇÚCARES COMERCIAIS

Larissa Calil de Almeida ARAUJO (IC - larisscalildealmeida@gmail.com)¹, Jessica Vieira SOUZA (IC)¹, Wagner da Nova MUSSEL (PQ)², Maria Irene YOSHIDA (PQ)² e Maria Betânia de FREITAS-MARQUES (PQ)^{1,2}

1. Curso de Farmácia; *Faculdade de Minas – Belo Horizonte* – 31774-007– Belo Horizonte-MG , Departamento de Química; Universidade Federal de Minas Gerais – 21270-901 - Belo Horizonte-MG

Palavras-chave: Calorimetria exploratória diferencial, termogravimetria, controle de qualidade

INTRODUÇÃO: A avaliação da qualidade de açúcares deve ser uma prática de rotina executada pelo fabricante a fim de garantir a segurança quanto ao uso pelo consumidor [1]. Nesse contexto citam-se as técnicas termoanalíticas, calorimetria exploratória diferencial (DSC), termogravimetria (TG) e análise térmica diferencial (DTA), que fornecem dados relevantes quanto ao comportamento térmico dos materiais, sendo preditivos para identificação, quantificação e caracterização de desempenho [2], objetivos dos autores desse trabalho.

MATERIAL E MÉTODOS: As amostras dos açúcares do tipo mascavo, cristal, refinado e de confeitiro foram obtidas em comércio local. As curvas DSC foram obtidas na célula DSC60 Shimadzu[®] sob atmosfera dinâmica de nitrogênio com fluxo de 50 mL min⁻¹, razão de aquecimento de 10 °C min⁻¹, com aquecimento até 300 °C, cadinho de alumínio fechado e massa de amostra ~1,5 mg. As curvas TG/DTA simultâneas foram obtidas na termobalança DTG60 Shimadzu[®] com razão de aquecimento de 10 °C min⁻¹, aquecimento até 600 °C, atmosfera dinâmica de nitrogênio com fluxo de 50 mL min⁻¹, cadinho de alumina e massa de amostra ~2,5 mg.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A curva DSC do açúcar mascavo indica um evento endotérmico (amplo) em T_{onset} 172 °C ($\Delta H = 56 \text{ J g}^{-1}$) seguido de decomposição, confirmado pela perda de 81% de massa na curva TG. A curva DSC do açúcar cristal apresenta um sinal endotérmico em T_{onset} 188 °C ($\Delta H = 129 \text{ J g}^{-1}$) seguido de decomposição, confirmado pela perda de 84% de massa na curva TG. A curva DSC do açúcar refinado apresenta um sinal endotérmico em T_{onset} 185 °C ($\Delta H = 134 \text{ J g}^{-1}$) seguido de decomposição, confirmado pela perda de 89% de massa na curva TG. A curva DSC do açúcar de confeitiro apresenta um sinal endotérmico em T_{onset} 181 °C ($\Delta H = 125 \text{ J.g}^{-1}$) seguido de decomposição, confirmado pela perda de 82% de massa na curva TG. Os sinais endotérmicos dos açúcares correspondem à fusão da amostra (ponto de caramelização). **CONCLUSÕES:** Os fenômenos térmicos das amostras são indicativos da pureza e da granulometria dos açúcares, dados relevantes para a avaliação da qualidade e determinação das condições de uso em gastronomia. **AGRADECIMENTOS:** Ao Departamento de Química da UFMG, CNPq, CAPES, FAPEMIG e à FAMINAS-BH pelo suporte.

BIBLIOGRAFIA: [1] GIRON, D. Applications of the thermal analysis in the pharmaceutical industry. *Journal of Pharmaceutical and Biomedical Analysis*, v. 4, n. 6. P. 755-770, 1986. [2] ARAUJO, E. R. et al. Qualidade de açúcares mascavo produzidos em um assentamento da reforma agrária. *Alimentos e Nutrição Araraquara*, v. 22, n. 4, p. 617-621, 2012.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia
Área do Conhecimento (CNPq): 1.06.00.00-0 – Química

DETERMINAÇÃO DE PROPRIEDADES DE ESTADO-SÓLIDO DO CLORIDRATO DE
METFORMINA APLICADAS EM ESTUDOS DE PRÉ-FORMULAÇÃO

Jessica Vieira SOUZA (IC - jessicavieirasouza25@gmail.com)¹, Larissa Calil de Almeida ARAUJO (IC)¹,
Wagner da Nova MUSSEL (PQ)², Maria Irene YOSHIDA (PQ)² e Maria Betânia de FREITAS-
MARQUES (PQ)^{1,2}

1. Curso de Farmácia; Faculdade de Minas – Belo Horizonte – 31774-007– Belo Horizonte-MG,
Departamento de Química; Universidade Federal de Minas Gerais – 21270-901 - Belo Horizonte-MG

Palavras-chave: comportamento térmico, difração de raios-X de pó, espectroscopia no infravermelho

INTRODUÇÃO: A etapa de pré-formulação é essencial para a obtenção de medicamentos eficazes, seguros e estáveis [1]. Dentre as propriedades de estado-sólido dos insumos, a avaliação do arranjo cristalino apresenta destaque por influenciar diretamente parâmetros biofarmacêuticos, como a dissolução [2]. Nesse contexto os autores desse trabalho propuseram a avaliação de propriedades de estado-sólido do cloridrato de metformina (MeHCl), fármaco hipoglicemiante relevante para a saúde pública, dados importantes para o desenvolvimento de formulações. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foi utilizada MeHCl, matéria prima adquirida da Purifarma®, 99,3%, Lo MET10/13030447. IV-ATR foi feito no espectrômetro Perkin Elmer® na faixa de 650 – 4000 cm⁻¹ a temperatura ambiente, resolução 4 cm⁻¹. DRX foi feita no difratômetro XRD-7000 Shimadzu® a 40 KV, 30 mA, utilizando radiação CuK α ($\lambda=1,54056 \text{ \AA}$), com varredura na faixa de 5-40° (2 θ) com passo de 0,01° (2 θ) com constante de tempo de 2 s passo⁻¹. As curvas DSC foram obtidas na célula DSC60 Shimadzu® sob atmosfera dinâmica de nitrogênio com fluxo de 50 mL min⁻¹, razão de aquecimento de 10 °C min⁻¹, com aquecimento até 300 °C, cadinho de alumínio fechado e massa de amostra ~1,5 mg. As curvas TG/DTA simultâneas foram obtidas na termobalança DTG60 Shimadzu® com razão de aquecimento de 10 °C min⁻¹, aquecimento até 600 °C, atmosfera dinâmica de nitrogênio com fluxo de 50 mL min⁻¹, cadinho de alumina e massa de amostra ~2,5 mg. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** As atribuições das bandas características de MeHCl observadas nos espectros de IV-ATR confirmam a identidade da amostra. Os parâmetros de rede ajustados para a MeHCl pelo método de Rietveld indicam os seguintes descritores: monoclinica, grupo espacial P12₁/C1, a (Å) 8,137 ± 0,005, b (Å) 14,165 ± 0,009, c (Å) 8,116 ± 0,005, α (°) 90,0, β (°) 114,976 ± 0,001, γ (°) 90,0, correspondendo à forma I. A curva DSC da MeHCl exibe um evento endotérmico em T_{onset} 229,1 °C ($\Delta H = 361 \text{ J g}^{-1}$), também observado na curva DTA, sem perda de massa, característico da fusão. MeHCl apresenta estabilidade térmica até 230°, temperatura a partir da qual ocorre decomposição em duas etapas (definidas pela 1ª derivada da curva TG), com perda de 83% de massa. **CONCLUSÕES:** As técnicas descritas foram adequadas para a determinação de propriedades de estado-sólido da MeHCl, cujos resultados devem ser utilizados em estudos de pré-formulação para o desenvolvimento de medicamentos. **AGRADECIMENTOS:** Ao Departamento de Química da UFMG, CNPq, CAPES, FAPEMIG e à FAMINAS-BH pelo suporte. **BIBLIOGRAFIA:** [1] AULTON, M E; TAYLOR, K. M. G. **Aulton: Delineamento de formas farmacêuticas**. 4. ed. Elsevier, 2016, 872 p. [2] SARAVANAN, D. et al. Micronization and agglomeration: understanding the impact of API particle properties on dissolution and permeability using solid state and biopharmaceutical “toolbox”. **Journal of Pharmaceutical Innovation**, p. 1-16, 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia

Área do Conhecimento (CNPq): 1.06.00.00-0 – Química

DIABETES MELLITUS COMO FATOR DE RISCO PARA O AGRAVAMENTO DO SARS-COV-2

Charles Luiz Nicácio **JUNIOR** (charlesjunior133@gmail.com) ¹ e Marcos Túlio Alves da **ROCHA** (marcos.rocha@faminasbh.edu.br) ²

(1) Acadêmico do curso de Farmácia do Centro Universitário FAMINAS – FaminasBH - Belo Horizonte - MG;
(2) Professor do Centro Universitário FAMINAS – FaminasBH - Belo Horizonte – MG.

Palavras-chave: Sars-CoV-2, Covid-19, Diabetes Mellitus.

APRESENTAÇÃO: O Diabetes Mellitus (DM) é uma doença metabólica crônica, que possui como característica a hiperglicemia, devido a fatores como: deficiência na secreção de insulina, deficiência na ação da insulina ou até mesmo ambos os problemas [1]. Cerca de 422 milhões de pessoas no mundo possui diabetes, sendo que a mais comum é o Diabetes Mellitus tipo 2, correspondendo de 90 a 95% dos casos registrados, se manifestando principalmente em adultos obesos e/ou sedentários. No ano de 2020, houve uma epidemia de um novo vírus chamado Sars-CoV-2, causador da doença COVID-19 [2]. Esse vírus é responsável por gerar uma síndrome respiratória aguda grave. Pacientes com comorbidades pré-existentes, como diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares, obesidade, possuem uma maior susceptibilidade a desenvolver quadros graves [2].

DESENVOLVIMENTO: O portador do DM possui atividade elevada da interleucina IL-6 e dos fatores de coagulação (Dímero D), ambos também se encontram elevados na infecção pelo Sars-CoV-2 [3]. Os níveis elevados de glicose aumentam a replicação do SARS-CoV-2, sustentando sua replicação. Portanto, a hiperglicemia pode favorecer a proliferação viral, além do controle glicêmico deficiente dos portadores de DM, que prediz um aumento da necessidade de medicamentos e hospitalizações, bem como aumento da mortalidade por COVID-19 [2]. É sabido que poucos portadores do DM fazem o correto controle glicêmico com acompanhamento terapêutico, principalmente os pertencentes do sexo masculino, justificando uma maior taxa de internação por complicações da contaminação pelo COVID-19 [4].

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os portadores do DM normalmente se enquadram em categorias mais altas de gravidade por infecção de SARS-CoV-2. De acordo com as pesquisas realizadas, fora possível identificar que níveis elevados de interleucina-6 (IL-6) estavam fortemente associados à necessidade de ventilação mecânica. Além disso, o risco de insuficiência respiratória para pacientes com níveis de IL-6 elevados foi 22 vezes maior em comparação a pacientes com níveis mais baixos ou normais de IL-6. É importante lembrar que a gravidade e a evolução da infecção por SARS-CoV-2 também está associada a uma tempestade inflamatória de citocinas, principalmente por elevação da concentração plasmática de interleucina 6 (IL-6) [5]. Relatado ainda, aumento dos fatores de coagulação, como a Troponina I e Dímero-D, sendo este último intimamente ligado ao aumento de IL-6, além da elevação da PCR. Considerando-se a susceptibilidade e o maior risco de desfecho para as pessoas com diabetes acometidas pelo SARS-CoV-2, medidas para proteger os indivíduos com essa comorbidade precisam ser implementadas, visando minimizar o impacto atual e futuro sobre esses indivíduos, bem como ao sistema de saúde e a própria economia.

BIBLIOGRAFIA: [1] AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. Diagnosis and Classification of Diabetes Mellitus. *Diabetes Care*, v. 28, n. S37, pág. S5-S10, 2005. Disponível em: <https://care.diabetesjournals.org/content/diacare/28/suppl_1/s37.full.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021. [2] LIM, Soo *et al.* COVID-19 and diabetes mellitus: from pathophysiology to clinical management. *Nature Reviews Endocrinology*, v. 17, n. 1, p. 11-30, 2020. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41574-020-004354?elqTrackId=c0b17947c8324184982b63024aa48ada>>. Acesso em: 23 mar. 2021. [3] ALMEIDA JÚNIOR, Silvio de *et al.* COVID-19 e a infecção por SARS-CoV-2 em um panorama geral. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 2, p. 3508-3522, 2020. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/9101>>. Acesso em: 24 mar. 2021. [4] YANG, Jing *et al.* Prevalence of comorbidities and its effects in patients infected with SARS-CoV-2: a systematic review and meta-analysis. *International Journal of Infectious Diseases*, v. 94, p. 91-95, 2020. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1201971220301363>>. Acesso em: 27 mar. 2021. [5] CHEN, Nian *et al.* Analysis of dynamic disturbance in blood coagulation function of patients with Coronavirus Disease 2019: A retrospective observational study. *Medicine*, v. 99, n. 43, 2020. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7581139/>>. Acesso em: 26 maio 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 - Farmácia

MAPEAMENTO TECNOLÓGICO NACIONAL DA APLICAÇÃO DE NANOTECNOLOGIA COMO SISTEMAS CARREADORES DE FÁRMACOS

Marina V. FERREIRA (IC-marinasiqueira.7bh@gmail.com)¹, Brenda K. A. SOUZA (IC)¹, Gustavo D. SANTOS (IC)¹, Isabella E. A. COSTA (IC)¹, Marcelo Z. B. FILHO (IC)¹ e Maria Betânia de FREITAS-MARQUES (PQ)²

1. Curso de Farmácia 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS–BH - 31744-007-BH-MG

Palavras-Chaves: indústria farmacêutica, propriedade intelectual, lipossomas, nanopartículas lipídicas sólidas, nanoemulsão.

INTRODUÇÃO: A nanotecnologia é caracterizada como uma ciência multidisciplinar, dedicada à manipulação racional e estratégica de materiais a níveis atômicos e moleculares associados à nanoescala com aplicação evidenciada à saúde [1]. Uma das maiores revoluções no campo tecnológico farmacêutico, a nanotecnologia está inserida desde o desenvolvimento de nanomedicamentos até ferramentas de diagnóstico [2]. A aplicação da nanotecnologia justifica-se pela capacidade de obtenção de medicamentos com propriedades físico-químicas e biofarmacêuticas superiores aos convencionais, como descrito para a oncologia [3]. Os avanços em P&D em sistemas nanocarreadores de fármacos geram propriedade intelectual retratada pelas patentes, em pleno crescimento, mas com complexidade de dados, divergência de informações quanto à terminologia e rota experimental, aspectos que requerem a realização de um mapeamento tecnológico, objetivo dos autores desse trabalho. **MATERIAL E MÉTODOS:** Foi realizada uma pesquisa descritiva sobre as solicitações e registros de patentes de sistemas nanocarreadores de fármacos, em âmbito nacional, referente ao período retrospectivo de 10 anos. Para isso, utilizou-se os registros do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e os dados de inteligência artificial do Google Patents. A organização sistemática dos registros foi feita em frequência absoluta. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A triagem apontou 50 solicitações de patentes, dentre as quais 70% encontra-se em situação “pendente” de acordo com as exigências do INPI, o que sugere complexidade no processo, carência de orientações ou negligência por parte dos solicitantes. 16% dos pedidos estão deferidos, 8% foram indeferidos, 4% arquivados e 2% extintos. A maioria das solicitações, ~92%, tem origem de instituições públicas e ocorreu principalmente, entre os anos de 2014-2019, período em que o país obteve mais investimentos públicos em ciência e tecnologia. Dentre as solicitações os sistemas apontados foram: 22% nanopartículas poliméricas, 16% lipossomas, 14% ciclodextrinas, 14% nanocápsulas poliméricas, 12% nanopartículas lipídicas sólidas e 8% nanoelmosões, sendo os 14% restantes sistemas menos frequentes. A maioria dos fármacos descritos, são representados pelos antineoplásticos 16%, antiparasitários e anti-inflamatórios, 14% cada, seguido dos antimicrobianos 8%, classes de interesse para a saúde pública. Observou-se que a descrição dos métodos experimentais é incompleta, aspecto que inviabiliza a sua reprodução, mas adequado com a condição de proteção patentária em fase de análise. **CONCLUSÃO:** A diversidade de sistemas carreadores nanoestruturados e classes farmacológicas descritas nas solicitações dos pedidos de patentes possuem aspectos biofarmacêuticos justificados. A proteção patentária das invenções intelectuais é a última fase do processo do esforço investigativo, sendo um indicador para se avaliar a capacidade do país em converter a pesquisa pura em inovações tecnológicas, agregando valor econômico e mercadológico à pesquisa aplicada. O mapeamento tecnológico descrito é norteador quanto à nanotecnologia em prol da saúde pública. **AGRADECIMENTOS:** Os autores agradecem à FAMINAS-BH pelo apoio. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SAXENA, Shailendra K. *et al.* Current advances in nanotechnology and medicine. *NanoBioMedicine*, Cingapura, v.1, n.1, p.3-16, fev.2020. [2] DIMER. A. Frantiescoli. *et al.* Impactos da nanotecnologia na saúde: produção de medicamentos. *Química Nova*, Porto Alegre, v.36, n.10, p.1520-1526, nov.2013. [3] Marques, Maria Betânia de Freitas. *Avaliação da atividade antitumoral e desenvolvimento de nanopartículas lipídicas sólidas contendo ácido 4-brometil-3- e 4-brometil-3-nitrobenzoato de metila*. 2013. 175 f. Tese (Doutorado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5- Farmácia

**PERCEPÇÃO DE ACADÊMICOS DO CURSO DE FARMÁCIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO –
FAMINAS, MURIAÉ-MG, SOBRE A ANSIEDADE**

Thaís de Freitas **MARTINS** (IC – tathaf12@gmail.com)¹, Emílio Santana de **ABREU**²

1. Curso de Farmácia; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS 36.880.000 – Muriaé - MG

Palavras-chave: Ansiedade, Universitários, Saúde.

INTRODUÇÃO: O universitário possui muitas obrigações referentes aos estudos. São horas ocupadas pela carga horária e extensa pressão a todo o momento para obtenção de boas médias em cada semestre cursado [1]. A ansiedade pode se desenvolver nesse período atrapalhando os resultados deste aluno. Na busca de resolução, muitas vezes o aluno procura medicamentos, com a expectativa de obter uma melhor qualidade de vida perante as atribuições [2]. O presente trabalho tem como objetivo verificar a percepção de acadêmicos do curso de Farmácia do Centro Universitário, FAMINAS - Muriaé-MG, sobre a ansiedade, através de aplicação de um questionário *online*. **MATERIAL E MÉTODOS:** A pesquisa é de caráter descritivo e abordagem quantitativa. Foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CAAE: 44733021.5.0000.5105 Número do Parecer: 4.639.897) e posteriormente foi iniciado a divulgação do questionário. Foi criado um questionário *online*, semiestruturado através do *Google Forms*[®] para a coleta dos dados, contendo 28 perguntas. O questionário foi aplicado aos alunos do curso de Farmácia do centro Universitário Faminas da cidade de Muriaé-MG, do dia 22/04/2021 ao dia 02/07/2021. Um *link* foi gerado e enviado para os representantes de turmas que transmitiu aos alunos. Foi apresentado aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e após o aceite deste, responderam-se as questões. Somente participantes maiores de 18 anos e matriculados no curso de farmácia da Faminas-Muriaé-MG foram aceitos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após realizar a pesquisa e analisar os resultados, obteve-se um total de 37 participantes, sendo 78,38% do gênero feminino. Destes participantes 32,43% relataram alta carga horária de ocupação com estudo, trabalho e estágio. Todos os participantes responderam saber o que é ansiedade e 97,30% relataram ter ansiedade, que foi classificada em níveis pelos participantes. De todos os participantes 54,05% informaram que possuem um nível médio de ansiedade, 32,43% um nível alto, 10,81% nível baixo e 2,70% informaram não ter ansiedade. Cerca de 63,16% acreditam que a ansiedade atrapalha no rendimento dos estudos e na qualidade do sono, nesta alternativa o participante poderia marcar mais de uma opção, e 19,29% acreditam que a ansiedade atrapalha na convivência diária. Cerca de 75,68% dos participantes, informaram que sofrem com medo ou desespero em trabalhos e avaliações e 56,76% afirma ter “preocupações excessivas” para os próximos períodos. Cerca de 64,86% têm medo de não conseguir um emprego na área ou um emprego com bom salário no futuro. Podendo marcar mais de uma opção, os participantes ansiosos relataram alguns sintomas, sendo destacado: agitação (17,24%), palpitações (14,83%) e medo ou desespero (12,41%). Dos participantes 27,02% já utilizaram algum medicamento para redução da ansiedade e 52,94% nunca procurou ajuda profissional. Cerca de 77,8 % acreditam que a pandemia do coronavírus aumentou de alguma forma a ansiedade. **CONCLUSÕES:** A ansiedade está presente na população estudada e os participantes relataram aumento no período pandêmico. Mais da metade dos participantes nunca buscou ajuda profissional e foram relatados sintomas e preocupações com o futuro. É necessário aprofundar sobre o tema e levar informações para a população estudada. É importante também, incentivar a busca por tratamento, principalmente para aqueles que relataram relação direta da ansiedade com rendimento em avaliações e qualidade do sono. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FERNANDES, M. A. *et al.* Prevalência de sintomas ansiosos e depressivos em universitários de uma instituição pública. *Rev. Brasileira de Enfermagem*, Teresina, PI, v.71, (Supl 5):2169-75, p. 2298-2304, março, 2018. [2] CASSEPP, D. M.; SILVA, J. C. Ansiedade no Âmbito Universitário: Relatos de Alunos Atendidos em um Núcleo de Apoio Acadêmico, Santa Cruz. *Anais eletrônico da jornada de pesquisa em Psicologia*. Santa Cruz: UNISC, 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.03.00.00-5 – Farmácia

PESQUISA SOBRE A AUTOMEDICAÇÃO EM USUÁRIOS DE MEDICAMENTOS EM MURIAÉ-MG

Yara Gomes SOUSA (IC – ygsousas1009@gmail.com)¹, Emílio Santana de ABREU (PQ)²

1. Curso de Farmácia; 2. Emílio Santana de Abreu *Centro Universitário Faminas – MURIAÉ MG - 36880-000*

Palavras Chaves: Automedicação, Saúde, Farmacêutico.

INTRODUÇÃO: A prática da automedicação é extremamente perigosa pois nenhum medicamento é isento de reações adversas, ou seja, nenhum fármaco é inofensivo ao organismo humano. Contudo o uso irracional dos medicamentos pode levar a consequências graves a saúde do indivíduo [1]. O objetivo deste estudo é realizar uma análise quanto a prática da automedicação em usuários de medicamentos na cidade de Muriaé-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo de natureza descritivo e quantitativo. O projeto foi aprovado pelo comitê de ética e pesquisa (CAAE: 43462821.1.0000.5105, parecer nº 4.639.787) e foi aplicado um questionário entre os dias de 01/04/2021 a 30/06/2021. Para a pesquisa foi utilizado um questionário semiestruturado e de autopreenchimento utilizando-se o *Google Forms*[®]. Um *link* foi gerado e divulgado por meio de redes sociais para residentes dos bairros, Centro, Barra, João XXIII, Planalto, São Francisco e São Gotardo da cidade de Muriaé-MG. Idade mínima de 18 anos e ser usuário de algum medicamento foram os critérios de inclusão. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foi obtido um total de 217 participantes e 51,15% eram do gênero feminino. A faixa etária de alta prevalência foi de 21 a 25 anos com 52,53% dos participantes. Sobre o ato de se automedicar, 88,48% relataram a realização desta prática. A indicação de um amigo (20,28%) e repetição de fármacos de uma receita antiga (17,44%) foram os dois principais fatores relatados que contribuíram para automedicação, podendo nesta alternativa marcar mais de uma opção. Propagandas comerciais foi relatado apenas por 7,12% dos participantes como contribuição para a automedicação, embora 58,52% dos participantes relataram que as propagandas de televisão foi o principal meio onde identificam divulgação de fármacos. Foram questionados sobre a classe dos medicamentos mais utilizados, podendo ser marcados mais de uma opção nesta questão, e os analgésicos e anti-inflamatórios (45,65%) foi a principal escolha. Muitos fármacos desta classe são identificados como medicamentos isentos de prescrição, porém, mesmo assim devem ser utilizados sob orientação de profissionais, uma vez que podem gerar efeitos adversos. Antidepressivos (0,63%) e Benzodiazepínicos (0,63%) foram as classes menos citadas ao se automedicar pela população. Quanto ao tempo de uso dos medicamentos ao se automedicar 49,48% relataram que utilizaram durante 3 a 5 dias e 55,20% dos participantes relataram que seguiram as recomendações da bula. Sobre os riscos da automedicação, 79,19% concordam que é algo extremamente perigoso, porém, 66,82% dos participantes utilizariam novamente um medicamento sem orientação médica ou usaria pela primeira vez um medicamento sem orientação. Com relação a orientação na compra de um medicamento na drogaria 43,78% dos participantes são orientados pelos balconistas, 50,69% são orientados pelo farmacêutico e 5,53% não são orientados. Quanto a função do farmacêutico na drogaria ou farmácia no aspecto de orientação a medicamentos 74,65% classificaram extremamente importante, 23,04% importante, 1,84% regular e 0,46% como irrelevante. **CONCLUSÕES:** A automedicação está presente na população estudada. Mesmo seguindo informações na bula é importante ressaltar uma correta orientação por profissionais, para evitar a prática da automedicação. A população percebe a importância da função do farmacêutico na drogaria, porém muitos ainda não são orientados por este profissional na compra de medicamentos, sendo necessário reforçar esta função entre os profissionais atuantes no local da realização desta pesquisa. **AGRADECIMENTOS:** Ao professor Emílio Santana de Abreu, por todo ensino e apoio oferecido. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] VITOR, R. S. et al. Padrão de consumo de medicamentos sem prescrição médica na cidade de Porto Alegre, RS. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, p. 737-743, 2008. ISSN 1413- 8123.

Área do Conhecimento (CNPq):4.03.00.00-5 - Farmácia

PREVALÊNCIA DE ESCHERICHIA COLI EM INFECÇÕES DO TRATO URINÁRIO.

Thaís T. **FERNANDES** (IC – thaisfer130@gmail.com)¹, Raissa M. da S. **CAMPOS** (IC)¹, Fernanda de S. **FERREIRA** (IC)¹, Milena A. **GODINHO** (IC)¹ e Fernanda M. **FERNANDES** (PQ)²

Centro Universitário - FAMINAS - 36888-233 - MURIAÉ-MG

Palavras-chave: infecções urinárias, uretra, sepse.

INTRODUÇÃO: A infecção do trato urinário (ITU) é uma das doenças mais comuns, acometendo mulheres e homens de todas as faixas etárias. Essa patologia é determinada pela proliferação e aumento de microrganismos na mucosa do trato urinário, sendo capaz de causar infecções nas vias hematogênica, linfática e ascendente [1]. *A Escherichia coli é o agente causador de mais de 75% das infecções em pacientes comunitários. Essa disfunção ocorre principalmente em mulheres com idade entre 20 e 40 anos. Trata-se de uma bactéria gram-negativa e anaeróbia facultativa* [2]. **DESENVOLVIMENTO:** A investigação para a infecção do trato urinário é determinada através de exames clínicos e laboratoriais. Através da anamnese, recomenda-se relacionar os sintomas do paciente, juntamente com a regularidade ao urinar, o aspecto do jato urinário e a atividade sexual. Os exames laboratoriais envolvem técnicas qualitativas e quantitativas. Em relação ao procedimento para determinar essa patologia, deve-se iniciar com a coleta de urina, dando preferência a porção do jato médio, eliminando o primeiro jato para excretar os prováveis contaminantes existentes na uretra e no introito vaginal [1]. As ITU acometem mulheres entre 10 a 20 vezes mais que os homens, principalmente ao iniciar as atividades sexuais. Isso se dá, devido a uretra da mulher ser mais curta e mais próxima do ânus, sendo assim, ao realizar uma má higienização, bactérias presentes na flora intestinal acabam migrando para a uretra, seguindo para a bexiga, podendo deslocar-se para os rins e até chegar à circulação, causando sepse. Homens são menos acometidos devido ao maior comprimento uretral, fluxo urinário e por obterem o fator antibacteriano prostático, servindo como proteção, isso até os 50/60 anos, pois a partir dessa idade se tornam mais susceptíveis às ITU [3]. A microbiota é composta por diversas bactérias e, a *E. coli* é a principal causadora de tais infecções. De acordo com o local acometido, podem causar uretrite (Infecção da uretra), pielonefrite (Infecção nos rins), cistite (Infecção na bexiga), sendo estas as mais frequentes. Nas últimas décadas, foram identificadas cepas distintas de *E. coli* que possuem adesinas/fímbrias por toda sua superfície, permitindo a adesão e colonização bacteriana nas células do trato urinário (TU), de receptores específicos de células eucarióticas, sendo diferenciadas apenas por características antigênicas e hemaglutinantes. De acordo com as distintas cepas de *E. coli* encontradas até hoje, é possível associá-las desde quadros leves de diarreia até a casos graves de sepse [4]. **CONCLUSÃO:** A *E. coli* é observada frequentemente nos quadros de ITU. Contudo, a realização de uma adequada higienização, em especial nas mulheres, é de grande importância na prevenção deste tipo de infecção. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MACHADO, A. D. et al. **Prevalência de infecção urinária em um laboratório de análises clínicas da cidade de Jaraguá do Sul, SC, no ano de 2017.** Rev. bras. anal. clin, p. 213-218, 2019. Disponível em: <<http://www.rbac.org.br/artigos/prevalencia-de-infeccao-urinaria-em-um-laboratorio-de-analises-clinicas-da-cidade-de-jaragua-do-sul-sc-no-ano-de-2017/>>. Acesso em: 16ago.2021. [2] COSTA, T. S. **E. coli em uroculturas de pacientes comunitários: prevalência e perfil de suscetibilidade antimicrobiana.** RBAC, v. 52, n. 1, p. 82-6, 2020. Disponível em: <<http://www.rbac.org.br/artigos/escherichia-coli-em-uroculturas-de-pacientes-comunitarios-prevalencia-e-perfil-de-suscetibilidade-antimicrobiana/>>. Acesso em: 16 ago. 2021. [3] HEILBERG, I. P.; SCHOR, N. **Abordagem diagnóstica e terapêutica na infecção do trato urinário: ITU.** Revista da Associação Médica Brasileira, v. 49, p. 109-116, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ramb/a/d9yDDkYdZJyBvhnfgTvyxzv/?lang=pt.>>. Acesso em: 16 ago. 2021. [4] BELLAVER, E. H.; ZANCANARO, V. **Incidência de IU causadas pela E. coli em um determinado laboratório de análises clínicas do município de Caçador/ SC.** Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde, p. 85-92, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/ries/article/view/182/245>>. Acesso em: 16 ago. 2021

Área de conhecimento (CNPq): 2.12.00.00-9 – Microbiologia

Área do conhecimento (CNPq): 9.06.00.00-2 - Biomedicina

A FISIOTERAPIA PÉLVICA NA REDUÇÃO DA DIÁSTASE ABDOMINAL

Karen Aline Coelho **GUERSON** (IC - karenguerson@gmail.com)¹
Clarissana Araújo **BOTARO** (PQ - clafisio@gmail.com)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor. Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: *Diástase, Tratamento, Fisioterapia.*

APRESENTAÇÃO: Diástase abdominal é o afastamento do músculo reto abdominal, comum no pós-parto [1]. A fisioterapia pélvica possui importante função no fechamento da diástase, através de estímulos da musculatura abdominal e pélvica [2]. Este trabalho teve como objetivo geral demonstrar as melhores técnicas fisioterapêuticas no tratamento da diástase abdominal (DA). **DESENVOLVIMENTO:** Trata-se de uma revisão de literatura, incluindo estudos randomizados controlados com objetivo primário de tratar a DA. Artigos disponíveis na íntegra nos idiomas inglês e português, no período 2008 a 2019 das publicações encontradas. Realizou-se a busca no período de agosto de 2021, nas bases de dados, Revista Eletrônica de Ciências Humanas, Saúde e Tecnologia; Cadernos de Graduação Ciências Sociais e Humanas; Scielo; e PubMed. Em um estudo de 2008, foi aplicado em puérperas, em uma maternidade pública, condutas fisioterapêuticas comuns na redução e prevenção da DA, sendo elas: reeducação diafragmática, abdominais isométricos, contrações do assoalho pélvico, manobra para eliminação de flatos, exercícios circulatórios e deambulação [3]. Em outra pesquisa, foi analisado 20 mulheres, sendo 10 nulíparas e 10 puérperas, com o afastamento da musculatura do reto abdominal maior no grupo após o parto. Foi aplicado exercícios isométricos para abdome, constatando uma redução de distância do músculo reto abdominal após a isometria, demonstrando a eficácia na diminuição da DA [4]. Um abdominal isométrico específico foi utilizado em um estudo de 2016, a ginástica hipopressiva (GH), aplicado em 2 puérperas com 2 sessões de atendimento de condutas da GH, constatando uma redução da DA supra e infraumbilical [5]. Em todos os estudos analisados foi evidenciado que o fortalecimento abdominal, principalmente através de exercícios isométricos dessa região, é eficaz e muito utilizado para redução da DA, podendo utilizar em maior escala a GH para resultados mais rápidos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Condutas Fisioterapêuticas mais utilizadas para a diminuição da DA foram os exercícios isométricos abdominais e a GH, com eficácia, de baixo custo e fácil acesso para as pacientes. **BIBLIOGRAFIA:** [1] COITINHO, Larissa Maria Ferreira et al. Eficiência dos tratamentos fisioterapêuticos para a diástase do músculo reto abdominal no puerpério: uma revisão integrativa. Revista Eletrônica de Ciências Humanas, Saúde e Tecnologia, v. 8, n. 1, p. 38-50, 2019. [2] SOUZA, Vitória Regina Lima; FEITOSA, Gleiciane Zeferino; LOURENZI, Vaneska da Graça Cruz Martinelli. Intervenção fisioterapêutica no tratamento da diástase abdominal pós-parto: uma revisão de literatura. Caderno de Graduação-Ciências Biológicas e da Saúde UNIT-ALAGOAS, v. 4, n. 2, p. 239, 2017. [3] RETT, Mariana Tirolli et al. Atendimento de puérperas pela fisioterapia em uma maternidade pública humanizada. **Fisioterapia e pesquisa**, v. 15, p. 361-366, 2008. [4] PASCOAL, A.G. et al. Inter-rectus distance in postpartum women can be reduced by isometric contraction of the abdominal muscles: a preliminary case-control study. *Physiotherapy*, v.100, n.4, p. 344-348, dec. 2014. [5] FRANCHI, E.F.; RAHMEIER, L. Efeitos da Ginástica Hipopressiva no puerpério imediato – Estudo de casos. *Cinergia*, v.17, n.2, p.108-112, abr-jun. 2016.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

A PREVALÊNCIA DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA NO PÓS PARTO

Karen Aline Coelho **GUERSON** (IC - karenguerson@gmail.com)¹ Sara Dutra Di **FAZIO** (PQ - dra.saradutra@gmail.com)² Clarissana Araújo **BOTARO** (PQ - clafisio@gmail.com)³

1. Curso de Fisioterapia; 2. Pesquisadora; 3. Professor.

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: *Incontinência Urinária, Mulheres, Puerpério.*

INTRODUÇÃO: Todas as alterações na gestação, associado ao tipo de parto, influenciam o assoalho pélvico [1]. A Incontinência Urinária (IU) é definida como qualquer perda involuntária de urina [2]. Este estudo tem como objetivo identificar a prevalência da IU em mulheres no pós-parto via vaginal e cesárea. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal quantitativo, realizado por meio digital, contendo o Termo de consentimento livre e esclarecido, questionário socioeconômico e de identificação da IU, *International Consultation on Incontinence Short-Form (ICIQ-SF)*, para identificar se há a presença do sintoma e o quanto interfere na qualidade de vida, em mulheres no período de puerpério tardio em até 6 meses. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A amostra do estudo foi composta de 25 mulheres, com idades variando de 21 a 42 anos. O parto cesáreo foi realizado por 84% da amostra, e o parto vaginal 16%, com ganho de peso (Kg) durante a gestação entre 3 a 25 Kg, e o peso do recém-nascido de 2,700 até 3,800 Kg. Todas as participantes tiveram acompanhamento pré-natal, e 28% receberam orientação para procurar Fisioterapia Pélvica. Com relação a de perda de urina, 72% nunca teve sintomas, e 28% apresenta escapes, variando de 1 vez por semana até várias vezes ao dia. A quantidade de urina perdida, 72% assinalou “nenhuma”, 24% “pequenas quantidades” e 4% “moderada quantidade”. Com relação a qualidade de vida, em uma escala de 0 a 10, 80% assinalou “0”, 4% marcou “3”, 8% graduou “5” e 8% referente a “10”. Dos 28% da amostra que possuem sintomas de IU, as idades variam de 21 a 37 anos, ganho de peso de 3 a 20 Kg, peso do recém-nascido de 2,880 a 3,450 Kg. Em relação a IU, considerada leve temos 1 mulher e 6 possuem moderada, através do somatório dos scores do *ICIQ-SF*. No *ICIQ-SF*, sobre a qualidade de vida e a perda de urina, 2 participantes assinalaram que não há interferência na vida diária e 5 marcaram que possui interferência, com pontuação de 3 a 10. A porcentagem de prevalência da IU no pós-parto pode ser considerada um valor alto acima de 7% a 12% [3]. Analisando outras pesquisas, os valores variam de 72,1% [3] e 24,6% [1], semelhante a este estudo, com 28%, em que todos são considerados elevados. Nesta pesquisa 71,42% das participantes assinalaram que possuem perda de urina e que afeta a qualidade de vida, também observado em um outro estudo de 2011 [4], em que as respostas mostram que a maioria das mulheres relatou que a IU provoca um impacto na qualidade de vida. Em uma pesquisa de 2000 [5], foi apresentado que o parto cesáreo não diminui o risco dos sintomas da IU, em concordância com os resultados apontados neste estudo. **CONCLUSÃO:** A taxa de prevalência de IU no pós-parto é de 28% e 71,42% que possuem sintomas de perda de urina relatam interferência na vida diária, mostrando relação dos sintomas e a qualidade de vida. Além disso, o tipo de parto, 57,14% são via cesárea e 42,85% via vaginal, demonstrando que o parto cesáreo não pode ser excluído como fator de desenvolvimento para IU.

BIBLIOGRAFIA: [1] LOPES, Daniela; PRAÇA, Neide. Prevalência de incontinência urinária autorreferida no pós-parto e fatores relacionados. *Acta Paulista de Enfermagem*. 2012;25(4):574-580. [2] CARVALHO, Maitê Peres et al. **O impacto da incontinência urinária e seus fatores associados em idosos.** *Rev. bras. geriatr. Gerontol.*, vol.17, n.4, pp.721-730, 2014. [3] DÍAZ RAMÍREZ, Fernando et al. Prevalencia de incontinencia urinaria en el posparto. *Revista Cubana de Obstetricia y Ginecología*, v. 43, n. 2, p. 1-11, 2017. [4] PEDRO, Alana Fernandes et al. Qualidade de vida de mulheres com incontinência urinária. **SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, v. 7, n. 2, p. 63-70, 2011. [5] MacLennan AH, Taylor AW, Wilson DH, Wilson D. The prevalence of pelvic floor disorders and their relationship to gender, age, parity and mode of delivery. *BJOG*. 2000;107:1460-70.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

ANÁLISE DO NÍVEL DE AUTOCONHECIMENTO ÍNTIMO FEMININO

L. P. CARDOSO, B. R. D. BATISTA, C. A. BOTARO (PQ)³

1. 2. Curso de Fisioterapia; 3. Professor *Centro Universitário FAMINAS - FAMINAS-MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé - MG*

Palavras-chave: *autoconhecimento; educação sexual*

INTRODUÇÃO: O sistema reprodutor feminino é classificado em órgãos internos e externos. Os órgãos internos são vagina, útero, ovários e tubas uterinas. E os órgãos externos (vulva) são monte púbico, lábios maiores e menores e clitóris [1]. Estudos realizados para investigar o conhecimento sobre o funcionamento do corpo, puberdade, reprodução e sexualidade confirmam a desinformação sobre os temas [2]. O objetivo é analisar o conhecimento das mulheres sobre anatomia, fisiologia íntima e importância do autoconhecimento. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo descritivo em forma de pesquisa de campo por meio da aplicação de um questionário online que foi enviado às participantes de forma individual através das redes sociais. O questionário socioeconômico continha as perguntas: idade, naturalidade, escolaridade, estado civil, idade da menarca e da primeira relação sexual, virgem ou não. Também constou-se o questionário com perguntas relacionadas ao nome de algumas estruturas íntimas femininas e quais suas funções. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A amostra foi composta por 101 mulheres com faixa etária de 18 a 50 anos. Foi encontrada uma média de 23 anos entre as participantes. Verificou-se que 27 (26%) já concluíram o ensino médio e 19 (18%) o ensino superior. Notou-se que 86 (85%) são solteiras. A média de idade da menarca foi de 12,2 anos e a média de idade da primeira relação sexual foi de 15 anos. Foi percebido que 12 (11%) mulheres se declararam virgens e 89 (88%) disseram não ser. Quando perguntado às 12 se já ouviram falar sobre dor na relação sexual elas responderam que sim. E quando questionadas sobre conhecer os motivos 10 (83%) disseram conhecer. Das 89 que não são virgens, 63 (62%) afirmaram sentir ou já terem sentido essa dor. Dessas 63 mulheres 30 (29%) manifestaram não saber as causas, conciliando com o estudo [3] em que muitas mulheres apresentam dores durante o ato sexual, mas não sabem ao certo a procedência da dor. Dentre as participantes, 73 (72%) acham que existe risco da mulher engravidar durante a menstruação. Na primeira figura, o útero, 93 (92%) mulheres afirmaram conhecê-la e 66 (65%) marcaram útero como nome da estrutura. Na segunda figura, o canal vaginal, 96 (95%) mulheres afirmaram conhecer e 91 (90%) responderam canal vaginal como nome. Sobre a função da vagina 96 (95%) acham que é sair menstruação, ser via de parto e local da penetração. Foi encontrada na literatura uma pesquisa [4] que verificou a importância que os adolescentes dão para o conhecimento do corpo. Na terceira figura, a uretra, obteve-se 94 (93%) respostas afirmando conhecer a região e 72 (71%) mulheres escolheram uretra. Foi questionado qual a função da mesma e 94 (93%) marcaram “sair xixi”. **CONCLUSÃO:** O estudo indica que a maioria das mulheres soube localizar e apontar as funções das estruturas propostas e revela que o grupo pesquisado sabe da necessidade de se conhecer, entender como funciona seu organismo, quais as funções de cada estrutura presente. O alto nível de conhecimento das mulheres dessa pesquisa pode ser justificado por a maioria já ter tido contato com ensinamentos sobre a anatomia humana, sendo muito importante para ajudar na detecção precoce de alguns tipos de câncer, disfunções sexuais como vaginismo e dispareunia e infecções como candidíase e IST's. **REFERÊNCIAS:** [1] DANGELO, J.G.; FATTINI, C.C. Anatomia sistêmica e segmentar. 3.ed. São Paulo: Atheneu, 2011. 780p. [2] CARVACHO, Ingrid Espejo; SILVA, João Luiz Pinto; MELLO, Maeve Brito de. Conhecimento de adolescentes grávidas sobre anatomia e fisiologia da reprodução. Rev. Assoc. Med. Bras., São Paulo, v.54, n.1, p.29-35, Feb.2008. [3] TRINDADE, Wânia Ribeiro e FERREIRA, Márcia de Assunção, Sexualidade feminina: questões do cotidiano das mulheres. Texto & Contexto - Enfermagem [online]. 2008. [4] FAUSTINI, Dulce Méri Tótola et al. Programa de orientação desenvolvido com adolescentes em centro de saúde: conhecimentos adquiridos sobre os temas abordados por uma equipe multidisciplinar. Ciência & Saúde Coletiva, 2003.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

BENEFÍCIOS DO MÉTODO PILATES NO TRATAMENTO DA DOR LOMBAR

J. D. A SILVA (IC – julianadad2009@outlook.com)¹, L. P. CARDOSO (IC- leticiapimentelc@outlook.com)²,
C. A. BOTARO (PQ – clafisio@gmail.com)³

1. 2. Curso de fisioterapia; 3. Professor Centro Universitário FAMINAS - FAMINAS-MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé – Mg

Palavras-chave: *Pilates, lombalgia.*

APRESENTAÇÃO: A lombalgia é uma alteração musculoesquelética, pode afetar cerca de 70 a 80% das pessoas em algum momento de suas vidas. As causas mais frequentes são de origem mecânico-degenerativa, muitas das causas ainda são desconhecidas. Os indivíduos com dor crônica procuram alternativas para alívio da dor, o Pilates é procurado e indicado, pois traz diversos benefícios aos praticantes. [1,2]. O objetivo do trabalho é verificar os benefícios do Pilates em indivíduos com lombalgia. Realizou-se uma revisão bibliográfica, com artigos que abordam sobre o Pilates e seus benefícios no tratamento da lombalgia. As pesquisas foram feitas nas bases de dados Scielo e Rev. Ciência da Saúde. **DESENVOLVIMENTO:** Segundo um estudo o tratamento baseado no Pilates foi mais eficaz que o tratamento usual em uma população com dor lombar crônica, com efeitos positivos na melhora da capacidade funcional e redução da dor [2]. Em uma pesquisa realizou-se um estudo, comparando a eficácia da fisioterapia por meio de exercícios e do Pilates para a dor lombar crônica, obteve-se como resultado, melhoras significativas e mesmos efeitos benéficos sobre incapacidade, dor, função, saúde e qualidade de vida [3]. Em um estudo, os participantes foram divididos em dois grupos, Grupo Pilates Solo e o Grupo Controle Escola de Coluna, foram aplicados questionários sobre a intensidade da dor e o escore de disfunção. Apesar dos resultados encontrados terem sido similares no tratamento da lombalgia, houve diferença quanto à satisfação, no qual os participantes do grupo Pilates declararam-se muito satisfeitos. Os movimentos são realizados utilizando os princípios do pilates: concentração, centralização, fluidez, respiração, precisão, controle, consciência corporal e relaxamento, buscando o equilíbrio musculoesquelético, respiração apropriada e alinhamento postural [5]. Os movimentos são realizados sem pressa e com controle para evitar estresse, pode ser trabalhado em aparelhos ou no solo (MatPilates). O Método surge como uma forma de manter o corpo ativo, realizando um exercício físico regular, proporcionando bem-estar, melhorando a força, flexibilidade, postura, controle motor, consciência e percepção corporal [2]. O Pilates tem sua importância no tratamento das lombalgias pelo fortalecimento do músculo transverso do abdômen, sendo ele o estabilizador da coluna vertebral, pois os quadros de lombalgia podem ter relação com fraqueza abdominal, comprometendo a funcionalidade e a qualidade de vida. Com o aumento da flexibilidade muscular, os exercícios podem ser executados com maior amplitude de movimento, mais facilidade, fluidez e eficácia, sendo que a falta de flexibilidade também causa dores e limitações articulares. [6]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O método Pilates é eficaz no tratamento da lombalgia, promovendo melhora na qualidade de vida, força muscular, flexibilidade, consciência corporal, propriocepção, correção postural, equilíbrio, circulação, diminui o estresse, aumenta a confiança e disposição. A satisfação com a realização dos exercícios é maior, sendo mais uma opção nos recursos disponíveis para a intervenção diferenciada e específica.

BIBLIOGRAFIA: [1] ANDRADE, S. et al. Escola de coluna: revisão histórica e sua aplicação na lombalgia crônica. Ver. Bras. Reumatol., v. 45, n. 4, p. 224-228, 2005. [2] GLADWELL, V. et al. Does a program of Pilates improve chronic non-specific low back pain? J Sport Rehabil., v. 15, n. 4, p. 338-350, 2006. [3] WAJSWELNER, H. et al Clinical Pilates versus general exercise for chronic low back pain: randomized trial. Med Sci Sports Exerc., v. 44, n. 7, p. 1187-205, 2012. [4] DONZELLI, S. et al. Two different techniques in the rehabilitation treatment of low back pain: a randomized controlled trial. Eura Medicophys., v. 42, n. 3, p. 205-10, 2006. [5] PANELLI, C. et al Método Pilates de condicionamento do corpo: um programa para toda a vida. São Paulo: Phorte, 2006. [6] La TOUCHE, R. et al Treating non-specific chronic low back pain through the Pilates method. J Bodyw Mov Ther., v. 12, n. 4, p. 364-70, 2008.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

BENEFÍCIOS DO PILATES EM ATLETAS DE DIFERENTES MODALIDADES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

L. P. CARDOSO, J. D. A SILVA · C. A. BOTARO (PQ)³

1. 2. Curso de Fisioterapia; 3. Professor *Centro Universitário FAMINAS - FAMINAS-MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé - MG*

Palavras-chave: *pilates, atletas*

INTRODUÇÃO: O método Pilates recebe esse nome por fazer referência a seu criador, Joseph Pilates [1]. Desenvolvido no início da década de 1920, tem como base o controle consciente de todos os movimentos musculares do corpo [2], provocando assim a melhora da performance esportiva, da coordenação e da circulação, enfatizando a flexibilidade geral do corpo, que incrementará a força muscular e a postura, associadas com a respiração [3]. O objetivo é verificar os benefícios do Método Pilates em atletas de várias modalidades. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão bibliográfica sistemática, utilizando artigos que abordam o Método Pilates e seus benefícios em atletas. Foram incluídos apenas artigos que relacionavam Pilates e um determinado esporte. As pesquisas foram feitas nas bases de dados Google Acadêmico e Scielo com o descritor “Pilates no esporte”. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Em um estudo [4] foram convidados 19 jogadores de futebol entre 13 e 15 anos. Avaliaram-se as alterações posturais de membros inferiores (MMII) com a força de extensores e flexores de joelho e abdominal associado com o rendimento atlético. O Grupo Controle (GC) contou com 7 jogadores e o Grupo Pilates (GP) 8. Realizaram-se 15 sessões de Pilates solo por 4 semanas com 30 minutos. Demonstrou-se que o GP obteve resultados significativos na força muscular de MMII e tronco em relação ao GC. Mas foi provado que somente 15 sessões de 30 minutos não foram suficientes para promover alterações posturais em MMII. Em outro estudo [5], a amostra utilizada foi uma equipe de futsal composta por 11 atletas entre 17 e 20 anos. O GC foi composto por 5 atletas e o GP por 6. O GC participou apenas de avaliações e o GP, além das avaliações, participou de uma rotina de treinamento de Pilates durante 4 semanas, 3 vezes por semana de 25 minutos. Concluiu-se que o Método Pilates foi eficaz no aumento da flexibilidade dos atletas e teve tanto efeito agudo como crônico. Em outra pesquisa [6], 32 membros foram divididos em GC e GP, cada um com 16 indivíduos. O GP foi submetido ao treinamento de corrida e Pilates em dias alternados. Como resultado verificou-se que o GP foi mais rápido que o GC. Os dois grupos apresentaram melhora em relação ao custo metabólico, sendo que o GP apresentou resultados maiores. Por fim, em no estudo [7] obteve uma amostra de 14 jogadores amadores de badminton com idade entre 13 e 19 anos, de ambos os sexos. Foram realizadas 12 sessões de Pilates solo somadas às práticas específicas, 1 hora por sessão. Verificou-se que o GP apresentou uma melhora significativa da flexibilidade, agilidade e resistência. Então, concluiu-se que o método Pilates foi eficaz na melhora do desempenho esportivo e prevenção de lesão desses atletas. **CONCLUSÃO:** Este trabalho mostrou que o método Pilates tem influência positiva em qualquer modalidade de esporte, trazendo uma melhora na força muscular, aumento da flexibilidade, condicionamento físico, velocidade, agilidade, correção postural, equilíbrio, mostrando-se uma técnica eficaz para melhorar o condicionamento do atleta. **REFERÊNCIAS:** [1] Chang Y. Grace under pressure. Ten years ago, 5,000 people did the exercise routine called Pilates®. The number now is 5 million in America alone. But what is it, exactly? *Newsweek*.2000;135(9):72-3. [2] Kolyniak IEGG, Cavalcanti SMB, Aoki MS. Avaliação isocinética da musculatura envolvida na flexão e extensão do tronco: efeito do método Pilates®. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*.2004;10(6):487-90. [3] Segal NA, Hein J, Basford JR. The effects of Pilates® training on flexibility and body composition: An Observational Study. *Archives of Physical Medicine and Rehabilitation*. 2004;85(12):1977-81. [4] SANTOS, Franciele Carvalho. Análise postural e de força muscular (tronco e membros inferiores) em jogadores de futebol juvenil, após treinamento com o método Mat pilates. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2018. [5] BERTOLLA, Flávia *et al*. Efeito de um programa de treinamento utilizando o método Pilates na flexibilidade de atletas juvenis de futsal. *Rev Bras Med Esporte*, 2007 [6] FINATTO, Paula. Efeitos de um treinamento de pilates sobre variáveis fisiológicas e biomecânicas da corrida. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015 [7] MACHADO, Nádia Veras *et al*. Método pilates na melhora do desempenho esportivo e prevenção de lesão em atletas amadores de badminton. *Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício*, 2020

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CONHECIMENTO DE MULHERES NO PERÍODO GRAVÍDICO SOBRE A FISIOTERAPIA GESTACIONAL

Bárbara Regina Dias **BATISTA** (IC – barbdbatista@gmail.com)¹, Clarissana Araújo **BOTARO** (PQ)¹
1. Curso de Fisioterapia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ -
36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: cuidado pré-natal; gestação; fisioterapia; assoalho pélvico.

INTRODUÇÃO: Durante o período gravídico o organismo passa por alterações físicas que podem interferir no dia-a-dia da mulher. Algumas modificações podem perdurar até o puerpério, dentre elas as disfunções pélvicas [1]. Os eventos ocorridos durante a gravidez têm influência sobre a pelve e sobre a musculatura do assoalho pélvico (AP), podendo gerar alguns distúrbios do mesmo [2]. No parto, é necessária boa mobilidade pélvica para que o canal de passagem do bebê tenha sua largura aumentada, permitindo que ele chegue ao final do AP [3]. A fisioterapia pélvica atua para minimizar possíveis disfunções geradas no organismo da gestante, utilizando técnicas específicas para o ajuste das mudanças fisiológicas ocorridas durante a gravidez. Ademais, o fortalecimento da musculatura do AP e seu relaxamento são essenciais para garantir força e flexibilidade no momento da expulsão [4]. O objetivo do estudo foi verificar o grau de conhecimento de gestantes sobre a atuação da fisioterapia pélvica durante a gestação e parto. **MATERIAIS E MÉTODOS:** A amostra, escolhida aleatoriamente, foi composta por 83 gestantes que residem em locais diferentes, que responderam, através da plataforma *Google Forms*, um questionário composto por 15 questões objetivas acerca do perfil socioeconômico e o conhecimento das participantes sobre a fisioterapia pélvica. As gestantes concordaram em participar do estudo respondendo ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a coleta, as respostas foram armazenadas em um banco de dados no programa Microsoft Excel® e passaram pelo tratamento estatístico simples, onde foram calculados o n e a porcentagem das respostas das gestantes. **RESULTADOS:** Ao final da pesquisa, constatou-se que 48 (57%) gestantes relataram o parto via vaginal como escolha para a atual gestação. Das participantes, 29 (34,9%) realizam pré-natal no Sistema Único de Saúde (SUS) e 54 (65,1%) em clínica particular. Uma análise feita sobre o conhecimento acerca da fisioterapia pélvica e a relação da mesma com local onde as gestantes realizam o pré-natal demonstrou que, das mulheres assistidas pelo SUS, 10 (34,48%) relataram não conhecer a fisioterapia pélvica e 13 (44,82%) disseram já ouvir falar da intervenção, porém não sabem como funciona; das parturientes que realizam pré-natal em clínica particular, 11 (20,37%) relataram não conhecer a fisioterapia pélvica e 29 (53,70%) disseram não entender bem como a mesma funciona. Do total de participantes, apenas 8 (9,6%) já realizaram alguma consulta com um fisioterapeuta pélvico. Quando questionadas se fariam acompanhamento fisioterapêutico se a fisioterapia pélvica fosse um recurso do SUS, 73 (89%) mulheres responderam que sim. **CONCLUSÃO:** Apenas uma parte das gestantes entrevistadas possui algum conhecimento sobre a atuação da fisioterapia pélvica, já que quanto a isso a resposta mais recorrente foi “já ouvi falar, porém não entendo bem”, gerando um questionamento quanto ao grau de conhecimento acerca da especialidade. Além disso, a maioria das gestantes nunca realizou consulta com um fisioterapeuta pélvico. Acredita-se que a ausência de profissionais que atuem de forma multidisciplinar e a falta de disponibilidade da especialidade no SUS possam ser fatores determinantes para o pouco grau de conhecimento das gestantes acerca da fisioterapia pélvica. A criação de projetos, por parte de estudantes e profissionais, a serem realizados em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e clínicas particulares, referentes à fisioterapia pélvica na gestação e no parto, podem ampliar o conhecimento de mulheres acerca dessa especialidade fisioterapêutica. **REFERÊNCIAS:** [1] SOUZA, WWPD; et al. As gestantes que frequentam o serviço público do Brasil são orientadas a treinar o assoalho pélvico? *Rev Inspirar: mov & saúde*, 2019, Belém, v.4,n.19,p.1-14; [2] MENDES, EPB; et al. Pelvic floor muscle strength in primiparous women according to the delivery type: cross-sectional study. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. 2016; 24:e2758.; [3] STRUTZ, KR; et al. Conhecimento de gestantes sobre a fisioterapia pélvica. *Rev Inter de Prom da Saúde*, Santa Cruz do Sul, 2019, v.2,n.4,p.1-7; [4] DE CAMPOS, AMGF; et al. Importância do fortalecimento do assoalho pélvico na gestação e o papel do fisioterapeuta: uma revisão da literatura. *Rev de Trab Acadêmicos da FAM*, v.2,n.1,p.20-30, 2017.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

**CORRELAÇÃO ENTRE A QUALIDADE DE VIDA E OS SINTOMAS EM MULHERES
DIAGNOSTICADAS COM ENDOMETRIOSE PROFUNDA INFILTRATIVA**

G. F. M. S. BRINATE, E. L. P. OLIVEIRA (PQ)² C. A. BOTARO (PQ)²

1. Curso de fisioterapia; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - 36880-000 - Muriaé – Mg

Palavras-chave: *qualidade de vida; sintomas; endometriose profunda infiltrativa.*

INTRODUÇÃO: A Endometriose Profunda Infiltrativa (EPI) definida como a presença de estroma endometriais fora da cavidade uterina que penetram em estruturas adjacentes profundas, com prevalência na fase reprodutiva, desencadeia vários sintomas debilitantes que interferem na qualidade de vida (QV) [1; 2]. A forma infiltrativa incide em cerca de 20% das mulheres com endometriose [3]. **OBJETIVO:** Analisar o impacto na QV de mulheres com EPI e sua relação com os sintomas apresentados. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo transversal, descritivo. A coleta de dados foi realizada com um grupo de mulheres com diagnóstico médico de EPI na cidade de Muriaé-MG por meio do Google Forms. Os critérios para inclusão foram mulheres que apresentam a doença, com idade entre 18 a 50 anos. Foram utilizados dois questionários, sendo um para avaliar questões sociodemográfica e o Short Form – 36 (SF-36) avaliando a QV. Para a correlação foi realizado o teste t de student e ANOVA. O estudo foi aceito pelo Comitê de Ética do Centro Universitário Faminas Muriaé pelo número do parecer 4.756.490. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Participaram do estudo 29 mulheres com idade entre 19 a 48 anos, sendo a maioria casada 55,2%; 58,6% não possuíam filhos; 48,4% relataram ter boa QV, em relação aos sintomas, 48,3% apresentam dismenorreia; 24,1% dor pélvica crônica; 20,6% dispareunia. Através do SF-36 foram observados escores baixos resultantes dos domínios, demonstrando impacto na QV de mulheres com EPI, além da influência dos sintomas nos aspectos emocionais, funcionais e vitalidade. Ademais, o sintoma que provocou piora frequente na QV foi a dor pélvica crônica com valor de $p = 0,0028$ significativo. Diante disso, seguindo a mesma linha de pesquisa, estudos [4], analisaram uma relação direta entre escores mais baixos no SF-36 com a manifestação dos sintomas, intensidade da dor e redução da QV, para mais, observou que o estado geral de saúde de mulheres com EPI está ligado com os aspectos biopsicossociais. Em uma análise [5], notaram uma relação da QV de mulheres com EPI e suas pontuações frente aos sintomas, observando que a dismenorreia promove maior impacto na QV comparado aos outros sintomas, e que as mesmas tiveram melhores resultados nos domínios físicos do que no domínio psicológico, considerando direta influência nos fatores biopsicossociais. **CONCLUSÃO:** Portanto, percebe-se que a qualidade de vida em mulheres com EPI através do SF-36 é considerada ruim, ou seja, é desenvolvida uma piora na QV frente aos sintomas manifestados pela patologia, o qual influência nos aspectos psicológicos, emocionais, físicos e sociais refletindo no cotidiano dessas mulheres. **REFERÊNCIAS:** [1] NAVARRO, R., Poder, L., Sun, D., & Jha, P. (2020). Endometriosis in pregnancy. *Abdominal Radiology*. doi:10.1007/s00261-020-02486-7. [2] PORTO, B. T. D. C. et al. Classificação histológica e qualidade de vida em mulheres portadoras de endometriose. *Rev Bras Ginecol Obstet*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 87-93, mar./2015. [3] RAMOS, ELA; VMS, Soeiro; CTF, Rios. Mulheres convivendo com endometriose: percepções sobre a doença. *Ciência&Saúde*, Rio Grande do Sul, v. 11, n. 3, p. 190-197, set./2018. [4] MINSON, FP. et al. Importância da avaliação da qualidade de vida em pacientes com endometriose. *Rev Bras Ginecol Obstet.*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 11-15, dez./2012. [5] YELA, Daniela Angerame; QUAGLIATO, I. D. P; BENETTI-PINTO, Cristina Laguna. Quality of Life in Women with Deep Endometriosis: A Cross-Sectional Study. *Rev Bras Ginecol Obstet*, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 90-95, out./2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

**EFICIÊNCIA DA FISIOTERAPIA NO TRATAMENTO DAS ALGIAS DA COLUNA VERTEBRAL:
RELATO DE CASO**

J. D. A. SILVA (IC – julianadad2009@outlook.com) ¹ H. G. O. PAULA (IC – henriquegoncalves101@gmail.com) ² C. A. BOTARO (PQ – clafisio@gmail.com) ³

1.2 Curso de Fisioterapia; 3. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS-MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé – MG

Palavras-chave: Coluna, reabilitação. (+)

INTRODUÇÃO: As alterações degenerativas da coluna vertebral, assim como outras doenças degenerativas, têm incidência aumentada de acordo com o envelhecimento. É uma condição inerente com o avançar da idade. Alterações degenerativas da coluna são amplas, contemplando tanto alterações decorrentes da própria idade como a partir de um estímulo, seja por atividade laboral ou desportiva. As alterações preditoras de uma degeneração se iniciam a partir da 3ª década de vida, com alterações bioquímicas e anatômicas do disco intervertebral. [1] Antes de definir o tratamento específico, deve-se atentar para condições correlacionadas ao paciente com dor crônica. Ansiedade, depressão e ergonomia devem ser investigadas e tratadas nesses pacientes. O tratamento visa cessar a dor, ganhar amplitude, mobilidade e flexibilidade. [1] **OBJETIVO:** Esse trabalho tem por objetivo relatar a eficiência da fisioterapia no tratamento das algias da coluna em um paciente atendido na clínica escola do Centro Universitário Faminas. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo de caso de um paciente com queixa de lombalgia e cervicalgia atendido na Clínica Escola do Centro Universitário Faminas Muriaé. Diagnóstico cinético-funcional de encurtamento muscular de isquiotibiais bilateralmente, dor a palpação na região cervical, dor a palpação na musculatura de trapézio superior devido à presença de tensão muscular (trigger points); Teste de Adams positivo com gibosidade na região torácica direita. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Após 7 atendimentos realizados observou-se melhoras significativas no quadro do paciente. Houve diminuição da tensão muscular, não apresentou dor a palpação na cervical, ganho de flexibilidade dos isquiotibiais, paciente relatou diminuição da dor, relata também que se sente mais relaxado e tranquilo após a realização dos exercícios físicos, sente dores suportáveis apenas em dias com muita demanda de trabalho. Durante os exercícios foi observada maior força e resistência muscular durante a execução. Foram encontrados 3 artigos [3,4,5] tratando-se do tratamento fisioterapêutico nas algias da coluna. Observou-se que os artigos ressaltavam a importância dos exercícios de mobilidade, alongamentos, liberação miofascial, fortalecimento muscular, conscientização postural, posturas do RPG, exercícios do método de Joseph Pilates e orientações ergonômicas. **CONCLUSÃO:** Desta forma, conclui-se que o profissional fisioterapeuta dispõe de um vasto e eficaz arsenal terapêutico para o exercício de suas intervenções, sendo imprescindível na promoção da saúde e melhora da qualidade de vida das mais diversas áreas da sociedade. **REFERÊNCIAS:** [1] HEBERT, Sizínio K. et al. **Ortopedia e traumatologia:** princípios e prática. 5.ed. ed. Porto Alegre : Artmed, 2017. [2] Theodore N. Degenerative Cervical Spondylosis. **N Engl J Med.** 2020 Jul 9;383(2):159-168. [3] LL, A et al. Muscle activation during selected strength exercises in women with chronic neck muscle pain. **Phys Ther.** 2008; 88(6):703-11. [4] FES, M. et al. O alongamento estático manual da musculatura envolvida na inspiração pode promover benefícios para os volumes inspiratórios? **Ter Man.** 2013;11(53):415-20. [5] SILVA, Nádia Lima da; FARINATTI, Paulo de Tarso Veras. Influência de variáveis do treinamento contra resistência sobre a força muscular de idosos: uma revisão sistemática com ênfase nas relações dose-resposta. **Rev. Bras. Med. Esporte** Vol. 13, Nº 1 – Jan/Fev, 2007.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

FATORES ASSOCIADOS A QUEDAS RECORRENTES EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS:
REVISÃO DA LITERATURA

G. F. M. S. BRINATE (IC - gabiferreira1906@hotmail.com)¹ R. G. OLIVEIRA (PQ)²

1. Curso de fisioterapia; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - 36880-000 - Muriaé – MG

Palavras-chave: *idosos institucionalizados; quedas; fatores de risco.*

INTRODUÇÃO: Anualmente, 30% a 50% dos idosos institucionalizados (IIs) sofrem quedas recorrentes. Os episódios de quedas contribuem para o declínio funcional (DF), aumenta a dependência, a fragilidade, o isolamento social e a maior vulnerabilidade para ocorrência de novas quedas. **OBJETIVO:** Identificar por meio de revisão bibliográfica fatores recorrentes de quedas em IIs. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica feita nas bases de dados SCIELO, PUBMED, no mês de agosto de 2021, com as seguintes palavras chaves: idosos institucionalizados, quedas, fatores de risco. Os critérios de inclusão foram: artigos científicos completos de caráter experimental, na língua portuguesa e estrangeira, publicados entre 2016 a 2020 que abordavam a avaliação dos fatores de riscos recorrentes de quedas em IIs. Critérios de exclusão: artigos de revisão. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Foram encontrados 7 artigos, 3 tratava-se do declínio cognitivo (DC) e uso de polifarmácia (PF) como fatores de quedas em IIs [1;4;7] e 4 tratava-se da idade, comorbidades, DF e DC [2;3;5;6]. Verificou-se maior frequência em mulheres e idosos de 70 a 80 anos funcionais, tendo DC, uso de PF, comorbidades e DF. A ocorrência de quedas em instituições de longa permanência (ILP) está associada a múltiplos fatores sendo eles intrínsecos como o processo de senilidade promovendo maior grau de dependência nas atividades de vida diária (AVD's), déficits auditivos, DC, DF, alteração da força de preensão manual, medicamentos e fatores extrínsecos como, arquitetura local e uso de objetos inadequados, porém, o DC e os DF como transtornos do equilíbrio, mobilidade e instabilidade postural são considerados as causas principais de quedas nas ILPs, desencadeando medo, lesões, traumas, maior fragilidade, isolamento social e impactos na qualidade de vida. **CONCLUSÃO:** Tanto os fatores intrínsecos quanto os extrínsecos contribuem para o aumento dos riscos de quedas, porém, nota-se que o DC e DF são os fatores mais evidentes, prejudicando as AVD's e a qualidade de vida desses idosos. **REFERÊNCIAS:** [1] BAIXINHO, C. L., *et al.* Falls in institutionalized elderly with and without cognitive decline A study of some factors. *Dementia & Neuropsychologia*, 13(1), 116–121, 2019. [2] BAIXINHO, C. L.; DIXE, M. D. A. Practices and behaviors of professionals after falls in institutionalized elderly with and without cognitive decline. *Dement Neuropsychol*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 62-68, mar./2020. [3] GIOFFR-FLORIO, M. Trauma in elderly patients: a study of prevalence, comorbidities and gender differences. *Giornale Di Chirurgia - Journal of Surgery*, 39(1), 35, 2018. [4] CRUZ, D. T. D., *et al.* Fatores associados a quedas recorrentes em uma coorte de idosos. *Cad. saúde colet.*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, dez./2017. [5] FERREIRA, L. M. D. B. M. *et al.* Prevalência de quedas e avaliação da mobilidade em idosos institucionalizados. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 995-1003, out./2016. [6] ROSA, V. P. P; CAPPELLARI, F. C. B. D; URBANETTO, J. D. S. Análise dos fatores de risco para queda em idosos institucionalizados. *Rev. bras. geriatr. gerontol.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 1-13, fev./2019. [7] ARAÚJO NETO, A. H. *et al.* Falls in institutionalized older adults: risks, consequences and antecedents. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 70(4), 719–725, 2017. [8] GOMES, E. C. C., *et al.* Fatores associados ao risco de quedas em idosos institucionalizados: uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 8, p. 3543-3551, ago./2014. [9] PAULA, J. G. F. D. *et al.* Correlação entre independência funcional e risco de quedas em idosos de três instituições de longa permanência. *Rev Esc Enferm USP*, São Paulo, v. 54, p. 1-8, jul./2020. [10] REIS, L. A.; TORRES, G. D. V. Influência da dor crônica na capacidade funcional de idosos institucionalizados. *Rev. bras. enferm., Brasília*, v. 64, n. 2, p. 274-280, abr./2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

INCONTINÊNCIA URINÁRIA DE ESFORÇO: RELATO DE CASO

Karen Aline Coelho **GUERSON** (IC - karenguerson@gmail.com)¹ Clarissana Araújo **BOTARO** (PQ - clafisio@gmail.com)²

1. Curso de Fisioterapia; 2. Professor. Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: *Incontinência urinária, Tratamento, Fisioterapia.*

INTRODUÇÃO: A pelve possui funções como proteção e sustentação dos órgãos pélvicos [1]. Em 1948, Arnold Kegel escreveu sobre os exercícios perineais, e a partir desse momento os “exercícios de Kegel” iniciaram para o tratamento de disfunções do assoalho pélvico (AP) [2]. Este trabalho teve como objetivo geral demonstrar a eficiência das técnicas fisioterapêuticas no tratamento da incontinência urinária (IU), em uma paciente atendida na Clínica Escola do Centro Universitário Faminas. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Paciente, 43 anos, sexo feminino, diagnóstico fisioterapêutico de fraqueza do AP, indicativo de IU de Esforço. Perda de urina em gotas, ao caminhar e na urgência miccional. Reflexo clitoriano normal; contração perineal simétrica; sem dores no AP; sensibilidade normal. Utilizou-se o método PERFECT para o toque vaginal, com grau 3 de força muscular do AP; manteve 10 segundos de contração; realizou os 5 segundos de contração, com 4 segundos de descanso, 10 repetições; nas contrações rápidas de 1 segundo, perdeu força próximo as 10 repetições; em todas as contrações, utilizou-se musculatura acessória e sem contração correta. No teste de tesoura, também grau 3. Os objetivos do tratamento foram: conscientizar sobre respiração diafragmática; promover consciência corporal; diminuir utilização de musculatura acessória durante contração do AP; melhorar mobilidade pélvica; aumentar força do AP; e orientações. As condutas do tratamento foram: exercícios respiratórios; exercícios para mobilidade pélvica, com orientações sobre musculatura acessória; fortalecimento da musculatura do AP, com diversos tipos de contrações, iniciando em litotomia, evoluindo para sentada e em pé; contrações do AP em ações rotineiras; orientar sobre os cones vaginais. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Completando 8 sessões, foi realizado a reavaliação: contração de forma correta e com redução do uso de musculatura acessória. As contrações rápidas aumentaram o grau de força para 4, e as de resistência permaneceram em 3, perdendo força em 4 segundos de contração. A paciente foi orientada ao uso dos cones vaginais. Com mais 8 sessões, foi realizado outra reavaliação: contração correta e com redução do uso de musculatura acessória. As contrações rápidas aumentaram o grau de força para 5, e as de resistência mantiveram força mais prolongada na contração de 10 segundos, perdendo força em 7 segundos. De acordo com os resultados, a Fisioterapia Pélvica é eficiente na redução da perda de urina, assim como diz Santos 2009 em seu estudo [3], que fala que o tratamento conservador possui grau de satisfação melhor, modificando qualidade de vida, evitando procedimento cirúrgico. E Oliveira et al. 2007 [4], acrescenta que a combinação de exercícios de AP mais os cones vaginas apresentam bons resultados no tratamento da IU. **CONCLUSÃO:** A Fisioterapia Pélvica é eficaz no tratamento da IU, principalmente de esforço, com resultados satisfatórios, duradouros, de baixo risco, e que quando associada aos cones vaginais, os resultados são ainda melhores. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BERTOLDI, Josiane Teresinha; GHISLERI, Aline Queluz; PICCININI, Bruna Maria. Fisioterapia na incontinência urinária de esforço: revisão de literatura. *Cinergis*, v. 15, n. 4, 2014. [2] PINHEIRO, Brenda de Figueiredo et al. Fisioterapia para consciência perineal: uma comparação entre as cinesioterapias com toque digital e com auxílio do biofeedback. *Fisioterapia em Movimento*, v. 25, p. 639-648, 2012. [3] SANTOS PFD, Oliveira E, Zanetti MRD et al. Eletroestimulação funcional do assoalho pélvico versus terapia com os cones vaginais para o tratamento de incontinência urinária de esforço. *Rev Bras Ginecol Obstet.*; 31(9):447-52, 2009. [4] OLIVEIRA KAC, Rodrigues ABC, Paula AB. Técnicas 12. fisioterapêuticas no tratamento e prevenção da incontinência urinária de esforço na mulher. *Rev F@pcienc (Apucarana, PR)*. 2007;1(1):31-40.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

**INFLUÊNCIA DA HIDROTERAPIA NO TRATAMENTO DE PACIENTES PÓS- ACIDENTE
VASCULAR ENCEFÁLICO (AVE)**

J.D.A SILVA (IC – julianadad2009@outlook.com)¹, T.C. PAULA (liacamargo409@gmail.com)², F. M. C. CASTRO (PQ – fabriciofaminas@yahoo.com.br)³

1. 2. Curso de fisioterapia; 3. Professor *Centro Universitário FAMINAS - FAMINAS-MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé - MG*

Palavras-chave: *Hidroterapia, Reabilitação, Fisioterapia.*

APRESENTAÇÃO: A hidroterapia pode ser realizada individualmente ou em grupo, em uma piscina coberta e aquecida aplicando diversas técnicas e exercícios específicos. Ela vem sendo utilizada na recuperação de pacientes proporcionando descarga de peso, equilíbrio e ganho de confiança para a prática das atividades dentro da água [1,2]. O objetivo do trabalho é descrever os efeitos da hidroterapia no tratamento de pacientes pós - acidente vascular encefálico (AVE). Realizou-se uma revisão bibliográfica, com artigos que abordam sobre a hidroterapia em indivíduos pós - acidente vascular encefálico. As pesquisas foram feitas nas bases de dados Scielo e Portal Biocursos. O critério para inclusão foram artigos que falavam sobre a hidroterapia e AVE. **DESENVOLVIMENTO:** Estudos que descrevem os benefícios em meio aquático, observou-se que utilizando os métodos e técnicas oferecidos pela hidroterapia, foram adquiridos resultados como: relaxamento muscular, fortalecimento muscular, liberdade de movimento, aumento de equilíbrio, aumento da segurança e independência do paciente. Os autores descrevem que a terapia na piscina aquecida auxilia na diminuição da espasticidade podendo assim, o terapeuta realizar movimentos passivos com amplitudes maiores e menor desconforto ao paciente [1,2]. Outro estudo descreve o quadro clínico do AVE, que pode ser dividido em agudo sendo caracterizado pela fraqueza muscular ou hipotonia, confusão mental e incontinência, e crônico caracterizado pela espasticidade flexora em um membro superior e extensora em um membro inferior. Relata, além do mais, manifestações físicas que a espasticidade apresenta, entre elas: movimentos involuntários, dores, déficits de marcha, posturas anormais e resistência exacerbada ao movimento [3]. Por fim, outro estudo relata o papel importante da fisioterapia para o tratamento dos pacientes portadores de sequelas pós-AVE fazendo o uso da hidroterapia e aplicando o método Bad Ragaz levando em consideração as propriedades físicas da água, tal método possibilita uma melhora nas atividades de vida diária do paciente. Um ponto muito importante que merece ser destacado é em relação à temperatura da água que deve estar aquecida contribuindo especialmente para pacientes com AVE. A hidroterapia oferece algumas vantagens em comparação ao atendimento em solo, as propriedades físicas da água ajudam no suporte a estruturas do corpo, além de permitir maior segurança do paciente, aumentar a mobilidade e o relaxamento muscular global. Os métodos Watsu e Halliwick são indicados para todos os tipos de pacientes a fim de promover relaxamento integral da musculatura, sempre com o objetivo de obter um aumento da qualidade de vida. O método bad rapaz é recomendado como terapia para pacientes neurológicos possibilitando ótimos resultados [4,5]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O uso da hidroterapia como tratamento de pacientes com sequelas de AVE mostrou-se muito importante e eficaz, e com o passar do tempo seu reconhecimento como terapia para tratar e reabilitar pessoas com diversas patologias só vem aumentando e os resultados alcançados com esta pesquisa comprovam os benefícios proporcionados. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CUNHA, M.C.B, et al. Hidroterapia, Universidade Presbiteriana Mackenzie CCBS – Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v.12, n.2, p. 83-91,2012. [2] BASTOS, V. P .D, et al. Benefícios da hidroterapia nos pacientes portadores de sequela AVE, Suplemento - Artigos de revisão, p. 7-14, Julho, 2016. [3] TONIETO, MARIA, et al. Efeitos de uma intervenção de fisioterapia aquática em pacientes pós acidente vascular cerebral, *Rev. Atenção a Saúde* V. 13 n. 45 (2015). [4] SOUZA, L. O. et al. Hidroterapia em pacientes com sequelas AVE com uso do método dos anéis de bad rapaz: Revisão de Literatura, 2017. [5] AVANZO, F. H. P, et al. Hidroterapia exercícios aquáticos terapêuticos, *Centro Universitário Anhanguera - Câmpus Leme* 2004.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

**PARESIA FACIAL NO PÓS OPERATÓRIO DE PAROTIDECTOMIA PARCIAL COM
PRESERVAÇÃO DO NERVO FACIAL: RELATO DE CASO**

Bárbara Regina Dias **BATISTA** (IC – barbdbatista@gmail.com)¹, Clarissana Araújo **BOTARO** (PQ)¹

Curso de Fisioterapia; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: paralisia facial; glândula parótida; fisioterapia.

INTRODUÇÃO: Dentre as neoplasias da glândula parótida, o adenoma pleomórfico é o tumor benigno mais comum, representando até 70% dos casos totais [1]. Essa neoplasia forma uma massa consistente, móvel, com pouca expansão à palpação e de crescimento lento [2]. O diagnóstico definitivo de adenoma pleomórfico é realizado pelo exame histopatológico a partir de uma parotidectomia com identificação e preservação do nervo facial [3]. A lesão do nervo facial é uma das complicações mais graves que podem ocorrer em cirurgia de glândula parótida [4]. Esse nervo emerge do forame estilomastóideo, passa pela glândula parótida e divide-se em dois ramos que formam o plexo que inerva 13 pares de músculos faciais que controlam a mímica facial [5]. Esse estudo teve como objetivo relatar o quadro clínico de um paciente oncológico que evoluiu com paresia facial após a realização de uma parotidectomia parcial. **MATERIAIS E MÉTODOS:** O estudo foi realizado no ambulatório de fisioterapia do Hospital do Câncer de Muriaé, entre os meses de março e junho de 2021, onde acompanhou-se a evolução de um paciente com paresia facial à direita após ser submetido à uma parotidectomia parcial. O paciente em questão assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordando participar do estudo. Para acompanhamento, foram feitos registros fotográficos do início do tratamento fisioterapêutico e após 30 dias. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao início do tratamento, o paciente foi classificado em grau 3 na Escala de House Brackmann, tendo comprometimento de 8 músculos da face. Os principais objetivos da reabilitação foram a melhora dos movimentos musculares para retorno da mímica facial completa e qualidade no padrão de movimento. As condutas realizadas foram: bolsa térmica no início da sessão e em seguida, movimentos circulares, sobre cada grupo muscular, com a bola cravo; dessensibilização da região de masseter; mobilização cicatricial manual e com gancho de crochete e, principalmente, a Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva (F.N.P) realizando os movimentos de mímica facial e colocação de bandagem elástica. Após 30 sessões, houve melhora dos movimentos musculares da face. Na literatura encontrou-se um estudo sobre a análise do prontuário de um paciente com paralisia facial periférica classificada em grau 5 que após 16 sessões com F.N.P., o paciente foi classificado em grau 1, com normalidade da função facial e houve melhora, analisada pelo feedback visual, da mímica facial. Fotos do início e final do tratamento:



CONCLUSÃO: A fisioterapia participa ativamente do processo de recuperação da paralisia ou paresia facial e tem papel fundamental no pós operatório de parotidectomia superficial com preservação do nervo facial quando esta evolui com paresia facial. **REFERÊNCIAS:** [1] TIAGO, RSL; et al. Adenoma pleomórfico de parótida: aspectos clínicos, diagnósticos e terapêutico. Rev. Bras. Otorrinolaringol., São Paulo, V.69, n.4, 485-9, jul./ago. 2003; [2] PORTO, DE; et al., Adenoma Pleomórfico de Parótida – Relato de Caso. Rev. cir. traumatol. buco-maxilo-fac. vol.14 n.2 Camaragibe, Jun. 2014; [3] Witt RL. The significance of the margin in parotid surgery for pleomorphic adenoma. Laryngoscope 2002; 112:2141-54; [4] ZHANG, SS; et. al. Conservation of salivary secretion and facial nerve function in partial superficial parotidectomy. Int J Oral Maxillofac Surg. 2013;42:868-

73; [5] LOURENÇO, R. NERVO FACIAL. Kenhub. Ago/2021. Disp em:
<https://www.kenhub.com/pt/library/anatomia/nervo-facial>. Acesso em: 16/06/21
Área do Conhecimento (CNPq): 4.08.00.00-8 - Fisioterapia e Terapia Ocupacional

A IMPORTÂNCIA DA ADESÃO FARMACOTERAPÊUTICA DE PACIENTES HIPERTENSOS NA ZONA DA MATA MINEIRA

Danilo Vilela **VILHENA** (danilovvilhena@gmail.com)¹, Leonardo Alves **MUZZY** (leonardomuzzy@hotmail.com)¹, Daniel Faria **PEDROSA** (danielfariapedrosa@gmail.com)¹, Bernardo Marques **GUARÇONI** (bernardomed9@gmail.com)¹ Rafael de Oliveira **CARVALHO** (PQ)² (rafael.carvalho@unifaminas.edu.br)

1- Curso de Medicina; 2- Professor Titular *Centro Universitário – UNIFAMINAS* - 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Anti-hipertensivos, complicações, educação em saúde, mecanismo de ação.

APRESENTAÇÃO: A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é considerada por muitos veículos de informação, como Joint National Committee on Detection and Evaluation and Treatment of High Blood Pressure, a grande mazela a ser enfrentada no novo milênio. Ademais, essa condição aflige 33% da população adulta no Brasil e, para a população acima de 60 anos, esse percentual gira em torno 65% segundo a Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo (SOCESP) [1]. Destarte, visto o grande número de afetados por tal condição, faz-se necessária uma vigilância em saúde para a prevenção e tratamento desses pacientes, bem como a educação em saúde com o fito de destacar a importância da adesão aos anti-hipertensivos. **DESENVOLVIMENTO:** Nos anos de 1960, Sir Jhon Vane descobriu a enzima promotora da conversão de Angiotensina 1 em Angiotensina 2 (ECA) que é o hormônio responsável pela constrição da arteríola eferente e todo mecanismo para aumento da pressão sanguínea e, no decorrer da história, utilizou-se inibidores não peptídicos sintéticos, criando assim o Captopril por Cushman e Ondetti e, posteriormente, fármacos mais seletivos [2]. Atualmente, o mercado de anti-hipertensivos conta não só com inibidores da ECA, mas também com outros 5 tipos: Diuréticos, simpatolíticos, vasodilatadores, bloqueadores de canal de Ca²⁺, antagonista do receptor de angiotensina 2, sendo cada qual com o seu mecanismo de ação que busca a recuperação homeostática para manter a pressão arterial dentro da faixa de normalidade. Em virtude disso, os fármacos diuréticos normalmente são os primeiros prescritos em caso de hipertensão, basta ver a HAS estágio 1, esses diuréticos estão presentes em 3 classes: Diuréticos de alça (Furosemida), que agem no transportador triplo, os tiazídicos que atuam no transportador de Na⁺ e Cl⁻ e poupadores de K⁺ (Espironolactona) - antagonistas de aldosterona [3]. Ademais, surge a problemática dos fatores agravantes da HAS, como tabagismo, etilismo e o fator genético. [4]. A priori, vale ressaltar que grande parte dos hipertensos não se reconhece na situação, uma vez que quando questionados acerca da pressão arterial, muitos dizem ser normotensos, entretanto fazem uso de medicamentos anti-hipertensivos e, esse fato, demonstra a falta de conhecimento no que se refere a HAS. O mesmo problema da desinformação ocorre quanto à posologia do medicamento, considerando que muitos pacientes interrompem o tratamento por se sentirem normotensos e, no futuro, esse problema se agravará, cursando com aumento de doses e danos causados pelo uso irregular da medicação. Nesse espectro, possíveis falhas na comunicação médico-paciente podem contribuir para uma diminuta adesão ao tratamento preconizado em virtude de possíveis efeitos adversos benignos que não foram previamente informados ao paciente **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Portanto, é necessário que haja educação em saúde do médico ao paciente, sendo aquele que vai instruir este aos efeitos benéficos e malefícios da utilização ou não dos anti-hipertensivos. Além disso, deve-se proporcionar saúde de forma integral aos pacientes, orientando-os a não utilização de tabaco, educação alimentar e psicoterapêutica visto que esses pontos são responsáveis pelo não desenvolvimento da HAS. **AGRADECIMENTOS:** Ao Centro Universitário Faminas e ao orientador Professor Rafael de Oliveira Carvalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRANDÃO, Ayrton Pires et al. Epidemiologia da hipertensão arterial. *Rev. Soc. Cardiol. Estado de São Paulo*, p. 7-19, 2003 [2] CUSHMAN, David W.; ONDETTI, Miguel A. History of the design of captopril and related inhibitors of angiotensin converting enzyme. *Hypertension*, v. 17, n. 4, p. 589-592, 1991 [3] HILAL-DANDAN, Randa; BRUNTON, Laurence. Manual de farmacologia e terapêutica de Goodman & Gilman. AMGH Editora, 2015 [4] HALL, John E. *Guyton y Hall*. Elsevier Health Sciences Spain, 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.01.00.00-6 – Medicina 2.10.00.00-0 - Farmacologia

**MAPEAMENTO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À RETINOPATIA DA PREMATURIDADE NA
CIDADE DE BELO HORIZONTE - MG**

Alessandra Juliana de CARVALHO (IC - alessandracarvalho@hotmail.com)¹, Galton Carvalho VASCONCELOS (PQ)², Cristina Helena TOLEDO de PAULA (PQ)² e Renato SATHLER-AVELAR (PQ)³
1. Curso de Medicina FAMINAS-BH; 2. Professor Ajunto da Faculdade de Medicina da UFMG, Médica voluntária do setor de Baixa Visão Infantil do Hospital São Geraldo – HC/UFMG; 3. Professor da FAMINAS-BH – 31744-007 – Belo Horizonte-MG

Palavras chaves: Retinopatia da Prematuridade, rede de assistência, maternidade

APRESENTAÇÃO: A Retinopatia da Prematuridade (ROP), caracterizada pela proliferação vascular retiniana que acomete recém-nascidos pré-termos, é uma importante causa prevenível de cegueira na infância. A imaturidade da retina de recém-nascidos pré-termos é suscetível a acometimentos que geram uma perturbação do crescimento neurovascular, levando à ROP. Sabe-se que com a modernização e a melhoria da assistência dos serviços de neonatologia houve um impacto direto no aumento da sobrevivência de recém-nascidos prematuros. A ROP traz não somente comprometimento físico e psíquico ao paciente, mas também consequências familiares, escolares, profissionais e nos serviços de saúde. Neste contexto, entender o perfil epidemiológico da assistência perinatal da ROP na rede de hospitais e maternidades é fundamental para se traçar estratégias que possam diminuir os casos da doença. **DESENVOLVIMENTO:** A imaturidade da retina de recém-nascidos pré-termos é suscetível a acometimentos que geram uma perturbação do crescimento neurovascular, levando à ROP (MESQUITA, 2021). A interrupção da vascularização retiniana desencadeia a hipóxia que, associada à proliferação vascular, pode acarretar o desprendimento da retina levando à perda completa da visão (HELLSTROM, 2013). A Classificação Internacional de triagem da ROP recomenda a avaliação de bebês com peso de nascimento menor ou igual a 1250 gramas ou com idade gestacional menor que 32 semanas (ICROP, 1984). A Academia Americana de Oftalmologia publicou recentemente a terceira classificação internacional da Retinopatia da Prematuridade, com atualizações que incluem métricas de classificação refinadas, definição de ROP agressivo, além de descrições pormenorizadas de regressão, reativação e sequelas a longo prazo. A ROP, segundo a classificação internacional, pode ser qualificada em cinco estágios conforme a sua gravidade, localização e extensão. O acompanhamento oftalmológico sequente irá variar de acordo com a classificação sendo que, quanto mais precoce o seu início, melhores serão os resultados. Estes princípios podem melhorar a qualidade e a normalização dos cuidados na ROP em todo o mundo e podem fornecer uma base para melhorar a investigação e os cuidados clínicos (ICROP, 2021). A prevalência de qualquer estágio de ROP na América Latina varia entre 6,6% e 82% e a ROP grave que requer tratamento varia entre 1,2 e 23,8%. Apesar disso, uma rotina de rastreamento ainda é indisponível em muitos países, assim como serviços para tratamento (CARRION, et al; 2011). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A visão é um dos sentidos mais relevantes para o adequado desenvolvimento físico, cognitivo e comportamental da criança. Os prejuízos trazidos pela baixa visão ou cegueira repercutirão no desenvolvimento motor e na capacidade de comunicação da criança com deficiência visual, visto que gestos e condutas sociais são aprendidos pelo sentido da visão. Assim, nosso grupo pretende desenvolver uma pesquisa para levantar os dados estatísticos da ROP na cidade de Belo Horizonte, assim como conhecer a realidade do *screening* de ROP, que são informações importantes para a análise da assistência prestada aos pacientes. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS, à UFMG e aos grandes hospitais e maternidades da cidade de Belo Horizonte. **REFERÊNCIAS:** Carrion JZ, Fortes Filho JB, Tartarella MB, Zin A, Jornada ID Jr. Prevalence of retinopathy of prematurity in Latin America. Clin Ophthalmol. 2011;5:1687-95. Hellström A, Smith LE, Dammann O. Retinopathy of prematurity. Lancet. 2013;382(9902):1445-57. Uma classificação internacional de retinopatia da prematuridade. O Comitê para a Classificação da Retinopatia da Prematuridade. Arco Oftalmol. 1984 Ago;102(8):1130-4. Chiang MF, Quinn GE, Fielder AR, et al. International Classification of Retinopathy of Prematurity, Third Edition. Ophthalmology. 2021 Jul 8:S0161-6420(21)00416-4. Mesquita, M.. (2021). Retinopatia da prematuridade: impacto de um programa de triagem multicêntrico da Fundação Visão e cooperação internacional. *Pediatrics (Assunção)*, 48(1), 3 - 5.

PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE MEDICINA SOBRE O USO DE “CASE BASED COLLABORATIVE LEARNING” (CBCL) NA DISCIPLINA DE FISIOLOGIA HUMANA

Leonardo Alves **MUZZY** (leonardomuzzy@hotmail.com)¹, Vander Oliveira de Andrade **FILHO** (vander5filho@gmail.com)¹, Marina Oliveira Coura **AMARANTE** (marina.oliveira.2@hotmail.com)¹, Douglas Cesso de Almeida **VIEIRA** (douglasscesso@hotmail.com)¹, Rafael de Oliveira **CARVALHO** (PQ)² (rafael.carvalho@unifaminas.edu.br)

1- Curso de Medicina; 2- Professor Titular *Centro Universitário – UNIFAMINAS* - 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Ensino médico; metodologias ativas; case based collaborative learning; CBCL.

APRESENTAÇÃO: Conforme o passado histórico do Brasil, o processo de ensino-aprendizagem no setor médico tem o conhecimento fragmentado e tende à superespecialização, sendo centrado no currículo tradicional. Essa forma de ensino não promove o pensamento crítico, entretanto, em contrapartida, sugeriram-se as metodologias ativas de ensino que buscam estimular os estudantes na formação do saber e entre elas existe a metodologia denominada “Aprendizagem Colaborativa Baseada em Casos” (CBCL). Com o intuito de elucidar a percepção dos estudantes sobre o uso do CBCL no ensino de Fisiologia Humana, será realizada uma entrevista semiestruturada com os alunos do segundo período do curso de Medicina na Instituição de Ensino Superior envolvida no estudo. **DESENVOLVIMENTO:** O CBCL utiliza a discussão de casos em sala de aula, onde nas sessões a turma é dividida em pequenos grupos, que recebem o caso e discutem entre si hipóteses de possíveis diagnósticos, por esse motivo ele pode ser utilizado tanto para o ensino de ciências básicas, quanto para o ensino clínico. As sessões iniciam e terminam no mesmo dia de aula e são formadas por mais de um professor, que possuem como orientação circular pela sala com o objetivo de ver, ouvir e questionar os grupos apenas quando necessário [1]. Se recomenda que o professor não fique na frente da turma, como no ensino tradicional e que interaja de maneira limitada, evitando conversas que venham a desfocar do objetivo proposto para a atividade. Ao mesmo tempo, durante as discussões os professores podem interagir com histórias e experiências profissionais que sejam relacionadas ao caso, bem como se ressalta a importância dos professores, no início do semestre, procurarem conhecer a história dos estudantes, para melhor canalizar suas habilidades. Diante deste estudo desenvolvido pelos pesquisadores, a respeito do uso de metodologias ativas no ensino médico, surgiu a proposta de desenvolver o CBCL, a qual será organizada com base em módulo de duas horas ministradas pelo professor a respeito da fisiologia cardiovascular, com foco em caso baseado em alterações no ciclo cardíaco e análise do diagrama de Wiggers, aplicando a metodologia CBCL, com o propósito de avaliar a percepção dos estudantes a respeito do método, seu desempenho e nível de aprendizagem quando comparado ao método tradicional [2]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por meio de nosso trabalho concluímos que, historicamente, a educação médica foi pautada no ensino tradicional, o qual fracassa o conhecimento e, com isso, tem por objetivo formar profissionais especialistas. Com a finalidade de reverter esse cenário, as metodologias ativas, como a Aprendizagem Colaborativa Baseada em Casos (CBCL), são abordadas com o intuito de centralizar o ensino na figura do estudante, tornando-o participante ativo de sua aprendizagem, por meio do estímulo ao raciocínio clínico e criticidade quanto à busca por informações. Para tanto há a necessidade de colaboração e trabalho em equipe entre os estudantes, utilizando de ferramentas de pesquisa em um estudo prévio para, diante disso, aprofundar o tema, o qual envolverá a área de Fisiologia Cardíaca, em sala de aula com o auxílio e orientação do tutor. **AGRADECIMENTOS:** Ao Centro Universitário Faminas e ao orientador Professor Rafael de Oliveira Carvalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MOIA LJMP, SOUZA RPM, SOUZA RMV, FONSECA AB. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: perfil e capacitação pedagógica do docente do curso de medicina. *Interdisciplinary Journal of Health Education*. 2017 Jan-Jul;2(1):1-9. <https://doi.org/10.4322/ijhe.2016.012> [2] NOGUEIRA, Maria Inês. Perspectiva: reflexões sobre a emergência de um novo estilo de pensamento. *Revista Brasileira de Educação Médica*, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 262–270, 2009. ISSN: 0100-5502.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.08.00.00-6 – Educação 4.01.00.00-6 - Medicina

PERCEPÇÃO SOBRE O USO DE DROGAS ILÍCITAS ENTRE OS ESTUDANTES DE MEDICINA E FATORES DESENCADEANTES

TEIXEIRA, Nárrymam Albino 1 (IC- narrymam@hotmail.com); JUNIOR, Jussimar M. de Castro 1 (IC); PEREIRA, Leonardo Soares 1 (IC); VANDERMAS, Gabriela Franco (PQ)2, CASTRO, Luís Fernando Gonçalves de (PQ)2

1. Curso de medicina UNIFAMINAS; 2. Professora orientadora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 -

Palavras-chave: drogas, estudantes de medicina, uso de substância ilícitas.

1.INTRODUÇÃO: A prevalência do uso de drogas ilícitas no ensino superior é um problema que precisa ser enfrentado e discutido. As substâncias psicoativas são aquelas que, quando ingeridas ou administradas, são capazes de alterar os processos mentais e cognitivos dos indivíduos. A graduação parece facilitar o acesso dos jovens às drogas e esse índice cresce ainda mais nos estudantes de medicina, pois existem diversos fatores agravantes envolvidos nesse meio. Segundo Silveira et al., a prevalência do uso de drogas tende a aumentar a partir do primeiro até o sexto ano letivo, isso prova que a faculdade de medicina influencia sim de maneira negativa e está envolvida nesse processo com os alunos. Apesar da maioria dos estudantes saberem as consequências, principalmente a longo prazo, do uso de drogas ilícitas, consomem ainda mais comparado a outras graduações, não por falta de conhecimento sobre seus malefícios, todavia principalmente pela carga horária excessiva, residir sozinho em outra cidade, pressão psicológica, lidar com a vida dos pacientes, passar pelo sofrimento e a morte, privação de lazer e de convivência familiar, abuso de autoridade dos preceptores e métodos institucionais avaliativos. Cria-se então um enorme parâmetro entre querer cuidar do outro e não cuidar de si mesmo, gerando milhares de futuros doentes e as principais gravidades surgem após a graduação.

2. DISCUSSÃO: A grande maioria dos autores que foram analisados, tiveram a percepção de que o uso de drogas lícitas em meio aos estudantes de medicina atingiu altos níveis. Foi percebido também, que o consumo de álcool vai aumentando de acordo com o avançar dos períodos da faculdade, o que leva a imaginar que este ato acaba sendo uma forma em que os estudantes encontraram para aliviar a carga emocional pesada que acontece durante o curso. O tabaco vem em segundo lugar como a droga lícita mais consumida no meio dos estudantes, mas ainda não atinge os níveis do consumo do álcool. Em relação às drogas ilícitas, a maconha vem em primeiro lugar como a que mais é consumida, sendo seguida pelos solventes (lança perfume, éter, clorofórmio), as anfetaminas e cocaína, o que preocupa, pois mesmo sabendo dos riscos que estas substâncias trazem para o corpo humano, a rotina estressante acaba fazendo com que o estudante procure uma “válvula de escape” para os problemas decorrentes do curso.

3.OBJETIVOS GERAIS: Analisar o uso indiscriminado de drogas ilícitas entre os estudantes de medicina. **4.OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** Debater as possíveis consequências à vida acadêmica e pessoal do estudante, investigar fatores que desencadeiam o uso de drogas pelos estudantes de medicina, examinar intervenções capazes de mudar o cenário de abuso de drogas. **5. MATERIAIS E MÉTODOS:** Este artigo constitui uma pesquisa bibliográfica que teve como análise estudantes inseridos nas faculdades de Medicina. A finalidade foi debater o uso de drogas ilícitas, um problema recorrente nessa população. Optou-se por esse tipo de revisão na intenção de unir informações e discuti-las para um maior reformulação e esclarecimento do assunto. O trabalho teve uma abordagem qualitativa ao coletar, interpretar e discutir dados consultados no PubMed, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e SciELO. As pesquisas foram feitas no mês de janeiro e fevereiro tendo como estudo artigos publicados nos últimos 16 anos. **6. CONCLUSÃO:** Várias características do curso de Medicina o tornam potencialmente influente na qualidade de vida dos estudantes. Fatores estressantes na vida acadêmica dos alunos do curso de medicina levam os mesmos ao uso e/ou abuso de drogas lícitas e ilícitas, podendo afetar sua vida pessoal, seu rendimento, colocando em risco seu desempenho no curso e gerando sérias consequências em sua saúde. Pressupõe que o curso de medicina servirá de modelo para seus pacientes e outros profissionais de saúde, dessa forma, para existir esses médicos que são exemplos é preciso ter estudantes que dão exemplo. É necessário ações que visem modificar os fatores relacionados ao curso que possam interferir negativamente na saúde dos estudantes, além de políticas preventivas relacionadas ao uso de drogas. Seria viável que as universidades disponibilizassem um serviço de apoio psicológico e social aos alunos que adentram no ambiente universitário, visto que o ingresso na universidade e a ausência de apoio familiar podem revelar pontos de fragilidade da personalidade dos estudantes perante a escolha entre usar ou não drogas lícitas e ilícitas.

BIBLIOGRAFIA: [1] Machado, Cleomara de Souza, Moura, Talles Mendes de e Almeida, Rogério José de Estudantes de Medicina e as Drogas: Evidências de um Grave Problema. Revista Brasileira de Educação Médica [online]. 2015, v. 39, n. 1 [Acessado 31 Agosto 2021], pp. 159-167. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-52712015v39n1e01322014>>. ISSN 1981-5271. <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v39n1e01322014>. [2] Sthefano A. Gabriel, Cristiane K. Tristão, Luciana C. Izar, Sandra E. M. de Pina, Lorenza S. Franzin, Douglas J. Ribeiro, Jullyana C. F. Toledo, Carolina

Domingues , Carlon von Krakauer Hübner. CONSUMO DE ÁLCOOL E DROGAS ILÍCITAS ENTRE ESTUDANTES DE MEDICINA, BIOLOGIA E ENFERMAGEM. Rev. Fac. Ciênc. Méd. Sorocaba, v.6, n.2, p. 30 - 37, 2004. Disponível em: [<https://revistas.pucsp.br/RFCMS/article/viewFile/311>](https://revistas.pucsp.br/RFCMS/article/viewFile/311) .

Área do Conhecimento (CNPq):4.01.00.00-6 - Medicina

RELATO DE CASO: TRICOLEUCEMIA

Débora Pimenta Alves¹, Lucas Natã Lessa e Silva², Pedro Souto Borges³, Marina Oliveira Coura⁴

¹ Graduanda de Medicina da FAMINAS-BH ² Graduando de Medicina Universidade Federal Fluminense ³ Graduando de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Contagem. ⁴Clínica médica - Professora Assistente de Saúde do Adulto IV da Faculdade de Medicina FAMINAS-BH

Palavras-chave: Leucemia; Neoplasias; Relato de caso; Tricoleucemia

Apresentação: Paciente masculino, 44 anos, chegou ao Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP) - Niterói-RJ, no setor de hematologia apresentando quadro de foliculite, perda ponderal de 15 kg, astenia e sudorese noturna. Ao exame físico apresentou-se hipocorado. Os resultados dos exames complementares realizados indicaram: leucometria 600 células/mm³; hemoglobina 6,8 g/dL; plaquetometria 52.000/mm³; sendo solicitada uma biópsia de medula óssea para maior investigação. O exame histopatológico concluiu se tratar de um Linfoma Não Hodgking com infiltração medular por células com projeções pilosas em sua superfície. O estudo imunohistoquímico teve reatividade para CD20 e DBA44, o que foi compatível com o diagnóstico de Leucemia de Células Pilosas. O paciente, então, foi submetido à quimioterapia com Clorodeoxiosina (2-CdA). Evoluiu com remissão da doença e melhora nos parâmetros hematológicos 4 meses após o início do tratamento. Com objetivo de acompanhamento, foram realizados novos exames laboratoriais que apontaram Hb 17,8 g/dl; Plaquetas 101.000/mm³ e Leucometria 4.600 células/mm³. **Desenvolvimento:** A tricoleucemia (TL), ou leucemia de células pilosas, é um subtipo raro de leucemia crônica, caracterizada pela linfoproliferação maligna de células B. A célula neoplásica em TL é um linfócito anormal com características morfológicas que permitem a distinção de outras linfoproliferações. As células são pequenas, redondas, apresentam núcleos ovais, reniformes com margens nucleares lisas, cromatina granular e um único núcleo pequeno. A maior parte dos pacientes diagnosticados com leucemia de células pilosas apresenta algum grau de citopenia, sendo que aproximadamente 40% destes apresentam pancitopenia verdadeira e cerca de 75 - 84% destes apresentam anemia, cujo principal mecanismo está relacionado à esplenomegalia e/ou pelo envolvimento da medula óssea. A doença possui duas variações, a forma clássica, em que os pacientes apresentam os sintomas mais comuns, e a forma variante, marcada por quadro clínico agressivo e de menor sobrevida. Dados epidemiológicos sugerem que a TL corresponde a 2% de todas as leucemias no mundo e apresenta em torno de 600 novos casos por ano nos Estados Unidos, sendo cinco vezes mais comum no sexo masculino em indivíduos com idade média de 55 anos, além de acometer mais a população branca. A maioria dos pacientes não cursam com sintomas no momento do diagnóstico, porém, entre as principais apresentações clínicas, há desconforto abdominal, devido à esplenomegalia, além de fraqueza, perda de peso, mal-estar, sangramentos e infecções. Um diagnóstico preciso é de vital importância para um tratamento precoce e eficaz. **Considerações finais:** A TL é uma neoplasia rara e com quadro clínico bastante variado. Dessa forma, realçamos a importância de lembrar das neoplasias como prováveis diagnósticos diferenciais para infecções cutâneas de repetição. A quimioterapia é bastante eficaz na indução da remissão da doença. **Agradecimentos:** Ao Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP) - Niterói-Rio de Janeiro. **Bibliografia:** [1] Bethel KJ, Sharpe RW. Pathology of hairy-cell leukaemia. Best Pract Res Clin Haematol. março de 2003;16(1):15–31. [2] Kraut EH. Clinical manifestations and infectious complications of hairy-cell leukaemia. Best Pract Res Clin Haematol. março de 2003;16(1):33–40. [3] Troussard X, Cornet E. Hairy cell leukemia 2018: Update on diagnosis, risk-stratification, and treatment. Am J Hematol. dezembro de 2017;92(12):1382–90.

A INFLUÊNCIA DO MARKETING NAS ESCOLHAS ALIMENTARES DE ADULTOS

Karolina Araújo de OLIVEIRA (IC- karol.muriae01@gmail.com)¹, Francielly Aparecida de Paula VICENTE(IC)¹, Lara Souza CARVALHO(IC)¹, Mariana de Melo CAZAL (PQ)² e Iury Antônio de SOUZA (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS- UNIFAMINAS - Muriaé - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Marketing, Consumo alimentar, Hábitos alimentares.

INTRODUÇÃO: A utilização de estratégias de marketing para alcançar o público infantil ocorre mediante recursos que envolvem personagens, cores e objetos para colecionar, os quais exercem certo poder de persuasão e tem como principal objetivo a comercialização do produto [1]. Pode-se dizer que uma das consequências da exposição precoce às propagandas alimentícias é a obesidade infantil, visto que as preferências alimentares, o conhecimento nutricional e o modelo de consumo das crianças podem ser influenciados pelo marketing e a apresentação excessiva de produtos ultraprocessados[2]. O presente estudo teve o objetivo de avaliar a influência que o marketing exerceu nas escolhas e atitudes alimentares durante a infância de indivíduos adultos. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal retrospectivo realizado nos meses de junho e julho do ano de 2021 com indivíduos adultos que declararam concordância com a participação voluntária mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi aplicado um questionário online por meio da plataforma *Google Forms*® contendo perguntas referentes a influência do marketing em escolhas e hábitos alimentares na infância. Os dados foram analisados no programa Microsoft Office Excel 2016 e expressos por meio de frequências simples e absolutas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Colaboraram com a pesquisa 73 adultos residentes no município de Muriaé – MG, com idade entre 19 e 59 anos, de ambos os sexos, predominando mulheres (67,1%). Cerca de 57,5% dos respondentes afirmaram que se recordam de muitas propagandas de alimentos quando assistiam TV na infância, e ainda, 82,2% relataram que se sentiam atraídos pelas propagandas e que tinham o desejo de comprar e consumir o alimento, assim como, 90,4% afirmaram que pelo menos uma vez tentaram convencer os pais ou responsáveis a comprarem algo por terem visto a propaganda na TV. A maioria (91,8%) dos avaliados afirmaram que já quiseram adquirir algum alimento (lanche, salgadinho, bolo, refrigerante, cereal) por ser de um dos seus personagens de desenhos preferidos e 37,0% relataram que consumiam algum *fast food* apenas para ganhar o brinde, sendo que, 43,8% consumiam o produto e gostavam de colecionar os brindes e 13,7% consumiam independente de brinde. Além disso, 46,1% dos participantes responderam que pediam os pais ou responsáveis certos produtos, mesmo sem conhecê-los, considerando apenas as cores e o formato das embalagens. Quando questionados se comprariam novamente os produtos que marcaram sua infância, 56,2% afirmaram que comprariam alguns dos produtos e 12,3% comprariam todos os produtos. Diante disso, reforça-se a importância da educação alimentar e nutricional, como instrumento que auxilia o público infantil a realizar melhores escolhas alimentares, considerando que a publicidade pode interferir nas preferências alimentares das crianças e até mesmo dos seus responsáveis, contribuindo para a aquisição de produtos não saudáveis[3]. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que os adultos respondentes tiveram, possivelmente, parte das suas escolhas alimentares influenciadas pelas estratégias de marketing da época. Ressalta-se a atenção que se deve ter com tal questão, pois esse hábito pode perdurar na fase adulta. **BIBLIOGRAFIA:** [1] OGLE, A.D.; GRAHAM, D. J.; THOMPSON, R. G. C; ROBERTO, C.A. Influence of cartoon media characters on children's attention and preference for food and beverage products. *Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics*, v.117, n. 2, p. 265-270, 2017. [2] GIMÉNEZ, A.; SALDAMANDO, L.; CURUTCHET, M. R.; ARES, G. Package design and nutritional profile of food targeted at children in supermarkets in Montevideo, Uruguay. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, n. 5, e00032116, 2017. [3] ALCANTARA, F. B.; RODRIGUES, J. C. S.; SILVA, K. K.; SANTOS, M. C.; SILVA, T.M.; BERNI, A.L. A Influência da mídia e publicidade na alimentação de escolares: o papel da educação alimentar. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 11, n. 13, p. 1-10, 2019.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

AVALIAÇÃO DA BUSCA E UTILIZAÇÃO DE “DIETAS DA MODA” POR MULHERES ADULTAS

Francielly Aparecida de Paula VICENTE (IC- franvicente133@gmail.com)¹, Karolina Araújo de OLIVEIRA (IC)¹, Lara Souza CARVALHO (IC)¹, Mariana de Melo CAZAL (PQ)² e Iury Antônio de SOUZA (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - Muriaé - 36880-000 – Muriaé - MG

Palavras-chave: Dietas da moda, Regime alimentar, Insatisfação corporal.

INTRODUÇÃO: A internet é considerada um veículo de comunicação que possibilita a busca e o alcance de informações sobre saúde, principalmente relacionadas a alimentação e nutrição. Devido ao fácil acesso para grande parte da população, a internet possibilita as inúmeras buscas sobre informações relacionadas a alimentação saudável de forma generalizada e não individualizada [1]. Além disso, há a busca atual por um corpo padrão considerado esteticamente satisfatório. Assim, parte do público feminino realiza buscas na internet pelas chamadas “dietas da moda”, as quais não apresentam embasamentos científicos e prometem resultados imediatos [2]. O objetivo deste estudo foi avaliar a busca e a adesão de “dietas da moda” por mulheres adultas e associar com o grau de insatisfação corporal. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado nos meses de junho a agosto do ano de 2021 com mulheres adultas, as quais declararam concordância em participar mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi aplicado um questionário online por meio da plataforma *Google Forms*® contemplando perguntas relacionadas a busca e utilização de “dietas da moda”. Os dados foram analisados no programa *Microsoft Office Excel 2016* e expressos por meio de frequências simples e absolutas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da pesquisa 52 mulheres residentes nos municípios de Muriaé - MG e Juiz de Fora – MG e com idades entre 19 e 59 anos. Dentre as avaliadas, 84,6% alegaram conhecer ou já terem ouvido falar sobre “dietas da moda”, das quais, 11,5% relataram que já fizeram pelo menos uma vez alguma dessas dietas, sendo que, 9,3% relataram que sentiram fraqueza, fadiga e dores de cabeça durante este período. Cerca de 34,6% das avaliadas disseram que já sentiram vontade de seguir uma “dieta da moda” e 76,9% afirmaram que conhecem alguém que já realizou uma dessas dietas, bem como, 38,5% já fizeram dietas influenciadas por outras pessoas, e ainda sim, 23,1% relataram que costumam pesquisar dietas na internet para seguir, mas não dão continuidade e 53,8% retrataram que já consumiram algum alimento por acreditarem que seria bom para o emagrecimento. Quando questionadas sobre a satisfação corporal, 40,4% afirmaram que não se sentem satisfeitas com o corpo atual, sendo que, 42,3% desejavam a perda de peso e 46,3% indicaram que gostariam de hipertrofiar. Ressalta-se que existe uma busca constante, especialmente mulheres, por um corpo que atenda aos padrões estéticos sociais. O modelo de beleza está muito associado a um corpo significativamente magro ou musculoso, e não necessariamente considerando aspectos pertinentes à saúde pessoal ou a uma alimentação verdadeiramente saudável [3]. **CONCLUSÃO:** Verificou-se dentre as avaliadas uma baixa busca e adesão por “dietas da moda” encontradas na internet. Porém, a maioria conhecia esse tipo de dieta ou alguém que já tinha realizado. Ainda, evidenciou-se uma parcela significativa de mulheres insatisfeitas com o seu corpo atual, motivo este, que leva muitas mulheres a buscarem esse tipo de dieta.

BIBLIOGRAFIA: [1] PASSOS, J.A.; SILVA, P.R.V.; SANTOS, L.A.S. Ciclos de atenção a dietas da moda e tendências de busca na internet pelo Google trends. *Ciências e Saúde Coletiva*, v. 25, n. 7, p. 2615-2631, 2020. [2] NOGUEIRA, L.R.; MELLO, A.V.; SPINELLI, M.G.N.; MORIMOTO, J.M. Dietas da moda consumidas por desportistas de um clube e academias em São Paulo. *Revista Brasileira de Nutrição Esportiva*, v. 10, n. 59, p. 554-561, 2016. [3] COSTA, M.F. Dietas da moda e transtornos alimentares: a construção de sentidos na busca do “corpo perfeito” e da “vida saudável”. *Demetra*, v. 9, n. 3, p. 857-858, 2014.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

AValiação DAS Condições Ambientais DE Uma Unidade DE Alimentação E
Nutrição DE MuriaÉ-MG

LARISSA VIEIRA QUINTÃO (IC- larissaquintao2000@gmail.com) ¹, MAYLA CARDOSO FERNANDES TOFFOLO², MARIANA DE MELO CAZAL (PQ) ²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora Doutora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-00 – Muriaé – MG

Palavras – chaves: Condição térmica, Umidade, Condições de trabalho, Ruídos, Colaboradores.

Introdução: A Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) é uma estrutura que compete fabricação e a distribuição de refeições para atender um determinado público, com intuito de promover ou recuperar a saúde do indivíduo. O adequado planejamento físico da unidade é de extrema importância para o bom desempenho do trabalho dos funcionários [1]. Condições ambientais inadequadas podem prejudicar a produtividade e trazer problemas de saúde para os colaboradores. Dessa forma, o objetivo desse trabalho foi avaliar as condicionantes ambientais de uma UAN hospitalar. **Metodologia:** Trata-se de um estudo observacional qualitativo e quantitativo realizado em uma UAN hospitalar localizada em Muriaé-MG, onde foram analisados os parâmetros ambientais. O nível de luminosidade foi avaliado por meio das quantidades e potências das lâmpadas, e claridade dos setores. Os ruídos foram analisados através de um decímetro que possibilitou medir os níveis de pressão sonora em decibéis (dB) da marca Benetech GM[®], os quais foram comparados com as recomendações expressas pelo Ministério do Trabalho [3]. As condições térmicas (temperatura, umidade e a ventilação) do ambiente foram analisadas por meio da presença e localização das janelas, quantidade de exaustores e utilização de um termo-higrômetro da marca Tomate[®]. Os dados foram digitados e analisados pelo programa Microsoft Excel 2010. **Resultados e discussões:** Em relação à iluminação, foram constatadas 84 lâmpadas no total, com potência de 200 ou 420lux, distribuídas em quase todos os setores UAN, com exceção da área dos refrigeradores, o que tornava este ambiente pouco iluminado. No que se refere aos ruídos, observou-se média de 69,5±0,7dB, variando entre 69 e 70dB. Segundo a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde do Trabalhador – NR 15 [3], para 8 horas diárias de trabalho, o nível máximo permitido de ruído é de 85 dB e com 90 dB, a exposição máxima deve ser de 4 horas. Em relação às condições térmicas, a temperatura média observada foi de 24,9±1°C, variando entre 25,2 e 27,9°C; e a umidade média foi de 57,59±3%, variando entre 56 e 67%. A temperatura e umidade consideradas compatíveis com as atividades executadas em UAN variam entre 22 e 26°C, com umidade relativa de 50 e 60% [4]. As janelas eram bem localizadas, todas apresentavam telas de proteção e mediam 10% da área do piso, porém só havia janelas nos setores de preparo de pães, pré-preparo de hortaliças, área de lavagem de vasilhames, copa de lavagem, refeitório e na sala da supervisão (Nutricionista). A área de cocção (preparo das refeições) não apresentava janela, mas tinham exaustores. Apenas na sala da supervisão tinha ar-condicionado. Alguns lugares como a área de pré-preparo das carnes, guarda de vasilhames e carros de transporte e estoque seco não possuía janela ou ventilação artificial, o que dificultava a circulação e renovação do ar nestes ambientes. **Conclusão:** De modo geral, às condições ambientais de trabalho são adequadas ao desenvolvimento das atividades laborais, embora seja importante a adequação de alguns pontos de iluminação e ventilação para maior segurança, conforto e saúde dos colaboradores. **BIBLIOGRAFIA:** [1] DIAS, G, N. A importância da ergonomia em unidades de alimentação e nutrição: Uma revisão integrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, n. 38, p. e1680-e1680, 2020. [2] LEAL, J, P, N. Avaliação das condições ambientais do restaurante escola de uma universidade pública de Pelotas-RS. *Revista Da Associação Brasileira De Nutrição-RASBRAN*, v. 10, n. 1, p. 103-108, 2019. [3] Ministério do Trabalho. Normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho. NR 15 - Atividades e Operações Insalubres. [online]. Disponível em: <http://www.ctpconsultoria.com.br/pdf/Portaria-3214-de-08-06-1978.pdf>. [4] PINHEIRO-SANT'ANA, HM. Planejamento Físico-Funcional de Unidades de Alimentação e Nutrição. Rio de Janeiro: Rubio, 2012.

**AVALIAÇÃO DE FATORES DE RISCO PARA O DESENVOLVIMENTO DE DIABETES
MELLITUS TIPO 2 EM ADULTOS**

João Paulo Cândido da **SILVA** (IC- joaopaulocandidods51@gmail.com)¹, Mirelle **CAMPOS** (IC)¹, Mariana de Melo **CAZAL** (PQ)² e Iury Antônio de **SOUZA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor (a) Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Diabetes mellitus tipo 2, Fatores de risco, Estilo de vida.

INTRODUÇÃO: O Diabetes Mellitus tipo 2 é um distúrbio metabólico caracterizado pela hiperglicemia constante em decorrência ao declínio na produção de insulina e sua resistência pelos tecidos periféricos. Este quadro diabético compreende 90 a 95% dos casos, sendo o tipo mais prevalente da doença. A idade avançada, alimentação inadequada, sedentarismo, obesidade, histórico familiar da doença e circunferência abdominal aumentada são alguns dos fatores de risco [1]. O objetivo do presente estudo foi avaliar a prevalência de fatores de risco para o desenvolvimento de Diabetes Mellitus tipo 2 em adultos residentes no município de Divino-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado nos meses de julho e agosto do ano de 2021 com indivíduos adultos que declararam concordância com a participação na pesquisa mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi aplicado um questionário online por meio da plataforma *Google Forms*® contendo questões sobre antropometria autorrelatada, hábitos gerais e alimentares e fatores de risco relacionados ao quadro diabético. Os dados foram analisados no programa Microsoft Office Excel 2016 e expressos por meio de frequências simples e absolutas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da pesquisa 125 indivíduos, sendo 73,6% do sexo feminino e 26,4% do sexo masculino, com idade entre 19 e 59 anos. Ao avaliar o estado nutricional, verificou-se que 40,8% encontravam-se eutróficos, 35,2% apresentavam sobrepeso, 13,6% obesidade grau I, 4,0% obesidade grau II, 3,2% obesidade grau III e 3,2% estavam abaixo do peso. Quando questionados sobre hábitos alimentares, 49,6% afirmaram consumir 4 ou mais vezes/semana pães, massas, bolos e biscoitos, sendo que 36,8% relataram o consumo diário de tais produtos. Ainda, 32,8% disseram consumir de 1 a 3 vezes/semana, 14,4% declaram um raro consumo e 3,2% afirmaram não consumir. A ingestão habitual, 4 ou mais vezes/semana, de doces, balas e chocolates foi relatada por 26,4% dos avaliados, sendo que 14,4% dos mesmos apresentavam consumo diário destes produtos. Entretanto, 36,8% consomem de 1 a 3 vezes/semana, 34,4% relataram consumir raramente e apenas 2,4% disseram não consumir. Além disso, 45,6% afirmaram consumir diariamente alimentos e produtos adoçados e 60,0% relataram adoçar cafés e sucos. Cerca de 46,4% dos participantes disseram apresentar histórico familiar de diabetes mellitus. Entretanto, 85,6% dos avaliados não apresentam histórico de glicemias elevadas. Mas, 12,8% já tiveram o diagnóstico de pré-diabetes e dentre as mulheres que já passaram por gestação, apenas 2,6% apresentaram diabetes gestacional. Em relação à prática de atividade física, 60,8% dos avaliados realizavam, sendo que 10,4% praticavam 6 ou mais vezes/semana, 32,0% praticavam de 3 a 5 vezes/semana e 18,4% praticavam até 2 vezes/semana. Ao avaliar possíveis fatores de risco para o quadro diabético, um estudo similar identificou fatores prevalentes como obesidade, sedentarismo, alimentação não saudável e até mesmo predisposição genética, os quais se fizeram presentes principalmente no público masculino e cada faixa etária apresentou um fator mais prevalente, demonstrando a necessidade de se promover medidas preventivas [2]. **CONCLUSÃO:** Verificou-se o predomínio de excesso de peso na população avaliada, embora os hábitos alimentares estivessem parcialmente adequados, necessitando de atenção a certos consumos diários, e a prática de atividade física realizada pela maioria. Além disso, observou-se um histórico familiar de diabetes considerável e baixa prevalência de quadros de pré-diabetes. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. *Diretrizes Sociedade Brasileira de Diabetes 2019-2020*. São Paulo: Clannad, 2019. [2] CÂMARA, S.A.V.; BARBOSA, T.S.; OLIVON, V.C.; FERNANDES, A.L.P.; CÂMARA, J.V. Avaliação do risco para desenvolvimento de diabetes mellitus tipo 2 em estudantes universitários. *Ciência Plural*, v.5, n.2, p.94-110, 2019.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

**AVALIAÇÃO DE UMA INTERVENÇÃO NUTRICIONAL REALIZADA COM PACIENTE
DIABÉTICO**

Edithiane CABRAL (IC – edithianecabral@gmail.com)¹, Naruna Pereira ROCHA (PQ)² e Iury Antônio de SOUZA (PQ)²

1. Curso de Nutrição 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - Muriaé - 36880-000 –

Palavras-chave: Diabetes Mellitus, Estado nutricional, Nutrição do Idoso.

INTRODUÇÃO: O Diabetes Mellitus (DM) é uma doença que se caracteriza pela ocorrência de hiperglicemias crônicas e destaca-se como uma importante causa de morbidade e mortalidade, acometendo milhões de indivíduos [1]. A terapia nutricional atua na prevenção e no controle da patologia, sendo de grande importância a associação entre as orientações nutricionais e às mudanças de estilo de vida. Porém, diversos são os desafios para a adesão às recomendações nutricionais por parte dos pacientes diabéticos [2]. O objetivo do presente estudo foi propor e acompanhar uma intervenção nutricional realizada com um paciente diabético. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo de intervenção, realizado no município de Espera Feliz – MG, entre os meses de janeiro e março de 2021, com um idoso de 71 anos do sexo masculino, o qual concordou em participar assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi utilizado um questionário que continha questões relacionadas a estilo de vida e consumo alimentar e também foi realizada avaliação antropométrica obtendo-se os valores de peso (kg) e estatura (m) e posterior cálculo do índice de massa corporal (IMC) (Kg/m²). Além disso, houve coleta do valor da glicemia capilar em jejum referente aos dias dos encontros, a qual foi obtida a partir do glicosímetro FreeStyle®. Após o primeiro encontro, foram propostas 8 metas nutricionais, sendo trabalhadas 2 metas por semana, compreendendo melhorias nos hábitos alimentares e ingestão hídrica, e foi marcado um novo encontro considerando o mesmo intervalo de 30 dias. Entretanto, no retorno o paciente relatou dificuldades em seguir as metas e um novo encontro foi proposto considerando o período de 30 dias. Ao final do período de acompanhamento, o paciente foi investigado quanto ao cumprimento das metas e os dados coletados para análise e interpretação. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No primeiro encontro observou-se o peso de 75,4 kg e IMC de 25,5 kg/m², sendo classificado como sobrepeso. Ao final do acompanhamento, observou-se uma redução de 3,4 kg e o IMC de 24,6 kg/m², sendo este adequado para a idade. O paciente obteve um resultado satisfatório em relação ao cumprimento da maioria das metas. O paciente passou a ingerir no mínimo 2 litros de água ao dia, diminuiu o consumo de alimentos como pães, massas, bolos e biscoitos, reduziu o consumo de sal e temperos industrializados, assim como o consumo de açúcar refinado e aumentou o consumo de frutas, ingerindo de 2 a 3 porções ao dia. Porém, apresentou certa dificuldade em aumentar o consumo de vegetais, tendo sido proposto no mínimo 1 folhoso e 1 legume nas principais refeições, e em inserir alimentos fontes de fibra nos lanches. O paciente indicou ter dificuldade em inserir alimentos na sua rotina que os familiares não possuíam o hábito de consumir. Ainda, ele relatou um maior bem-estar após as mudanças alimentares realizadas e apresentou a redução dos valores de glicemias capilares, visto que, no primeiro encontro o valor aferido e indicado foi de 121 mg/dL, após 30 dias foi de 101 mg/dL e ao final foi de 86 mg/dL. De modo geral, o paciente relatou grande satisfação quanto a intervenção realizada e informou que pretendia continuar com os novos hábitos alimentares. Ressalta-se que o êxito da intervenção nutricional para pacientes diabéticos está na constância de um acompanhamento nutricional e na adesão ao tratamento, prevenindo assim, complicações agudas e crônicas da doença e melhorando a qualidade de vida desses indivíduos [2]. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que, apesar dos desafios enfrentados pelo paciente em seu âmbito familiar, este apresentou melhorias na sua rotina alimentar, o que contribuiu para um melhor controle glicêmico e para um maior bem-estar. **REFERÊNCIAS:** [1] GUARIGUATA, L. et al. Global estimates of diabetes prevalence for 2013 and projections for 2035. *Diabetes Research and Clinical Practice*, v.103, n.2, p.137-149, 2014. [2] PEREIRA, A.L. et al. Considerações nutricionais em pacientes com diabetes Tipo 2. *Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research*, v.34, n.3, p.52-60, 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00- 4 - Nutrição

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO E PRÁTICA DO ESTILO ALIMENTAR LOW CARB EM ADULTOS DA ZONA DA MATA MINEIRA.

Marília Gabriela **GODINHO**¹ (godinhogabriela641@gmail.com), Elaine Cristina Lucchine **LAUREANO**¹, Mariana de Paula **SANTOS**¹, Ana Carolina **TACONI**¹; Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição 2. Professor UNIFAMINAS – Muriaé – MG

Palavras chaves: Alimentação; Estilo de vida; Carboidratos.

INTRODUÇÃO: A dieta low carb é baseada na redução dos carboidratos simples da alimentação e em contrapartida, acontece o aumento da ingestão de proteínas e lipídeos. Devido a essa composição, promove menor estímulo à secreção de insulina quando comparada a dietas tradicionais, tendo como objetivo aumentar a oxidação de gorduras para serem usadas como fonte de energia, conservando a massa magra corporal [1]. **OBJETIVO:** Avaliar o conhecimento e prática do estilo de vida low carb em frequentadores de quatro academias na região da zona da mata mineira. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de caráter transversal, realizado por meio da aplicação de questionários no mês de outubro de 2018, em quatro municípios da região da zona da mata mineira. Foram incluídos no estudo, todos adultos de ambos os sexos, que frequentavam quatro academias e aceitaram participar da pesquisa através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa avaliou o conhecimento, sintomas, se houve perda de peso e o índice de recomendação entre os participantes. Os dados foram tabulados e analisados no Microsoft Excel. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A pesquisa contou com a participação de 60 indivíduos, sendo a maioria do sexo feminino (70%). Um total de 63,3% (n=38) relataram conhecer e praticar a low carb, sendo que destes, 52,63% (n= 19) conheceram a dieta por meio de internet, 28,95% (n= 11) foram indicados por nutricionistas como estratégias alimentares e os demais, 18,42% (n= 8) relatam conhecer através de amigos. Quanto aos sintomas relatados por quem fazia a dieta low carb 50% (n= 19) disseram ter alterações de humor, tontura, fome excessiva, e dores de cabeça. Quando questionados se conseguiriam levar essa dieta como estilo de vida, apenas 26,32 % (n= 10) dos que relataram fazer a dieta conseguiriam. A low carb vêm ganhando força na sua eficácia na redução e controle de peso, além de ser indicada para pessoas portadoras de diabetes, epilepsia, ovário policístico, entre outras, além de contribuir significativamente para melhora do perfil lipídico bem como o aumento do HDL, diminuição dos triglicerídeos, controle glicêmico e melhora nos ricos cardiovasculares [2]. **CONCLUSÃO:** Foi possível identificar que mais da metade dos participantes conheciam e praticavam a dieta low carb, com orientações extraídas da internet, sendo a minoria indicada pelo nutricionista como estratégia para perda de peso. Metade dos indivíduos relataram sentir efeitos adversos com o seguimento da dieta. Quando se aplicada corretamente, a low carb pode apresentar diversos benefícios, como melhora no perfil lipídico, controle da glicemia, entre outros. Entretanto, é indispensável o acompanhamento do nutricionista para indicação do uso de dietas específicas como a low carb, para que se obtenha um resultado positivo, uma vez que de forma independente pode trazer riscos à saúde. **REFERÊNCIAS:** [1] CORDEIRO, R.; SALLES, M. B.; AZEVEDO, B. M. Benefícios e malefícios da dieta low carb. *Revista Saúde em Foco*. n. 9, p. 714-722, 2017. [2] VARGAS, A. J.; PESSOA, L. S; ROSA, R. L. Jejum intermitente e dieta low carb na composição corporal e no comportamento alimentar de mulheres praticantes de atividade física. *Revista Brasileira De Nutrição Esportiva*, v. 12, n. 72, p. 483-490, 2018.

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O GLÚTEN E SEU CONSUMO POR ADULTOS

Talita dos Santos **RIBEIRO** (IC – talitaejailson@gmail.com)¹ e Iury Antônio de **SOUZA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - Muriaé - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Glúten, Doença Celíaca, Hábitos Alimentares.

INTRODUÇÃO: A Doença Celíaca é uma doença autoimune que se caracteriza por uma permanente intolerância ao glúten, proteína presente no trigo, cevada e centeio. O consumo de alimentos com glúten por indivíduos geneticamente propensos à doença, causa inflamação da mucosa intestinal, com diminuição das vilosidades intestinais e o comprometimento da absorção dos nutrientes [1]. A exclusão do glúten da dieta é o único tratamento para a doença, sendo recomendado um acompanhamento periódico com médico e nutricionista [2]. O objetivo do estudo foi avaliar o conhecimento sobre o glúten, suas fontes e consumo e finalidade das dietas isentas desse componente. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado no mês de maio do ano de 2021 com adultos entre 20 e 59 anos, de ambos os gêneros, residentes no município de Eugenópolis – MG. Os dados foram coletados por meio de questionário online autoaplicável disponibilizado na plataforma *Google Forms*® contemplando questões sobre os tipos de alimentos que possuem a proteína, a realização de dietas isentas de glúten e o conhecimento de enfermidades provocadas pelo glúten. Os indivíduos participaram de forma voluntária mediante a concordância declarada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido digitalizado. Os dados foram analisados no programa Excel 2016, sendo calculadas frequências simples e absolutas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram avaliados 125 indivíduos, dos quais, 73,6% eram do sexo feminino e 36,8% com idade entre 30 a 39 anos, 35,2% 20 a 29 anos, 18,4% 40 a 49 anos e 9,6% 50 a 59 anos. Quando questionados a respeito dos alimentos populares que possuem glúten, 95,2% responderam de forma correta o pão francês e 88,0% indicaram o bolo simples. Em contrapartida 44,0% disseram não saber exatamente o que é o glúten. Observou-se que 38,4% dos indivíduos faziam a troca de alimentos com glúten pelos sem glúten, sendo que 30,4% quando realizavam essa troca se sentiam melhores quanto a desconfortos no organismo. Dos participantes que faziam a dieta isenta de glúten, 10,4% realizavam com a finalidade de emagrecimento, 8,0% por se sentirem mal com o consumo e apenas 0,8% por apresentar doença celíaca ou sensibilidade ao glúten. Quando questionados sobre a compra, 44,0% pagariam mais caro por um produto “sem glúten”. Além disso, 61,6% dos entrevistados não tinham o hábito de adquirir produtos “sem glúten”, e em relação ao conhecimento sobre as enfermidades relacionadas, 46,4% disseram ter conhecimento. Uma parcela expressiva da população acredita que dietas isentas de glúten são mais saudáveis e promovem perda de peso, entretanto, tais dietas podem apresentar inadequações do ponto de vista nutricional quando realizadas sem acompanhamento adequado [3]. Ressalta-se que uma dieta isenta de glúten pode acarretar deficiências de nutrientes, como ferro, folato, zinco, entre outros, por não conter a quantidade diária necessária dos mesmos, os quais se encontram em diferentes alimentos que contém trigo e assim possuem glúten na sua composição [3]. **CONCLUSÕES:** Observou-se que uma parte significativa dos indivíduos não tem o conhecimento do que é o glúten e suas enfermidades e ainda sim uma parcela da amostra aderiu à uma dieta isenta de glúten mesmo não apresentando doença celíaca ou sensibilidade ao glúten. Ressalta-se a importância da disseminação de informações acerca das possíveis inadequações alimentares que este tipo de dieta pode acarretar, principalmente quando não realizadas com acompanhamento adequado. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MONTEIRO, E.; BAPTISTA, N.; FARIA, A.; LOUREIRO, H. Deficiência de vitamina D em crianças com doença celíaca. *Associação Portuguesa de Nutrição*, v.19, n.1, p.56-59, 2019. [2] RESENDE, P.V.G.; SILVA, N.L.S.; SCHTTINO, G.C.M.; LIU, P.M.F. Doenças relacionadas ao glúten. *Revista Médica de Minas Gerais*, v.27, n.3, p.51-58, 2017. [3] ASSUMPCÃO, D.B.; FONSECA, J.H.; MACHADO, R.D.A.; MARIANO, A.C.; CATA-PRETA, M. Identificação do conhecimento da população a respeito do glúten e os principais motivos que levam a retirada deste nutriente da dieta. *Revista Presença*, v.1, n.2, p.107-108, 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

**AValiação DO CONHECIMENTO SOBRE RÓTULOS DE ALIMENTOS E CONSUMO DE
PRODUTOS *LIGHT E DIET* POR INDIVÍDUOS ADULTOS**

João Paulo Cândido da **SILVA** (IC- joaopaulocandidods51@gmail.com)¹, Mirelle **CAMPOS** (IC)¹, Mariana de Melo **CAZAL** (PQ)² e Iury Antônio de **SOUZA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor (a) Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36880-000

Palavras-chave: Rotulagem de alimentos, Alimento *light*, Alimento *diet*.

INTRODUÇÃO: A rotulagem dos alimentos é um fator de grande importância quando se trata de escolhas alimentares, visto que, nos rótulos se encontram informações que auxiliam os consumidores nessa questão [1]. Considerando a busca por alimentos alternativos observa-se certa procura por alimentos *light* e *diet*, sendo entendidos como saudáveis, o que reforça a necessidade de conhecimento sobre rotulagem [2]. O entendimento acerca dos rótulos dos alimentos se faz necessário, porém, muitos consumidores relatam dificuldade, por motivos variados, quanto à compreensão dos mesmos [3]. O objetivo do presente estudo foi avaliar o conhecimento sobre rotulagem dos alimentos e consumo de produtos *light* e *diet* pela população adulta do município de Divino - MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado nos meses de julho e agosto do ano de 2021 com indivíduos adultos que declararam concordância com a participação na pesquisa mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi aplicado um questionário online por meio da plataforma *Google Forms*® contendo questões sobre o conhecimento dos rótulos de alimentos e consumo de produtos *light* e *diet*. Os dados foram analisados no programa Microsoft Office Excel 2016 e expressos por meio de frequências simples e absolutas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da pesquisa 130 indivíduos, sendo 73,1% do sexo feminino e 26,9% do sexo masculino, com idade entre 19 e 59 anos. Cerca de 60,0% apresentavam ensino superior completo, 21,5% ensino médio completo, 14,5% ensino superior incompleto e 3,1% ensino fundamental completo. Dentre os avaliados, 55,4% informaram ler e interpretar às vezes os rótulos de alimentos e 19,2% afirmaram que sempre leem e interpretam os rótulos, entretanto, 25,4% dos avaliados disseram que não sabem ler e interpretar corretamente os rótulos dos alimentos. Quando questionados sobre o entendimento a respeito dos produtos *light* e *diet*, 61,5% relataram saber diferenciá-los. Ressalta-se que, 55,4% consideraram que produtos *light* e *diet* são mais saudáveis quando comparados aos produtos tradicionais. No entanto, apenas 28,5% disseram consumir esses produtos. Quando questionados sobre a realização de acompanhamento nutricional, o qual auxilia no entendimento dos rótulos, 51,5% dos avaliados relataram que nunca realizaram acompanhamento nutricional, 33,8% que já realizaram, mas não realizam atualmente e apenas 14,6% estavam em acompanhamento nutricional no momento da pesquisa. Um estudo similar evidenciou um maior percentual de consumo de produtos *light* e *diet* (60,6%), sendo o principal motivo deste a consideração de um produto mais saudável [2]. Ressalta-se que as informações presentes nos rótulos podem promover um falso entendimento dos consumidores, o que pode levá-los até mesmo a considerar determinados produtos como mais saudáveis, os quais não necessariamente serão [3]. **CONCLUSÃO:** A maioria dos avaliados não apresentou o hábito rotineiro de leitura e interpretação de rótulos, embora tenham relatado saber diferenciar produtos *light* e *diet*. Ainda, grande parte considerou tais produtos como mais saudáveis, entretanto, o indicativo de consumo foi baixo.

BIBLIOGRAFIA: [1] MARZAROTTO, B.; ALVES, M.K. Leitura de rótulos de alimentos por frequentadores de um estabelecimento comercial. *Ciência & Saúde*, v.10, n.2, p.102-108, 2017. [2] LOHN, S.K.; ESKELSEN, M.W.; RAMOS, R.J. Avaliação do conhecimento sobre produtos diet e light por funcionários e universitários de instituição de ensino superior. *Higiene Alimentar*, v.31, n.264/265, p. 30-37, 2017. [3] MORAIS, A.C.B.; STANGARLIN-FIORI, L.; BERTIN, R.L.; MEDEIROS, C. O. Conhecimento e uso de rótulos nutricionais por consumidores. *Demetra*, v.15, n.e45847, p.1-15, 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

AValiação DO CONTEXTO DE TRABALHO EM COLABORADORES DA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO HOSPITAL DO CâNCER DE MURIAÉ -MG

LARISSA VIEIRA QUINTÃO (IC- larissaquintao2000@gmail.com) ¹ MAYLA CARDOSO FERNANDES TOFFOLO², MARIANA DE MELO CAZAL (PQ) ²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora Doutora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-00 –

Palavras – chaves: Satisfação, Tarefas, Unidade de Alimentação e Nutrição

INTRODUÇÃO: A verificação do equilíbrio entre os que organizam e quem executa é importante de modo a estabelecer estratégias para manter, melhorar ou resolver problemas que interferem de modo negativo no rendimento do trabalho [1]. A preocupação com a saúde e a qualidade de vida dos funcionários começou a ser importante quando afetou no desempenho e na produtividade. Em Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) o trabalho caracteriza-se por ser exaustivo, repetitivo, grandes pressões para a realização das tarefas em muito pouco tempo e condições inadequadas de trabalho o que pode gerar insatisfação, baixa produtividade, problemas de saúde até mesmo acidentes de trabalho. A Avaliação do Contexto de Trabalho visa observar essas questões e avaliar a satisfação do colaborador no seu ambiente de trabalho [2]. Com a escala de avaliação do contexto de trabalho (EACT) pode-se verificar as representações relativas à organização, às relações socioprofissionais e às condições de trabalho [3]. O objetivo desse trabalho foi analisar situações de trabalho em uma UAN hospitalar e o estado de saúde dos seus funcionários. **MATERIAL E MÉTODO:** Trata-se de um estudo quantitativo, realizado em uma UAN hospitalar localizada em Muriaé-MG, com os colaboradores do turno diurno, onde foi aplicado a EACT. Foram explicados os objetivos e os riscos desse estudo aos participantes, os quais assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O projeto teve aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário Faminas (Unifaminas) (CAAE: 48017821.0.0000.5105). Os dados foram digitados e analisados pelo programa Microsoft Excel 2010. **DISCUSSÃO E RESULTADOS:** A pesquisa foi realizada com 26 funcionários, sendo 88,5% de mulheres com idades entre 20 a 65 anos com a média 34,7 e desvio padrão 11,3 do mesmo. Ao analisar as questões organizacionais, 76,9% dos funcionários consideravam que realizavam alta frequência de tarefas repetitivas, 46% acreditavam que a distribuição das tarefas era injusta, 26,9% dos funcionários se sentiam excluídos das decisões, 38,4% consideravam que o número de pessoas era insuficiente para realizar as tarefas, e 38,4% relatou faltar tempo para realizar pausas de descanso no trabalho. Em relação a questões referentes ao apoio e motivação do supervisor, 53,8% consideravam que existia apoio da chefia no desempenho e 30,7% relataram não ter dificuldades na comunicação entre chefia e subordinados. No que se refere a estruturas e equipamentos, 54% disseram que o mobiliário existente no local de trabalho era adequado, 50% disseram que os equipamentos necessários para a realização das tarefas não eram precários, 57,6% disseram que o espaço físico para realizar o trabalho não era inadequado e 50% disseram que o material de consumo não era insuficiente. Nesse sentido, devemos nos preocupar com insatisfação do funcionário, pois gera a desmotivação, atrapalhando na execução das tarefas. O trabalho é denominado com uma fonte de sofrimento, insatisfação alegrias ou prazeres [1]. **CONCLUSÃO:** A pesquisa demonstrou que na UAN avaliada o ambiente de trabalho é caracterizado por tarefas repetitivas, que o ritmo de trabalho é excessivo, que o espaço físico é inadequado para realizar o trabalho. Evidenciamos que os equipamentos são adequados para realização das tarefas e os colaboradores acha que a estrutura está em perfeita conformidade com a mão de obra existente no ambiente de trabalho. Destaca-se a fragilidade à importância da comunicação e do apoio da chefia com os seus subordinados. **AGRADECIMENTOS:** À Unifaminas e ao Hospital do Câncer de Muriaé pela realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] DOS REIS, Seloniel Barroso. Prazer e sofrimento com trabalhadores terceirizados. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Potiguar. [2] DA SILVA L, K, B. Trabalho, Prazer E Sofrimento: Um Estudo Em Unidades Produtoras De Alimentação. **Razón y Palabra**, v. 20, n. 94, p. 553-580, 2016. [3] HERTZOG, Anelise. Avaliação das condições de saúde e contexto de trabalho de colaboradores de serviços de alimentação, 2017. Monografia (Graduação em Nutrição) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS NBCAL QUANTO À PROMOÇÃO
COMERCIAL DE FÓRMULAS INFANTIS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE
MURIAÉ-MG**

Sarah Mairink de **Oliveira** (IC- sarahmairink18@gmail.com)¹, Lamaira Condack **Gonçalves**¹, Mayla Cardoso
Fernandes **Toffolo** (PQ)²

1- Curso de Nutrição; 2- Professora

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36888-233 –

Palavras-chave: Fórmulas Infantis; Substitutos do Leite Materno; Promoção Comercial de Alimentos Infantis.

INTRODUÇÃO: O aleitamento materno é a forma mais adequada de nutrição para os bebês sendo recomendado exclusivamente nos seis primeiros meses de vida, trazendo inúmeros benefícios à mãe e à criança [1]. Apesar de todas as evidências científicas demonstrarem a superioridade do leite materno, o marketing realizado pelas indústrias produtoras de fórmulas substitutas tem levado muitas mães a acreditarem que os sucedâneos do aleitamento são opções melhores e abandonarem a amamentação. Com o intuito de frear este marketing indevido e muitas vezes enganoso, foi criada a NBCAL (Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Criança de 1ª Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras) visando a fiscalização da comercialização das fórmulas e produtos de puericultura bem como o incentivo ao aleitamento materno [2]. **OBJETIVO:** Avaliar estabelecimentos comerciais da cidade de Muriaé-MG quanto ao cumprimento das normas da NBCAL quanto a promoção comercial de fórmulas infantis. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado na cidade de Muriaé-MG em junho de 2021. Foram selecionados supermercados e farmácias de grandes redes localizados nos dois principais bairros da cidade. A avaliação deu-se por meio de um check-list de acordo com as premissas da NBCAL onde descreveu-se os tipos de fórmula infantil, as formas de promoção comercial e a presença da advertência exposta do Ministério da Saúde. Os dados coletados foram analisados no programa Excel®. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram visitados 10 estabelecimentos comerciais dos bairros selecionados, 7 farmácias e 3 supermercados. Verificou-se que 50% dos locais realizavam algum tipo de promoção comercial vedada pela NBCAL e 40% comercializava indevidamente fórmula infantil e de seguimento para lactentes. As fórmulas de seguimento para crianças de primeira infância apresentavam promoção indevida em 10% dos locais. Já os alimentos de transição ou a base de cereais para lactentes e crianças de primeira infância em 20% dos locais. Não foram verificadas promoções de leites fluidos, em pó, modificados ou de diversas espécies animais e de outros alimentos à base de leite. As estratégias de promoção utilizadas com mais frequência foram o desconto e a exposição especial, além da utilização de cartazes com anúncio de desconto. Nenhum local apresentava exposta a advertência do Ministério da Saúde. É obrigatório incluir com destaque a advertência visual ou auditiva: "O Ministério da Saúde adverte: O aleitamento materno evita infecções e alergias e é recomendado até os dois anos de idade ou mais." [3]. **CONCLUSÃO:** Embora a NBCAL seja clara quanto às proibições de promoção comercial de fórmulas infantis e alimentos ditos apropriados para crianças de primeira infância, a maioria destas proibições continua sendo descumprida pelos estabelecimentos comerciais da região. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Silva, K. B et al. Promoção comercial ilegal de produtos que competem com o aleitamento materno. *Rev Saude Publica*. v. 54, n. 10, p. 1-10. Rio de Janeiro, 2020. [2] OLIVEIRA, I. M. **Inadequação na promoção comercial de alimentos para lactentes segundo a NBCAL**. 2021. 15 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Nutrição) - PUC Goiás, Goiânia, 2021. [3] BRASIL, Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 222 de 5 de agosto de 2002. **Regulamento técnico para promoção comercial dos alimentos para lactentes e crianças de primeira infância**. Diário Oficial Uniao. 6 ago 2002.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

COMPULSÃO E PREFERÊNCIAS ALIMENTARES ENTRE MULHERES ADULTAS NO PERÍODO PRÉ-MENSTRUAL

Isadora Masala ALONSO (IC – Isadoraalonso_@hotmail.com)¹, Fernanda Meireles LIMA (IC)¹, Mariana de Melo CAZAL (PQ)² e Iury Antônio de SOUZA (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - Muriaé - 36880-000

Palavras-chave: Síndrome pré-menstrual, Ciclo menstrual, Compulsão alimentar.

INTRODUÇÃO: O período pré-menstrual compreende o momento que precede a menstruação, no qual ocorre um conjunto de sintomas físicos e psicológicos, caracterizando a Tensão Pré-Menstrual (TPM) [1]. Durante esse período, o comportamento alimentar possivelmente se altera ocorrendo o aumento do apetite, maior consumo de carboidratos e um maior desejo por alimentos doces. A sintomatologia e a alteração do perfil alimentar podem estar relacionadas a depleção de serotonina e triptofano que se faz presente neste período [2]. O objetivo do estudo foi avaliar o entendimento acerca da questão pré-menstrual e a ocorrência de possíveis alterações alimentares. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado no mês de julho do ano de 2021 com mulheres adultas e residentes na região Zona da Mata Mineira. A participação ocorreu de forma voluntária após a concordância mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a realização da pesquisa utilizou-se um questionário eletrônico disponibilizado na plataforma *Google Forms*®, o qual contemplava questões sobre hábitos e comportamento alimentar no período pré-menstrual. Os dados foram analisados no programa Excel, versão 2016, sendo calculadas frequências simples e absolutas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da pesquisa 70 mulheres com idade mínima de 18 anos e máxima de 50 anos, das quais, 81,4% tinham domínio sobre o assunto ciclo menstrual e contagem do mesmo e 58,6% possuíam o ciclo menstrual regular. Dentre as avaliadas, 41,9% relataram que sentem sintomas diversos no período pré-menstrual, incluindo mudança de humor, ansiedade, depressão, irritabilidade, cansaço, entre outros. Entretanto, 20,4% disseram apresentar apenas cansaço e desânimo e 21,5% relataram apenas mudança de humor. Considerando o fator peso, a maioria (68,6%) disse ter alteração do mesmo na fase pré-menstrual e 100,0% das entrevistadas afirmaram que se sentem inchadas neste período. Considerando a questão alimentar, 78,6% afirmaram que consomem uma maior quantidade de alimentos neste período e 21,4% relataram que não apresentam alterações na alimentação. Cerca de 90,0% das avaliadas relataram que apresentam episódios compulsivos e preferências alimentares na fase em questão. Dentre estas, 50,0% disseram ter preferência por doces, principalmente chocolate, 28,7% por doces em geral e 21,3% por doces e salgados. Durante o período pré-menstrual, ao consumir doces, 70,0% afirmaram ter uma mudança positiva no humor e 30,0% disseram não sentir alteração do humor. Foi verificado que 92,9% das mulheres avaliadas não realizavam acompanhamento nutricional e apenas 7,1% buscavam por nutricionista. As mudanças no comportamento alimentar durante a TPM também foram relatadas em um estudo similar, no qual foi evidenciado um consumo considerável de doces, principalmente chocolate, como no presente estudo. Da mesma forma, sintomas como alteração do humor e variação do peso, também se fizeram presentes, ressaltando a importância de condutas nutricionais adequadas [3]. **CONCLUSÃO:** Evidenciou-se o conhecimento pela maioria das mulheres a respeito da questão pré-menstrual, assim como, a incidência de sintomas característicos do período e alterações alimentares associadas, ressaltando episódios de compulsão e preferências alimentares.

BIBLIOGRAFIA: [1] JAFARI, F.; TARRAHI, M.J.; FARHANG, A.; AMANI, R. Effect of zinc supplementation on quality of life and sleep quality in young women with premenstrual syndrome: a randomized, double-blind, placebo-controlled trial. *Archives of Gynecology and Obstetrics*, v.302, n.3, p.657-664, 2020. [2] CHEMIN, S.M.; SILVA, S.; FERNANDA, B.; SILVA, C.; FARINA, B.F.; SPINOZA, E.D. et al. Influência da tensão pré-menstrual no consumo alimentar. *Nutrire*, v.37, n.1, p.13-21, 2012. [3] ORRA, L.N.; FERRAZ, R.R.N. Avaliação dos aspectos nutricionais e preferências alimentares relacionadas à tensão pré-menstrual. *International Journal of Health Management*, v.5, n.2, p.1-7, 2019.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

CONDIÇÕES ORGANIZACIONAIS DE UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
HOSPITALAR DE MURIAÉ-MG

LARISSA VIEIRA QUINTÃO (IC- larissaquintao2000@gmail.com) ¹, MAYLA CARDOSO FERNANDES TOFFOLO², MARIANA DE MELO CAZAL (PQ) ²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora Doutora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-00 – Muriaé – MG

Palavras – chaves: Estresse, Funcionários, Unidade de Alimentação e Nutrição, Conforto térmico

Introdução: Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) tem papel essencial na recuperação e manutenção da saúde de um indivíduo. As categorias de cardápios, infraestrutura, técnicas de pré-preparo e preparo, quantidade de funcionários e os equipamentos são fatores que influenciam na produção das refeições [1]. Por outro lado, a exigência de alta produtividade com tempo limitado, condições inadequadas, problemas na comunicação no ambiente de trabalho traz insatisfação, cansaço excessivo, baixa produtividade, problemas de saúde e até acidentes [2]. Dessa forma, o objetivo desse trabalho foi avaliar as condicionantes organizacionais de uma UAN hospitalar. **Metodologia:** Trata-se de um estudo observacional qualitativo e quantitativo realizado em uma UAN hospitalar localizada em Muriaé-MG, onde foram analisados os parâmetros organizacionais como o número de preparações servidas total e por refeição, os tipos de serviço realizados, quantidade de funcionários total e por função, o horário da distribuição do almoço, o padrão do cardápio de almoço, tipos de equipamentos presentes e a disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Os dados foram digitados e analisados pelo programa Microsoft Excel 2010. **Resultados e discussões:** A UAN avaliada era de grande porte, servindo em média 3.750 refeições ao dia somando todos os tipos: café da manhã (1.500), almoço (600), café da tarde (850), jantar (400), ceia (250) e café da madrugada (150). A unidade era bem equipada, com fogões, fornos combinados, refrigeradores, freezers, máquina de lavar louças, liquidificador, máquina de fazer gelo, banho-maria, balcões de distribuição, carros de transporte e de lavar cereais, chair boiler, fritadeira gabinete, exaustores, coifas, picadores manuais, cortador de frios, refresqueira, processador de hortaliças, entre outros. Esses equipamentos foram considerados suficientes para a execução dos cardápios planejados, visto que não houve sobrecarga durante a produção, troca de preparações por indisponibilidade de equipamento ou atraso na distribuição das refeições. O almoço era servido entre 11:00 e 14:15 horas e apresentava cardápio simples composto por um prato principal, uma guarnição (legumes, farofa ou macarrão), arroz branco, feijão-preto ou vermelho, e uma sobremesa (fruta ou doce). A equipe de trabalho era composta por 45 funcionários, sendo 6 cozinheiros, 26 auxiliares de cozinha, 13 copeiras, sendo que 8 desses funcionários estavam de licença médica. A previsão do número total de funcionários pelo método de Gandra e Gambardella (1986) [3] deveria ser de 52 colaboradores, considerando o tempo médio de 15 minutos para o preparo de cada refeição servida e a jornada de trabalho de 10 a 12 horas dos funcionários. Um número insuficiente de funcionários pode acarretar sobrecarga de tarefas e física, cansaço mental e físico, ansiedade e estresse, acidentes de trabalho e problemas de saúde [2]. Todos os funcionários recebiam EPIs essenciais para execução das suas tarefas, tais como: botas e avental de PVC, avental térmico, touca, máscara PPF2 3M, luvas de borracha, luva térmica, luva de malha de aço, óculos de proteção, os quais eram trocados conforme a necessidade, o que resultava em mais segurança para a realização do trabalho. **Conclusão:** De modo geral, as condições organizacionais de trabalho estavam adequadas ao desenvolvimento das atividades laborais, exceto para o número de funcionários que pode ser aumentado para prevenir qualquer agravamento à saúde dos colaboradores contratados. **BIBLIOGRAFIA:** [1] NOVELLETO, D.L.L.; PROENÇA, R.P.C. O planejamento do cardápio pode interferir nas condições de trabalho em uma unidade de alimentação e nutrição. *Nutrição em Pauta*, v. 65, p. 36-40, 2004. [2] COLARES, L.G.T; FREITAS, C.M. Processo de trabalho e saúde de trabalhadores de uma unidade de alimentação e nutrição: entre a prescrição e o real do trabalho. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, p. 3011-3020, 2007. [3] GANDRA, Y. R., GAMBARDILLA, A. M. D. Avaliação de Serviços de Nutrição e Alimentação. São Paulo: E.d Sarvier, 1986.

CONSUMO ALIMENTAR DE CRIANÇAS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE UM MUNICÍPIO DA
ZONA DA MATA MINEIRA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Débora Costa **RODRIGUES**¹ (IC – deborahcosttar@hotmail.com), Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO**
(PQ)², Bruna Lourenço **NOGUEIRA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor. Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS-MURIAÉ - 36800-000 -
Muriaé-MG

Palavras-chave: Alimentação infantil, COVID-19, Consumo de alimentos.

INTRODUÇÃO: Os hábitos alimentares da população estão mudando com o passar do tempo, principalmente devido à urbanização, industrialização crescente e às múltiplas responsabilidades da mulher na família e no trabalho. Esses fatores contribuem para a substituição dos alimentos *in natura* e minimamente processados pelos alimentos ultraprocessados, que também apresentam elevada praticidade [1]. Dessa forma, as crianças passaram a ter contato mais precoce com esses tipos de alimentos, e com a chegada da pandemia do COVID-19 (SARS-CoV-2), os hábitos alimentares têm se alterado ainda mais, contribuindo para uma alimentação cada vez mais desequilibrada [2]. O trabalho tem como objetivo avaliar o consumo alimentar de crianças da rede pública de ensino de Miraf-MG em tempos de pandemia. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado nos meses de maio e junho de 2021, cujo público alvo foram crianças de 2 a 10 anos de idade matriculadas em escolas municipais da cidade de Miraf-MG. Após a autorização dos responsáveis, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, foi aplicado o questionário do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), que continha questões sobre consumo alimentar. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do estudo 189 crianças, com média de idade 7,2 anos (DP=2,7), sendo 55,0% do sexo feminino. Observou-se que 75,7% (n=143) consumiram feijão no dia anterior, 50,3% (n=95) frutas, 43,9% (n=83) legumes e verduras, 66,1% (n=125) hambúrguer e embutidos, 70,9% (n=134) bebidas adoçadas, 20,1% (n=38) macarrão instantâneo e salgadinhos de pacote e 56,6% (n=107) biscoito recheado, doces e guloseimas. Observa-se um elevado consumo de alimentos industrializados, que apresentam grandes quantidades de açúcares, gorduras e sódio. A alimentação tem papel fundamental em todas as etapas da vida, especialmente na infância, os primeiros anos de vida são importantes para o crescimento e desenvolvimento da criança e para a sua saúde, atual e futura [3]. Em uma pesquisa que avaliou o consumo alimentar de crianças brasileiras de 6 a 59 meses, observou-se baixa frequência de consumo de alimentos importantes para o crescimento, como verduras de folhas, legumes e frutas, e elevada frequência no consumo de alimentos não recomendados, como biscoitos, doces, refrigerantes e salgadinhos [4]. **CONCLUSÃO:** Os resultados do presente estudo mostram um baixo consumo de frutas, legumes e verduras, e elevado consumo de produtos industrializados, como bebidas adoçadas, hambúrguer e embutidos. Nesse sentido, é de grande importância que os pais sejam orientados quanto aos benefícios da alimentação saudável na infância, e consequências negativas decorrentes do consumo de alimentos ricos em gorduras, sódio e açúcares. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CECCATTO, D.; SPINELLI, R. B.; ZANARDO, V. P. S.; RIBEIRO, L. A. A Influência Da Mídia No Consumo Alimentar Infantil: Uma Revisão da Literatura. *Revista Perspectiva*, v. 42, n. 157, p. 141–149, 2018. [2] FAUSTINO, A. DE J. P.; CASTEJON, L. V. Alimentação de crianças durante a pandemia e as dificuldades dos responsáveis. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 7, p. e34810716811, 2021. [3] BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos. 2019. [4] BORTOLINI, G. A.; GUBERT, M. B.; SANTOS, L. M. P. Consumo alimentar entre crianças brasileiras com idade de 6 a 59 meses. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 28, n. 9, p. 1759–1771, 2012.

Área do Conhecimento (CNPq):

**CONSUMO ALIMENTAR, ESTADO NUTRICIONAL E PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA POR
ADULTOS RESIDENTES EM MURIAÉ - MG**

Talita dos Santos **RIBEIRO** (IC – talitaejailson@gmail.com)¹, Magda Helena da Silva Rocha **CASTELLANO** (IC)¹, Milena Souza **VIANA** (IC)¹, Thaís Carvalho **ESTRELA** (IC)¹ e Iury Antônio de **SOUZA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - Muriaé - 36880-000 -

Palavras-chave: Consumo alimentar, Estado nutricional, Atividade física.

INTRODUÇÃO: Nas últimas décadas, o consumo alimentar de grande parte da população compreendeu a ingestão excessiva de produtos ultraprocessados, o que possivelmente contribuiu para o aumento dos casos de excesso de peso [1]. Além da alimentação inadequada, a não realização de atividade física é outro fator que influencia negativamente no estado nutricional e saúde do indivíduo [2]. O objetivo do estudo foi avaliar o consumo alimentar, estado nutricional e a prática de atividade física de adultos residentes no município de Muriaé - MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado no ano de 2020, com adultos de ambos os gêneros e residentes no município de Muriaé – MG. Os dados foram coletados por meio de um questionário autoaplicável elaborado pelos autores e disponibilizado de forma online na plataforma *Google Forms*® contemplando questões sobre frequência de consumo semanal de alimentos, peso (kg) e altura (m) autorrelatados e questionamento direto sobre a prática de atividade física. Para a avaliação do estado nutricional foi realizado o cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) e a classificação conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS) [3]. Os indivíduos participaram de forma voluntária mediante a concordância declarada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido digitalizado. Os dados foram analisados no programa Excel 2016, sendo calculadas frequências simples e absolutas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram avaliados 53 indivíduos, dos quais, 75,5% eram do sexo feminino e 47,2% com idade entre 30 e 39 anos, ainda, 22,6% possuíam de 20 a 29 anos, 17,0% 40 a 49 anos e 13,2% 50 a 59 anos. Em relação ao consumo alimentar, pode-se observar que o arroz e o feijão foram os alimentos de maior frequência de consumo semanal (96,2%), seguidos pelas carnes e ovos (92,5%), *fast-foods* e embutidos (84,9%), pães, bolos e massas (77,4%) e frutas, legumes e verduras (73,6%). Estudo similar também verificou um consumo expressivo de feijão (91,0%) e significativo de frutas (68,0%) e verduras (64,0%) e uma menor ingestão de embutidos (21,0%). Este mesmo estudo também evidenciou um percentual elevado de excesso de peso (56,9%) [1]. No presente estudo, foi verificado que 58,5% dos entrevistados apresentavam excesso de peso e 41,5% se encontravam eutróficos. Quando questionados sobre a prática de atividade física, 56,6% dos participantes indicaram realizá-la, dos quais, 22,6% disseram realizar 2 vezes/semana, 20,8% de 3 a 4 vezes/semana e apenas 13,2% 5 ou mais vezes/semana. Segundo a OMS, a inatividade pode estar relacionada a falta de políticas de incentivo e de uma infraestrutura adequada para a prática da atividade física [4]. **CONCLUSÕES:** Dentre os alimentos avaliados, os mais frequentemente consumidos foram arroz, feijão, carnes e ovos. Evidenciou-se uma ingestão considerável de produtos ultraprocessados, assim como de alimentos naturais. Ainda, observou-se predomínio de indivíduos com excesso de peso e um percentual de inatividade física expressivo.

BIBLIOGRAFIA: [1] SOUSA, A.K.S.; LUSTOSA, L.C.R.S. Estado nutricional e consumo alimentar de adultos cadastrados no SISVAN no estado do Piauí, Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde*, v. 22, n. 3, p. 8-14, 2020. [2] ARAÚJO, S.E.B.; CAVAGNARI, M.A.V.; VIEIRA, D.G.; BENNEMANN, G.D. Perfil nutricional e consumo alimentar de pacientes praticantes de atividade física atendidos por uma clínica escola de Nutrição. *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, v. 13, n. 78, p. 317-328, 2019. [3] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Physical status: the use and interpretation of anthropometric*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 1995. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/37003>>. Acesso em 02 set. 2021. [4] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Noncommunicable Diseases Country Profiles 2018*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2018. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/274512>>. Acesso em: 10 de set. 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 – Nutrição

CONSUMO DE BEBIDAS ALCÓOLICAS E PRÁTICA TABÁGICA DE PACIENTES ATENDIDOS EM CLÍNICA ESCOLA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MURIAÉ-MG.

Mariana de Paula SANTOS (IC- marianapaula1918@gmail.com)¹,¹, Isadora Masala ALONSO IC)¹, Mariana de Melo CAZAL (PQ)² e Iury Antônio de SOUZA (PQ)², e Arthur da Silva GOMES(PQ)². Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO (PQ)²,

1- Curso de Nutrição; 2- Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Nicotina, Etanol, Intoxicação.

INTRODUÇÃO: O tabagismo e o etilismo são problemas de saúde pública, pois se relacionam à existência de inúmeras doenças. O uso de bebida alcoólica aumenta a tendência ao consumo de nicotina, ou seja, uma relação de interdependência [1]. No Brasil, segundo o Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico (VIGITEL) a frequência do consumo abusivo de bebidas alcoólicas foi de 18,8%, sendo maior em homens (25,3%) do que em mulheres (13,3%). Para a prática tabágica, 9,8% dos adultos eram fumantes, sendo a prevalência maior no sexo masculino (12,3%) do que no feminino (7,7%).[2]. **OBJETIVO:** Avaliar a prevalência do consumo de bebidas alcóolicas e prática tabágica entre pacientes atendidos no primeiro ano de pandemia em uma clínica escola de um Centro Universitário de Muriaé-MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo retrospectivo, com coleta de dados em prontuários de pacientes atendidos durante os meses de março a novembro de 2020 por acadêmicos de nutrição, supervisionados por nutricionistas. As consultas foram realizadas de forma remota, através de plataforma Microsoft Teams®. Os dados coletados foram tabulados e analisados no programa Microsoft Excel 2010. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram analisados dados de 77 pacientes, 95%(n=73) adultos e 5%(n=4) idosos. Para fins de análise, os adolescentes foram excluídos do estudo (n=6). A maioria dos pacientes era do sexo feminino (76%). A idade variou entre 21 e 77 anos. Um total de 45 pacientes (54,2%) relataram consumir álcool, destes 60% eram do sexo feminino. A quantidade média de álcool ingerida foi de 680± 8,73 ml (cerveja, vinho ou destilados) por pessoa/consumo. A frequência de ingestão de álcool foi: raramente (31%), 1 a 2 vezes no mês (6,6%), de 2 a 3 vezes na semana (26,6%), 4 vezes na semana (11,1%) e aos finais de semana (24%). A OMS define como dose padrão 10g de etanol puro, e recomenda que ambos os sexos não excedam duas doses por dia e abstenham-se de beber pelo menos dois dias por semana.[3]. Quanto a avaliação da prática tabágica entre os pacientes, a maioria declarou não fumar (96,3%). Entre os que fumavam, a maioria era do sexo feminino 66%. A frequência declarada foi de 7 vezes (n=1), 3 vezes (n=1) e 2 vezes (n=1) por semana. O consumo do álcool e do tabaco pode causar alterações comportamentais, depressão do sistema nervoso central, alterações psicológicas e importantes efeitos metabólicos. Também podem ocasionar transtornos como suicídio, violência, acidentes de trânsito, dependência química, doenças gastrointestinais, hepáticas, cardiovasculares, respiratórias, neurológicas e do sistema reprodutivo incluindo o câncer [4]. **CONCLUSÃO:** Conclui-que mais da metade dos pacientes faziam o consumo de bebidas alcóolicas, sendo predominantemente entre as mulheres, com quantidade considerada elevada de acordo com os padrões da OMS. A prática tabágica foi relatada pela minoria dos pacientes, sendo a maioria do sexo feminino, com consumo frequente. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Viana. S. et al. Tabagismo e consumo de bebidas alcóolicas entre professores do curso de medicina de uma universidade do sul do Brasil *Arq. Catarin Med.* p.49- Santa Catarina 2019. [2] BRASIL. **Vigitel Brasil 2019: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2019.** 2020.[3] OMS. **Self-help strategies for cutting down or stopping substance use: a guide.** Genebra, Suíça: Organização Mundial da Saúde 2010 [4] Gomes.I. Prevalência do consumo de cigarro e álcool entre universitários do curso de medicina na cidade de Fortaleza-Ceará **Universidade Federal Do Ceará Faculdade de medicina departamento de saúde comunitaria programa de pós-graduação em saúde coletiva mestrado em saúde pública.**20 Fortaleza-2018.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

CUMPRIMENTO DAS NORMAS NBCAL QUANTO À PROMOÇÃO COMERCIAL DE PRODUTOS DE PUERICULTURA EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE MURIAÉ-MG

Lamaira Condack **Gonçalves** (IC- lamairacondack07@outlook.com)¹, Sarah Mairink de **Oliveira**¹, Mayla Cardoso Fernandes **Toffolo** (PQ)²

2- Curso de Nutrição; 2- Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras chave: Aleitamento Materno; Promoção Comercial; Cuidados da Criança

INTRODUÇÃO: A prática do aleitamento materno é recomendada com exclusividade até os 6 meses de vida do bebê e complementado até 2 anos ou mais. Apesar dos inúmeros benefícios do aleitamento materno, ainda existe uma baixa prevalência da prática no Brasil, influenciada por fatores como a baixa escolaridade materna, o trabalho materno fora de casa, a falta de orientação no pré-natal, condutas hospitalares e suporte pós-parto inadequados [1]. Além disso, a comercialização de fórmulas infantis e de produtos que competem com o aleitamento materno (produtos de puericultura: chupetas, bicos, mamadeiras, protetores de mamilo) impactam negativamente na amamentação. A Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras - NBCAL foi criada no Brasil para regulamentar a comercialização desses produtos [2]. **OBJETIVO:** Avaliar o cumprimento das normas da NBCAL quanto a promoção comercial de produtos de puericultura em Muriaé-MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** O estudo possui caráter transversal, sendo realizado na cidade de Muriaé-MG no mês de junho de 2021. Foi elaborado um check-list de acordo com as premissas da NBCAL onde foram descritos os produtos de puericultura (chupetas, bicos, mamadeiras e protetores de mamilo), bem como as formas adequadas de promoção comercial e a presença da advertência do Ministério da Saúde. Foi realizada seleção de supermercados e farmácias de grandes redes localizados nos dois principais bairros da cidade. Os dados coletados foram analisados no programa Microsoft Excel® 2010. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram incluídos 10 estabelecimentos comerciais, sendo 7 farmácias e 3 supermercados. Verificou-se que 30% dos estabelecimentos comerciais realizavam algum tipo de promoção comercial inadequada de produtos de puericultura. Segundo a NBCAL, a promoção comercial de produtos de puericultura é proibida “em quaisquer meios de comunicação, incluindo merchandising, divulgação por meios eletrônicos, escritos, auditivos e visuais; estratégias promocionais para induzir vendas ao consumidor no varejo, tais como exposições especiais, cupons de descontos ou preço abaixo do custo, prêmios, brindes, vendas vinculadas a produtos não cobertos por esta Norma, e apresentações especiais” [3]. Considerando a promoção de mamadeiras, 10% dos locais realizava promoção comercial utilizando a exposição especial nas prateleiras da frente dos estabelecimentos. Quanto aos bicos e chupetas, 20% dos locais promovia ilegalmente expondo os produtos de forma especial. Nenhum dos estabelecimentos visitados expunha a advertência obrigatória do Ministério da Saúde. Não foram notificadas outras formas de promoção comercial nos locais durante o período da pesquisa. **CONCLUSÃO:** Foi visto que a maior parte dos locais visitados não realizava promoção comercial dos produtos de puericultura durante o período da pesquisa. No entanto, alguns locais ainda realizam promoção ilegal destes produtos apesar da proibição pela NBCAL, podendo interferir negativamente no aleitamento materno. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BOCCOLINI, C. S.; CARVALHO, M. L., OLIVEIRA, M. I. C. Factors associated with exclusive breastfeeding in the first six months of life in Brazil: a systematic review. *Rev Saúde Pública*. 2015, v. 49, n. 00. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2015049005971>. Acesso em: 28 ago 2021. [2] RODRIGUES, G. P. N. et al. Avaliação do impacto de intervenção educativa em farmácias com promoção comercial de produtos que competem com o aleitamento materno. *Cadernos de Saúde Pública*. 2021, v. 37, n. 4. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00129919>. Acesso em: 28 ago 2021. [3] BRASIL, Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 222 de 5 de agosto de 2002. **Regulamento técnico para promoção comercial dos alimentos para lactentes e crianças de primeira infância**. Diário Oficial Uniao. 6 ago 2002.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

**EFEITOS DO CHÁ DE FOLHA DE FRAMBOESA (*Rubus idaeus L.*) NO TRABALHO DE PARTO:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Sarah Mairink de **Oliveira** (IC- sarahmairink18@gmail.com)¹, Mayla Cardoso Fernandes **Toffolo** (PQ)²

3- Curso de Nutrição; 2- Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Plantas Medicinais; Fitoterapia; Gestação.

APRESENTAÇÃO: A gestação é um período da vida da mulher que requer atenção especial em relação a alimentação pois ela interfere diretamente na saúde da mãe e do bebê. A fitoterapia muitas vezes é preferida pelas grávidas por serem naturais e apresentarem maior segurança a elas, todavia, a orientação profissional é importante [1]. A utilização da *Rubus idaeus L* tem sido recomendada após a 32ª semana de gestação para auxiliar no trabalho de parto. Seus efeitos reduzem o tempo do trabalho de parto e possíveis complicações [2]. O estudo visa realizar uma revisão integrativa sobre os efeitos das folhas de *Rubus idaeus L* no trabalho de parto. **DESENVOLVIMENTO:** Trata-se de uma revisão integrativa onde utilizou-se as plataformas Google Acadêmico, SciElo e PubMed. A pesquisa ocorreu entre os dias 13 de julho e 02 de agosto de 2021. Os descritores utilizados foram “Uso de *Rubus idaeus L*. na gestação” e “Effects of raspberry leaf during pregnancy”. Foram incluídos os artigos sobre uso de *Rubus idaeus L*. durante a gestação e excluídos os que tratam do uso de plantas medicinais nos períodos pré ou pós-gestacional. De acordo com os descritores foram encontrados 75 artigos sobre o tema, sendo 5 selecionados para o trabalho por suas informações específicas sobre os efeitos da *Rubus idaeus L* no trabalho de parto. As doses descritas nos trabalhos selecionados variam entre 3,71mg [4] a 2,4g [5] por dia como extrato da folha desidratada [4] e tabletes da folha [5]. As folhas de framboeseira têm componentes que estimulam as contrações uterinas em doses baixas e atuam como espasmolíticos em doses altas [3]. Alguns estudos realizados com mulheres grávidas evidenciaram que gestantes que fizeram uso da planta tiveram partos mais rápidos e menor necessidade de fórceps. Alguns constituintes ativos da folha da *Rubus idaeus L* tem efeitos biofísicos nos tecidos, particularmente no músculo liso, podendo agir como estimulante e relaxante dependendo da forma e da dose utilizada [4]. Um estudo feito por Parsons et.al com 180 gestantes, com 57 fazendo uso do chá de framboeseira e 51 como grupo controle, mostrou que as mulheres que tomaram o chá necessitaram menos de intervenções no parto como ruptura artificial das membranas, cesariana, uso de fórceps e ventosas em comparação ao grupo controle [5]. Devido às suas propriedades relaxantes, as folhas de framboeseira auxiliam também no controle das dores do parto. Não foram identificados riscos à mãe e ao bebê nos estudos realizados, porém, a planta possui efeitos estrogênicos e pode causar efeitos adversos, portanto deve-se evitar uso sem acompanhamento profissional [1]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Foi possível notar que as folhas de *Rubus idaeus* tem efeitos eficazes no auxílio ao trabalho de parto por suas propriedades de estímulo e relaxamento muscular, proporcionando um parto em menor tempo e com menos intervenções. Todavia, são necessários mais estudos na área para que os efeitos adversos sejam melhor descritos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SILVA, M. G. **Plantas Medicinais na Gravidez e Aleitamento**. 2015. 25 p. Monografia (Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas) - Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015. [2] BRASIL. BVS. APS Atenção Primária à Saúde. Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes. Núcleo de Telessaúde Santa Catarina. Quais plantas medicinais podem ser utilizadas durante a gestação? 13 nov. 2015. Disponível em: <https://aps.bvs.br/aps/quais-plantas-medicinais-podem-ser-utilizadas-durante-a-gestacao/> acesso em: 13 jul 2021. [3] GOMES, B. S. S. **Plantas Medicinais na Gravidez**. 2018. 47 p. Monografia (Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas) - Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018. [4] BOWMAN, R. et al. Biophysical effects, safety and efficacy of raspberry leaf use in pregnancy: a systematic integrative review. **BMC compl. Med. therap.** v. 21, n.1. p 1-11. Australia, 2021. [5] PARSONS, et al. Raspberry leaf and its effect on labour: safety and efficacy. **Australian College of Midwives Incorporated journal**. v. 12, n. 3, p. 20–25. Australia, 1999.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

ESTADO NUTRICIONAL E INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA INSATISFAÇÃO CORPORAL DE ADULTOS

Talita dos Santos **RIBEIRO** (IC – talitaejailson@gmail.com)¹ e Iury Antônio de **SOUZA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – Muriaé - 36880-000

Palavras-chave: Estado nutricional, Imagem corporal, Mídias sociais.

INTRODUÇÃO: A imagem corporal é definida como a imagem do corpo construído na mente, mediante aspectos sentimentais, cognitivos e comportamentais, entretanto, esta pode ser influenciada pela mídia, considerando que muitos indivíduos, especialmente do sexo feminino, se comparam ao que é exposto nas publicidades. Os meios de comunicação social contribuem para uma maior preocupação em relação à melhora da aparência e busca pelo “padrão ideal” de imagem corporal exaltado nas redes, favorecendo a insatisfação corporal [1]. Assim, o objetivo deste estudo foi avaliar o estado nutricional e a influência da mídia sobre a insatisfação corporal de adultos. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado com adultos entre 20 e 59 anos, de ambos os gêneros, residentes no município de Eugénópolis - MG, no ano de 2021. Os dados foram coletados por meio de questionário online autoaplicável disponibilizado na plataforma *Google Forms*® contemplando questões referentes a satisfação e percepção corporal, mediante questionamentos adaptados do Teste de Atitudes Alimentares [2], e medidas antropométricas, peso e altura autorrelatadas, para o cálculo do índice de massa corporal (IMC) e a classificação pela Organização Mundial da Saúde [3]. Os indivíduos participaram de forma voluntária mediante a concordância declarada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido digitalizado. Os dados foram analisados no programa Excel, versão 2016, sendo calculadas frequências simples e absolutas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram avaliados 104 indivíduos, sendo 81,7% do sexo feminino e a principal faixa etária de 20 a 29 anos (38,5%). Quanto ao estado nutricional, 43,3% se encontravam eutróficos, 33,7% com sobrepeso e 23,0% obesos. Cerca de 30,8% dos avaliados sentiam-se preocupados com o desejo de serem magros e 40,4% ficavam apreensivos com o fato de estarem engordando, mas, 44,2% não se atentavam as calorias consumidas e 31,7% às vezes realizavam dietas para emagrecer. Em estudo similar, foi observado que 64,8% dos avaliados afirmaram já terem feito dieta para emagrecimento, entretanto, apenas 33,3% apresentavam excesso de peso [4]. Em relação a insatisfação corporal, 57,7% relataram se sentirem insatisfeitos com o seu corpo atual e 72,0% disseram ter desejo de perder peso. Cerca de 43,0% dos indivíduos referiram se sentirem influenciados pelas mídias sociais e 38,5% tinham o hábito de comparar os seus corpos com os que eram expostos nas mídias. Ainda, evidenciou-se que 57,7% dos indivíduos eutróficos se sentiam insatisfeitos com a sua imagem corporal, semelhante ao observado em um estudo realizado com universitários adultos brasileiros [5]. **CONCLUSÕES:** Houve prevalência de excesso de peso, considerando sobrepeso e obesidade, assim como de insatisfação corporal, se fazendo presente até mesmo em indivíduos eutróficos. Ainda, observou-se que uma parcela considerável de avaliados se sentiam influenciados pela mídia. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LIRA, A.G.; GANEN, A.P.; LODI, A.S.; ALVARENGA, M.S. Uso de redes sociais, influência da mídia e insatisfação com a imagem corporal de adolescentes brasileiras. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v.66, n.3, p.164-171, 2017. [2] NUNES, M.A.; CAMEY, S.; OLINTO, M.T.A.; MARI, J.J. The validity and 4-year test-retest reliability of the Brazilian version of the Eating Attitudes Test-26. *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, v.38, n.11, p.1655-62, 2005. [3] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Physical status: the use and interpretation of anthropometric*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 1995. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/37003>>. Acesso em 22 ago. 2021. [4] MACHADO, V.A.; PATRIANI, G.P.; BARROS, J.P.; CINTRA, I.G.; CHAUD, D.M.A. Perfil de adultos residentes na cidade de São Paulo que seguem ou já seguiram dietas de emagrecimento. *Vita et Sanitas*, v.15, n.1, p.6-20, 2021. [5] SILVA, L.P.R.; TUCAN, A.R.O.; RODRIGUES, E.L.; RÉ, P.V.D. SANCHES, P.M.A.; BRESSAN, D. Insatisfação da imagem corporal e fatores associados: um estudo em jovens estudantes universitários. *Einstein*, v.17, n.4, p.1-7, 2019.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

**ESTADO NUTRICIONAL E PREVALÊNCIA DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS
EM ADULTOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ - MG**

Talita dos Santos **RIBEIRO** (IC – talitaejailson@gmail.com)¹, Magda Helena da Silva Rocha **CASTELLANO** (IC)¹, Milena Souza **VIANA** (IC)¹, Thaís Carvalho **ESTRELA**(IC)¹ e Iury Antônio de **SOUZA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – Muriaé - 36880-000

Palavras-chave: Doenças Crônicas Não Transmissíveis, Estado Nutricional, Excesso de Peso.

INTRODUÇÃO: Na última década observou-se uma mudança no padrão alimentar da população mundial, evidenciando-se a redução do consumo de alimentos *in natura* e o aumento da ingestão de alimentos ultraprocessados. Essas alterações estão possivelmente associadas a elevação nos casos de doenças crônicas não transmissíveis [1]. Além da questão alimentar, outros fatores de risco para o desenvolvimento de tais doenças são: inatividade física, excesso de peso, etilismo e tabagismo [2]. O presente estudo teve como objetivo avaliar o estado nutricional e a prevalência de doenças crônicas não transmissíveis em adultos residentes no município de Muriaé - MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado no ano de 2020 com adultos entre 20 e 59 anos, de ambos os gêneros, residentes no município de Muriaé – MG. Os dados foram coletados por meio de questionário online autoaplicável disponibilizado na plataforma *Google Forms*® contemplando questões referentes a medidas antropométricas autorrelatadas e a prevalência de doenças crônicas não transmissíveis. Para a avaliação do estado nutricional foi realizado o cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) e a classificação do estado nutricional conforme a Organização Mundial da Saúde [3]. Os indivíduos participaram de forma voluntária da pesquisa mediante a concordância declarada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido digitalizado. Os dados foram analisados no programa Excel, versão 2016, sendo calculadas frequências simples e absolutas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram avaliados 53 indivíduos, dos quais, 75,5% eram do sexo feminino e 24,5% do sexo masculino. De acordo com o estado nutricional, 41,5% dos participantes se encontravam eutróficos, entretanto, 58,5% encontravam-se com excesso de peso, sendo 39,6% classificados com sobrepeso e 18,9% com obesidade. Em relação as doenças crônicas não transmissíveis, verificou-se que 56,6% dos entrevistados apresentavam o diagnóstico de pelo menos uma doença crônica, sendo as mais prevalentes depressão (17,0%), distúrbios de ansiedade (15,1%) e hipertensão arterial sistêmica (13,2%). Considerando o estado nutricional e as doenças crônicas não transmissíveis mais prevalentes, observou-se que os indivíduos com IMC elevado relataram mais casos de depressão quando comparados aos indivíduos eutróficos. Nos indivíduos com excesso de peso o tecido adiposo eleva a síntese de adipocinas e consequentemente altera a microbiota intestinal, aumentando assim as espécies reativas de oxigênio, causando o estresse oxidativo, e resultando em dano celular e tecidual, contribuindo, para o desenvolvimento das doenças crônicas não transmissíveis [4]. **CONCLUSÕES:** Houve predomínio de indivíduos com excesso de peso, considerando sobrepeso e obesidade, e as doenças crônicas não transmissíveis mais prevalentes na amostra envolveram quadros psicológicos e a hipertensão arterial, sendo sua maior prevalência em indivíduos com estado nutricional inadequado. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MONTEIRO, C.A.; CANNON, G.; LEVY, R.; MOUBARAC, J. C.; JAIME, P.; MARTINS, A.P. et al. Nova. The star shines bright. *Food Classification. Public Health Nutrition*, v. 7, n. 1-3, p. 28-38, 2016. [2] MALTA, D. C.; BERNAL, R.T.I.; LIMA, M.G.; ARAÚJO, S.S.C.; SILVA, M.M.A.; FREITAS, M.I.F. et al. Doenças crônicas não transmissíveis e a utilização dos serviços de saúde: análise da Pesquisa Nacional de Saúde no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 51, p. 1s-10s, 2017. [3] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Physical status: the use and interpretation of anthropometric.** Genebra: Organização Mundial da Saúde, 1995. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/37003>>. Acesso em 22 ago. 2021. [4] OLIVEIRA, C.B.C.; BRITO, L.A.; FREITAS, M.A.; SOUZA, M.P.A.; RÉGO, J.M.C. MACHADO, R.J.A. Obesidade: inflamação e compostos bioativos. *Journal of Health Biological Sciences*, v. 8, n. 1, p.1-5, 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

**ESTRESSE OCUPACIONAL EM FUNCIONÁRIOS DE UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E
NUTRIÇÃO HOSPITALAR**

LARISSA VIEIRA QUINTÃO (IC- larissaquintao2000@gmail.com) ¹ MAYLA CARDOSO
FERNANDES TOFFOLO ² MARIANA DE MELO CAZAL (PQ) ²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora Doutora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS –
MURIAÉ – 36880-00

Palavras – chaves: Trabalho, serviço de alimentação, colaboradores, satisfação

Introdução: A resposta ao estresse é o produto da interação das características da pessoa e do meio onde ela está. Pode ser definido como alteração na sensibilidade de estímulos que geram excitação emocional, perturbando a homeostasia orgânica, o que gera um processo de adaptação, caracterizado pelo aumento de secreção de adrenalina. Esse aumento hormonal produz várias manifestações sistêmicas com distúrbios fisiológicos e psicológicos. [1]. O estresse pode estar presente nas atividades laborais, como na produção de refeições, em ambiente termicamente desconfortável, com alta produção de ruídos, em tempo pré-determinado para atender uma grande demanda. Assim, surge a preocupação com a saúde mental e física dos funcionários, já que o bem-estar e satisfação está ligado diretamente na execução e na produtividade das suas funções. [2]. Objetivo desse trabalho foi analisar a presença e nível de estresse em funcionários de UAN do Hospital do Câncer de Muriaé — MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado em uma UAN hospitalar localizada em Muriaé-MG, com colaboradores do turno diurno, após a autorização da direção do hospital. Para avaliação do nível estresse e de atividades repetitivas foi aplicado um questionário do inventário de sintomas de stress de Lipp (LIPP, 2000) [3]. Esse questionário permite identificar o estresse e a fase do mesmo, alerta, resistência e exaustão, se referindo as últimas 24 horas, ao último mês e aos últimos 3 meses. A avaliação do nível de estresse é baseada na quantidade de “sim” que o indivíduo marca, a fase de alerta leva em consideração os sintomas nas últimas 24 horas e marca uma pontuação de 7 ou mais para indicar estresse. É sobre o contato com a fonte do estresse, tem sintomas comuns de estresse. A fase de resistência calcula-se com 4 ou mais pontos no último mês. É a fase intermediária, o organismo mais uma vez busca o equilíbrio e consegue adapte ou elimine o estresse. O estágio de exaustão é caracterizado pelo aparecimento de 9 ou mais pontos nos últimos três meses. É considerada a fase mais crítica, podendo causar doenças psicológicas ou físicas. Foram explicados os objetivos e os riscos desse estudo sendo aplicado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos participantes. O projeto teve aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário Faminas (Unifaminas) (CAAE: 48017821.0.0000.5105). Os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados foram digitados e analisados pelo programa Microsoft Excel 2010. **DISCUSSÃO E RESULTADOS:** A pesquisa foi realizada com 26 funcionários, sendo 88,5% (N = 23) do sexo feminino e 11,5% (N = 3) do sexo masculino com idade entre 20 a 65 anos, Em relação ao nível de instrução, (50%) (N = 13) dos avaliados tinham o ensino fundamental incompleto. Em relação à presença de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), 7,6% possuíam hipertensão. Em relação ao estresse, 23,1% (N = 6) estavam na fase de estresse; 50% (N = 13) na fase de resistência e 26,9% (N= 7) na fase de exaustão. Em uma UAN, os colaboradores exercem funções em que há levantamento de peso excessivo, trabalhos repetitivos e longos períodos em pé sob pressão para cumprir as tarefas, em altas temperaturas e exposto a ruídos altos e discordantes. Tais condições geram respostas orgânicas com alteração na sensibilidade de estímulos que geram excitações emocionais definido com estresse, o qual pode culminar em hábitos e comportamentos alimentares inadequados, acidentes de trabalho e DCNT [3]. **CONCLUSÃO:** Pode-se concluir que metade dos funcionários estava na fase de resistência, podendo ter como influência o contato com sofrimento vivido em um ambiente hospitalar, além de realizar atividades repetitivas e cansativas. **AGRADECIMENTOS:** À Faminas e ao Hospital do Câncer de Muriaé pela realização do trabalho. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MACEDO, Eliene. Relação entre hábitos alimentares, excesso de peso e nível de estresse de trabalhadores de um hospital público do município de Ervália – MG, 2020. Monografia (Graduação em Nutrição) – Centro Universitário UNIFAMINAS. [2] MATOS, C.H; PROENÇA, R.P.C. *Revista de Nutrição*, Florianópolis, v. 16, n. 4, p. 493-502, dezembro. 2003. [3] LIPP, M. E. N. *Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp – ISSL*. 2ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

FREQUÊNCIA DO CONSUMO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS POR PACIENTES ATENDIDOS EM CLÍNICA ESCOLA DE NUTRIÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MURIAÉ-MG

Mariana de Paula **SANTOS** (IC- marianapaula1918@gmail.com)¹, Mariana de Melo **CAZAL** (PQ)² e Iury Antônio de **SOUZA** (PQ)², e Arthur da Silva **GOMES** Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)², Curso de Nutrição; 2- Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36888-233

Palavras-chave: Obesidade, Fast food, Hábitos alimentares.

INTRODUÇÃO: Uma má alimentação, com ingestão de alimentos ultraprocessados de alta densidade calórica, gorduras saturadas, junto a maiores concentrações de sódio, menos fibras, vitaminas e minerais, conjugado a redução da atividade física, ou sedentarismo, gera inúmeros prejuízos à saúde, como a obesidade e sobrepeso e possível surgimento de doenças crônicas não transmissíveis. [1]. O último relatório da Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico (VIGITEL) no Brasil relatou uma frequência do consumo de cinco ou mais grupos de alimentos ultraprocessados no dia anterior à entrevista de 18,2% dos avaliados, sendo maior entre homens (21,8%) do que entre mulheres (15,1%). Em ambos os sexos, esse indicador diminuiu com a idade. [2] **OBJETIVO:** Avaliar o consumo habitual de alimentos ultraprocessados, consumidos por pacientes atendidos no primeiro ano de pandemia em uma clínica escola do Centro Universitário de Muriaé-MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo retrospectivo, com coleta de dados em prontuários de pacientes atendidos durante os meses de março a novembro de 2020 por acadêmicos de nutrição, supervisionados por nutricionistas. As consultas foram realizadas de forma remota, através de plataforma Microsoft Teams. Os dados foram obtidos por meio de autorrelato dos pacientes, depois de coletados foram tabulados e analisados no programa Microsoft Excel 2010. Foram analisados dados referentes ao consumo de fast food e embutidos, molhos artificiais, e bebidas artificiais. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram analisados dados de 83 pacientes, sendo 88% (n= 73) adultos, 5% idosos (n=4) e adolescentes 7% (n=6). A maioria dos participantes (77%) era do sexo feminino. Verificou-se que a idade dos frequentadores da clínica escola variou entre 18 e 77 anos. Quanto à fast food e embutidos observou-se que a: 3% (n=3) consumiam todos os dias, 5% (n=4) de 5 a 6 vezes na semana, 13% (n=11) consumiam até 4 vezes na semana, 41% (n=34) 1 vez na semana, 38% (n=31) raramente ou nunca. Em relação a molhos artificiais, observou-se que 5% (n=4) consumiam todos os dias, 3% (n=2) de 5 a 6 vezes na semana, 16% (n=13) consumiam até 4 vezes na semana, 38,5% (n=32) 1 vez na semana, 38,5% (n=32) raramente ou nunca. Quanto à bebida artificiais observou-se que: 17% (n=14) consumiam todos os dias, 7% (n=6) de 5 a 6 vezes na semana, 14% (n=12) consumiam até 4 vezes na semana, 16% (n=13) pelo menos 1 vez na semana, 46% (n=38) raramente ou nunca. A prática de uma alimentação inadequada, com ingestão excessiva de ultraprocessados é um fator que predispõe à obesidade e doenças crônicas não transmissíveis tais como hipertensão arterial, diabetes, anemia e hipovitaminose. A necessidade por hábitos alimentares melhores é grande visto que a expectativa de vida vem aumentando, a população apresenta cada vez mais morbidades e o sistema único de saúde (SUS) enfrenta dificuldades devido aos gastos com tratamento de doenças, ao invés da prevenção destas. [3] **CONCLUSÃO:** A maioria dos pacientes que frequentavam a clínica escola não apresentavam hábito frequente do consumo de ultraprocessados sendo o consumo mais relevante semanal. Para as bebidas artificiais, o consumo entre os avaliados mostrou-se mais frequente. **BIBLIOGRAFIA:**[1] Landim L. A. dos S. R., Et al. Avaliação nutricional, consumo alimentar e frequência de ultraprocessados em escolares da rede pública. V.12 n 5 *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v.12 n.5 p.2, 2020.[2] BRASIL. **Vigitel Brasil 2019: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2019.** 2020. [3] TUNI, D. C.; SCHENATTO, L.; LUTINSKI, J. A. Consumo de fast food entre acadêmicos de Medicina. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 11, p.2, 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

HÁBITOS ALIMENTARES DE ADULTOS APÓS INFECÇÃO POR COVID-19

Anna Carolina Passos Costa **ZAIDEN** (IC- Annacarolinacostap@hotmail.com)¹, Sarah Mairink de **OLIVEIRA**, Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)²

1- Curso de Nutrição; 2- Professora Doutora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Alimentação; COVID-19; Comportamento alimentar.

INTRODUÇÃO: A COVID-19 é uma doença infecciosa que atinge principalmente o sistema respiratório humano e pode causar febre, perda de paladar e olfato, falta de ar e em casos graves pode evoluir ao óbito por complicações [1]. A infecção tem causado sintomas persistentes em alguns pacientes mesmo após a cura, como perda de olfato e paladar, falta de apetite, falta de ar, entre outros. Esse quadro tem sido chamado por especialistas de “síndrome pós-covid” e pode influenciar diretamente na alimentação dos acometidos [2]. O isolamento imposto pela pandemia e os sintomas causados pela doença nos infectados, durante e após a infecção, são fatores que podem influenciar nos hábitos alimentares da população [3]. **OBJETIVO:** Avaliar os hábitos alimentares de pessoas infectadas pela covid-19. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado em agosto de 2021, com aplicação de questionário contendo questões relacionadas aos hábitos alimentares, através da plataforma Google Docs®. A pesquisa foi conduzida de acordo com as premissas do modelo bola de neve “*snowball sampling*”. Todos os participantes concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para responder ao questionário. Foram incluídos na pesquisa pessoas maiores de 18 anos que testaram positivo para covid-19 e foram excluídos os menores de idade e pessoas que não tiveram a infecção. Os dados coletados foram analisados no programa Microsoft Excel 2010. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A pesquisa contou com 50 participantes adultos com média de idade de 35,68±9,39 anos; sendo 60% do sexo feminino. A maioria dos participantes (52%) tinha ensino superior completo. Em relação ao tempo de infecção, 68% do público pesquisado havia testado positivo para covid-19 há mais de 6 meses, 20% entre 3 a 6 meses e 12% entre 1 a 3 meses, sendo os sintomas mais relatados durante a infecção perda de olfato (68%), perda de paladar (62%), dor de cabeça (60%) e cansaço (56%). Ao serem questionados sobre a persistência dos sintomas, 70% relataram que tiveram sintomas pós-covid. Em relação a alimentação, 66% relataram que não houve alterações nas práticas alimentares após a infecção. Quanto aos folhosos, 12% diminuíram o consumo e 10% aumentaram. A maior parte (46%) relatou ingerir folhosos entre 2 a 4 vezes/semana e 28% ingeriam 5 vezes ou mais/semana. Para o consumo de frutas, 16% relataram aumento e 2% redução do consumo pós covid. A maior parte (46%) consumia frutas de 2 a 4 vezes/semana e 32% consumiam 5 vezes ou mais/semana. Considerando os legumes, 14% aumentaram o consumo e 2% reduziram. Metade dos participantes (50%) relataram consumir 5 vezes ou mais/semana. Quanto aos ultraprocessados, 70% não alteraram o consumo, 24% reduziram e 6% aumentaram. O consumo variou entre 1 vez/semana (34%), raramente (34%), 2 a 4 vezes/semana (26%) e 2% tinham hábito de consumir 5 vezes ou mais/semana. A alimentação adequada e equilibrada é um fator significativo na determinação do estado de saúde e longevidade, podendo contribuir para melhor resposta imunológica e redução das complicações pela covid-19 [3]. **CONCLUSÃO:** A covid-19 não causou grande impacto na alimentação da maioria do público avaliado. Satisfatoriamente a maior parte dos participantes possuía hábitos saudáveis com consumo mais frequente de alimentos *in natura* em relação ao consumo de ultraprocessados. O acompanhamento pelo profissional nutricionista em pacientes pós-covid deve ser considerado, a fim de promover melhoria na qualidade da alimentação.

BIBLIOGRAFIA: [1] ESTEVÃO, A. Covid-19. *Acta Radiológica Portuguesa*. V. 32, n. 1, p. 5-6. Coimbra, 2020. [2] PROGRAMA RADIS DE COMUNICAÇÃO E SAÚDE. Dias que nunca terminam: sintomas persistentes relacionados à Síndrome Pós-Covid surpreendem pacientes e pesquisadores. *RADIS: Comunicação e Saúde*, n. 218, p. 26-31. Rio de Janeiro, 2020. [3] LIMA, L. C. Alimentação Saudável e Exercícios Físicos em meio a Pandemia da COVID-19. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*. v. 3, n. 9, p. 33-41. Boa Vista, 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

HÁBITOS DE HIGIENIZAÇÃO PESSOAL E DOS ALIMENTOS, POR INDIVÍDUOS ADULTOS DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19.

Ariane **BARBOSA**¹, Natalie **SEVIDANES**¹, Roberta **SILVEIRA** (IC- roberta.d.silveira@gmail.com)¹, Taylor **DEODATO**¹, e Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ – 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras chave: COVID-19; Higiene dos alimentos; Conduta sanitária.

INTRODUÇÃO: Com a ocorrência do novo coronavírus, questionamentos surgiram. Sabe-se que espaços com alto fluxo populacional são veículos de dissipação de patógenos, uma vez que há baixa circulação de ar, favorecendo o transporte de partículas contaminadas [1]. Assim, mesmo sem comprovações de que a contaminação do COVID-19 possa ocorrer através de alimentos e embalagens, cuidados básicos mostraram-se importantes na diminuição na disseminação do vírus [2]. **OBJETIVO:** Avaliar hábitos de higiene de adultos no início da pandemia por COVID-19. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de uma pesquisa de delineamento transversal, feita entre setembro e outubro de 2020. Para execução, aplicou-se um questionário sobre hábitos de higiene de adultos durante a pandemia da COVID-19. Os participantes aceitaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados foram coletados pelo Google Forms® e contabilizados no Microsoft Excel®. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do estudo 50 adultos com idades entre 18 e 50 anos, residentes de Minas Gerais e Rio de Janeiro, sendo 74% do sexo feminino. Sobre a escolaridade, 40% concluíram o ensino médio, 18% o ensino superior, 4% o ensino fundamental e 38% não terminaram os estudos. Acerca da higiene das mãos antes das refeições, 74% dos entrevistados usavam álcool ou lavavam com água ou água e sabonete, 20% às vezes faziam a assepsia e 6% não higienizavam. Segundo a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, a transmissão do novo coronavírus ocorre também quando há contato do vírus com nariz, olhos e boca por meio de mãos não lavadas [3]. Em relação à higienização dos alimentos *in natura*, 70% dos participantes usavam água corrente, 12% usavam solução clorada e água, 10% usavam vinagre e água, 4% lavavam com água e sabão e 4% passavam álcool ou não realizavam nenhum procedimento. A Organização Mundial da Saúde recomenda a higienização desses alimentos com água corrente e solução clorada [4]. No tocante aos produtos embalados, 40% dos entrevistados não higienizavam, 24% passavam álcool, 14% lavavam com água e sabão, 12% usavam solução clorada e 10% passavam pano úmido ou lavavam em água corrente. A OMS recomenda usar água com sabão, solução clorada ou álcool 70% nesses produtos [5]. Logo, torna-se prudente ter atenção para que não ocorra contaminação no momento da compra e da manipulação dos alimentos, uma vez que a transmissão do coronavírus pode acontecer tanto por contato direto como por contato indireto [6]. **CONCLUSÃO:** Conclui-se, portanto, que a pandemia impactou nos hábitos diários da população, inclusive nas condutas sanitárias. Não obstante as normativas divulgadas pelas instituições competentes acerca da disseminação do covid-19, grande parte dos indivíduos não aderiu às recomendações vinculadas à sanitização adequada de alimentos *in natura* e embalados. Em contrapartida, houve boa adesão em relação à higiene pessoal entre os avaliados. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ABRANCHES, M. V.; OLIVEIRA, T. C.; SÃO JOSÉ, J. F. B.; A alimentação coletiva como espaço de saúde pública: os riscos sanitários e os desafios trazidos pela pandemia de Covid-19. *Interface*, Botucatu, v. 25, suppl 1, 2021. [2] AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). ANVISA esclarece sobre o novo coronavírus e os alimentos. Disponível em: <<http://www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br/index.php/149-noticias/noticias-2020/1148-anvisa-esclarece-sobre-o-novo-coronavirus-e-os-alimentos>>. Acesso em: 05/07/21. [3] Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. **A higienização das mãos como prevenção ao novo coronavírus.** Disponível em: <<https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/109-higienizacao-das-maos>>. Acesso em: 04/08/21. [4,5] OLIVEIRA, T. C.; ABRANCHES, M. V.; LANA, R. M. (In) Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, 2020. [6] BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é coronavírus?** (COVID-19). 2020. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/>>. Acesso em: 05/07/21.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

HIGIENE E ALIMENTAÇÃO: ALIADOS CONTRA O COVID-19

Luana M. de OLIVEIRA¹, (IC-luanaholiveirah2017@outlook.com)¹, Camila O. de SOUZA¹, Mirelle CAMPOS¹, João Paulo CÂNDIDO¹, Rafaela CHICONELLI¹, Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO (PQ)²

1- Curso de Nutrição; 2- Professora Doutora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chaves: COVID-19, hábitos alimentares, higiene dos alimentos

INTRODUÇÃO: No ano de 2020, a pandemia causada pelo coronavírus abalou demasiadamente a população, fazendo com que a maioria de seus hábitos fossem alterados ou adaptados de alguma forma. Com o estabelecimento do isolamento social e as limitadas fontes de alimentos frescos, a busca por alimentos processados e ultraprocessados, considerados mais rápidos, acessíveis e “práticos” tenderam a aumentar, entretanto, a boa alimentação é indispensável para o enfrentamento da doença [1]. Em se tratando de um vírus transmissível pelo ar e pelo contato, com capacidade de permanecer em superfícies inanimadas, os hábitos de higiene pessoal e alimentar salientados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) se tornaram um importante conduta a ser seguida, a fim de diminuir disseminação e contaminação pelo vírus [2]. **OBJETIVO:** Avaliar hábitos de higiene pessoal e alimentar de um grupo de adultos durante a pandemia por COVID-19. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de delineamento transversal, realizada no período de setembro à outubro de 2020. A pesquisa foi efetuada com adultos, através de um questionário contendo perguntas sobre as práticas de higiene durante a pandemia. O questionário foi aplicado pela metodologia bola de neve “*snowball sampling*”. Todos os voluntários concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram coletados utilizando a plataforma Google Forms e contabilizados no Microsoft Excel 2010. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A pesquisa contou com a participação de 127 voluntários com idade entre 20 e 59 anos, residentes no estado de Minas Gerais, sendo 73,2% mulheres. Destes, a maior parte apresentava ensino superior completo 37% ou ensino incompleto 34,6%. Um total de 51% relatou higienizar tanto alimentos industrializados quanto *in natura*, enquanto 42% higienizavam apenas os alimentos *in natura*. Quanto à higiene de produtos industrializados, 51% higienizavam corretamente, com água corrente e sabão ou álcool 70%. Em relação à higienização dos alimentos *in natura*, 44% não realizavam nenhum dos procedimentos, 28% informaram que deixavam em solução de água sanitária e depois lavavam com água corrente tratada, 18% lavavam com água corrente e sabão, 9% deixavam o alimento de molho em água com vinagre e depois higienizavam com água corrente e 1% passava álcool 70% nos alimentos. Sobre higiene das mãos antes da refeição, 72% lavavam com água e sabão ou usavam álcool 70%, 24% faziam esse procedimento às vezes e 4% não realizava nenhum dos dois. Dessa forma, com grande difusão de informações sobre higiene durante a pandemia [3], e bom nível de escolaridade, mais da metade dos indivíduos aderiram a prática de higienização, no entanto uma pequena parcela não apresentou o hábito de lavar as mãos. Tal fato é de suma importância, pois sem os mesmos, os indivíduos estarão propensos à ingestão de microrganismos patogênicos, que podem causar prejuízos ao organismo, principalmente ao sistema imunológico, tornando-os mais susceptíveis a contrair e sofrer danos relacionados à COVID-19. **CONCLUSÃO:** Pode-se concluir que, dentre os que tinham a prática de higiene, mais da metade realizavam a higienização adequada para alimentos industrializados/embalados e menos da metade faziam de forma adequada para os alimentos *in natura*. Além disso, a maioria apresentou prática e procedimento adequado de higiene das mãos, antes das refeições. **BIBLIOGRAFIA:** [1] DA SILVA LIMA, Maria Raquel; SOARES, Ana Cibelli Nogueira. Alimentação saudável em tempos de COVID-19: o que eu preciso saber? *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 3, p. 3980-3992, 2020. [2] RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 3421-3430, 2020. [3] INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA: nutrição e covid-19. República de Cabo Verde, 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

HIGIENIZAÇÃO PESSOAL E DOS ALIMENTOS: COMO ESTÁ ESSA PRÁTICA DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19?

Lara Souza **CARVALHO**(IC)¹, Francielly Aparecida de Paula **VICENTE** (IC)¹, Karolina Araújo de **OLIVEIRA**(IC)¹, e Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO**(PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor. *Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 – Muriaé - MG*

Palavras-Chave: Covid-19, Higiene de alimentos, Segurança alimentar

INTRODUÇÃO: A manutenção da saúde através da alimentação saudável tem sido pautada como essencial para manter em condições adequadas nosso sistema imunológico [1], ainda mais durante a pandemia por COVID-19, pois possibilita um maior reforço na prevenção e combate as infecções [2]. Diante do cenário pandêmico, destaca-se a importância de utilizar medidas necessárias de higienização correta dos alimentos para evitar possíveis contaminações [1]. Mediante ao exposto, este trabalho teve como objetivo avaliar práticas de higienização de alimentos por adultos, durante a pandemia por covid-19. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, metodologia bola de neve “*snowball sampling*”,. Aplicou-se questionário, contendo perguntas referentes as práticas de alimentação e higiene de adultos durante a pandemia, entre os meses de setembro a outubro de 2020. Todos os participantes concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados foram coletados utilizando a plataforma Google Forms e analisados na planilha do Microsoft Excel, 2010. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do estudo 176 adultos com idade de 20 a 57 anos, dos quais 67% eram do sexo feminino. Em relação ao nível de escolaridade, 28,8% tinham ensino superior completo, 27,7% incompleto, 30,5% ensino médio completo, 13% ensino fundamental incompleto, completo ou ensino médio incompleto. A maioria dos entrevistados (78,4%) relataram ter hábito de lavar as mãos ou higienizar com álcool em gel antes de consumir alimentos, 17% afirmaram que realizava tal prática as vezes. Quanto ao costume de higienizar alimentos industrializados (embalados) e *in natura*, 46% disseram higienizar os dois, 38,7% só alimentos *in natura*, 8,5% só industrializados e 6,8% não realizavam a higienização. Destaca-se, portanto, a maior preocupação com a higienização dos alimentos *in natura*, que devem ser corretamente lavados em água corrente e passar pela solução de água sanitária (hipoclorito de sódio) [1]. Quanto aos alimentos *in natura* e o processo de higienização em casa, ambiente de trabalho ou dia a dia, 52,3% disseram lavar o alimento somente em água corrente tratada, 18,2% deixavam o alimento em solução de água sanitária e água corrente, enquanto 13,1% afirmaram lavar com água e sabão, 13,1% deixavam de molho no vinagre e depois em água corrente, 2,3% não realizavam nenhum procedimento e 1% higienizava com álcool 70%. Em relação a embalagens de alimentos, 31,3% afirmaram não fazer nenhum procedimento de higienização, 26,7% passavam álcool 70%, 20,5% lavavam com água e sabão, 6,7% passavam pano com água sanitária e 14,8% disseram passar pano úmido ou lavar com água corrente. Atualmente, recomenda-se para embalagens, higienização com álcool 70% para serem guardadas [1]. Apesar disso, estudos em laboratório ressaltaram um risco baixo de transmissão viral pelas embalagens, pois as superfícies não servem como meio de replicação do vírus e a possibilidade de aumento de sua carga viral para causar a doença é mínima [3]. **CONCLUSÃO:** Apesar de um grande grupo de pessoas realizar a higienização dos alimentos, parte não faz o processo considerado correto, conforme proposto no Guia pela Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN) para cada tipo de alimento. Grande parte dos participantes demonstrou maior preocupação com a higienização dos alimentos *in natura* do que os embalados. Apesar de não ter comprovação de contaminação do novo coronavírus por meio de embalagens, é indispensável manter boas práticas de higienização, pois essas são medidas importantes de higiene e saúde. **BIBLIOGRAFIA:**[1] ROS, D.C.; BRASIOLI, M.; GUILHERME, R.C. Guia para uma alimentação saudável em tempos de COVID-19. *Associação Brasileira de Nutrição*. p.1-14, março. 2020. [2] PAIXÃO, C.; SEQUEIRA, R.; SOUZA, P. Nutrição em tempos de covid-19. *Escola Nacional de Saúde Pública*, p.7. 2020. [3] FRANCO, B.D.G.M; LANDGRAF, M.; PINTO, U.M. Alimentos, Sars-CoV-2 e Covid-19: contato possível, transmissão improvável. *Estudos avançados*. v.34, n.100, p.189-202, Dez.2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

HISTÓRICO FAMILIAR DE DOENÇA AUTOIMUNE, ESTADO NUTRICIONAL E CONSUMO ALIMENTAR DE ADULTOS

Isabela de Souza FERNANDES (IC- belasouzafer@gmail.com)¹, Sarah Mairink de OLIVEIRA (IC)¹, Mariana de Melo CAZAL (PQ)² e Iury Antônio de SOUZA (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - Muriaé - 36888-233 - Muriaé-MG

PALAVRAS-CHAVE: Doenças imunológicas, Estado nutricional, Consumo alimentar.

INTRODUÇÃO: As doenças autoimunes se caracterizam pelo ataque do organismo as suas próprias células. Estas formam um grupo de doenças, das quais, algumas não possuem suas causas totalmente esclarecidas e reconhecidas. De modo geral, a ocorrência de tais doenças pode estar relacionada a fatores ambientais, moleculares, patógenos, genéticos, envolvendo o histórico familiar, entre outros [1]. A nutrição do indivíduo apresenta um papel de importância no equilíbrio do sistema imunológico, e conseqüentemente, a mesma, influencia no perfil nutricional [2]. O excesso de peso e os quadros metabólicos associados ao mesmo podem favorecer o desenvolvimento e progressão de doenças autoimunes [3]. O objetivo do presente estudo foi avaliar o histórico familiar quanto a doenças autoimunes, estado nutricional e consumo alimentar de adultos não portadores de nenhum quadro autoimune. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado nos meses de julho e agosto de 2021 com indivíduos que declararam concordância com a participação na pesquisa mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi aplicado um questionário online por meio da plataforma Google Docs®, contemplando questões sobre a temática abordada. Os dados foram analisados no programa Microsoft Office Excel 2016 e expressos por meio de frequências simples e absolutas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da pesquisa 62 adultos não portadores de doenças autoimunes, sendo a principal faixa etária compreendida de 18 a 24 anos (34,4%). Do total de avaliados, 74,3% eram do sexo feminino e 25,7% do sexo masculino. Referente ao histórico familiar, 42,9% dos participantes relataram que não possuem nenhum familiar com doença autoimune e 18,6% não souberam responder. Considerando a classificação do estado nutricional, foi observado que 87,0% apresentavam eutrofia, 10,4% desnutrição leve e 2,6% sobrepeso. Em relação ao consumo alimentar dos avaliados e ingestão de nutrientes importantes para o sistema imune, 35,7% indicaram que realizam o consumo de alimentos fontes de vitamina C de 1 a 2 vezes/semana, 40,0% relataram que fazem o consumo de alimentos fontes de vitamina A de 3 a 4 vezes/semana e 62,9% dos avaliados relataram que realizam o consumo de alimentos fonte de Zinco 5 vezes ou mais/semana. Além disso, 38,6% disseram que consomem alimentos *in natura* de 3 a 4 vezes/semana, 37,1% indicaram o consumo de alimentos ultraprocessados de 1 a 2 vezes/semana e 35,7% relataram consumir alimentos fontes de glúten de 3 a 4 vezes/semana. O consumo de uma alimentação adequada e com a presença de nutrientes que auxiliam no sistema imunológico é de grande importância para todos os indivíduos, contribuindo assim para a atuação adequada do mesmo, garantindo a defesa do organismo [1,2]. Ainda, ressalta-se que a doença autoimune possui caráter genético, com isso, indivíduos do mesmo grupo familiar possuem maior probabilidade de apresentá-las em conjunto [1]. **CONCLUSÃO:** Verificou-se uma indicação significativa de não existência de histórico familiar quanto as doenças autoimunes, assim como, maior prevalência de eutrofia e hábitos alimentares parcialmente adequados, considerando que o consumo de alguns alimentos fontes de determinados nutrientes como vitamina C, ainda poderiam ser melhorados. **BIBLIOGRAFIA:** [1] COSTA, A.L.P.; SILVA-JÚNIOR, A.C.S.; PINHEIRO, A.L. Fatores associados a etiologia e patogênese das doenças autoimunes. *Arquivos Catarinenses de Medicina*, v.48, n.2, p.92-106, 2019. [2] GARCEZ, D. **O papel da nutrição nas doenças autoimunes**. Porto, 2014. 36 p. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto. [3] MELLO, J.P.C.A.F.; RIBAS-FILHO, D.; AGUIARI, A.C.; GERMANO, G.C.; MARTINS, R.F.; SANCHES, L.M. et al. O uso da nutrição nas doenças autoimunes. *International Journal of Nutrology*, v.11, S01, p. S241-S327, 2018.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

**IMPACTO DO ISOLAMENTO SOCIAL DURANTE A PANDEMIA COVID-19 SOBRE A
ANSIEDADE E GANHO DE PESO EM ADULTOS**

Ariane **BARBOSA**¹, (IC-arianebgomes234@gmail.com)¹, Natalie **SEVIDANES**¹, Roberta **SILVEIRA**,
Taylor **DEODATO**¹, e Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)²

1 – Curso de Nutrição; 2 – Professora Doutora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ
– 36888-233 – Muriaé – MG

Palavras-chave: COVID-19; Ansiedade; Isolamento Social; Alimentação

INTRODUÇÃO: Com a ocorrência do novo coronavírus causado pelo COVID-19, o mundo teve que se adaptar à nova realidade e aprender a como lidar com o isolamento social. Com tudo isso, as pessoas passaram por várias mudanças em seus hábitos diários como exemplo a maneira de se alimentar, que foi utilizada em alguns casos para tentar buscar conforto em momentos de ansiedade, impactando na alteração do peso em alguns indivíduos [1,2] **OBJETIVO:** Avaliar a presença de ansiedade e ganho de peso em adultos durante a pandemia por covid-19. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de uma pesquisa de delineamento transversal, realizada entre os meses de setembro e outubro de 2020. Para execução da pesquisa, foi aplicado um questionário, pela metodologia bola de neve “snowball sampling” contendo perguntas acerca da alimentação durante a pandemia. Os voluntários aceitaram participar da pesquisa através da concordância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Todos os dados foram coletados na plataforma Google Forms e contabilizados no Microsoft Excel 2010. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do estudo 50 adultos com idade entre 18 a 50 anos, residentes nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, sendo 74% do sexo feminino. No que diz respeito ao nível de escolaridade dos entrevistados, 40% concluíram o ensino médio, 18% o ensino superior, 4% o ensino fundamental e 38% não terminaram os estudos de onde pararam. Um total de 30% dos entrevistados relatou se sentir ansiosos e descontaram em alimentos, (48%) relataram ansiedade, porém não descontaram em alimentos e 22% relatam não se sentir ansiosos. Desta forma, percebe-se que a pandemia, bem como o isolamento social impactou nos hábitos dietéticos da população, uma vez que (30%) dos entrevistados buscou conforto em alimentos, em sua maioria industrializados, fastfoods, chocolates e bolos. Em relação ao peso corporal, 52% relataram ganho de peso desde o início da pandemia, com média de 4,0 ±1,79 Kg entre eles. Levando em consideração todo o ambiente de pandemia, o medo de se contaminar pode intensificar a ansiedade e estresse tanto em indivíduos saudáveis como em pessoas que já possuem transtornos mentais. Outrossim, o distanciamento social tem impactado nos hábitos alimentares. As restrições espaciais, falta de ambiente de lazer, a ansiedade, estresse e o tédio, associam-se com um aumento no consumo alimentar. Posto isso, indivíduos estão com ingestão excessiva de alimentos, em especial os ricos em açúcares, denominados “comida afetiva”, pois os mesmos estimulam produção de serotonina, dando um efeito de positividade no humor. [3] **CONCLUSÃO:** A maioria dos entrevistados relataram se sentir ansiosos, com parte deles buscando conforto em alimentos calóricos e de baixa qualidade nutricional. O ganho de peso foi relatado pela maioria o que pode ser altamente prejudicial à saúde, podendo acarretar o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis. **BIBLIOGRAFIA:** [1] GOMBART, A. F.; PIERRE, A.; MAGGINI, S. A Review of Micronutrients and the Immune System Working in Harmony to Reduce the Risk of Infection. *Nutrients*. v. 12, n. 1, 2020. [2] AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **ANVISA esclarece sobre o novo coronavírus e os alimentos**. Disponível em: <http://www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br/index.php/149-noticias/noticias-2020/1148-anvisa-esclarece-sobre-o-novo-coronavirus-e-os-alimentos>. Acesso em: 05 nov. 2020, jun. 2020. [3] CUNHA, CEXD *et al.* Isolamento social e ansiedade durante a pandemia COVID-19: uma análise psicossocial. *Revista Brasileira de Revisão de Saúde*, Curitiba, v.4, n.2, 9022- 9032, mar./abr.2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

**LEITURA E COMPREENSÃO DE RÓTULOS DE ALIMENTOS POR CONSUMIDORES DO
MUNICÍPIO DE MURIAÉ- MG**

Alice **MEDEIROS** (IC - alicemoreiramedeiros@gmail.com)¹, Edithiane **CABRAL** (IC)¹, Iury Antônio de **SOUZA** (PQ)² e Mariana de Melo **CAZAL** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras-chave: Alimentos, Rotulagem, Nutrição

INTRODUÇÃO: A alimentação da atual sociedade é baseada em alimentos com baixo teor de fibras, ácidos graxos insaturados e elevado índice de colesterol, carboidratos refinados e gorduras totais. As informações citadas anteriormente mostram a mudança do estilo de alimentação, que associada à vida sedentária, ritmo de trabalho e ausência de tempo para refeições podem potencializar o desenvolvimento de obesidade e algumas doenças [1]. Os rótulos que estão dispostos nas embalagens de alimentos industrializados são uma fonte de publicidade, mas também devem ser principalmente um ambiente de informações que possibilitam a escolha ao consumidor [2]. O presente estudo teve como objetivo analisar o hábito de leitura e compreensão sobre os rótulos de alimentos industrializados. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado no dia 31 de agosto de 2019, na Praça João Pinheiro localizada no centro da cidade de Muriaé-MG. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário semiestruturado composto por 15 questões acerca de rotulagem nutricional e 9 foram selecionadas para a construção deste trabalho. Os entrevistados foram escolhidos de forma aleatória e abordados individualmente. Os critérios de inclusão para participação da pesquisa foram ter o hábito de ler rótulos nutricionais e idade igual ou superior a 18 anos. Os dados foram tabulados e analisados no Excel[®] e expressos em frequência simples das questões abordadas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram abordadas 57 pessoas, das quais 35 possuíam o hábito de ler os rótulos dos alimentos e foram selecionadas para o estudo. Do total de entrevistados, 60% eram mulheres com idade variando entre 18 e 73 anos. Observou-se que 40% dos entrevistados escolhem um produto de acordo com o seu preço, 17% pelo valor nutricional oferecido pelo alimento, 11% pelo sabor, 11% pela marca, 9% por praticidade e 11% por outros motivos não identificados pelo consumidor. A maioria (57%) responderam que informações nutricionais disponíveis nos rótulos influenciam na escolha do alimento. Dentre estes, 40% relataram que no momento da compra são influenciados pelo teor de gordura do produto, 25% pelo índice de carboidrato, 20% pelo teor de açúcar, 10% pelo valor de proteína e 5% pelo valor energético. Além disso, 50% dos respondentes não sabiam quais nutrientes são obrigatórios na rotulagem nutricional. A maior parte (83%) dos entrevistados não sabia identificar os selos de advertência (transgenia e irradiação) nos produtos. A rotulagem, como fonte de informação, faz parte do processo educativo objetivando proporcionar melhores escolhas alimentares [3]. No entanto, 57% dos entrevistados apresentavam alguma dificuldade na interpretação das informações descritas nos rótulos. Dentre as dificuldades apresentadas, 58% responderam que sua maior dificuldade é ler as letras pequenas, 26% pelas palavras de difícil compreensão, 11% por imagens falsas do conteúdo e 5% por outros motivos. Ao perguntar se os entrevistados sabiam qual órgão regulamenta a rotulagem de alimentos no Brasil, 89% responderam que não sabiam e 11% disseram que sim e citaram a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) como responsável pela regulamentação. **CONCLUSÕES:** Verificou-se que todos os entrevistados possuíam o hábito de leitura de rótulos, entretanto, a maioria apresentava alguma dificuldade quanto a interpretação das informações. Ainda, foi visto que o preço e as informações nutricionais influenciam na compra dos produtos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CASSEMIRO, I.A.; COLAUTO, N.B.; LINDE, G.A. Rotulagem nutricional: quem lê e por quê? *Arquivos de Ciências da Saúde da Unipar*, v.10, n.1, p.9-16, 2006. [2] MACHADO, S.S. et al. Comportamento dos consumidores com relação à leitura de rótulo de produtos alimentícios. *Alimentos e Nutrição*, v.17, n.1, p.97-103, 2008. [3] MONTEIRO R.A.; COUTINHO J.G.; RECINE E. Consulta aos rótulos de alimentos e bebidas por frequentadores de supermercados em Brasília, Brasil. *Revista Panamericana de Salud Publica*, v.18, n.3, p.172-77, 2005.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 –Nutrição

PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE PACIENTES ATENDIDOS EM CLÍNICA ESCOLA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MURIAÉ-MG

Mariana de Paula **SANTOS** (IC- marianapaula1918@gmail.com)¹, Isadora Masala **ALONSO** IC)¹, Mariana de Melo **CAZAL** (PQ)² e Iury Antônio de **SOUZA** (PQ)², e Arthur da Silva **GOMES** Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)²,

Curso de Nutrição; 2- Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Índice de Massa Corporal, Doença Crônica, Obesidade.

INTRODUÇÃO: O excesso de peso na população brasileira tem aumentado a cada ano. De acordo com os dados da Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico (VIGITEL) o excesso de peso de adultos no Brasil atinge 55,4% da população, sendo maior em homens (57,1%) do que entre mulheres (53,9%). Entre homens, a incidência dessa condição aumentou com a idade até os 44 anos. Já entre as mulheres, a frequência do excesso de peso aumentou com a idade até os 64 anos.[1]. A literatura associa alimentação inadequada, estresse e o estilo de vida, como fatores de pré-disposição para doença como a obesidade. Entretanto, esta patologia desencadeia no indivíduo, uma propensão maior de desenvolver doenças como: hipertensão arterial, diabetes, doenças cardíacas, acidente vascular cerebral, doenças biliares, câncer e osteoartrites [2] **OBJETIVO:** Avaliar o perfil antropométrico de pacientes atendidos no primeiro ano de pandemia em uma clínica escola do Centro Universitário de Muriaé-MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo retrospectivo, com coleta de dados em prontuários de pacientes atendidos durante os meses de março a novembro de 2020 por acadêmicos de nutrição, supervisionados por nutricionistas. As consultas foram realizadas de forma remota, através de plataforma Microsoft Teams®. A avaliação antropométrica foi obtida por meio de autorrelato dos pacientes. A partir dos dados, foi calculado o índice de massa corporal (IMC), sendo classificado de acordo com a OMS (1997) para adultos e Lipchitz, (1994) para idosos [3,4]. Os dados coletados foram tabulados e analisados no programa Excel 2010. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram analisados dados de 77 pacientes, sendo 95% (n= 73) adultos e 5% idosos (n=4). Para fins de análise, os adolescentes foram excluídos do estudo (n=6). A maioria dos participantes (76%) era do sexo feminino. Verificou-se que a idade dos frequentadores da clínica escola variou entre 21 e 77 anos. A média de peso dos participantes foi de 74,3 ± 20,16 kg, e altura de 1,64±0,098 cm. O IMC médio dos adultos foi de 29,7 ± 6,34Kg/m², sendo classificado como sobrepeso. Entre os idosos, o IMC médio foi de 26,95 ± 0,75 Kg/m², sendo classificado como eutrofia. Ao se avaliar as faixas de IMC entre os adultos, obteve-se que: 32% dos pacientes estavam eutróficos, 33% em obesidade, 30% em sobrepeso e 5% com magreza. Entre os idosos, todos se encontravam eutróficos. O perfil antropométrico de adultos torna-se preocupante, uma vez que se tem o risco elevado de doenças associadas ao sobrepeso e à obesidade, como diabetes, doenças cardiovasculares, câncer, entre outros. É importante o conhecimento do estado nutricional bem como das possíveis doenças relacionadas, para permitir o diagnóstico precoce e o tratamento destas condições, garantindo o bem-estar do paciente [5]. **CONCLUSÃO:** Pode-se concluir que mais da metade dos adultos avaliados pelos acadêmicos da clínica escola, apresentavam excesso de peso. O acompanhamento nutricional é uma importante estratégia para controle do peso corporal e redução do risco de ocorrência de doenças crônicas não transmissíveis.

BIBLIOGRAFIA:[1] BRASIL. **Vigitel Brasil 2019: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2019.** 2020. [2] BITTENCOURT, K et al Revisão da literatura: obesidade, alimentação e estresse. p.1, p7 UNILASALLE Canoas, RS, Brasil- 2015 [3] WORD HEALTH ORGANIZATION obesity: preventing and managing the global epidemic, **Geneva:WHO**,1997[4] LIPSCHITZ D.A **Screening for nutritional status in the elderly. Primary care**, v21. n1 p 55 67, 1994. [5] MELO.M. Doenças Desencadeadas ou Agravadas pela Obesidade. **Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica – ABESO** p.1 maio-2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE CRIANÇAS MATRICULADAS EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE UM MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA

Débora Costa **RODRIGUES**¹ (IC – deborahcosttar@hotmail.com), Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)², Bruna Lourenço **NOGUEIRA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor. Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS-MURIAÉ - 36800-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Avaliação nutricional, Obesidade, Antropometria.

INTRODUÇÃO: A antropometria é a medida das dimensões físicas de uma pessoa. É muito utilizada na avaliação do estado nutricional infantil por não ser um método invasivo, de fácil desempenho e baixo custo, além de estar se tornando o método isolado para diagnóstico nutricional mais utilizado para populações e crianças [1]. O trabalho tem como objetivo avaliar o perfil antropométrico de crianças de escolas públicas do município de Miraf-MG. **MATERIAL E METODOS:** Trata-se de um estudo transversal, realizado nos meses de maio e junho de 2021, com crianças de 2 a 10 anos de idade matriculadas em escolas municipais da cidade de Miraf-MG. A pesquisa foi realizada após a autorização dos responsáveis pelas crianças, mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Foram aferidos a altura e o peso de cada criança, com auxílio de uma balança mecânica com estadiômetro da marca *Welmy*. Os resultados foram analisados com auxílio dos programas *Who Anthro* para as crianças menores de 5 anos e o *Who AnthroPlus* para crianças acima de 5 anos, além do *Microsoft Excel 2016*. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da pesquisa 215 crianças, sendo a maioria do sexo masculino (53,95%). De acordo com a avaliação do IMC/idade, a maior parte das crianças (78,14%, n=168) foram classificadas como eutróficas, 5,58% (n=12) com magreza, 10,70% (n=23) com sobrepeso e 5,58% (n=12) com obesidade. Em contrapartida, em um estudo que avaliou o estado nutricional de pré-escolares e escolares de uma escola privada da cidade de São Paulo, foram observados elevados índices de sobrepeso (22,1%) e obesidade (18,9%) na população pesquisada [3]. Recentemente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou um levantamento que aponta que uma em cada três crianças, com idade entre cinco e nove anos, está acima do peso no Brasil [3], o que demonstra a necessidade de adoção de estratégias eficazes para o combate e a prevenção da obesidade na infância. **CONCLUSÃO:** Observa-se que a maioria das crianças apresentou perfil nutricional adequado para a idade. Apesar da avaliação ter sido realizada em tempos de pandemia, que tem contribuído para um aumento do consumo alimentar e de produtos industrializados, houve baixa prevalência de sobrepeso e obesidade. A inclusão das boas práticas alimentares na primeira infância é de fundamental importância, pois os hábitos adquiridos são levados para a vida adulta. **BIBLIOGRAFIA:** [1] [MONTARROYOS, E. C. L.; COSTA, K. R. L.; FORTES, R. C.](#) Antropometria e sua importância na avaliação do estado nutricional de crianças escolares. *Comunicação em ciências da saúde*, v.24, p.21-26, 2013. [2] [SPINELLI, M. G. N.; MORIMOTO, J. M.; DE FREITAS, A. P. G.; et al.](#) Estado nutricional e consumo alimentar de pré-escolares e escolares de escola privada. *Ciência & Saúde*, v. 6, n. 2, p. 94, 2013. [3] BRASIL. **Obesidade infantil desafia pais e gestores**. Ministério da Saúde. Secretária de Estado de Saúde – Governo do Estado de Goiás, 2019. Disponível em: <<https://www.saude.go.gov.br/noticias/81-obesidade-infantil-desafia-pais-e-gestores>>. Acesso em: 10 set. 2021.

Área do conhecimento: (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

PERFIL ANTROPOMÉTRICO DOS COLABORADORES DE UMA UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (UAN) DO HOSPITAL DO CÂNCER DE MURIAÉ- MG

LARISSA VIEIRA QUINTÃO (IC- larissaquintao2000@gmail.com)¹, MAYLA CARDOSO FERNANDES TOFFOLO², MARIANA DE MELO CAZAL (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-00 – Muriaé – MG

Palavras – chaves: Estado nutricional, Peso Corporal, Funcionários, Serviço de Alimentação

INTRODUÇÃO: A Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) tem como finalidade produzir e distribuir refeições nutricionalmente equilibradas, com um padrão higiênico-sanitário adequado com intuito de manter ou recuperar a saúde do indivíduo. Para que haja produtividade e cumprimento dos objetivos é preciso boas relações e condições de trabalho, principalmente, saúde dos funcionários [1]. Nesse sentido, existem marcadores que sinalizam possíveis riscos à saúde do funcionário, entre eles pode-se citar o Índice de Massa Corporal (IMC). A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda a utilização deste índice para o diagnóstico do estado nutricional de grupos populacionais, por ser um método não-invasivo, prático e de baixo custo. Dessa forma, este estudo objetivou analisar o IMC dos colaboradores de uma UAN do Hospital do Câncer de Muriaé — MG.

MATERIAL E MÉTODOS: Trata-se de um estudo transversal, quantitativo, realizado com colaboradores do turno diurno de uma UAN hospitalar localizada em Muriaé-MG, onde foram aferidos o peso e a estatura para cálculo do IMC. Foram excluídos da pesquisa funcionários que trabalhavam no turno noturno e os que estavam afastados por licença médica. O peso foi aferido em uma balança digital da marca Eletrônica Lcd[®], com capacidade máxima de 150 kg e graduação de 100g. A estatura foi avaliada utilizando um estadiômetro da marca Avanutri[®]. A antropometria foi realizada em uma sala reservada, onde os colaboradores usaram o mínimo de roupa para avaliação. Para classificação do perfil nutricional foi utilizado os pontos de corte da OMS (1997), o qual classifica o indivíduo de acordo com os seguintes pontos de corte: baixo peso: <18,5 kg/m²; eutrófico: entre 18,5 a 24,9 kg/m²; sobrepeso: entre 25 a 29,9 kg/m² e obesidade > 30 kg/m². O projeto teve aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário Faminas (CAAE: 48017821.0.0000.5105) e os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados foram digitados e analisados pelo programa Microsoft Excel 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Foram avaliados 26 funcionários, 11,5% do sexo masculino e 88,5% do sexo feminino, com a idade entre 20 e 65 anos. Observou-se que 26,9% dos funcionários estavam eutróficos, e 73,0% com excesso de peso, sendo 46,1% com sobrepeso e 26,9% com obesidade. Em relação aos homens, foi observado que 33,33% estavam eutróficos e 66,66% com excesso de peso. Já as mulheres, 26,1% estavam eutróficas e 73,9% com excesso de peso. Em UAN que produz e distribui grande quantidade de refeições, o ritmo de trabalho é intenso, caracterizado por longa permanência em pé em um ambiente desconfortável realizando diversas funções que podem gerar estresse, ansiedade, cansaço, raiva ou outras sensações desagradáveis. Assim, o indivíduo acaba buscando nos alimentos, inconscientemente, o conforto para amenizar esses sentimentos. Além disso, o serviço de alimentação é um ambiente onde os indivíduos têm acesso facilitado a alimentos, seja durante a distribuição das refeições na modalidade self-service, sistema observado na unidade avaliada, ou por poder provar e “beliscar” ingredientes e preparações durante sua jornada de trabalho, o que pode ser um dos fatores que justificam o resultado observado [2].

CONCLUSÕES: A maioria dos funcionários, independente do sexo, estava com excesso de peso. Esses resultados são de grande preocupação, pois o estado nutricional pode aumentar o absenteísmo, presenteísmo, reduzir motivação, produtividade, causar acidentes de trabalho e elevar os riscos de desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis.

AGRADECIMENTOS: À Unifaminas e ao Hospital do Câncer de Muriaé pela realização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA: [1] MATOS, C. H; PROENÇA, R. P. C. *Revista de Nutrição*, São Paulo, v. 16, p. 493-502, janeiro. 2004; [2] ESTEVAM, E; GUIMARÃES, M. *Revista científica da Faminas*, Muriaé, v. 9, n. 2, fevereiro. 2015.

**PRÁTICA DO CONSUMO DE CAFÉ DA MANHÃ ENTRE ADULTOS ACOMETIDOS PELA
INFECÇÃO COVID-19**

Anna Carolina Passos Costa **ZAIDEN** (IC- Annacarolinacostap@hotmail.com)¹, Sarah Mairink de **OLIVEIRA**, Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)²

1- Curso de Nutrição; 2- Professora Doutora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Desjejum; Alimentação saudável; Hábitos alimentares.

INTRODUÇÃO: A covid-19 é uma doença causada pelo vírus SARS-CoV-2, caracterizada por sintomas respiratórios, podendo evoluir a quadros graves e levar a morte [1]. O café da manhã é considerado uma das três principais refeições do dia e pode ser definido como a primeira refeição consumida pela manhã [2]. Um café da manhã saudável faz parte de uma alimentação adequada. A alimentação adequada e equilibrada influencia em aspectos como melhora da resposta imune e menor risco de desenvolvimento de infecções como a covid-19 [1]. **OBJETIVO:** Avaliar o consumo de café de manhã entre adultos de Muriaé-MG acometidos pela covid-19. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, do tipo bola de neve “*snowball sampling*”, realizado em agosto de 2021. Foi utilizada a plataforma Google Docs® para aplicação do questionário que continha questões relacionadas a frequência de consumo do café da manhã, padrões dos alimentos ingeridos (ofereceram-se opções de cafés da manhã típicos da região da zona da mata mineira) e importância do café da manhã. Os participantes concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para responder ao questionário. Nesta pesquisa foram incluídos indivíduos de maioridade, acima de 18 anos que testaram positivo para covid-19. Os dados coletados foram analisados no programa Microsoft Excel® 2010. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O estudo contou com 50 participantes adultos com idade média de 35,68±9,39 anos, sendo 60% do sexo feminino. A maioria dos participantes (52%) tinha ensino superior completo. Ao serem questionados sobre a realização do café da manhã, 78% responderam que realizavam a refeição diariamente, 18% não realizavam todos os dias e 4% não consumiam café da manhã. Os principais motivos citados para não realização da refeição foram: pressa (40%), falta de apetite pela manhã (26%), falta de planejamento (20%) e mal-estar pela manhã (14%). O hábito da não realização do café da manhã aumentou consideravelmente em todo o mundo nos últimos anos e faz parte do estilo de vida contemporâneo onde as pessoas trabalham mais tempo e muitas vezes longe de casa [3]. Ao serem questionados sobre qual padrão de café da manhã seria o mais parecido com o de cada um, obtiveram-se os seguintes resultados: “Pão (de forma ou francês, integral ou não), queijo branco, café (com ou sem açúcar), frutas” (26%); “Pão (de forma ou francês, integral ou não), manteiga, café (com ou sem açúcar)” (20%); “Ovos (mexidos ou omelete), suco natural” (18%); “Café com leite” (10%); “Café com leite e biscoitos ou pão (de forma ou francês, integral ou não)” (10%); “tapioca, café com leite e fruta” (8%); “Frutas” (4%) e 4% não tomavam café da manhã. Consumir o café da manhã frequentemente e com alimentos adequados como frutas e boas fontes proteicas pode auxiliar no aumento da saciedade e assim reduzir o consumo de alimentos muito calóricos como os ultraprocessados, consequentemente reduzindo as chances de desenvolver doenças como a obesidade [2]. Satisfatoriamente, 92% dos participantes concordaram que o café da manhã é uma refeição importante para a saúde. **CONCLUSÃO:** A maioria do público pesquisado realizava o café da manhã frequentemente e considerava-o uma refeição importante. Houve maior prevalência do consumo de frutas e proteínas de boa qualidade nesta refeição. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LIMA, L. C. Alimentação Saudável e Exercícios Físicos em meio a Pandemia da COVID-19. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*. v. 3, n. 9, p. 33–41. Boa Vista, 2020. [2] TRANCOSO, S. C.; CAVALLI, S. B.; PROENÇA, R. P. C. Café da manhã: caracterização, consumo e importância para a saúde. *Rev. Nutr.* v. 23, n. 5, p. 859-869. Campinas, 2010 [3] FERREIRA, S. R. G. Alimentação, nutrição e saúde: avanços e conflitos da modernidade. *Cienc. Cult.* v. 62, n. 4, p. 31-33. São Paulo, 2010.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

PRÁTICAS ALIMENTARES DE ADULTOS DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19

Francielly Aparecida de Paula VICENTE (IC- franvicente133@gmail.com)¹, Karolina Araújo de OLIVEIRA¹, Lara Souza CARVALHO¹, e Mayla TOFFOLO(PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor (a).Centro Universitário de Minas - UNIFAMINAS - 36880-000 – Muriaé - MG

Palavras Chave: Covid-19, Hábitos Alimentares, Sistema Imunológico

INTRODUÇÃO: É de extrema importância usar a nutrição, com boa alimentação, de acordo com as quantidades adequadas de nutrientes, e boas práticas de vida, como aliados para confrontar a pandemia causada pelo coronavírus. Fortalecer o sistema imunológico, através de uma alimentação saudável, é essencial na recuperação eficaz, após o contágio da doença, e contribui para que os possíveis danos à saúde, possam ser menores, além de ajudar no combate a infecções [1]. Diante do cenário pandêmico, o distanciamento social proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) traz junto a ele consequências como a possibilidade de diminuição da atividade física, e também de alterações nos hábitos alimentares [2]. A má alimentação e o estado nutricional não adequado, junto a doenças crônicas, cardiovasculares e metabólicas, acarretam riscos relevantes para a infecção pelo COVID-19 [3]. **OBJETIVO:** Avaliar as práticas alimentares de adultos, durante a pandemia por covid-19. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo transversal, delineamento bola de neve “*snowball sampling*” realizado entre os meses de setembro e outubro de 2020, por meio de plataforma digital Google Forms[®]. Os participantes responderam um questionário contendo perguntas referentes as práticas de alimentação e higiene de adultos durante a pandemia. Todos os participantes concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados foram coletados e contabilizados por planilha do Microsoft Excel[®]. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do estudo 176 adultos com idade de 20 a 57 anos, dos quais 67% eram do sexo feminino. Em relação ao nível de escolaridade, 28,8% tinham ensino superior completo, 27,7% incompleto e 30,5% ensino médio completo e os demais (13%) tinham ensino fundamental incompleto, completo, e ensino médio incompleto. Em relação as práticas alimentares, 60,2% dos entrevistados relataram consumir lanches (pizza, hambúrguer, salgadinhos) uma vez na semana e 2,9% tinham o hábito de consumir 5 vezes na semana ou mais. Em relação ao consumo de guloseimas, 11,4% afirmaram ter o hábito de consumir 5 vezes na semana ou mais e 33% de 2 a 4 vezes. Menos da metade dos adultos tinham o hábito de consumir frutas e verduras 5 vezes na semana ou mais (48,3%). Segundo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), é importante consumir por dia, pelo menos, três porções de frutas e duas de hortaliças, in natura, principalmente, assim, garante uma melhor defesa ao organismo [1]. Em relação ao peso corporal, metade dos participantes (50%) relataram que ganharam peso durante a pandemia, variando entre 1 a 10 kg, com ganho médio de 4,83 kg. **CONCLUSÃO:** Entende-se, que durante o período pandêmico, a maior parte das pessoas alegaram a inclusão de lanches, guloseimas e menos da metade tinham hábito do consumo de frutas e verduras. Além disso, o ganho de peso foi expressivo entre os avaliados, o que impacta diretamente na saúde, podendo levaras pessoas a sérios danos, como a inclusão ao grupo de risco maior de agravamento por COVID-19. **Referências Bibliográficas:** [1]MONTEIRO, Alzerina. Nutrição e covid-19. **Instituto Nacional de saúde Pública**, 2020. Disponível em : <https://www.insp.gov.br> [2]PAIXÃO,C.; SEQUEIRA, R.; SOUZA,P. Nutrição em tempos de covid-19. **Escola Nacional de Saúde Pública**,p.7. 2020. Disponível em : <https://barometro-covid-19.ensp.unl.pt/wp-content/uploads/2020/04/covid19-nutricao.pdf> [3]OLIVEIRA, A.F.F, et al. A importância da alimentação saudável e o estado nutricional adequado frente a pandemia de covid-19. **Brazilian Journal ofDevelopment**, v.6, n.9, 2020.

PREVALÊNCIA DA PERDA DE OLFATO E PALADAR E ALTERAÇÕES DE HÁBITOS ALIMENTARES EM INDIVÍDUOS ACOMETIDOS PELA COVID-19

Fernanda Meireles LIMA (IC – fernandameirelles91@gmail.com)¹, Isadora Masala ALONSO (IC)¹, Mariana de Melo CAZAL (PQ)² e Iury Antônio de SOUZA (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Ageusia, Anosmia, Covid-19.

INTRODUÇÃO: A infecção viral ocasionada pelo Coronavírus (COVID-19) compreende um grande desafio de saúde pública, cuja evolução cursa com a presença de sintomas variados, sendo evidenciado, em alguns casos, manifestações de ageusia, que consiste na perda do paladar, e de anosmia, que representa a perda da função olfativa, os quais podem desencadear desinteresse e recusa alimentar, ocasionando consequente perda de peso, desnutrição e limitações nutricionais, colocando em risco a saúde do indivíduo [1,2]. Diante disso, o objetivo do presente trabalho foi avaliar a influência da Covid-19 sobre a perda de sentidos sensoriais e o reflexo de tal questão sobre os hábitos alimentares de indivíduos acometidos. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado no mês de agosto de 2021 após as concordâncias junto aos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido online. A pesquisa foi realizada com indivíduos adultos acometidos pela COVID-19. Utilizou-se um formulário eletrônico disponibilizado na plataforma *Google Forms*®, o qual contemplava questões sobre alterações das funções sensoriais de olfato e paladar após o contágio pela COVID-19. Os dados foram analisados no programa Excel, versão 2016. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da pesquisa 50 indivíduos que apresentaram diagnóstico positivo para a COVID-19. A demografia dos dados mostrou idade com variação entre 18 e 57 anos (média de 32,15 anos), com maior representação do sexo feminino (60,0%) e predomínio de participação de mineiros (96,0%). A prevalência da ocorrência de anosmia foi de 72,0% e de ageusia foi de 78,0%. A perda das funções sensoriais foi evidenciada prevalentemente em indivíduos do sexo feminino (60,0%), entretanto, 24,0% dos homens participantes também as relataram. Da mesma forma, foram mais frequentemente declaradas por mulheres (52,6%) em um estudo com indivíduos infectados na Itália, no qual, apenas 25,0% dos homens apresentaram os sintomas [3]. Dentre os entrevistados que relataram a ocorrência de ageusia, 32,0% alegaram sentir repulsa por determinados alimentos, com destaque para café e refrigerante tipo “cola”. Além disso, cerca de 42,0% relataram preferência por determinados sabores durante a infecção, sendo 20,0% para alimentos doces, 16,0% para alimentos salgados, 6,0% para alimentos azedos e 4,0% para alimentos amargos. Ressalta-se que um elevado nível de glicemia promove a síntese de citocinas pró-inflamatórias e estresse oxidativo, o que pode implicar em uma maior propensão para infecções e consequente piora da resposta imune à COVID-19 [4]. Foi evidenciado que, 80,0% dos participantes relataram redução de consumo alimentar no período da infecção pelo vírus Sars-CoV-2 e 50,0% apresentaram perda de peso, sendo 32,0% com perda acima de 3 kg. Por fim, observou-se que 72,0% dos indivíduos com perda/alteração de olfato e/ou paladar, não procuraram por ajuda médica ou nutricional e que 30,0% desses declararam a não recuperação total das funções sensoriais mesmo após a cura. **CONCLUSÕES:** Ageusia e anosmia se fizeram presentes de forma expressiva e, junto da infecção, possivelmente contribuíram para alterações nos hábitos alimentares dos indivíduos acometidos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] AHN, D.G. et al. Current status of epidemiology, diagnosis, therapeutics, and vaccines for novel coronavirus disease 2019 (COVID-19). *Journal of Microbiology and Biotechnology*, v. 30, n. 3, p. 313-324, 2020. [2] GIACOMELLI, A. et al. Self-reported olfactory and taste disorders in patients with severe acute respiratory coronavirus 2 infection: a cross-sectional study. *Clinical Infectious Diseases*, v. 71, n. 15, p. 889-890, 2020. [3] ADORNI, F. et al. Self-reported symptoms of SARS-CoV-2 infection in a nonhospitalized population in Italy: Cross-sectional study of the EPICOV19 web-based survey. *Public Health and Surveillance*, v. 6, n. 3, p. e21866, 2020. [4] TAMAYO, M.T. et al. Infección por coronavirus en pacientes con diabetes. *Archivos de Cardiología de México*, v. 90, supl. 1, p. 67-76, 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 - Nutrição

PREVALÊNCIA DE DOENÇAS AUTOIMUNES, PERFIL NUTRICIONAL DE PORTADORES E AVALIAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO DE VITAMINA D EM ADULTOS

Sarah Mairink de OLIVEIRA (IC- sarahmairink18@gmail.com)¹, Isabela de Souza FERNANDES (IC)¹, Mariana de Melo CAZAL (PQ)² e Iury Antônio de SOUZA (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Doenças imunológicas, Sistema imune, Vitamina D.

INTRODUÇÃO: As doenças autoimunes (DA) formam um grupo heterogêneo de doenças, das quais, algumas ainda não possuem causas completamente compreendidas. Envolvem a interação de diferentes fatores que regulam vias moleculares e celulares do organismo, que, quando afetadas, resultam na falha do organismo e respostas contra o mesmo. Podem estar associadas a fatores como disfunção hormonal, exposição a xenobióticos, hábitos inadequados, entre outros [1]. Dentre as vitaminas, a vitamina D tem um papel de destaque em relação ao sistema imunológico, visto que, contribui para a regulação e a diferenciação de células do sistema imune, e pode interferir na produção de citocinas, podendo estar associada às DA quando em deficiência no organismo [2]. O objetivo deste estudo foi avaliar a prevalência de DA em adultos, o perfil nutricional dos portadores bem como a suplementação de vitamina D em adultos. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado nos meses de julho e agosto de 2021 com indivíduos que declararam concordância com a participação na pesquisa mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi aplicado um questionário online por meio da plataforma Google Docs®, contemplando questões sobre a temática abordada. Os dados foram analisados no programa Microsoft Office Excel 2016 e expressos por meio de frequências simples e absolutas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A pesquisa contou com 70 participantes adultos, sendo a principal faixa etária de 18 a 24 anos (34,3%), 74,3% do sexo feminino e 25,7% do sexo masculino. Dentre os participantes, apenas 11,4% possuíam diagnóstico de DA e 88,6% não possuíam. Considerando os portadores de DA, em relação a classificação do estado nutricional, 50,0% apresentaram sobrepeso, 37,5% obesidade e 12,5% desnutrição leve. Relacionado ao consumo alimentar dos portadores, 62,5% relataram que ingerem fontes de vitamina C menos de 2 vezes/semana e 37,5% entre 3 a 5 vezes ou mais/semana. Em relação a fontes de vitamina A, 90,0% disseram ingerir de 3 a 5 vezes ou mais/semana. As fontes de zinco foram consumidas por 75,0% durante 5 vezes ou mais/semana e 25,0% de 1 a 2 vezes/semana. Os alimentos *in natura* foram consumidos pela maioria (62,5%) de 3 a 5 vezes ou mais/semana e os ultraprocessados de 1 a 2 vezes/semana por 50,0% dos portadores avaliados, assim como 50,0% também declararam que consomem tais produtos raramente/nunca. Em relação a suplementação de vitamina D, considerando toda a população do estudo, observou-se que 22,9% suplementavam vitamina D, 25,7% relataram já terem suplementado anteriormente e no momento da pesquisa não mais e 51,4% disseram que nunca suplementaram vitamina D. Dentre aqueles que relataram suplementar, 37,5% realizavam acompanhamento nutricional, 37,5% já fizeram acompanhamento e no momento da pesquisa não mais e 25,0% nunca fizeram acompanhamento nutricional. Ressalta-se que a insuficiência de vitamina D vem sendo associada a DA, por suas propriedades imunomoduladoras, de forma que esta vitamina contribui para o tratamento de tais doenças [3]. Dentre os portadores de DA da pesquisa, 50,0% realizavam suplementação de vitamina D e 50,0% não suplementavam e nunca suplementaram. **CONCLUSÃO:** Houve baixa prevalência de DA na população avaliada e dentre os portadores o excesso de peso foi evidente. Ainda se verificou que não houve predomínio de suplementação de vitamina D. **BIBLIOGRAFIA:** [1] COSTA, A.L.P.; SILVA-JÚNIOR, A.C.S.; PINHEIRO, A.L. Fatores associados a etiologia e patogênese das doenças autoimunes. *Arquivos Catarinenses de Medicina*, v.48, n.2, p.92-106, 2019. [2] MARQUES, C. D. L.; DANTAS, A.T.; FRAGOSO, T.S.; DUARTE, A.L.B.P. A importância dos níveis de vitamina D nas doenças autoimunes. *Revista Brasileira de Reumatologia*, v.50, n.1, p.67-80, 2010. [3] COAN, F. C.; BITENCOURT, R.M.O. Uso da Vitamina D em Doenças Autoimunes: Revisão Sobre o Potencial Terapêutico. *Revista Inova Saúde*, v.9, n.1, p.2-22, 2019.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

PREVALÊNCIA DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS, PERFIL NUTRICIONAL E CONSUMO ALIMENTAR DE ADULTOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE DIVINO - MG

João Paulo Cândido da SILVA (IC- joaopaulocandidods51@gmail.com)¹, Mirelle CAMPOS (IC)¹, Mariana de Melo CAZAL (PQ)² e Iury Antônio de SOUZA (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor (a) Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36888-233 – Muriaé-MG

Palavras-chave: Estado nutricional, Consumo alimentar, Doenças Crônicas Não Transmissíveis.

INTRODUÇÃO: As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) são patologias que acometem inúmeros indivíduos, sendo grande parte destes os adultos, e estão relacionadas a um número expressivo de mortes em âmbito mundial [1]. Os fatores de risco para o desenvolvimento de tais doenças são a alimentação inadequada, inatividade física, consumo abusivo de bebidas alcoólicas, tabagismo e a obesidade [2]. O presente estudo teve como objetivo avaliar a prevalência de DCNTs na população adulta do município de Divino – MG, assim como seu perfil nutricional e consumo alimentar. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado nos meses de julho e agosto do ano de 2021 com indivíduos adultos que declararam concordância com a participação voluntária na pesquisa mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi aplicado um questionário online por meio da plataforma *Google Forms*® contendo questões sobre dados sociodemográficos, diagnóstico de DCNTs, antropometria autorrelatada e hábitos alimentares. Os dados foram analisados no programa Microsoft Office Excel 2016 e expressos por meio de frequências simples e absolutas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da pesquisa 130 indivíduos, sendo 73,1% do sexo feminino e 26,9% do sexo masculino, com idade entre 19 e 59 anos. Dentre os avaliados, 52,3% relataram apresentar diagnóstico de pelo menos uma DCNT, sendo as mais prevalentes: hipertensão arterial (16,9%), dislipidemia (15,3%) e depressão (12,3%). Ao avaliar o estado nutricional, constatou-se que 56,9% apresentavam excesso de peso, dos quais, 34,6% estavam com sobrepeso e 22,3% obesidade. Cerca de 40,0% encontravam-se eutróficos e apenas 3,1% abaixo do peso. Quando questionados sobre o consumo alimentar, 67,7% informaram consumir alimentos *in natura* 4 ou mais vezes/semana, dos quais 47,7% relataram consumo diário, entretanto, o consumo menos habitual de 1 a 3 vezes/semana foi relatado por 32,3% dos participantes. Quanto ao consumo de *fast food*, 57,0% afirmaram consumir de 1 a 3 vezes/semana e a ingestão habitual de 4 ou mais vezes/semana foi declarada apenas por 3,8%. Ainda, 36,2% relataram um consumo raro e 3,1% afirmaram não consumir. Cerca de 50,0% indicaram que raramente consomem embutidos, 39,2% relataram consumir de 1 a 3 vezes/semana, o consumo habitual 4 ou mais vezes/semana foi colocado por apenas 6,1% e 4,6% disseram não consumir tais produtos. Ressalta-se que, 16,2% afirmaram que sempre tem saleiro à mesa e adicionam sal nas preparações. A ingestão habitual de refrigerantes foi relatada apenas por 7,7% dos avaliados e 37,0% disseram consumir até 3 vezes/semana. Cerca de 37,7% afirmaram ter um consumo raro de refrigerantes e 17,7% não consomem. Um estudo similar também verificou excesso de peso em grande parte dos avaliados (65,7%) e a presença de pelo menos uma DCNT na maioria dos mesmos (67,15%). Dessa forma, o acompanhamento nutricional é de grande importância para este público. [3]. **CONCLUSÃO:** Houve prevalência de DCNT na maioria dos indivíduos, os quais também se apresentaram em grande parte com excesso de peso, entretanto, foram observados hábitos alimentares relativamente adequados. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MALTA, D. C. et al. Prevalência de fatores de risco e proteção para doenças crônicas não transmissíveis em adultos: estudo transversal, Brasil 2012. *Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v.23, n. 4, p. 609-622, 2014. [2] MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas e agravos não transmissíveis no Brasil, 2021-2030**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020, 122 p. [3] LIMA, A.P.; ARAÚJO, L.M.P.; OLIVEIRA, A.C.; NACIF, M. Avaliação do perfil nutricional e prevalência de doenças crônicas em pacientes atendidos em uma Clínica Escola de Nutrição do município de São Paulo. *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, v.13, n.82, 898-904, 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00- 4 - Nutrição

PREVALÊNCIA DO DIABETES MELLITUS TIPO 2 EM ADULTOS E IDOSOS NA REGIÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA.

Marília Gabriela **GODINHO**¹ (godinhogabriela641@gmail.com) Iury **SOUZA**², Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO(PQ)**²

1. Curso de Nutrição 2. Professor FAMINAS-Muriaé-MG.

Palavras Chaves: Estilo de vida; Obesidade; Fator de risco.

INTRODUÇÃO: O Diabetes Mellitus (DM) é um distúrbio metabólico caracterizado pela hiperglicemia persistente, resultante da deficiência na produção de insulina ou na sua ação, ou em ambos os mecanismos. É uma condição que está relacionada diretamente com complicações micro e macrovasculares, aumento significativo da taxa de morbimortalidade e redução da qualidade de vida. Sua etiologia é complexa e multifatorial, abrangendo características familiares, sedentarismo e hábitos alimentares. Dentre os tipos de DM, o DM tipo 2 é o que mais acomete a população adulta e idosa [1]. **OBJETIVO:** Avaliar a prevalência do diabetes mellitus tipo 2 em adultos e idosos na região da Zona da Mata Mineira. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de prevalência realizado por meio da aplicação de um questionário online disponibilizado pelo Google Forms durante o mês de setembro de 2020 com moradores da região da Zona da Mata Mineira. Foram incluídos no estudo adultos e idosos de 19 a 75 anos, de ambos os sexos. A participação foi voluntária e realizada apenas após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, podendo o participante deixar o estudo a qualquer momento. Foram excluídos gestantes, crianças e adolescentes. O questionário contemplava perguntas básicas sobre identificação, estilo de vida, hábitos alimentares, doenças crônicas pré-existentes e dados antropométricos auto relatados, compreendendo peso (kg) e altura (m). Para a avaliação do estado nutricional foi calculado o Índice de Massa Corporal (IMC) e a classificação foi realizada conforme os dados da Organização Mundial da Saúde [2]. Os dados foram analisados no programa Microsoft Excel 2010 e calculadas frequência simples, média e desvio padrão. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O estudo contou com a participação de 68 indivíduos, sendo a maioria do sexo feminino (64,7%), com média de idade de $38,32 \pm 14,20$ anos. Ao analisar os dados auto aferidos como peso e altura, foi possível calcular o Índice de Massa Corporal (IMC) que classificou mais da metade dos participantes (55,88%) com excesso de peso ($IMC > 24,99$ kg/m²). Um total de 13,20% relataram ser portadores de DM tipo 2, sendo 55,55% usuários de insulina exógena. Dos indivíduos diabéticos, 88,88% estavam acima do peso. O indivíduo com DM tipo 2 não necessariamente requer o tratamento insulínico, fazendo-se uso em grande parte de medicamento alopático e realizando mudanças no estilo de vida. O excesso de peso vem sendo apontado como um dos principais fatores de risco para o surgimento do DM tipo 2, resultando em várias alterações fisiopatológicas como o aumento da produção hepática de glicose e diminuição da captação de glicose pelo tecido muscular, podendo resultar em diferentes níveis de intolerância à glicose, além de influenciar no controle glicêmico [3,4]. **CONCLUSÃO:** A maioria dos avaliados eram diabéticos tipo 2, dos quais, mais da metade estava com excesso de peso. O excesso de peso bem como o DM tipo 2 são condições que podem ser evitados com uma boa alimentação, prática de atividade física regularmente. **REFERENCIAS:** [1] SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes Sociedade Brasileira de Diabetes 2019-2020. São Paulo: Clannad, 2019. [2] World Health Organization. **Physical status: the use and interpretation of anthropometry**. Geneva: World Health Organization; 1995. (Technical Report Series, 854) [3] AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. 2, **Classification and Diagnosis of Diabetes: Standards of Medical Care in Diabetes-2020**. Diabetes Care, 2020, jan. [4] RAMIREZ, E. G. **Diabetes e obesidade: uma questão de educação para promoção da saúde**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00- 4 - Nutrição

**ROTULAGEM NUTRICIONAL: ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DE BISCOITOS RECHEADOS
COMERCIALIZADOS EM UM MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA**

Débora Costa **RODRIGUES**¹ (IC – deborahcosttar@hotmail.com), Bruna Lourenço **NOGUEIRA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor. Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS-MURIAÉ - 36800-000 -
Muriaé-MG

Palavras-chave: Rotulagem em alimentos, Crianças, Alimentos industrializados.

INTRODUÇÃO: Os rótulos dos alimentos têm a função de orientar os consumidores quanto à sua composição, promovendo escolhas alimentares mais saudáveis. Entretanto, nem sempre o consumidor utiliza essa ferramenta corretamente [1]. O consumo alimentar infantil pode ser influenciado por diversos aspectos, como o marketing dos produtos e as propagandas. Crianças expostas à publicidade tornam-se mais suscetíveis aos anúncios de produtos ultraprocessados, de alto valor calórico e baixo valor nutricional [2]. O trabalho tem como objetivo analisar a composição nutricional declarada nos rótulos de biscoitos recheados comercializados na cidade de Miraf-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo observacional e descritivo, cuja coleta de dados foi realizada em estabelecimentos comerciais da cidade de Miraf-MG, no mês de agosto de 2021. Foram selecionados os rótulos de biscoitos recheados que declaravam a informação nutricional na porção de 30g, de sabores variados. Foi realizada a análise de 52 rótulos de 15 marcas diferentes, utilizando a estatística descritiva com auxílio do programa Microsoft Excel 2016. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O valor calórico médio na porção de 30g observado nos produtos é 144,9 kcal (DP=11,2). Considerando a quantidade total ofertada em um pacote de biscoito, o valor médio corresponde a 628,0 kcal (cerca de 31% do valor diário de referência para alimentos em geral). Se considerarmos o consumo desse produto pelo público infantil, que apresenta menor necessidade energética, esse valor torna-se ainda mais expressivo [3]. A quantidade média de carboidratos, gorduras totais, gorduras saturadas e proteínas presente na porção de 30g é de 20,2g (DP=2,1), 6,5g (DP=1,8), 2,7 (DP=1,1) e 1,6g (DP=0,4), respectivamente. Apenas 5,8% (n=3) dos produtos apresentavam valor para gordura trans. No entanto, essa declaração pode ser isenta quando o valor presente na porção for igual ou inferior a 0,2g [3]. Os produtos apresentaram baixo teor de fibras (0,4g, DP=0,4), sendo que 36,5% (n=19) não continham esse nutriente na sua composição. O teor médio de sódio na porção é de 51,9g (DP=26,5), sendo que 50,0% (n=26) não podem ser classificados como baixo teor de sódio, uma vez que ultrapassam 80mg em uma porção de 50g [4]. Em uma pesquisa que avaliou a rotulagem nutricional de biscoitos recheados com apelo infantil comercializados em uma cidade da zona da mata mineira, constatou-se que a maioria dos produtos ultrapassou o % VDR (valor diário de referência) para crianças em relação ao valor energético, macronutrientes e sódio [5]. **CONCLUSÃO:** Os biscoitos recheados avaliados apresentam elevada densidade calórica, altos teores de carboidratos, gorduras totais e sódio, e baixos teores de nutrientes importantes como as fibras. É de suma importância que pais e jovens sejam orientados quanto à importância da leitura e compreensão dos rótulos de alimentos, e que sejam adotadas estratégias de educação nutricional para auxiliá-los a fazer melhores escolhas alimentares. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CAVADA, G. da S. et al. Rotulagem nutricional: você sabe o que está comendo? *Brazilian Journal of Food Technology*, v. 15, n. spe, p. 84-88, 2012. [2] MARINS, B.R., ARAUJO, I.S., JACOB, S.C. A propaganda de alimentos: orientação, ou apenas estímulo ao consumo? *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 9, p. 3873-3882, 2011. [3] BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 360, de 23 de dezembro de 2003. Regulamento Técnico sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 dez. 2003. [4] BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 54, de 12 de novembro de 2012. Regulamento Técnico sobre Informação Nutricional Complementar. *Diário Oficial da União*, Brasília, 15 nov. 2012. [5] FONTES, V. S.; NEVES, F. S.; CAROLINA, J.; FEITOSA, A. Avaliação da rotulagem nutricional de biscoitos recheados com apelo infantil. *Revista de APS*, v.23, n. 2, p. 287-300, 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00- 4 - Nutrição

USO DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS PARA IMUNIDADE NO COVID – 19

Caroline Moreira **BRITES** (IC- carolinemoreirabrites@hotmail.com)¹, Marcelena Alves **FERREIRA**¹, Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professora Doutora Centro Universitário de Minas – UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé – MG

Palavras-Chave: Covid – 19, Imunidade, Suplementos

INTRODUÇÃO: Após o início da pandemia causada pelo Covid-19, tudo mudou na rotina, seja em relação ao trabalho, contato frequente com amigos, prática de atividades físicas, consumo de álcool, entre outros [1]. Posto isso, o estresse causado pelo prolongado isolamento tem sido muito grande, repercutindo na redução da imunidade [2]. A busca pelo denominado “tratamento precoce”, uma combinação de medicamentos e suplementos sem evidências científicas para o uso com essa finalidade tem chamado atenção no Brasil. A combinação inclui hidroxicloroquina ou cloroquina, associada à azitromicina, à ivermectina e à nitazoxanida, além dos suplementos de zinco e das vitaminas C e D [3]. Dado o exposto, o objetivo deste trabalho foi avaliar a prática do uso de suplementos e medicamentos para a imunidade no Covid – 19 entre adultos. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo transversal, modelo bola de neve “*snowball sampling*”, realizado no mês de agosto de 2021, com aplicação de questionário por meio da plataforma Google Forms. Todos os participantes concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram coletados e contabilizados no Microsoft Excel 2010. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A pesquisa contou com a participação de 35 adultos com idade entre 20 e 59 anos, dos quais 77,1% eram do sexo feminino. Em relação ao nível de escolaridade, 65,7% tinham o Ensino Superior Completo. Entre os avaliados, 62,9% não tiveram Covid -19, 20% tiveram a mais de seis meses e 17,1% tiveram há menos de seis meses. Entre os que tiveram covid, 69,23% (n=9) relataram sintomas leves, 7,7% (n=1) ficou em estado grave, necessitando de internação e 23,07% (n=3) procuraram atendimento médico com urgência. Sobre a alimentação, 65,7% relataram se alimentar com frequência de alimentos *in natura* e com fontes de proteína, 25,7% de alimentos industrializados, ricos em gorduras e sódio e frequentemente consumiam frutas e vegetais, 5,7% disseram se alimentar com frequência de produtos industrializados, ricos em gordura e sódio e raramente consumiam frutas e vegetais e 2,9% disseram não se alimentar com frequência de alimentos *in natura* e ricos em proteínas. Quando questionados sobre o uso de suplementos/ medicamentos de forma preventiva ou para tratamento do Covid-19, 54,3% disseram que faziam/fizeram uso de vitamina D, 34,3% faziam/fizeram uso de vitamina C, 31,4% faziam/fizeram uso de Ivermectina, 17,1% faziam/fizeram uso de polivitamínico e 31,4% não fizeram uso de nenhuma das opções disponibilizadas. O estado nutricional é fator determinante para uma boa resposta imunológica, que pode ser atingido com equilíbrio da disponibilidade de micro e macronutrientes. O uso de suplementos alimentares, são parte de uma estratégia nutricional. direcionados àqueles que não conseguem, as quantidades mínimas de nutrientes necessários para a homeostasia metabólica através da dieta. Estes e diversos fatores individuais, podem garantir o funcionamento normal do sistema imunológico [4]. **CONCLUSÃO:** A maioria dos avaliados não tiveram a doença e nem desenvolveram a forma grave, entretanto, mais da metade relatou fazer uso de suplementos ou medicamentos para imunidade, sendo os mais citados a Vitamina C e Ivermectina. **BIBLIOGRAFIA:**[1] MALTA, D., GRACIE, R. A pandemia da Covid-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. **Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília**, p. 2, abril, 2020.[2] FARO, A., et al. Covid – 19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de psicologia**, Campinas, p. 3, 2020.[3] MELO, J.R. R. Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19. **Cad. Saúde Pública**, v. 37, n.4, p.:e00053221,2021.[4] BOMFIM, J. H. G. G.; GONÇALVES, J. da S. Suplementos alimentares, imunidade e COVID-19: qual a evidência? **VITTALLE - Revista de Ciências da Saúde**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 10–21, 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00- 4 - Nutrição

USO DE MEDICAMENTOS EM PACIENTES ATENDIDOS EM CLÍNICA ESCOLA DE NUTRIÇÃO
DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MURIAÉ-MG

Mariana de Paula SANTOS (IC- marianapaula1918@gmail.com)¹, Mariana de Melo CAZAL (PQ)² e Iury Antônio de SOUZA (PQ)², e Arthur da Silva GOMES Mayla Cardoso Fernandes TOFFOLO (PQ)²,
Curso de Nutrição; 2- Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ – 36888-233 –
Muriaé-MG

Palavras-chave: Polimedicação, Microbiota, Disbiose.

INTRODUÇÃO: De acordo com dados do Conselho Federal de Farmácia (CFF), o Brasil está entre os dez países que mais consomem medicamentos no mundo. A facilidade na aquisição de medicamentos promove um aumento no consumo dos mesmos. Segundo especialistas, o alto nível de consumo de medicamentos estaria relacionado a precariedade dos serviços de saúde; ao hábito de automedicação entre outros. [1] A ligação entre medicamentos e os alimentos é conhecida como interação droga nutriente que nada mais é que a possibilidade de modificação no efeito farmacocinético e farmacodinâmico de um medicamento ou nutriente. No entanto, essas interações podem afetar o estado nutricional dos indivíduos, bem como modificar o efeito do fármaco e/ou alimento, variando de acordo com a dosagem, horário e outros diversos fatores.[2] **OBJETIVO:** Avaliar consumo e tipo de medicamentos/suplementos utilizados por pacientes atendidos no primeiro ano de pandemia em uma clínica escola do Centro Universitário de Muriaé-MG. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo retrospectivo, com coleta de dados em prontuários de pacientes atendidos durante os meses de março a novembro de 2020 por acadêmicos de nutrição, supervisionados por nutricionistas. As consultas foram realizadas de forma remota, através de plataforma Microsoft Teams. Os dados coletados foram tabulados e analisados no programa Excel 2010. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram analisados dados de 77 pacientes, sendo 95% (n= 73) adultos e 5% idosos (n=4). Para fins de análise, os adolescentes foram excluídos do estudo (n=6). A maioria dos participantes (76%) era do sexo feminino. A idade dos frequentadores da clínica escola variou entre 21 e 77 anos. Ao avaliar o consumo de medicamentos, observou-se que 52% dos pacientes declararam ingerir pelo menos 1 tipo de medicamento/suplemento diariamente. Dos que declararam utilizar medicamentos/suplementos, 42,5% (n=17) utilizavam um tipo, 25% (n=10) utilizavam 2 tipos, 12,5% (n=5) utilizavam 3 tipos e 20% (n=8) utilizavam 4 ou mais tipos de medicamentos. Os tipos declarados foram: anticoncepcional 42,5% (n=17), suplementos nutricionais 25% (n=10), anti-hipertensivos 22,5% (n=9), ansiolíticos 20% (n=8), polivitamínicos 17,5% (n=7), para refluxo/gastrite 10% (n=4), outros (asma, emagrecimento, espinha) 7,5% (n=3) e anti-inflamatórios 5% (n=2). A polimedicação tem se tornado frequente e, conseqüentemente, seus danos. O uso de múltiplos medicamentos propicia interações farmacológicas desfavoráveis acarretando eventos adversos como efeitos colaterais e até hospitalizações [3]. Determinados fármacos como os analgésicos opioides, anticoncepcionais orais, e os ansiolíticos contribuem para quadros de disbiose e aumento da permeabilidade intestinal já que alteram a contratilidade e a peristalse intestinal, evoluindo para constipação e o represamento do alimento. Já os anti-inflamatórios aumentam a permeabilidade intestinal atuando na inibição de prostaglandinas de forma não específica [4] **CONCLUSÃO:** Pode-se concluir que mais da metade dos adultos avaliados pelos acadêmicos da clínica escola ingeriam pelo menos um tipo de medicamento, sendo o anticoncepcional, suplementos nutricionais e anti-hipertensivos os medicamentos mais declarados. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SAÚDE, CONSELHO NACIONAL; **Consumo de medicamentos: um autocuidado perigoso ‘efetivando o controle social’**2019, Brasília -DF [2] MACEDO, J. L.; et al. Interação droga-nutriente em pacientes pediátricos hospitalizados: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v.9, n.1, p. 6, 2020. [3] ANDRADE N. O., et al. Polimedicação em adultos e idosos cadastrados na Estratégia Saúde da Família: associação com fatores sociodemográficos, estilo de vida, rede de apoio social e saúde. **Rev Bras Med Fam Comunidade**. v.15, n 42, 9 de outubro de 2020. [4] CARVALHO, D de. **Quebrando o círculo vicioso**. São Paulo: Editora Vital, 2019.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

USO DE METAS NUTRICIONAIS COMO PERSPECTIVA DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA:RELATO DE CASO

Alice MEDEIROS ([IC- alicemoreiramedeiros@gmail.com](mailto:alicemoreiramedeiros@gmail.com))¹, Edithiane CABRAL (IC)¹, Mariana NERI(IC)¹, Inara CEZAR(IC)¹, Naruna ROCHA (PQ)², Mayla TOFFOLO (IC-
mayla.toffolo@unifaminas.edu.br)(PQ)²

Curso de Nutrição; 2. Professor UNIFAMINAS- Muriaé-MG

Palavras-chave: Reeducação alimentar; Hábitos alimentares; Nutrição.

INTRODUÇÃO: A alimentação adequada pode atuar tanto na prevenção como no tratamento de doenças. Nesse sentido, torna-se cada vez mais importante a avaliação dos hábitos alimentares da população que por meio da avaliação da qualidade da dieta de indivíduos e/ou grupos populacionais, permite o conhecimento de padrões alimentares e o estabelecimento das relações de causalidade entre dieta e doenças [1]. **OBJETIVO:** Realizar intervenção nutricional em um paciente adulto. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de intervenção, do tipo antes e depois, com duração de 1 mês, realizado no município de Muriaé, Minas Gerais, Brasil no mês de março de 2020. A intervenção nutricional foi realizada em um adulto, do sexo masculino, que concordou em participar, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foi aplicado um questionário, na clínica escola de nutrição, de um Centro Universitário do município de Muriaé-MG, que contemplava questões sobre o estilo de vida e de consumo alimentar. O paciente não possuía nenhuma patologia. Em seguida foram coletados dados antropométricos como peso (kg) e estatura (m). Após a avaliação, foram elaboradas seis metas nutricionais para o paciente: 1- consumir duas frutas por dias, 2-beber dois litros de água por dia,3- Aumentar o consumo de fibras, 4- Diminuir o consumo de pão (mudar as opções de lanche para mais saudáveis), 5- No almoço e no jantar optar pelo consumo de uma salada colorida. 6–Tentar consumir no almoço e no jantar pelo menos um tipo de vegetal cozido. Após, um mês de acompanhamento os parâmetros antropométricos (auto referido) e hábitos de vida foram reavaliados. Todos os dados foram analisados de forma quantitativa na plataforma Microsoft Excel 2010. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Na primeira consulta foi avaliado peso inicial de 64,8kg e IMC de 23,00 kg/m², indicando eutrofia. O paciente relatou não conseguir cumprir todas as metas. Tal fato ocorreu devido a fatores pessoais impostos pelo início da pandemia de Covid-19, uma vez que o acompanhamento nutricional coincidiu com o período de isolamento social, resultando em mudança de rotina do paciente. No entanto, foi observado que o paciente passou a consumir duas frutas e beber 2 litros de água por dia. Em relação ao aumento do consumo de fibras, o paciente optou por adicionar fibras apenas em algumas de suas refeições durante o dia, cumprindo de forma parcial essa meta. Houve relato de dificuldade em substituir o pão por outro alimento no momento de seus lanches, não cumprindo a meta. Na terceira e última semana, o paciente optou pelo consumo de salada e vegetais cozidos apenas no almoço tendo em vista que, o mesmo não tinha o hábito de jantar, cumprindo parcialmente a meta 5 e 6. De acordo com informações passadas pelo paciente, não houve alterações em seu peso, mas relatou satisfação ao cumprir algumas metas o que gerou bem-estar. A literatura demonstra que a prevenção e o controle de algumas doenças, incluindo doenças crônicas não transmissíveis estão relacionadas com estratégias de mudanças de hábitos alimentares. Sabe-se que a adoção de práticas alimentares adequadas a curto e longo prazo podem gerar melhorias na qualidade de vida [2]. **CONCLUSÃO:** Observou-se que o paciente apresentou melhoria na qualidade de vida por meio das metas propostas. Apesar da pandemia ter coincido com o período de acompanhamento o mesmo conseguiu seguir a maior parte das metas. **REFERÊNCIAS:** [1] FELIPE, Flavia, Qualidade da dieta de indivíduos expostos e não expostos a um programa de reeducação alimentar, *Revista Nutrição*, v.24, n.6, 2011. [2] CRISTINA, Maria Sebba Marinho, Práticas e mudanças no comportamento alimentar na população de Brasília, Distrito Federal, Brasil, *Revista Brasil. Saúde Matern. Infantil*, p. 8-10, v. 7, n. 3.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

**USO DE TELAS EM REFEIÇÕES POR CRIANÇAS MATRICULADAS EM ESCOLAS
MUNICIPAIS DE UM MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA NA PANDEMIA DE COVID-19**

Débora Costa **RODRIGUES**¹ (IC – deborahcosttar@hotmail.com), Mayla Cardoso Fernandes **TOFFOLO**
(PQ)², Bruna Lourenço **NOGUEIRA** (PQ)²

1. Curso de Nutrição; 2. Professor. Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS-MURIAÉ - 36800-000 -
Muriaé-MG

Palavras-chave: Saúde infantil, Alimentação infantil, Televisão.

INTRODUÇÃO: Os hábitos e preferências alimentares são adquiridos ainda na primeira infância [1]. Nas últimas décadas, a globalização estabeleceu novos modelos e grandes alterações nas escolhas alimentares. Esse cenário está relacionado com o aumento do uso de telas por crianças e adolescentes, o que pode interferir nos sinais fisiológicos de fome e saciedade, fazendo com que a criança coma além do que é necessário durante o dia, ultrapassando suas necessidades diárias e ficando propícias a doenças crônicas [2]. Durante a pandemia de COVID-19, o uso das telas para o desempenho de tarefas escolares, aulas, pesquisas, compras, foi muito importante para evitar a aglomeração de pessoas, e principalmente para o uso afetivo, preservando a presença mesmo que virtual entre avôs, netos, filhos e amigos [3]. A Sociedade Brasileira de Pediatria recomenda que o tempo de tela seja adequado à idade da criança, desencorajando a exposição passiva [4]. O trabalho tem como objetivo avaliar o consumo de refeições em frente às telas em crianças de escolas públicas da cidade de Miraf-MG. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, quantitativo, realizado por meio da aplicação do questionário do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) em escolas municipais da cidade de Miraf-MG e seus distritos. A pesquisa foi realizada entre os meses de maio e junho de 2021, mediante autorização dos responsáveis pelas crianças por meio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O questionário continha dados sobre o uso de telas durante as refeições, a quantidade de refeições diárias e o tempo diário de exposição às telas. Foram incluídas na pesquisa crianças com faixa etária de 2 a 10 anos de idade, estudantes das escolas municipais da cidade de Miraf-MG. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram do estudo 189 crianças, com média de idade de 7,2 anos (DP=2,65), sendo 55% do sexo feminino. Foi observado que 59,8% (n=113) das crianças faziam uso de telas durante as refeições e 93,1% (n=176) realizavam quatro ou mais refeições ao longo do dia. A maioria das crianças (55,0%, n=104) passava quatro ou mais horas por dia fazendo uso de telas do computador, celular ou televisão. De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria, crianças de 2 a 5 anos devem limitar o uso de telas ao máximo de 1 hora por dia e crianças de 6 a 10 anos de 1 a 2 horas por dia [4]. Os resultados desse trabalho mostram, portanto, que o tempo de tela da maioria das crianças é superior ao dobro do recomendado. Pesquisas médicas e evidências científicas relatam que o uso excessivo de telas pode causar transtornos de sono, transtornos alimentares, depressão, ansiedade, problemas visuais, déficit de atenção, hiperatividade entre outros [4]. **CONCLUSÃO:** A maior parte das crianças fazia o uso de telas por longos períodos durante o dia, inclusive durante as refeições. É de suma importância que haja um monitoramento dos pais a respeito do uso de telas pelas crianças, e que estes sejam orientados quanto aos impactos decorrentes dessa elevada exposição à saúde infantil. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos**. Brasília, 2019, 265p. [2] BICKHAM, D. S.; BLOOD, E. A.; WALLS, C. E.; SHRIER, L. A.; RICH, M. Characteristics of screen media use associated with higher BMI in young adolescents. **Pediatrics**, v. 131, n. 5, p. 935–941, 2013. [3] SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital. **Recomendações sobre o uso saudável das telas digitais em tempos de pandemia da COVID-19 #BOAS TELAS #MAIS SAÚDE**. Rio de Janeiro: SBP, 2020. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/22521b-NA_Recom_UsoSaudavel_TelasDigit_COVID19_BoasTelas_MaisSaude.pdf>. Acesso em: 05 set. 2021. [4] SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). **Manual de Orientação: Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital. #Menos telas #Mais Saúde**. Rio de Janeiro: SBP; 2019. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-_MenosTelas_MaisSaude.pdf>. Acesso em: 05 set. 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.05.00.00-4 Nutrição

A CONSCIENTIZAÇÃO DO CANCER ORAL

Ana Laura Machado de Vette Lima (analaoramvl@gmail.com)¹; Fernanda Brasil Hubner (fernandabrasilhubner@gmail.com)¹; Gabrielly Lemos Gomes (gabriellylemosgomes@gmail.com)¹; Júlia Viana de Figueiredo (juliaviana1592@gmail.com)¹; Caroline Christine Santa Rosa (caroline.rosa@faminasbh.edu.br)²

1 – Estudantes do quarto período do curso de Odontologia, 2 – Professora Orientadora, *Centro Universitário FAMINAS – BELO HORIZONTE*

Palavras-chave: câncer oral, autoexame, conscientização

APRESENTAÇÃO: O câncer bucal é uma doença que têm aumentado de forma significativa, sendo um dos problemas mais importantes de saúde pública e o sexto tumor mais comum em todo o mundo³. Dessa forma, é importante que a população esteja consciente sobre a doença para realizar o acompanhamento devido, a prevenção e o autoexame, pois o quanto antes o câncer for descoberto, maior serão as chances de realizar um tratamento eficaz. Em virtude de atentar a população sobre essa temática e demonstrar aos futuros odontólogos a importância da análise detalhada durante as consultas e atendimentos dos pacientes, as alunas do Curso de Odontologia da Faculdade de Minas (FAMINAS – BH), sob orientação da Professora Caroline Santa Rosa, optaram por realizar um vídeo informativo sobre o Câncer Oral, feito por meio da disciplina de Projeto Aplicado à Comunidade (PAC) e pesquisas bibliográficas em artigos acadêmicos, o vídeo foi criado com auxílio das plataformas digitais: Biteable e Canva, em que as autoras criaram uma sequência de cenas presentes nos arquivos dos aplicativos e em seguida, optaram por realizar uma narração gravada acompanhada de legendas para melhor entendimento do vídeo. **DESENVOLVIMENTO:** O câncer oral é uma doença que surge nas mucosas da boca e acomete principalmente as regiões anatômicas: lábio inferior, terço anterior da língua e soalho bucal. Na maioria das vezes, a doença é descoberta em fases mais avançadas, o que resulta em tratamentos mais longos e prognósticos desfavoráveis, uma vez que o crescimento desordenado das células se torna um processo agressivo ao organismo e, em alguns casos, pode causar invalidez, deformidades e até mesmo a morte, além do indivíduo estar submetido à tratamentos que são muito invasivos e podem gerar reações diversas no paciente.¹ Contudo, é de extrema importância que as instituições que fornecem o curso de Odontologia, estejam aptas a disseminar esse conhecimento aos estudantes, para que possam detectar a doença e imediatamente encaminhar para o médico oncologista. Assim, quando de fato exercerem a profissão estarão conscientes de que os cirurgiões-dentistas estão em contato cotidianamente com a cavidade oral, sendo um sítio anatômico de fácil acesso para esses profissionais e, conseqüentemente, a área acometida pelo câncer. Dessa maneira, o estudo indica que o tabagismo, o álcool, a radiação solar e o trauma constante são fatores determinantes para o desenvolvimento da doença e que tais substâncias químicas que possuem no álcool e no tabaco podem alterar o perfil molecular dos indivíduos e causar mutações, que propiciam a condição para o surgimento do tumor¹. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Logo, o câncer oral é uma pauta que ainda necessita de mais atenção e conhecimento da sociedade; com o estudo em questão foi possível analisar que considerável parcela da população acometida pela doença são cidadãos que possuem baixa condição socioeconômica, que desconhecem a gravidade do tumor e muitas vezes não possuem acesso fácil aos serviços de saúde⁴. Dessa forma, é válido salientar que campanhas de conscientização, como o trabalho elaborado em formato de vídeo, é válido para alcançar um maior número de pessoas e conscientiza-las sobre a temática. **BIBLIOGRAFIA:** 1. CHAVES VIEIRA, Â.; DA SILVA TEIXEIRA AGUIAR, Z.; SOUZA, F. **TABAGISMO E SUA RELAÇÃO COM O CÂNCER BUCAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA** SMOKING AND ITS RELATIONSHIP WITH ORAL CANCER: A LITERATURE REVIEW 2. MARIA LUÍSA ALVARENGA et al. **Avaliação do conhecimento dos cirurgiões-dentistas quanto ao câncer bucal. Revista da Faculdade de Odontologia - UPF**, v. 17, n. 1, 2012.3. MENDES DE FREITAS, R. et al. **Fatores de risco e principais alterações citopatológicas do câncer bucal: uma revisão de literatura** Risk factors and major cytopathological changes of oral cancer: a review of literature. v. 48, n. 1, p. 13–21, 2016.4. SANTOS, I. V. et al. **O papel do cirurgião-dentista em relação ao câncer de boca.** *Odontologia Clínico-Científica (Online)*, v. 10, n. 3, p. 207–210, 2011.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

A CONTRIBUIÇÃO DA ODONTOPEDIATRIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA BOA SAÚDE ORAL

Gabrielly L Gomes¹, Fernanda B Hubner¹, Ana Laura M V Lima¹, Julia V de Figueiredo¹, Caroline C Santa-Rosa².

¹Acadêmico do 4º período do curso de Odontologia da FAMINASBH, ²Professora orientadora do projeto

A odontopediatria é uma especialidade odontológica, a qual tem como objetivo diagnosticar, prevenir patologias orais e informar as condutas necessárias para a manutenção da saúde oral da criança, do bebê, da gestante e do adolescente. Sendo assim, é necessário que para a construção de uma saúde bucal eficiente, haja comunicação e transmissão de informação pelo odontólogo a todo núcleo familiar. A intervenção do odontopediatra tem início a partir do pré-natal. Nessa fase, o profissional procura instruir a mãe sobre os benefícios do aleitamento materno ligado ao desenvolvimento da musculatura e ossos do crânio neonatal, visto que o ato de ordenha do recém-nascido, promove os movimentos de protrusão, elevação e retrusão da mandíbula através da movimentação de alguns músculos orofaciais como os músculos pterigoideos, masseter, temporal, genio-hioideo e milo-hioideo. Dessa forma, o ato de amamentação previne o desenvolvimento de disfunções craniomandibulares, má oclusão, alteração na fonação e deglutição atípica. Após a transmissão de informação sobre a importância odontológica da amamentação, o odontólogo alerta sobre possíveis anomalias de desenvolvimento, por exemplo, a anquiloglossia, a qual deve ser diagnosticada e intervinda cirurgicamente pelo profissional de forma a promover a não intervenção desse tecido embrionário, no ato de ordenha e fonação do bebê. Durante a fase de erupção dentária, o profissional deve instruir o núcleo familiar sobre a dieta da criança e as condutas de higienização. Posto que, a exposição contínua à sacarose causa formação de biofilme e desregulação nos processos de mineralização e de remineralização e como consequência, o surgimento de cárie. Deve-se também explicar a influência dessa patologia nos dentes permanentes atrelando à importância da higienização oral com o auxílio de dentífricos de até 1100PPM de F de do fio dental. Outra função desse profissional é examinar e buscar possíveis anomalias do desenvolvimento dentário ao longo da erupção dos dentes decíduos e realizar suas respectivas intervenções. Sabe-se que os hábitos de higiene bucais realizados na infância são perpetuados ao longo da vida adulta do paciente. Por esse motivo, esse grupo de especialistas adotam técnicas de manejo comportamental, objetivando além da promoção de uma boa conduta do paciente frente ao ambiente odontológico, a transmissão de informação de maneira lúdica e dentro da capacidade de entendimento da criança de acordo com sua fase do desenvolvimento. Desse modo, é possível compreender a contribuição da odontopediatria na construção de uma boa saúde bucal, já que o tratamento dentário não é a única função desse profissional. Um bom odontólogo infantil, busca informar e construir uma relação de confiança com o paciente e com todo grupo familiar, abrangendo diversas fases do desenvolvimento e suas singularidades, contribuindo para o bom desenvolvimento ósseo, para a diminuição da doença cárie e para todo o contexto odontológico, uma vez que essa área da odontologia promove o prazer pela manutenção da saúde bucal desde o pré-natal até a fase adulta, estimulando a manutenção de uma boa higienização oral e como consequência na saúde bucal como um todo. **REFERÊNCIAS:** American Academy of Pediatric Dentistry. Behavior guidance for the pediatric dental patient. The Reference Manual of Pediatric Dentistry. Chicago, Ill.: American Academy of Pediatric Dentistry; 2020:292-310. GOMES, Erissandra; ARAUJO, Fernando Borba de RODRIGUES, Jonas de Almeida. **Freio lingual: abordagem clínica interdisciplinar da Fonoaudiologia e Odontopediatria.** *Rev. Assoc. Paul. Cir. Dent.* 2015, vol.69, n.1, pp. 20-24. ISSN 0004-5276. CARVALHO, W. C. et al. The repercussions of breastfeeding and the use of artificial teats on the stomatognathic function and systemic health of the baby in the first thousand days of life: A literature review. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, p. e453101019119, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i10.19119. GIROTTO, Gabrielle Ricci Rocha et al. A RELEVÂNCIA DA ATUAÇÃO DO ODONTOPEDIATRA. **REVISTA FAIPE**, v. 9, n. 2, p. 36-41, dez. 2019. ISSN 2179-9660.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA COMUNICAÇÃO ENTRE OS PROFISSIONAIS DENTISTAS E
A COMUNIDADE DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19

Mariana Olímpio Vieira (IC marianaolimpiovieira06@gmail.com)¹, Alexandre Horácio Couto
BITTENCOURT²

1- Curso de Odontologia; 2- Docente *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000*
- *Muriaé-MG*

Palavras-chave: Tecnologia Educacional, odontologia, coronavírus.

APRESENTAÇÃO: Desde a descoberta da nova cepa de coronavírus (Sars-Cov-2) em 2019, o mundo enfrenta grandes desafios na saúde pública. Isso porque, esse vírus possui capacidade de propagação e transmissão contínua entre as pessoas, além de ocasionar manifestações que variam de intensidade, podendo ser leves ou até mesmo fatais. [2] Com isso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) orienta a população a manter o distanciamento social a fim de reduzir a propagação do vírus [4]. Diante disso, os profissionais dentistas precisaram buscar novas alternativas de atendimento odontológico para se comunicarem com seus pacientes a fim de orientá-los em relação à saúde bucal. O objetivo deste trabalho foi identificar a contribuição das redes sociais para a área odontológica no contexto da pandemia por covid-19. **DESENVOLVIMENTO:** As redes sociais são recursos inseridos nas ferramentas digitais, como computadores, tablets e dispositivos móveis que usam a tecnologia como base de seu funcionamento. Essas ferramentas permitem a quebra de barreiras para a comunicação, mesmo que a quilômetros de distância. Para a odontologia, o uso das redes sociais durante a pandemia foi um meio facilitador de troca de informações entre os profissionais e a comunidade. Aplicativos de mensagens como Whatsapp, Facebook, Instagram, aplicativos de videochamada, como Zoom, Google meet, Facetime, Skype; e até mesmo o próprio aparelho celular possibilitaram que o atendimento odontológico fosse iniciado antes mesmo da chegada do paciente ao consultório. Além disso, orientações, triagem, encaminhamentos e agendamentos foram repassados pelo próprio meio digital, evitando que o paciente se deslocasse até o consultório e consequentemente, reduzindo os riscos de contaminação. No entanto, vale ressaltar que o exercício da odontologia pelo meio digital está restrito a atividades de teleorientação e ao telemonitoramento, não cabendo ao profissional realizar diagnósticos, prescrição e plano de tratamento à distância. [2] **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As redes sociais são ferramentas acessadas simultaneamente por milhares de pessoas ao redor do mundo, isso significa que além de ser um meio facilitador de comunicação entre profissional e paciente, também pode ser considerado um meio de prestação de serviços e de educação em saúde oral. Logo, durante o cenário pandêmico, fazer o uso dessas ferramentas é uma estratégia pertinente que pode se manter mesmo após a pandemia por covid-19. No entanto, é preciso estar atento as limitações, visto que o acesso à rede de internet e ferramentas digitais não é universal, principalmente pela população de baixa renda e idosos. Portanto, a teleodontologia deve ser estudada mais intimamente a fim de verificar o impacto de sua aplicação durante a pandemia. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ROCHA, Jessilene R; et al. Odontologia no contexto da pandemia por COVID-19: uma visão crítica. *Braz. J. Hea. Rev*, Curitiba, v. 3, n. 6, p.19498-19509. Nov/dez 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/22172/17718#> acesso em: 28 ago. 2021. [2] MACHADO, F. C.; OLIVEIRA, L. C.; SILVA, D. L. M.; CARVALHO, T. de A. ; NOVAIS , V. R.; MENEZES, M. de S. Teleorientation with the use of digital tools to assist dental care in a time of the COVID-19 pandemic: an integrative literature review . *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 6, p. e17210615663, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i6.15663. Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15663> . Acesso em: 29 ago. 2021. [3] NUNES, L. M. N; et al. Os desafios da prática odontológica em tempos de pandemia. *Revista Interface – Integrando Fonoaudiologia e Odontologia*, v. 1 n. 1 2020: ago/2020. Disponível em: <http://www.revistas.uniflu.edu.br:8088/seer/ojs-3.0.2/index.php/interface/article/view/248> . acesso em 28 ago. 2021. [4] XAVIER, Thiago B; et al. Utilização de Recursos Web na educação em Odontologia durante Pandemia COVID-19. *Braz. J. Hea. Rev*, Curitiba, v.3 n.3 (2020). Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n3-081> .Acesso em 28 ago. 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 - Odontologia

RELAÇÃO ENTRE CÁRIE DENTÁRIA E DIABETES MELLITUS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Maria Eduarda Navarro D. dos **SANTOS** (IC-mariaeduardanavarro32@gmail.com)¹, Ana Júlia **MILANI** (PQ)²

1. Curso de Odontologia; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS* - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Cárie dentária, diabetes mellitus, manifestações orais.

INTRODUÇÃO: A diabetes mellitus (DM) é um conjunto de desordens metabólicas caracterizada pela disfunção dos níveis de glicose no sangue, podendo ser do tipo I ou II [1]. Essas desordens podem desencadear problemas sistêmicos, resultando em manifestações orais. Dentre elas, está a cárie dentária, uma doença multifatorial biofilme dependente causada pela desmineralização dos tecidos dentários decorrente do baixo pH bucal [2]. Os fatores etiológicos da cárie englobam a alta ingestão de carboidratos, hipossalivação, e a presença de bactérias cariogênicas na cavidade oral [3]. Desse modo, este trabalho teve como objetivo verificar por meio de uma revisão integrativa da literatura a correlação entre DM e a ocorrência de cárie. **MATERIAL E MÉTODOS:** O presente estudo teve como pergunta norteadora “Podemos correlacionar a cárie dentária ao diabetes mellitus?”. Em seguida, foi realizada uma busca nas bases de dados BVS, PUBMED e Google Acadêmico, utilizando-se os seguintes descritores de acordo com a plataforma DeCs: “Cárie Dentária” e “Diabetes Mellitus”. Foram incluídos artigos disponíveis na íntegra, em inglês ou português, publicados entre 2015 e 2021, dentro do tema proposto. Não foram incluídos na pesquisa estudos publicados antes de 2015, em outros idiomas, teses e artigos de opiniões. Não houve restrições quanto ao local de publicação. Após levantamento bibliográfico, foram selecionados para leitura de resumo 15 trabalhos. Destes, 10 foram lidos na íntegra e 8 escolhidos para compor esta revisão. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A DM causa descontrole dos níveis de glicemia devido à resistência ou produção insuficiente de insulina. Há dois tipos de diabetes mellitus: tipo I – as células β do pâncreas deixam de produzir insulina –, e tipo II – nesse caso essas células se tornam resistentes à insulina [1]. Essa condição afeta diretamente a cavidade oral, e o paciente diabético pode apresentar diversas manifestações bucais, como a hipossalivação, xerostomia, gengivite, periodontite, candidíase, ulceração aftosa recorrente e cárie dentária [2]. Muitos autores acreditam que a cárie é diretamente influenciada pela DM devido a alterações na saliva, alterações periodontais, aumento da quantidade de bactérias cariogênicas no meio bucal e uma dieta rica em carboidratos fermentáveis, mas ainda há controvérsias na literatura. Nesses pacientes, o fluxo salivar reduzido acarreta em xerostomia e restringe a capacidade de limpeza da saliva. Os componentes da saliva também sofrem alterações, como a diminuição de bicarbonatos – reduzindo seu potencial de tamponamento –, diminuição de cálcio – prejudicando a reparação dos dentes – e presença de glicose em maior quantidade, favorecendo o crescimento bacteriano e a ocorrência de cárie [2]. A alta ingestão de açúcares por pacientes diabéticos também é um importante fator etiológico da cárie [1]. Em contrapartida, alguns autores relatam um índice menor de lesões cáries em pacientes compensados, devido a uma dieta mais restritiva [4]. Dessa forma, haverá uma diminuição dos efeitos que favorecem a cárie dentária. **CONCLUSÕES:** Podemos observar que fatores associados ao descontrole metabólico da DM estão relacionados ao aumento do risco de cárie, mas esse risco diminui se o paciente é compensado. **AGRADECIMENTOS:** À professora Ana Júlia por todo esforço, tempo e dedicação. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LATTI, B.R.; KALBURGE, J.V.; BIRAJDAR, S.B.; LATTI, R.G. Evaluation of relationship between dental caries, diabetes mellitus and oral microbiota in diabetics. *J. Oral Maxillofac. Pathol.*, Ahmednagar, v. 22, n. 2, p. 282, 2018. [2] SINGH, I. et al. Diabetes an inducing factor for dental caries: A case control analysis in Jammu. *J. Int. Soc. Prev. Community Dent.*, Jammu, v. 6, n. 2, p. 125-129, 2016. [3] ROHANI, B. Oral manifestations in patients with diabetes mellitus. *World J. Diabetes*, Tehran, v. 10, n. 9, p. 485-489, 2019. [4] VERHULST, M.J.L.; LOSS, B.G.; GERDES, V.E.A.; TEEUW, W.J. Evaluating All Potential Oral Complications of Diabetes Mellitus. *Front. Endocrinol.*, Amsterdam, v. 10, p. 56, 2019.

Área do Conhecimento (CNPq): 4.02.00.00-0 – Odontologia

TRABALHOS CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

ANÁLISE DE VIABILIDADE DA APLICAÇÃO DE CONCRETO PIGMENTADO EM EDIFICAÇÕES

Izabela S. AMARAL (IC –izabela-amaral2@hotmail.com)¹ e Beatryz C. MENDES (PQ)²

1. Curso de Engenharia Civil; 2. Orientadora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Concreto Pigmentado; Arquitetura; Aplicabilidade.

APRESENTAÇÃO: O mercado da construção civil está constantemente em expansão e, aliado à esse crescimento, está a busca por novos materiais e tecnologias que visam construções mais sustentáveis. O concreto pigmentado, que também é chamado de cromático, é um desses materiais. Este vem ganhando espaço na arquitetura moderna, apesar de ainda pouco difundido e aplicado no Brasil. Através de pesquisas bibliográficas e análise de estudos realizados, pretende-se, nesse trabalho, discutir a viabilidade da aplicação do concreto pigmentado em edificações. **DESENVOLVIMENTO:** O concreto pigmentado pode ser utilizado em diferentes tipos de elementos construtivos, como em pisos, fachadas de edificações, pontes. A utilização desse material pode apresentar economias para algumas edificações, pois dispensa a necessidade de chapisco, emboço, pinturas e revestimentos. Ademais, apresenta um diferencial estético e arquitetônico. Para a produção desse concreto, o pigmento pode ser introduzido em qualquer tipo de agregado ou cimento. Porém, quando se utiliza os cimentos convencionais Portland, não é possível obter cores claras, pois a cor cinza do cimento convencional não permite que a coloração final do concreto produzido seja a exata cor do pigmento. Dessa forma, o mais indicado é o uso do cimento Portland branco, o qual permite a obtenção de diferentes tonalidades e cores. [1] Do ponto de vista técnico, o concreto pigmentado e o convencional são equivalentes. As propriedades de resistência mecânica e desempenho do concreto pigmentado não são significativamente alteradas. Entretanto, sua utilização requer maior rigor em relação ao controle tecnológico, necessitando de maiores cuidados na seleção dos constituintes, dosagem, produção da mistura e na execução da estrutura [2]. Um estudo foi desenvolvido com o intuito de comparar as propriedades mecânicas do concreto pigmentado com o convencional. Neste, os autores confeccionaram 6 corpos de prova, sendo 2 de concreto convencional (T1SP), 2 com 3% de pigmentado na mistura (T1P3) e 2 com 6% de pigmento na mistura (T1P6). O traço definido pelos autores foi 1: 2,71: 3,52 (em massa), comumente utilizado para estruturas de concreto armado. Aos 28 dias, os corpos de prova foram submetidos ao ensaio de resistência à compressão e obtiveram os seguintes resultados: T1SP = 17 MPa, T1P3 = 15,83 MPa e T1P6 = 13,49 MPa. Os resultados obtidos demonstraram uma redução de 6,88% para o T1P3 e 20,65% para o T1P6, com relação à resistência à compressão [3]. Isso indica que inclusões de pigmentos em até 3% seriam satisfatórias em termos de comportamento mecânico. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante das informações expostas, a partir da pesquisa bibliográfica e análise dos resultados apresentados, é possível comprovar a viabilidade técnica do uso do concreto pigmentado. Quanto às propriedades mecânicas, o uso do pigmento não demonstrou grandes alterações na resistência mecânica do concreto. Do ponto de vista econômico, apesar de o concreto com adição de pigmento apresentar um valor mais elevado para sua produção, o mesmo gera economia em outros aspectos. Conforme supracitado, em algumas edificações dispensa-se a necessidade de quaisquer formas de revestimento. Ainda que o concreto pigmentado seja um material pouco conhecido e utilizado, este apresenta ser uma opção viável para a construção civil; tal área tem crescido de forma significativa, exigindo o desenvolvimento de arquiteturas e materiais mais modernos. **AGRADECIMENTOS:** A orientadora Beatryz Mendes pelo auxílio na realização do trabalho e ao UNIFAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CONCEIÇÃO, Léo Borges. **Estudo da Tecnologia e Aplicação do Concreto Colorido em Habitações de Interesse Social**. TCC - Curso de Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. [2] HELENE, P. R. L.; GALANTE, R. **Concreto colorido**. Anais. São Paulo: IBRACON, 1999. [3] SOUZA, Gisele Monteiro de *et al.* **Aplicabilidade do Concreto Colorido na Construção Civil no Município de Teófilo Otoni**. TCC - Curso de Engenharia Civil, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, 2018.

Área do Conhecimento (CNPq): 3.01.00.03 – 3 Engenharia Civil

CONCRETO SUSTENTÁVEL CONTENDO RESÍDUOS DE PET - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Juliana Gonçalves **MACHADO** (IC – juliana.g.m.86@gmail.com)¹, Isabella Vieira **NOGUEIRA** (IC - Isabellanogueira19@yahoo.com)¹, Tiago Santos **SILVEIRA** (IC – tiagosantossilveira2014@gmail.com)¹, João Lucas de **SOUSA** (IC – joaolucass99@gmail.com)¹, Beatryz Cardoso **MENDES** (PQ)² e Verônica Silva Costa **MEDEIROS** (PQ)².

1. Curso de Engenharia Civil; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG.

Palavras-chave: Concreto; fibra de PET; sustentabilidade.

APRESENTAÇÃO: O concreto sustentável promove tanto a preservação ambiental, como também a busca por novas tecnologias e materiais com melhores desempenhos. Ademais, ele pode ser produzido através da substituição dos agregados não renováveis por resíduos reciclados, os quais seriam descartados de maneira inadequada na natureza. Um exemplo de resíduo que pode ser incorporado ao concreto é o PET [1]. O PET é um polímero termoplástico que está presente em 77% das embalagens, devido às suas particularidades como estabilidade química e alta resistência ao impacto e à pressão interna [1]. No entanto, os resíduos de PET representam grandes percentuais em aterros e lixões e levam cerca de 400 anos para degradar-se, o que configura um problema ambiental [2]. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é avaliar e relacionar as metodologias e os resultados constantes em 8 trabalhos que abordam a utilização de PET para confecção de concretos. A finalidade é verificar a viabilidade deste concreto sustentável e identificar as aplicações mais apropriadas.

MATERIAL E MÉTODOS: Foi realizada uma pesquisa bibliográfica de cunho sistemático, abrangendo o tema e trazendo resultados que possam ser satisfatórios. As principais plataformas de pesquisas utilizadas foram o Google Acadêmico, Scielo e Capes periódico, com o período de tempo limitado aos últimos 12 anos. Foram selecionados 8 trabalhos, de acordo com uma avaliação em relação a: qualidade de execução do estudo, sua adequação à questão da revisão, e sua adequação ao foco da revisão, podendo cada parâmetro ser classificado como alto, médio ou baixo [3]. Os trabalhos escolhidos se classificaram em alto (5 trabalhos) e médio (3 trabalhos). Diante das informações apresentadas, os resultados serão expostos de forma qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: As análises dos trabalhos foram feitas verificando os traços adotados, porcentagens de PET adicionadas ou substituindo o agregado miúdo e os ensaios realizados no estado fresco e endurecido. Os ensaios de maior relevância nos trabalhos foram: resistência à compressão (ABNT NBR 5739/2018), *slump test* (ABNT NBR NM 67/1998), determinação do teor de absorção de água, índice de vazios e massa específica (ABNT NBR 9778/2005). No ensaio de *slump test*, observou-se em todos os trabalhos que a utilização de PET como agregado miúdo no concreto reduz sua trabalhabilidade, de acordo com o aumento das porcentagens substituídas. Isso acontece devido à superfície lisa do PET que não se adere o suficiente na pasta, principalmente na presença de um alto fator água/cimento. Os resultados de teor de absorção de água, índice de vazios e massa específica podem ser analisados de maneira análoga. Como o PET possui pouca aderência na pasta, são formados muitos vazios. Dessa forma, quanto maior a presença de PET, maiores são os valores de absorção de água e índice de vazios, e menor é a massa específica do concreto. O teor de PET também interfere na resistência mecânica. Observou-se que a resistência diminui com a presença de PET, devido ao maior índice de vazios e porosidade. No mais, o único trabalho cujo concreto apresentou resistência adequada para uso estrutural foi o que adicionou o PET (4,5%, 5% e 5,5%). Nota-se que as porcentagens adicionadas foram baixas, e os valores encontrados para resistência estiveram bem próximos ao limite mínimo de 20 MPa.

CONCLUSÕES: A má aderência entre o PET e a pasta resulta em concretos mais porosos, e menos trabalháveis e resistentes. O concreto com substituições de PET não pode ser aplicado para fins estruturais. No entanto, seu uso é viável em elementos sem funções estruturais, como calçadas, sarjetas, etc., onde a resistência exigida está entre 10MPa a 15MPa. Além disso, ressalta-se que os concretos com PET apresentam menor massa específica, possibilitando a fabricação de elementos mais leves. Pode-se concluir que a aplicação desse concreto seria relevante para o meio ambiente e também para a utilização na construção civil. **AGRADECIMENTOS:** À Faminas e às professoras envolvidas pelo apoio concedido. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** [1] ROCHA, E. R. A viabilidade econômica sustentável do bloco concreto com garrafa pet. Conclusão do curso de MBA Gestão de Obras e Projetos. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, 2017. [2] SATO, S. A. S.; ALEIXO, A. D.; OLIVEIRA, N. D. A.; MELO, J. V.; COSTA, G. K. S. Reciclagem de PET: Potencialidades para Sustentabilidade e Inclusão Social. Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. 2016. [3] DRESCH, A.; LACERDA, D. P.; ANTUNES JÚNIOR, J. A. V. Design Science Research: Método de Pesquisa para Avanço da Ciência e Tecnologia. Porto Alegre: Bookman, 2014. 204p.

Área do Conhecimento (CNPq): 3.01.00.00-3 - Engenharia Civil

REFLEXOS DO AUMENTO DO PREÇO DO AÇO NO ORÇAMENTO DAS OBRAS

Antônio Weuller de Oliveira **Souza** (IC - antonioweuller@gmail.com)¹, João Victor **Laviola** (IC)¹ e Carlos Felipe de **Azevedo**(PQ)²

1. Curso de engenharia civil; 2. Professor

Palavras-chave: Aço, Construção civil, reflexos.

APRESENTAÇÃO: As civilizações primordiais desenvolviam suas construções a partir de materiais que não sofriam nenhum tipo de tratamento. Porém, esse conceito foi mudando com o decorrer de tempo e evolução da sociedade, que passou a aprimorar os materiais de modo a atender suas necessidades [1]. As primeiras matérias primas usadas nas construções foram: “pedra e a madeira e, mais tarde, as ligas metálicas” [2]. Contudo, o desenvolvimento da sociedade trouxe novas exigências, tais como maior resistência, longevidade e melhor aspecto estético, além de uma produção e moldagem mais simples, gerando a necessidade do desenvolvimento de novos materiais [1]. Nesse contexto, surgiu o concreto, que reúne a resistência da pedra e a trabalhabilidade do barro, que passou por adaptações para se tornar ainda mais eficiente, desenvolvendo então o concreto armado que por sua vez estimulou a pesquisa do aço [1]. A ascensão da utilização do aço se deu na revolução industrial, por volta da metade do século XIX, com o aprimoramento das tecnologias e dos processos industriais de laminações de perfis, substituindo o ferro fundido que se tratava da liga metálica de maior utilização até então, destacando-se como material estrutural [2]. Porém, a partir do ano de 2020 o aço vem sofrendo grandes reajustes no preço o que trouxe alguns reflexos na construção civil. O objetivo dessa pesquisa é avaliar os reflexos causados no orçamento das obras, devido ao aumento do preço do aço na construção civil. **DESENVOLVIMENTO:** Buscando obter os dados necessários para o artigo, foi desenvolvida uma entrevista com alguns profissionais da área da construção civil, de forma a considerar a opinião dos mesmos para a formulação das conclusões acerca dos reflexos do preço do aço. A opção adotada para o plano de pesquisa foi de caráter exploratório, possuindo uma natureza básica e abordagem de dados qualitativa. Além disso, pode-se afirmar que o instrumento de pesquisa adotado foi à entrevista estruturada. A partir desse contexto foi elaborado um conjunto de questões que abordam possíveis prejuízos financeiros aos profissionais da construção civil no desenvolvimento de um orçamento; alteração na demanda das construções; medidas alternativas tomadas para contornar o atual cenário do preço do aço; entre outras. Ademais, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica para obter-se as possíveis causas do aumento do preço do aço. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Através da pesquisa, pode-se constatar que o elevado valor das matérias primas, a valorização global e a taxa de câmbio, foram fatores determinantes para o aumento do preço do aço. No que diz respeito aos reflexos no orçamento das obras, ao se avaliar as respostas dos entrevistados foi possível perceber que há casos em que houve prejuízos financeiros e outros que tiveram que fazer reajustes em aspectos de projeto. Não foram adotadas medidas alternativas por parte dos entrevistados, devido à carência de novas tecnologias na região de trabalho dos profissionais ou ainda pelo conservadorismo do setor de construção civil. A pesquisa mostrou também que houve um aumento relativo da demanda de obras. Por fim, foi possível concluir que a alteração do preço do aço interferiu de forma concreta no valor das edificações, tornando-as mais caras. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BAUER, F. L. A. **Materiais de construção – Vol. 1**, 6 ed. Rio de Janeiro, LTC 2019; [2] CLÍMACO, J. C. T. S. **Estruturas de concreto armado: fundamentos de projeto, dimensionamento e verificação**. 3 ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2016.

Área do conhecimento(CNPq): 3.01.00.00-3 – Engenharia Civil

**VANTAGENS DO USO DA METODOLOGIA BIM E DIFICULDADES PARA A SUA
IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL**

Lucas Andrade NUNES (IC-lucas.andrade21@outlook.com.br)¹ e Beatryz Cardoso MENDES (PQ)²

1. Curso de Engenharia Civil; 2. Professora. Centro universitário FAMINAS- 36880-000- Muriaé- MG

Palavras-chave: BIM, vantagens, Estratégia BIM BR

APRESENTAÇÃO: O BIM (Building Information Modeling) trata-se de uma plataforma que possibilita a criação de modelos virtuais com dados técnicos da construção [1]. Nesse viés, uma maior proximidade da obra real dependerá do grau de informações adicionadas ao seu modelo virtual. Neste sentido, cabe mencionar a respeito das principais dimensões do BIM, as quais se relacionam com as fases da obra, são elas: 3D, 4D, 5D, 6D e 7D. Estas se associam, respectivamente, à modelagem, ao planejamento do empreendimento, aos custos, a aspectos de sustentabilidade e a operações de manutenção. Normalmente, no Brasil, trabalha-se até a dimensão 5D [1]. Dado a relevância deste tema na atualidade, pretende-se apresentar nesta pesquisa as vantagens que a metodologia BIM proporciona e as dificuldades encontradas para a sua implementação, bem como as medidas que estão sendo adotadas para que nos próximos anos este modelo faça parte efetivamente do contexto da construção civil no Brasil. **DESENVOLVIMENTO:** Um dos principais benefícios que o BIM proporciona consiste em uma melhor comunicação entre os profissionais envolvidos no planejamento da edificação, uma vez que os mesmos compartilham de um único modelo digital da obra, que é capaz de suportar informações de cada projeto [1]. Desse modo, o compartilhamento de ideias e ações torna-se mais simples. Vale citar também que, com o BIM, a detecção de interferências entre os diferentes projetos é realizada automaticamente, diferentemente dos projetos elaborados por meio de ferramentas CAD, no qual as interferências são detectadas através da sobreposição de plantas [1]. Mesmo apresentando diversos pontos positivos, existem alguns fatores que dificultam a implementação do BIM. Através de um questionário aplicado a escritórios de arquitetura, Sousa (2009) pôde constatar tais fatores, sendo eles: falta de tempo para a implantação, incompatibilidade com parceiros de projeto, resistência a mudança de software, custo elevado do programa e carência de profissionais especializados [2]. Com o intuito de contornar esses empecilhos, o Estado tem tomado algumas medidas. O decreto Nº 9.983 de 2019, por exemplo, é uma delas. Neste decreto, o governo expõe a Estratégia BIM BR, que foi elaborada, principalmente, com o propósito de incentivar o investimento nessa tecnologia. No art. 2º deste decreto constam alguns objetivos, como: propagar o BIM e as suas vantagens; gerar condições oportunas para o investimento privado e público em BIM; fortalecer a biblioteca e a plataforma nacional BIM; incentivar a qualificação em BIM, entre outros [3]. Vale citar também o decreto Nº 10.306 de 2020 que estabelece a obrigatoriedade do uso do BIM por parte de empresas que queiram prestar serviços a determinados órgãos públicos. No art 4º, do referido decreto, são apresentadas as fases para a implementação do BIM, que se dará de forma gradual, iniciando no ano de 2021 e terminando no ano de 2028 [3]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A adoção do BIM por parte dos profissionais da construção é de suma importância, haja vista que esta tecnologia pode impulsionar o desenvolvimento do país. Uma das metas com a Estratégia BIM BR, por exemplo, se refere ao aumento do PIB [3], impulsionado pelo ganho de produtividade no setor da construção civil. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** [1] GONZAGA, A. Conheça as 7 dimensões do BIM e suas vantagens. Papo de Engenheiro. 2021. Disponível em: <<https://www.orcafascio.com/papodeengenheiro/dimensoes-do-bim/>> Acesso em: 25 de agosto de 2021. [2] SOUZA, L. L. A. Diagnóstico do uso do BIM em empresas de projeto de arquitetura. Dissertação de Mestrado. UFF. Niterói, 2009. [3] GONZAGA, A. Decreto BIM: Tudo que você precisa saber para 2021. Papo de Engenheiro. 2020. Disponível em: <<https://www.orcafascio.com/papodeengenheiro/decreto-bim-tudo-que-voce-precisa-saber-para-2021/>> Acesso em: 24 de agosto de 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 3.01.00.00-3 – Engenharia Civil

TRABALHOS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

OS IMPACTOS DO TRABALHO “*HOME OFFICE*” PARA COLABORADORES EM TEMPOS DE PANDEMIA

Larissa Pereira da SILVA (larissacoper17@gmail.com)¹; Juliana Silva PARANHOS (julianasilvaparanhoss@gmail.com)¹; Marcelle Fernanda Silva OLIVEIRA (marcelefs.2015@gmail.com)¹; Alice Gonçalves REZENDE (alicegrezende@outlook.com)¹; Tatiana Domingues PEREIRA (tatiana.pereira@faminasbh.edu.br)²

1. Curso de Administração; 2. Professor Orientador. Faculdade de Minas – FAMINAS BH – 31744-007 – Belo Horizonte – MG

Palavras-chaves: Mercado de trabalho; Mudanças; *Home office*; Pandemia.

APRESENTAÇÃO: A pandemia de COVID-19, no ano de 2020, gerou impactos nos mais diferentes âmbitos da sociedade. Diante desse cenário de mudanças e incertezas, as organizações de diversos setores têm procurado gerir seus funcionários na modalidade de trabalho *home office*. Diante desta situação, pretende-se por meio desse trabalho, apresentar os impactos do *home office* sobre a vida dos colaboradores. **DESENVOLVIMENTO:** Vislumbrava-se que o *home office* pode trazer inúmeros benefícios para o colaborador tais como a flexibilidade de horários; melhoria da produtividade; menos exposição violência/stress em deslocamentos; redução de custos para a empresa e empregado (BARROS; SILVA, 2010). Em contrapartida, sempre foi latente o receio dos impactos psicológicos sobre os teletrabalhadores, motivados pela impessoalidade e baixo envolvimento no trabalho (SAKUDA, 2001). Logo, ressaltam Lemos, Oliveira e Montazo (2020) que a maioria dos trabalhadores que adotou o *home office*, estão mais desgastados e trabalhando mais atualmente do que quando trabalhavam presencialmente, já que o trabalho doméstico e os filhos se fundiram com a carga horária de trabalho. Embora a legislação do teletrabalho seja de 2017, tal fato ainda é novidade à maioria, o que pode trazer enormes dificuldades de adaptação, tanto para o empregado, para o empregador e para o Ministério do Trabalho para verificar ilegalidades, tendo em vista o desconhecimento legal verificado no homem médio¹. Os direitos do empregado, em tese, se mantêm intacto com o teletrabalho. No contrato de trabalho tal modalidade deverá ser expressa, especificando as funções a serem exercidas pelo empregado. O contrato de trabalho, em princípio, se opera pela vontade das partes que devem, inclusive, fazer constar no mesmo quanto a restituição de insumos utilizados para desenvolver as suas atividades e a responsabilidades pelos equipamentos. A rigor do art. 75-D da CLT, a empresa, tem a responsabilidade com o fornecimento dos equipamentos de tecnologia e infraestrutura que for necessária, para que seu contratado consiga realizar as tarefas em *home office*, como também, deverá reembolsar qualquer despesa que o emprego teve que arcar, para efetuar as suas atividades, de acordo com a lei nº 13.467, de 2017 (BRASIL, 2017). Nesse sentido, é essencial que o empregado se atente aos seus direitos para não ser surrupiado pelo empregador, eis que se tornou prática comum se aproveitar da situação de teletrabalho e compelir o empregado a arcar com os custos de desenvolvimento de suas funções. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Constata-se, que o *home office*, deve se tornar cada vez mais abrangente e representativo, mesmo após o fim do distanciamento demandado pelo surto do coronavírus. Nesse sentido, é fundamental que as organizações se atentem a legislação sobre o teletrabalho e ofereçam o amparo necessário aos seus colaboradores por meio de palestras, conversas e treinamentos para que eles obtenham melhor desenvolvimento e disciplina na sua vida profissional, intrapessoal e familiar. **BIBLIOGRAFIA:** BARROS, A. M.; SILVA, J. R. G. Percepções dos indivíduos sobre as consequências do teletrabalho na configuração do home office: estudo de caso na Shell Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 8, nº 1, artigo 5, Rio de Janeiro, mar. 2010. SAKUDA, L. O. **Teletrabalho:** desafios e perspectivas. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo/FGV, São Paulo, 2001. LEMOS, A. H. C.; OLIVEIRA, A. B.; MONZATO, P. P. Mulheres em home office durante a pandemia da Covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. **Rev. adm. Empresa**. São Paulo, v. 60, n. 6, p. 388-399, Dec. 2020. BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de junho de 2017**. Consolidações da Lei de Trabalho (CLT). Diário oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2017.

¹ Homem médio: Termo designado para referenciar aquela pessoa de conhecimento padrão, a maioria do povo, um homem comum (CHAUI, 1994).

O ENSINO REMOTO E A (RE)CONSTRUÇÃO DE TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO COM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

KELLY KEITY DA SILVA (kelly.keity.silva@gmail.com), DANIELA APARECIDA DA SILVA SOARES (ssoaresdaniela@hotmail.com), ANA BEATRIZ CARVALHO NOGUEIRA (bianogueira54@hotmail.com), CRISLAINE FERREIRA DE MELO (fmelocrislaine@gmail.com)¹ e ARTHUR VENUTO LOPES VIANA²

1-Curso de Psicologia; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS-MURIAÉ* - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: ensino remoto; experiência de estágio; intervenção com grupos.

APRESENTAÇÃO: O presente trabalho se constitui como um relato de experiência realizada no âmbito da unidade de ensino de Estágio IV – Práticas Psicossociais e Comunitárias do curso de Psicologia, cujas intervenções buscaram colocar em destaque a (re)construção de trajetórias acadêmicas de estudantes universitários no âmbito do ensino remoto, considerando a necessidade de adaptação da rotina em meio ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de importância Internacional (ESPIN) causada pela pandemia de COVID-19. O público-alvo foram estudantes do 1º e 3º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Faminas. Considerando a Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, a construção de trajetórias acadêmicas parte do estabelecimento de vínculos entre os atores participantes do processo educacional, tendo o professor como mediador e os estudantes como sujeitos ativos no processo de construção do saber, ambos atravessados por aspectos históricos, sociais e culturais próprios do contexto em que estão inseridos [1]. Neste sentido, diante da reconfiguração do ensino a partir da mediação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) foi considerada a necessidade de adaptação do cotidiano acadêmico, estabelecimento de novas rotinas de estudo e, sobretudo, novas formas de contato interpessoal. **DESENVOLVIMENTO:** A metodologia teve como base a realização de rodas de conversa por meio do Microsoft Teams, sobre temáticas próprias da rotina acadêmica e a orientação em grupo para organização de estudos, confecção e apresentação de trabalhos. Para levantamento de demandas iniciais foi aplicado um questionário no qual foram identificadas dificuldades em decorrência do ensino remoto, com destaque para problemas técnicos, seguido de dificuldades de concentração, organização de estudos, interação com os colegas e cansaço pelo uso excessivo de telas. Neste sentido, a primeira intervenção propôs o uso de material de organização, como *planners* e listas de atividades, com o objetivo de sistematizar a rotina de estudos além de terem sido discutidos também alguns métodos e técnicas de otimização da aprendizagem. Além disso, o público-alvo expressou dificuldades quanto à apresentação de trabalhos, escassez ou fragilidade dos vínculos entre os componentes da turma e pouco entendimento sobre a matriz curricular do curso. Assim, em segunda intervenção foram discutidas formas de apresentação de trabalhos, assim como a exposição da matriz curricular do curso de Psicologia. Os encontros proporcionaram discussões sobre o ingresso na vida acadêmica e a expressão dos sentidos atribuídos pelos estudantes a este processo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As intervenções contribuíram para a criação e o fortalecimento de vínculos entre os estudantes, aspecto fundamental para a construção de trajetórias acadêmicas bem-sucedidas, bem como favoreceu a criação de uma rede de apoio entre os participantes. Porém, a centralidade da comunicação nos condutores dos encontros e a pouca interação espontânea entre pares, somadas à resistência ao uso de câmera e microfone, revelaram a relutância no uso de recursos importantes para o estabelecimento de vínculos sólidos entre os participantes. Portanto, foi possível perceber a complexidade das questões que envolvem o contexto acadêmico em meio à pandemia de COVID-19, guardadas particularidades sociais, individuais e culturais de grande influência na construção das trajetórias acadêmicas. **AGRADECIMENTOS:** A todos os alunos da FAMINAS que se engajaram no projeto. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FRANCISCHINI, R.; ALENCAR, E. Psicologia e educação: contribuições de Vigotski e Wallon. In: FRANCISCHINI, R.; VIANA, M. N. (Org.). **Psicologia escolar: que fazer é esse?** Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2016, v. 1, p. 38-53.

Área do Conhecimento (CNPq): 7.07.00.00-1 – Psicologia

Área do Conhecimento (CNPq): 7.08.00.00-6 - Educação

A BOA-FÉ OBJETIVA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19

Maria Luísa da Costa **CORDEIRO** (IC-mluisa128@icloud.com)¹, Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)² e Vânia Ágda O. **CARVALHO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professores *Centro Universitário FAMINAS* - MURIAÉ - 36.888-233 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Boa-fé objetiva; COVID-19, consumo.

APRESENTAÇÃO: Sabemos que os princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 interferem significativamente no sistema jurídico e são responsáveis por complementar e amparar as regras. Conforme norteia o Código de Defesa do Consumidor, acerca dos princípios consubstanciados, estes predominam nas relações de consumo e, dentre os inúmeros princípios, é possível citar o princípio da boa-fé objetiva, sendo de suma importância para o contrato de consumo. Nesse sentido, este resumo objetiva abordar acerca do princípio da boa-fé objetiva nas relações de consumo. **DESENVOLVIMENTO:** Assim, alude o presente art. 4º, inciso III, da Lei 8.078/90 que o princípio da boa-fé objetiva exige um equilíbrio na relação de prestação, de fornecimento e também diz respeito a colaboração entre as partes que regem o contrato. Trata-se de um princípio fundamental para o direito do consumidor onde estabelece que as partes possuem o dever de agir com transparência, objetividade, lealdade e colaboração, prezando pelos valores éticos e morais, com a finalidade de evitar práticas abusivas e enganosas. Atualmente, após declarada a pandemia causada pela COVID-19, a sociedade enfrenta um momento de fragilidade e constante mudança. Dessa forma, o Estado adotou medidas restritivas para evitar a proliferação do vírus e tais medidas, conseqüentemente, imobilizaram serviços não essenciais e afetaram a produção de bens [1]. Todavia, para o efetivo cumprimento presencial de certas obrigações, tornou-se impossível em razão do grande abalo econômico, inclusive nas relações contratuais. Em busca de reestabelecer o equilíbrio econômico dos contratos, tem-se aplicado comumente o princípio da boa-fé, objetivando a cooperação e exigindo um comportamento leal e honesto de ambas as partes, prezando a pacificidade e o sucesso na conclusão dos acordos estabelecidos pela relação de consumo. Observa-se que, por conta dos diversos eventos imprevisíveis enfrentados pelos fornecedores e consumidores, partindo da boa-fé objetiva, uma parte deve notificar a outra, de forma honesta e sincera, informando a impossibilidade do adimplemento da obrigação acordada para que haja uma revisão das cláusulas e um possível reajuste de contrato [1]. Destaca-se, assim, que a boa-fé objetiva, buscando uma solução, anexa o dever de informar, da mesma forma que o princípio da equivalência negocial, presente no artigo 6º, II, CDC, garante um tratamento igualitário a todos os consumidores no ato das contratações. Também, no mesmo artigo, inciso V, é garantido ao consumidor o direito de modificação das cláusulas contratuais que estabelecerem prestações desproporcionais, devendo-se aplicar a presunção de vulnerabilidade de todo consumidor, todos procurando viabilizar não o encerramento da relação iniciada na seara do consumo, mas um possível acordo no intuito de viabilizar a continuidade da relação. Em casos de contratos lesados, para alcançar uma solução com êxito para ambas as partes, é fundamental que a cooperação seja recíproca, agindo com transparência, lealdade e aplicando o princípio da boa-fé objetiva [1]. Assim, torna-se possível a flexibilização de determinadas cláusulas contratuais em busca da correção e assistência. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Dessa maneira, buscando diminuir as conseqüências causadas pela COVID-19 nas relações de consumo, a aplicação do princípio da boa-fé objetiva, junto do reconhecimento de outros princípios e direitos básicos do consumidor, poderia contribuir para minimizar os efeitos da pandemia nos contratos de consumo. Pede-se a solidariedade e acordo mútuo entre as partes, buscando viver em uma sociedade onde prevaleça a confiança e empatia entre as pessoas. **BIBLIOGRAFIA:** [1] TARTUCE, Flávio. *Manual de Direito do Consumidor - Direito Material e Processual - Volume Único*. Disponível em: Minha Biblioteca, (10th edição). Grupo GEN, 2021. [2] SZTJAN, Rachel, et al. Contratos em tempos de COVID-19. *RJLB*. Ano 6 (2020), nº 4.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

A EVOLUÇÃO DO DIREITO DA MULHER NO ÂMBITO JURÍDICO BRASILEIRO

Mickaelly Victória Silva Picoli CAETANO (IC – mickaellycaetano@gmail.com)¹, Thaysa Navarro de Aquino RIBEIRO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor(a)

Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36888-233 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Direito da Mulher, Igualdade, Feminismo.

APRESENTAÇÃO: A discussão sobre a evolução dos direitos das mulheres vai mais adiante da impunidade relacionada aos violadores de seus direitos, visto que o *modus operandi* do sistema de Justiça Criminal no Brasil para todos os meios de violência sexual contra a mulher advém da cultura do estupro. As trivialidades que envolvem as mulheres são empregadas da mesma forma no discurso jurídico, ainda que tenha ocorrido o avanço de direitos alcançados ao decurso do tempo. Incessantemente, determinadas liberdades foram removidas do âmbito de decisão da mulher e transferida para o marido, ratificando a política estatal machista. O enfrentamento pelos direitos de igualdade vem sendo desenvolvido na humanidade desde 1791, com a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” de Olympe de Gouges (1748-1793), assinando petições em uma grande pluralidade de frentes de luta, incluindo a escravidão. Terminou sendo guilhotinada em 1793, condenada como contra revolucionária e denunciada como uma mulher “desnaturada” [1]. **DESENVOLVIMENTO:** Nacionalmente, a cientista e bióloga Bertha Lutz, promoveu o I Congresso Feminista no Brasil, com o ofício de porta-voz pelo direito das mulheres, dando encaminhamento ao direito de voto feminino em 1932. Outrossim, inseriu a mulher no catálogo dos Direitos Humanos Universais, fazendo com que o voto passasse a se equiparar ao masculino em 1965, pois até aquele momento somente as mulheres eram capazes de votar. Com o estabelecimento do Código Civil de 2002, a igualdade entre homens e mulheres adquiriu uma recém-adquirida concepção. O papel de prioridade do Código mencionado alhures não foi acarretar uma revolução com um planejamento moderno, mas atender os interesses de uma sociedade em gradativa evolução. Ademais, há muitas questões problemáticas em relação à criação dos homens desde os primórdios da civilização. A inércia do sexo masculino sobre a misoginia, não só incorre nos homens, mas também em toda a ordem sociocultural [2]. **CONCLUSÃO:** O que se entende, atualmente, como feminismo, advém da luta de mulheres comprometidas com a causa humanitária e ativistas dos períodos anteriores, logrando pela igualdade de direitos de gênero. Infelizmente, a maior pauta subsiste através de discursos fundamentados em experiências individuais, provenientes de mulheres brancas e privilegiadas. Tais manifestações estão propriamente concatenadas com o patriarcado e o sistema de capital, não sendo inteligíveis para a preponderância das mulheres, tornando-se acessível somente para aquelas que usufruem de uma classe afortunada. A libertação feminina precisa ser coletiva. A misoginia é de longe o mais sólido, histórico, mais arraigado e o maior definidor de preconceito da espécie humana.

AGRADECIMENTOS: Ao Centro Universitário Faminas pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] PINHEIRO, Ana Laura Lobato Pinheiro. *Direitos Humanos das Mulheres*. Ipea. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190327_tema_i_direitos_humanos_das_mulheres.pdf. Acesso em: 26 de agosto de 2021. [2] FRACCARO, Glaucia. *Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917-1937)*. 1ª ed. São Paulo: FGV Editora, 2018.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL

Mickaelly Victtoria Silva Picoli CAETANO (IC – mickaellycaetano@gmail.com)¹, Maria Leonice Lima

Passos¹, Thaysa Navarro de Aquino RIBEIRO (PQ)²

1-Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - 36888-233 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Soberania. Garantia Fundamental. Constitucionalidade.

APRESENTAÇÃO: O Tribunal do Júri tem sua origem na Grécia e Roma antigas, sendo inserido no Brasil em 1822, por Dom Pedro I, acompanhando uma inclinação global, visto que logrou partilhar com os cidadãos a administração da Justiça. Nos dias atuais, encontra-se convalidado constitucionalmente no art. 5º, inciso XXXVIII, blindado de soberania, concedendo aos magistrados o direito de julgar os crimes dolosos contra a vida. Outrossim, a partir de sua incorporação na sistemática legal brasileira, o Tribunal do Júri tem evoluído e se amoldado aos regimes políticos, e pela soberania dos veredictos, assegurada pela Constituição de 1988, é tido por muitos como um instituto imprescindível à validação da democracia, pois além de ser um instituto jurídico, é também um mecanismo político, visto que removeu o poder soberano do sistema monárquico, compartilhando com indivíduos comuns, em determinados casos previstos em lei, o julgamento e a aplicação das leis. **DESENVOLVIMENTO:** A Constituição Política do Império, de 25 de março de 1824, estabeleceu, em seu art. 151, que o Poder Judicial era independente, e seria composto de juízes e jurados, acrescentando, no art. 152, que os jurados se pronunciarão sobre os fatos e os juízes aplicarão as leis (BRASIL, 1824). Por meio da Constituição de 1934, que conferiu a competência legislativa processual aos Estados Federados, emergiram diversas leis dissertando sobre o Júri e o padrão de sua competência e, todas elas, conducente a reduzir sua competência (TUCCI, 1999, p. 33). O entendimento desses tempos era que a Instituição do Júri deixou de ser Garantia Constitucional para se tornar ordinário instrumento do Poder Judiciário. Por sua vez, a Constituição de 1937 não tratou do Tribunal do Júri, dado que tal instituição fora extinta do ordenamento jurídico. Sobrevém que o então presidente do Júri da então capital da República, Dr. Margarinos Torres, declarou a sua permanência e continuou, nesta época, superintendendo seus trabalhos [1]. Não obstante, a Constituição de 1946 elegeu a Instituição do Júri entre os "Direitos e Garantias Individuais", garantido o sigilo das votações, a plenitude de defesa do réu e a soberania dos veredictos (BRASIL, 1946). Quase vinte anos após, a Constituição de 1946, começa a sofrer a pressão da arbitrariedade advinda do golpe de 1964 [2]. Entretanto, o Tribunal do Júri conservou-se na organização predecessora, catalogado dentre os Direitos e Garantias Individuais. **CONCLUSÃO:** Doravante a verificação executada acerca das particularidades sobre o princípio do Tribunal do Júri no Brasil, com prisma nos acontecimentos históricos, tornou-se possível identificar que o Tribunal do Júri é um instituto que sempre esteve presente, elencado dentre os Direitos e Garantias Individuais. A começar do Brasil Império até a República, ocorreram algumas alterações sujeitas a declinar a competência da Instituição do Júri e suplantando a soberania de seus veredictos, logrando tornar-se mero instrumento do Poder Judiciário. Sem embargo, a Constituição de 1988, chamada "Constituição cidadã", manteve o Tribunal do Júri entre os Direitos e as Garantias Fundamentais. Assim sendo, como Cláusula Pétreia, reconduziu a soberania dos veredictos, e conservou a competência alusiva aos crimes dolosos contra a vida. Dessarte, delega a sociedade um dever imprescindível e decisório no julgamento nos crimes dolosos contra a vida, tendo em vista que o magistrado age somente como Presidente e, ao final, dosa a pena. Nesta circunstância, se condiz o sistema democrático da Instituição do Tribunal do Júri, na percepção que profissionais de variadas áreas, isto é, não possuem o conhecimento técnico, decidam pela condenação ou absolvição do réu, não somente com base nas exposições da acusação ou da defesa, mas de acordo com seus ideais, modo de vida, criação, filosofia, religião e formação. **BIBLIOGRAFIA:** [1] FILÓ, José Luiz. **A defesa na prática: o Tribunal do Júri.** Campinas: Bookseller, 1999. [2] NASSIF, Aramis. **Júri: Instrumento de Soberania Popular.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

A IDEOLOGIA DO PATRIARCADO SOB UMA PERSPECTIVA GLOBAL

Emanuel COSTA (IC- emanel0710@gmail.com)¹, Vânia Ágda O. CARVALHO (PQ)²

1. Curso de direito; 2. Professora. Centro Universitário FAMINAS – 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras Chave: ideologia, mulheres, patriarcado, violência.

APRESENTAÇÃO: No dia 28 de julho de 2021, o Presidente da República Federativa do Brasil sancionou a Lei 14.188 que marca um avanço no que tange ao combate à violência contra a mulher, fazendo constar o programa de cooperação Sinal Vermelho e a inclusão do tipo penal de violência psicológica contra a mulher, ano em que se comemora 15 anos da Lei Maria da Penha. Contraponto a esta conquista tem-se, em âmbito mundial, a retomada ao poder do Talibã, no Afeganistão, após 20 anos, proporcionando temor entre mulheres e grupos minoritários. No Brasil, uma mulher é morta a cada 2 horas e a maioria destes óbitos ocorrem dentro de sua residência, local, suposto, de aconchego e segurança [1]. Nessa seara, este resumo pretende revelar que a violência baseada no sexismo ou na misoginia é um problema global, pautado na cultura da ideologia patriarcal. **DESENVOLVIMENTO:** Diante da expressão violência contra a mulher, inicialmente prende-se à violência física e, por muito tempo a legislação brasileira se apoiou nesta ideia, evidenciada por meio do corpo de delito, de perícias médicas que comprovassem a agressão sofrida. Entretanto, a dor da humilhação, dos xingamentos, das ameaças, da submissão, do desrespeito, são também tipos de violência. Ocorre que, apesar de ser o direito um fenômeno histórico-social, às vezes a norma é tardia em relação aos fatos, em especial no que tange à concretude dos direitos de minorias e grupos vulneráveis. Quando a temática é violência contra mulher, muito se deve à ideologia do patriarcado enraizado mundialmente, seja sob os ditames governamentais, seja sobre religiosos, ou ambos, principalmente, em Estados não laicos. Não existe biologicamente um sexismo em nosso gene, sendo, a questão discriminatória, puramente histórica social e ideológica, em que homens são ensinados a governar, proteger, sustentar e serem servidos, enquanto mulheres devem estar em estado de servidão e fragilidade, em total estado de superveniência. Há ainda, casos de aversão às mulheres, sendo que, a raiz, para ambos, pauta-se no patriarcado. O grupo armado Talibã é um dos que mais reforçam a ideologia do patriarcado; em 2012, Malala Yousafzai, enquanto criança, sofreu uma tentativa de homicídio pelo fato de lutar pelo direito à educação das mulheres do então vale do Swat. Desde então, Malala nunca mais voltou para sua cidade natal. No Brasil, em 1983, Maria da Penha, devido ao relacionamento abusivo que vivia, ficou paraplégica após levar um tiro nas costas de seu companheiro enquanto dormia. Existe algo em comum e decisivo em ambos os casos, trata-se de minoria, mulheres em busca de uma situação de igualdade material, marcadas pela ideologia do patriarcado [2]. **CONCLUSÃO:** A legislação brasileira tem avançado em relação à tutela das mulheres, buscando preencher lacunas legislativas. Porém, estas conquistas devem atingir índices favoráveis dentro de mapas da violência, alcançando o viés protetivo legal. A ideologia do patriarcado é algo histórico e não é exclusivo de um país ou aldeia, ou religiões. Mulheres em todo lugar do mundo continuam lidando, diariamente, com situações de sexismo ou misoginia, as obrigando, em alguns casos, a se deslocarem para sobreviver. Importante ainda ressaltar é que a mulher não deve lutar sozinha até aprovação de uma lei que lhe conceda justiça como fez Maria ou conquiste o Nobel da Paz como fez Malala. Há uma urgência da quebra de dogmas que inferiorizem as minorias, aqui, especial as mulheres, para que se possa ver mais legislações aprovadas e prêmios sendo entregues, não pelo fato ocorrido, mas pela pelo empenho à prevenção deste. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Atlas da Violência 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5929-atlasviolencia2020relatoriofinalcorrigido.pdf> . [2] CUNHA, Bárbara Madruga. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero**. UFPR.2014. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf>

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1- Direito

**A IMPORTÂNCIA DA CRIMINALIZAÇÃO DO STALKING PARA A PROTEÇÃO DE
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Vittoria COSTA (IC-vittoriacosta0501@gmail.com)¹, Stefanine Lacerda (PQ)²

- 1- Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS – MURIAÉ - 36.888-233 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Violência doméstica; novo crime; perseguição.

APRESENTAÇÃO: Em 2006 foi sancionada a Lei 11.340, denominada Maria da Penha com o objetivo de proteger não somente mulheres, mas também transgêneros e transexuais em situação de vulnerabilidade e que sofrem violência doméstica, sendo certo que com a tecnologia avançando e o mundo sendo cada vez mais digital o agressor não precisa estar diante a vítima para lhe violentar, o que viabilizou o cometimento de crimes que dispensam a presença física do agressor, desta feita começou surgir à necessidade de regulamentar crimes que são praticados virtualmente, tendo em vista que há possibilidades de um crime começar virtualmente e acabar se tornando uma perseguição física, aumentando ainda mais o risco a integridade física da vítima, salienta-se que com o avanço tecnológico também se tornou mais fácil o contato do agressor com as vítimas, bem como um aumento das formas de monitora-las através das redes sociais.. Não obstante com a pandemia do Covid-19 e com o isolamento social se tornou mais comum e fácil que os crimes fossem cometidos virtualmente, mas isso não significa que o crime de perseguição física deixou de existir durante este período. O objetivo do presente resumo é demonstrar o grande avanço que houve para vítimas de violência doméstica com a implantação do artigo 147-A do Código Penal que passou a criminalizar a conduta de *stalking*. **DESENVOLVIMENTO:** Antes da vigência da Lei 14.132/21 crimes como os de perseguição eram tratados apenas como contravenção penal e regulamentados através do artigo 65 da Lei 3688/41, todavia a vítima se sentia desamparada e foi necessário surgir uma nova regulamentação para ampará-las. A Lei 14.132/21 acrescentou o artigo 147-A no Código Penal Brasileiro e tornou crime o *stalking* que nada mais é que uma perseguição reiterada, além do mais o inciso II do supracitado artigo conta com a causa de aumento se o crime for cometido contra mulher por razão da condição do sexo feminino [1]. Perseguir alguém fere também normas constitucionais, conforme expressa o artigo 5º são garantidos aos brasileiros e estrangeiros que aqui reside o direito à liberdade e a inviolabilidade da intimidade, vida privada [2]. Não significa que o crime tipificado no artigo 147-A do Código Penal é apenas perseguição on-line, contudo a internet potencializa e facilita o crime de *stalking*, uma vez que as informações estão com mais fácil acesso e para essa prática foi dado o nome de *cyberstalking*, a tipificação do artigo 147-A é em relação a todo comportamento intimidativo, deliberado, intrusivo e repetitivo a uma pessoa específica com a intenção de intimidá-la ou assustá-la e este comportamento envolve diversas formas de abordagem, comunicação e vigilância. Em relação à violência doméstica o crime geralmente é cometido por agressores que tem sentimento de posse com a vítima, seja após o fim do relacionamento ou até mesmo durante o relacionamento, o sentimento de posse faz com que o agressor viole a intimidade da vítima e comece a persegui-la, hora para poder monitorar seus passos, hora para controlá-la. Ademais, esses agressores ainda podem interferir diretamente na vida da vítima, invadindo suas contas nas redes sociais sem autorização das mesmas e controlando as mensagens que podem chegar às vítimas, bem como as amizades que a vítima irá manter nas redes sociais. Antes o crime de perseguição era tratado como uma mera perturbação da tranquilidade, contudo sabemos que ter sua vida de certa forma controlada não tira apenas a tranquilidade da vítima, mas torna casa passo temeroso e a vítima, muitas vezes perde o controle da própria vida e isso afeta diretamente na saúde mental da mesma e pode causar danos irreversíveis. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A implantação Lei 14.132/21 no código penal foi de extrema importância, pois com a evolução da sociedade é necessário que as normas também evoluam. Por conseguinte, é importante salientar que muitas vítimas ainda desconhecem a prática do crime de *stalking*, outras são tão influenciadas pelos agressores que acreditam que essa prática é apenas um mero dissabor e com isso suportam sozinhas essa aflição. Não obstante muitos agressores perseguem a vítima de forma silenciosa e controlam seus passos sem que ela perceba, o que dificulta ainda mais a constatação do crime. Desta feita é necessário mais divulgação sobre a nova Lei, não apenas informando que foi implantada a Lei, mas explicando o que se trata o crime de *stalking* para que as vítimas possam perceber que estão sofrendo esse tipo de infração penal. **BIBLIOGRAFIA:** BRASIL. Lei 14. 132. Crime de perseguição, 31 de março de 2021. [2] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de Outubro de 1988.

Área do Conhecimento (CNPq):6.01.00.00-1 Direito

**A IMPORTÂNCIA DA DESCRIMINALIZAÇÃO DO USO DE DROGAS NA LUTA
ANTIRACISTA**

Letícia **QUINTÃO** (IC- leticiaaquintao@gmail.com)¹ e Vânia Ágda O. **CARVALHO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras-chaves: descriminalização, drogas, racismo, segregação

APRESENTAÇÃO: A Política de criminalização das drogas existente no Brasil tem como objetivo resguardar o bem-estar coletivo. Contudo, depois de anos de permanência, ela se apresenta incapaz de cumprir com a sua função de reduzir a distribuição e o uso dos entorpecentes e, com isso, a sua perpetuação acaba se tornando uma ferramenta para a segregação racial [1]. Dessa forma, esse resumo se propõe a fazer uma breve análise de como a descriminalização do uso de drogas é essencial para a luta antirracista. **DESENVOLVIMENTO:** O uso de substâncias entorpecentes compõe a história mundial, encontrando-se inserida no seio de toda sociedade, não havendo que se falar em classe social ou raça predominante, tanto no que tange ao uso, quanto concernente ao tráfico. Atualmente esse tema está intimamente vinculada à política de criminalização das drogas, vez que a sua criação se fez presente a partir de uma ideologia repressiva e racista que visa os interesses políticos e econômicos das classes dominantes. Um exemplo dessa ideologia racista é a criminalização da maconha, uma planta que tem comprovadas ações medicinais, mas que foi, na história, constantemente relacionada à população negra, explicitando um viés discriminatório e claramente violador dos direitos humanos, como forma de segregar e assegurar a desigualdade. Menciona-se o caso da medicina positivista lombrosiana que associava o uso da erva durante a gravidez como um fator potencializador do gene “negro criminoso” que os médicos da época acreditavam existir [2]. Além de ter sido pautada em discursos racistas, a política de criminalização das drogas é marcada por uma aplicação seletiva, posto que a redação da lei nº 11.343/2006 apresenta uma “falha”, sendo, atualmente, utilizada como método de seletividade racista, apontando semelhança entre ações que são usadas na construção dos tipos de consumo e tráfico dentro da norma, como no art. 33, que determina que o dolo está caracterizado independentemente de sua destinação ao comércio ilícito, fator este que viabiliza a punição exagerada. Nota-se, frente este intuito, mesmo que transvestido sob o manto da não intencionalidade, um destino de maior rigidez a grupos os quais são, historicamente, marcados por seletividade desumana, preconceituosa e mantenedora de um status quo de dominação e exploração. Em dados dos magistrados da capital Paulista vê-se que, entre pessoas brancas, 7,7% das sentenças referentes a posse de drogas para consumo próprio foram desclassificadas e apenas 5,3% das pessoas negras foram colocados na mesma situação [3]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A política de criminalização das drogas, como foi apresentado no decorrer deste resumo, em seus primórdios até os tempos atuais foi constantemente associada às práticas e discursos racistas. Apesar de possuir escopo de manutenção da saúde pública vê-se que a lei, que criminaliza as drogas, vigente há décadas, ainda não conseguiu diminuir o avanço dessas substâncias, sendo, pois, ineficiente, fazendo com que a sua conservação esteja relacionada à segregação racial existente, evidenciada na política antidrogas e enaltecida pelas práticas institucionalizadas. Frente a estas abordagens, é essencial começar a se pensar na descriminalização de algumas drogas como forma de combater o racismo institucional. **AGRADECIMENTOS:** Ao Centro Universitário FAMINAS – Muriaé, por proporcionar a realização deste estudo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] JÚNIOR, Antônio Carlos Ribeiro. As drogas, os inimigos e a necropolítica. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, n. 238, p. 595-610, 2016.[2] JESUS, Marcos Oliveira de. *Política sobre Drogas e Racismo: Da Periferia ao Asfalto-Ser Preto é estar na Mira do Estado*. 2019. Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2019. [3] SILVA, Henrique França. *Autos de resistência e política de drogas como agentes de promoção do racismo estrutural*. Monografia-Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília (UnICEUB), 2019.

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1- Direito

A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA NO TOCANTE A SUA APLICABILIDADE

GABRIEL RIBEIRO BARROS (IC – gabrielbarros60@gmail.com)¹ e **THAYSA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 -Muriaé-MG

Palavras-chave: Investigação defensiva, provimento nº 188, persecução penal.

APRESENTAÇÃO: O presente estudo tem como finalidade demonstrar a técnica da investigação criminal defensiva, abordando seus aspectos gerais, sua aplicação e mostrar que sua existência não é tão recente. É de fundamental importância em nossos processos, a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, a fim de garantir um julgamento com paridades de armas, o que justifica o seu nascimento e debate no território brasileiro. Nesses moldes, os postulados constitucionais servem para dar relevância ao tema, além disso, não é exagero afirmar, que também contribuem para a evolução do direito brasileiro.

DESENVOLVIMENTO: Apesar de muitos acreditarem que a investigação defensiva é recente, sua utilização nos Estados Unidos é algo frequente, como a execução da prova que não precisa estar positivada para chegar aos tribunais, prevalecendo o princípio da liberdade de provas [1]. Ademais, faz-se necessário conceituarmos o instituto, que segundo Pedro Lenza, trata-se “na possibilidade de o acusado, em qualquer fase da persecução penal, inclusive na fase inquisitiva, realizar, por ato próprio, diligências investigativas, tendo por objetivo a sua defesa” [2]. É bem verdade que a investigação criminal defensiva não tem previsão expressa em nosso ordenamento jurídico, muito menos uma proibição de sua atividade, mas podemos analisar o provimento nº 188/2018 da OAB, que por sua natureza não é dotado de força legislativa. À luz das informações contidas no art. 1ª e 4ª desse provimento, a investigação realizada pelo advogado pode ser feita “em qualquer fase da persecução penal, procedimento ou grau de jurisdição”, podendo ser produzido “colheita de depoimentos, pesquisa e obtenção de dados e informações disponíveis em órgãos públicos ou privados, determinar a elaboração de laudos e exames periciais, e realizar reconstituições, ressalvadas as hipóteses de reserva de jurisdição” [3]. Vale ressaltar que o artigo 231, do CPP, possibilita a exposição de documentos a qualquer tempo ao juízo [4], podendo ser utilizado como um suporte para que ocorra o apensamento das apurações realizadas pelo defensor do réu. Isso implica na apresentação da investigação defensiva à autoridade, por exemplo, junto com o inquérito policial e até mesmo na fase recursal. Todavia, “a definição do melhor momento para juntar os resultados da investigação defensiva não pode ser feita abstratamente, sem considerar as peculiaridades do caso concreto e os jogadores envolvidos” [5]. Em outros termos, é essencial que o defensor saiba o melhor momento para evitar indeferimentos da peça nos autos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Posto isto, a investigação criminal defensiva é uma maneira a mais de promover provas em favor do réu, já sendo difundida em outros países. Logo, sua capacidade de surgimento, em qualquer momento na persecução penal, demonstra sua característica garantista, bem como sua finalidade de produção de provas sobre a ótica do acusado, indo de encontro com os princípios constitucionais e infraconstitucionais assegurados pelo nosso ordenamento jurídico.

AGRADECIMENTOS: À UNIFAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Zanardi, Tatiane Imai. **Investigação criminal defensiva: uma prática a ser difundida.** FAE Centro Universitário. Revista Justiça e Sistema Criminal, v. 8, n. 14, p. 191-216, jan./jun, 2016. [2] LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado. – Coleção esquematizado / coordenador Pedro Lenza – 24. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, p. 835, 2020.** [3] Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. **Regulamenta o exercício da prerrogativa profissional do advogado de realização de diligências investigatórias para instrução em procedimentos administrativos e judiciais.** Provimento nº 188. Brasília, 11 de dezembro de 2018. [4] Brasil. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Institui o Código de Processo Penal. [5] TALON, Evinis. **Investigação criminal defensiva.** 1ª ed. Gramado, RS: ICCS, p.216, 2020.

Área de conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

**A MOROSIDADE DA JUSTIÇA E A TUTELA PROVISÓRIA COMO INSTITUTO
GARANTIDOR DOS DIREITOS DOS HIPOSSUFICIENTES**

Jéssica Saint Clair Ribeiro de **Andrade** (jessicasaintclair342@gmail.com) Wilson Sebastião Rodrigues
Soares (PQ)2

1. Curso de Direito; 2. Professor. Centro Universitário Faminas-Faminas-Muriae-36880-000

APRESENTAÇÃO: Tendo em vista a necessidade de respeito a todas as normas que regem o processo e que cada um desses trâmites acaba por torna-lo mais lento, as tutelas provisórias se tornam pilares de garantia e proteção de direitos. Neste contexto, o presente trabalho tem o intuito de evidenciar como as tutelas que se seguem se tornam essenciais a efetiva aplicação da justiça e como que na ausência destas, o sujeito, em especial o hipossuficiente, veria seriamente comprometidos o seu acesso à justiça e a efetivação da prestação jurisdicional. **DESENVOLVIMENTO:** De forma sucinta, esse instituto tem como objetivo adiantar o provimento jurisdicional, que naturalmente só seria entregue ao autor, no final do processo, protegendo à efetividade dos mesmos, sem deixá-los vulneráveis aos efeitos do tempo e da morosidade, providências estas, que podem ser requeridas em diversas circunstâncias fáticas, atendidos os requisitos legais. Mediante o Instituto supracitado é importante destacar que o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 [1] garante, dentre os direitos fundamentais do cidadão brasileiro, a duração razoável do processo, além de prever que a prestação jurisdicional deve se dar de forma adequada, tempestiva e efetiva. Nesse sentido, essa demora ocasiona injustiças e efeitos contraproducentes, que recairiam sobre aquele que deveria ser efetivamente assistido pela justiça. Assim, as tutelas provisórias se opõem como um viés de garantia da justiça, pois ela garante que esta se efetive quando há requisitos evidentes do direito requerido pelo autor, se tornando, portanto, uma técnica de sumarização, para a efetiva aplicação do direito. Deste modo, a tutela provisória antecipa os efeitos da sentença, mas não afasta o direito a defesa, e restituição em perdas e danos, já que não se pode afastar o contraditório e a ampla defesa no decorrer do processo, mas também não é adequado que se submeta o autor à riscos quando seus direitos já se mostram claros e pertinentes. Isto porque, o direito, quando não aplicado em tempo adequado não é capaz de satisfazer os anseios do jurisdicionado, nem tampouco do réu, que mesmo em face do descontentamento acerca das decisões que possam ser proferidas contra si, encontra na decisão judicial rápida e eficaz uma válvula de escape de tormentos futuros. Outrossim, essa medida é aplicada quando a decisão tardia traria perigo de dano ou efetivo prejuízo ao resultado útil do processo, conforme artigo 300 do CPC [2], podendo ser acionada para o provimento tempestivo e antecipado do bem material em litígio que seria comprometido e/ou perdido pelo decurso do tempo. A título exemplificativo, em decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, nos autos do Agravo de Instrumento nº: 0039487-74.2020.8.19.0000 [3] negou-se provimento ao recurso que pedia o não reconhecimento de tutela provisória. A decisão anterior declarava ser função do Estado arcar com custas médicas e provimento imediato de sessões de hemodiálise, pois tal tratamento se tornara indispensável a sobrevivência do agravado que não tinha condições para arcar com as despesas, tal decisão visava preservar a dignidade da pessoa humana, o direito à vida e a saúde, princípios basilares da Constituição Federal, evidenciando na prática como esse instituto se torna relevante na garantia de direitos dos hipossuficientes. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Evidentemente, a tutela provisória, é um instituto indispensável ao acesso e aplicabilidade do direito, e têm-se tornado essencial aos jurisdicionados hipossuficientes mediante a morosidade da justiça brasileira. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. [2] BRASIL. **Lei nº 13105, de 16 de Março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. [3] RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça. **Agravo de instrumento nº 0039487-74.2020.8.19.0000**. Relator: Desembargador Lúcio Durante. Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 2020.

Área de conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

A OMISSÃO LEGISLATIVA FRENTE AO TRABALHO INFANTIL NAS MÍDIAS DIGITAIS

Lucas **SILVA** (IC-lucasmilani6546@gmail.com)¹ Stefanine **LACERDA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora 1. Centro Universitário Unifaminas - 3688-233 – Muriaé – MG

Palavras-Chave: Estatuto da Criança e Adolescente, Internet, Legislação

Introdução: O referido trabalho, por meio de uma abordagem qualitativa, busca demonstrar a omissão das leis do ordenamento jurídico brasileiro frente a crescente onda do trabalho infantil na internet e como essa prática pode ser abusiva para com as crianças e adolescentes. **Desenvolvimento:** Com o advento da era digital, é cada vez mais comum ver a busca pelo enriquecimento por meio da rede mundial de computadores, em especial, por meio do uso das plataformas do Facebook, YouTube, Instagram e mais recentemente pela plataforma chinesa TikTok. Pois bem, antes, quando tais plataformas começaram a se popularizar, os jovens eram maioria na busca pela fama e sucesso nas redes, agora, é cada vez mais comum ver crianças com perfis voltados para o entretenimento do público, muitas dessas crianças, são filhos dos jovens que alcançaram o sucesso no “boom” das mídias sociais, alguns deles já criam o perfil de seus filhos para que a “vida” da criança seja acompanhada desde antes da concepção, mesmo com a recomendação das plataformas retro mencionadas, tendo como de idade mínima 13 anos, para a criação dos perfis tidos como infantis [1]. No Brasil, o trabalho infantil é disciplinado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) em especial nos artigos nº 60 e 67. Pois bem, ainda que fosse regulamentado, a idade mínima de recomendação das plataformas para a criação dos perfis infantis esbarraria na proteção legal da idade mínima de 14 anos para a condição de menor aprendiz. Outro ponto fundamental a ser explorado é o tempo gasto para a produção desse conteúdo. De certo, exigir que seja feita uma análise específica do tempo gasto pelas crianças para a de produção de conteúdos para serem distribuídos nas plataformas digitais seria totalmente inviável. Contudo, ao analisar uma das mais famosas plataformas da atualidade, diga-se o Instagram, os vídeos podem ser curtos, como os “stories” tendo duração máxima de 15 segundos, podendo chegar ao número de 100 publicações, ou com vídeos de até 1 hora de duração por meio de uma ferramenta da plataforma denominada “IGTV” [2]. Dessa forma, ainda que o tempo máximo dos “stories” seja de 25 minutos, não há como mensurar quantas vezes a criança é submetida a realizar determinado ato para que seja possível a realização da postagem que agrada ao público e chame atenção dos investidores em potencial, visto que, a maior parte das empresas passou a adotar essa prática de marketing devido ao seu elevado alcance. Uma lei similar ao caso apresentado é a legislação que regula a profissão de artista (Lei nº 6.533/1978). Porém, a referida lei também é completamente omissa quanto a regularização do trabalho infantil nas redes sociais. **Conclusão:** Por meio das informações acima expostas, pode-se inferir que as redes sociais apresentam-se como uma real ameaça aos direitos das crianças e adolescentes, uma vez que, por falta de uma legislação específica de regularização das mídias sociais que explorem esse segmento não há como resguardar precisamente o direito das crianças e adolescentes, ferindo diretamente os direitos e garantias definidos no ECA, além das demais legislações de nosso país, tal como os direitos e garantias definidos na própria Constituição Federal de 1988. **Referências:** [1] **Criança pode ter rede social? Saiba qual a idade recomendada e como monitorar o acesso dos filhos a essas plataformas**, disponível em: <https://saopauloparacrianças.com.br/crianca-rede-social-idade-recomendada/>, acesso em 07/09/2021; [2] **Qual o Limite de Duração dos Vídeos no Instagram?**, disponível em: <https://clipchamp.com/pt-br/blog/instagram-video-length/>, acesso em 07/09/2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

**A PARIDADE DE ARMAS COMO FUNDAMENTO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL
DEFENSIVA**

GABRIEL RIBEIRO BARROS (IC – gabrielbarros60@gmail.com)¹ e THAYSA NAVARRO DE
AQUINO RIBEIRO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-
000 -Muriaé-MG

Palavras-chave: Paridade de armas, Ministério Público, Constitucionalidade.

APRESENTAÇÃO: A investigação criminal defensiva, por se tratar de prática atípica no nosso meio jurídico, pode ser alvo de questionamentos em relação à sua constitucionalidade. É indiscutível que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei máxima do nosso ordenamento jurídico, com isso é essencial que a investigação criminal defensiva e seus procedimentos estejam de acordo com seus mandamentos. Assim, o presente trabalho analisará o princípio da paridade de armas para alcançar uma legitimação dessa prática. **DESENVOLVIMENTO:** É bem verdade que os princípios do contraditório e da ampla defesa estão localizados no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal em vigor [1], estando esses, ligados de maneira intrínseca à paridade de armas. Em apertada síntese, compreende-se a paridade de armas como uma igualdade no processo penal entre acusação e defesa. Carnelutti compara essa garantia fundamental fazendo uma analogia a dois esgrimistas, se um deles não faz uso de seu sabre não tem como haver uma luta igualitária e justa [2]. A paridade de armas é um instituto tão sério que já foi analisada pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral: “1. A isonomia é um elemento ínsito ao princípio constitucional do contraditório, do qual se extrai a necessidade de assegurar que as partes gozem das mesmas oportunidades e faculdades processuais, atuando sempre com paridade de armas, a fim de garantir que o resultado final jurisdicional espelhe a justiça do processo em que prolatado” [3]. Apesar dessa decisão, infelizmente, não se consta essa paridade em todos os elementos do processo. Nessa sequência, a maioria dos nossos delitos têm como acusador o representante do Ministério Público. Todavia, graças a outra questão constitucional com repercussão geral, ficou consolidado a possibilidade da realização de investigações de natureza penal por essa instituição [4]. Diante disso, não tem como afirmar que existe uma uniformidade entre os sujeitos do processo, uma vez que fica claro o favorecimento de poderes a um deles, enquanto a defesa técnica sofre para conseguir a implementação de direitos que facilitem a defesa e o convencimento do julgador, o acusador goza de diversas facilidades para ampliar a chance de uma condenação. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Com a análise do princípio da paridade de armas e os atributos de investigação do Ministério Público, parece correto dizer que a investigação criminal defensiva desfruta de constitucionalidade, principalmente ao levar em consideração o artigo 5º, inciso LV, da Lei Maior. Outrossim, as dificuldades no processo são imensas e a ausência da paridade de armas não para por aqui. Desse modo, nota-se que a investigação criminal defensiva não tem o condão de solucionar todas as problemáticas, contudo, pode ser utilizada na caminhada para um processo cada vez mais equitativo. Por fim, é perceptível que a investigação criminal defensiva é uma verdadeira arma para um julgamento com oportunidades de convencimento maiores para defesa, já que o sujeito ativo dispõe a seu favor desse mesmo direito de promoção investigativa. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. [2] CARNELUTTI, Francesco Carnelutti. **As misérias do processo penal**. Campinas: Edcamp, 2002. [3] STF – ARE: 648629 RJ, Relator: Min. LUIZ FUX, data de julgamento: 24/04/2013, Tribunal Pleno, data de publicação: repercussão geral – mérito. [4] RE 593727, Relator: Cezar Peluso, Relator p/ acórdão: Gilmar Mendes, Tribunal pleno, julgado em 14/05/2015, acórdão eletrônico repercussão geral mérito, Dje-175, divulgado em 04-09-2015, public 08-09-2015.

Área de conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

A PROXIMIDADE DO SISTEMA JUDICIÁRIO BRASILEIRO COM O *COMMON LAW*

Anderson **ARAÚJO** (IC – andersonotaviano@gmail.com)¹, Julio **SOARES** (PQ)² Stefanine **LACERDA** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora. Centro universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 –Muriaé-MG

Palavras-chave: Common Law, Civil Law, precedentes, súmulas vinculantes

APRESENTAÇÃO: Na história do Direito, verifica-se o surgimento de dois sistemas jurídicos, sendo eles o *common law*, de origem anglo-saxã, com decisões baseadas nos precedentes dos tribunais, comum nos países associados à Inglaterra [1], e o *civil law*, de origem romano-germânica, com decisões embasadas na Lei [2]. O presente trabalho versa sobre a aproximação do sistema jurídico brasileiro ao *common law*, apresentando a crescente força das súmulas vinculantes e a postura do CPC de 2015 em reafirmar o que a Constituição Federal assegurou, no que tange as decisões dos Tribunais Superiores. **DESENVOLVIMENTO:** No período Imperial, o Brasil já experimentou a obrigatoriedade na utilização de precedentes, pois o Decreto 2684 de 1875 versava sobre a obrigação na observância de *assentos* pré-existentes, bem como a criação destes pelo Superior Tribunal de Justiça, ambos com efeito vinculante. Contudo, faz-se importante voltar a atenção para CR/88 e ao CPC de 2015, institutos em que observamos a inserção contemporânea dos efeitos vinculantes nas decisões das instâncias superiores. Na observação §2º do artigo 102 da CR/88, nota-se a expressa definição do efeito vinculante das decisões proferidas pelo STF, no que concerne a criação de súmulas advindas das ações diretas de inconstitucionalidades e nas declarações de constitucionalidade. Dessa maneira, atrela-se a submissão não a uma Lei, no estrito sentido da palavra, mas sim a uma decisão originária do Tribunal. Ainda na Constituição de 1988, o artigo 103-A, introduzido pela Emenda Constitucional 45/2004, delega poder ao STF na edição de súmulas vinculantes em assuntos de repercussão geral, devendo elas serem observadas por todos os Tribunais, bem como pelas esferas federal, estaduais e municipais [4]. Outro ponto importante para a análise em questão é o CPC de 2015, o qual deixa claro nos artigos 926, 927, 985 e 988 a obrigatoriedade dos Tribunais em manter estáveis suas decisões, observância nas decisões dos Tribunais Superiores, abrindo inclusive a possibilidade de reclamação da parte interessada em caso de não atenção a tais decisões [5]. Tal postura acarretou numa grande mudança nas ações cotidianas e nas decisões das mais variadas áreas pertencentes ao sistema judiciário brasileiro. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Mesmo com toda a divergência dos sistemas jurídicos abordados, muitas são as posturas elencadas pela doutrina na aproximação de nosso sistema com o *common law*. Não é a intenção deste trabalho mostrar uma migração para um outro modelo, mas sim observar as mudanças que levam a uma tomada de decisão que não somente se restringe à observância das leis, mas sim valoriza as decisões dos Tribunais, até com o intuito de criar uma celeridade nos processos de temáticas semelhantes. Imperioso alertar que, há sim uma crítica a tais posturas, as quais acarretam valor extremado às decisões, levando o judiciário a um afastamento de sua origem e seus fundamentos no sistema adotado pela federação. Por fim, destaca-se que, sendo o Direito comprometido em atender a demanda sempre urgente de uma sociedade, há de se pautar a importância de uma constante inovação nas práticas e posturas, as quais podem transformar o judiciário, tornando-o mais eficiente, célere e justo. **AGRADECIMENTO:** À UNIFAMIAS, a Professora Stefanine e ao Professor Julio Simbra pelo apoio irrestrito. **REFERÊNCIAS:**[1] DAVID, René. **Os Grandes Sistemas de Direito Contemporâneo** - 4ª Edição - São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 351. [2] Ferraz Junior, Tercio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação** – 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2019, p. 200. [3] BRASIL. **Decreto nº 2684 de 23 de outubro de 1875**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2684-23-outubro-1875-549772-publicacaooriginal-65290-pl.html>. Acesso em: 12 set. 2021. [4] BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. [5] BRASIL. **Código de Processo Civil (2015)**. Código de Processo Civil Brasileiro. Brasília, DF: Senado, 2015.

Área de conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

A REALIDADE JURÍDICA BRASILEIRA FRENTE AO FENÔMENO DA MISTANÁSIA

Allana Moreira Arquetti G. **LEITE** (IC – allana-arquette@hotmail.com)¹, Henrique Cesar A. **MEIRELES** (IC)¹ e Vânia Ágda O. **CARVALHO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – MURIAÉ* - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: Direitos Fundamentais, Judicialização da Saúde, Mistanásia.

APRESENTAÇÃO: Mistanásia ou Eutanásia Social são expressões empregadas para designar a morte miserável, sofrida em virtude de abandono, antes do tempo biológico, que poderia ter sido evitada, ocorrendo por descaso, omissão de socorro, negligência, incompetência ou insuficiência médico-hospitalar, na assistência à saúde, fatores estes que comprometem os anseios constitucionais no sentido de promover vida digna (e, por consequência, morte digna) aos cidadãos. Nesse sentido, este resumo visa analisar o fenômeno da abreviação da vida humana em razão de condições indignas de sobrevivência no Brasil, apontando princípios e direitos do cidadão, violados pela prática da mistanásia, bem como a judicialização da saúde como consequência da falta de assistência médica em leitos públicos. **DESENVOLVIMENTO:** Pobreza, violência, drogas, falta de saneamento básico e condições mínimas de saúde e habitação, má aplicação das verbas públicas arrecadadas mediante pagamento de impostos, precariedade na prestação dos serviços de saúde, entre outros fatores que concretizam situação de vulnerabilidade social, ocasionam a superlotação dos leitos públicos, onde o fenômeno da mistanásia tende a ocorrer, visto ser abreviação precoce, miserável e evitável da vida humana, frente à ineficácia da assistência e prestação da saúde. Tal fenômeno vai de encontro à dignidade da pessoa humana, além de lesionar outros princípios e direitos, como o princípio da probidade, moralidade, eficiência, direito à vida, direito à saúde [1]. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 196, estabeleceu referido direito como direito social fundamental, estabelecendo o dever do Estado de prestá-lo de maneira eficiente, garantido, mediante políticas sociais e econômicas, que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Falhando as políticas públicas, os cidadãos recorrem ao Poder Judiciário buscando a plena eficácia social do seu direito, por meio da judicialização da saúde, que se caracteriza por intervenção do Poder Judiciário, mediante determinações à Administração Pública para que forneça gratuitamente medicamentos em uma variedade de hipóteses, procurando realizar a promessa constitucional de prestação universalizada do serviço de saúde [2]. **CONCLUSÃO:** A saúde pública, do ponto de vista prestacional, tem enfrentado muitos desafios, seja por falta de vontade política dos governantes, seja por questões orçamentárias, o que acarreta cada vez mais a busca por soluções judiciais, coletivas e, principalmente, individuais, de forma a garantir o acesso pleno ao direito à saúde. Por fim, ressalta-se que a mistanásia enquanto fenômeno que tem atingido proporções jamais imaginadas, preocupando a sociedade, constitui-se tema relevante e merecedor de amplo e aprofundado estudo. Portanto, há necessidade de conscientização dos estudantes desde o nível básico e médio, universitários, operadores do direito, médicos, governantes e outros agentes públicos com possibilidades de agir de forma interventiva no sentido de erradicar ou mesmo minimizar a dor da população que vem a óbito, vitimada pela pobreza, desigualdade, enfermidades e péssimas condições de higiene, que ainda são problemas frequentes, visando mobilização no que concerne às vulnerabilidades socioeconômicas como uma realidade jurídica brasileira. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LACERDA, Guilherme da Gama e COSTA, Leandro Silva. **Princípios e direitos do cidadão violados pela prática da mistanásia.** In: Mistanásia; A “morte miserável”. Org. Hideliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral e Margareth Vetis Zaganelli. 1 ed. Brasil Multicultural. RJ, 2016. Pp.231/ 236. [2] ARQUETTE Leite Novais, Alinne. **Não à Mistanásia:** a saúde pública como tutela do hipossuficiente e a judicialização. In: Mistanásia; A “morte miserável”. Org. Hideliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral e Margareth Vetis Zaganelli. 1 ed. Brasil Multicultural. RJ, 2016. Pp.172/184.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

A RELAÇÃO ENTRE O CONSUMISMO E A PANDEMIA DO COVID-19

Maria Luísa C. CORDEIRO (IC-mluisa128@icloud.com)¹ e Vânia Ágda O. CARVALHO (PQ)²
1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS - MURIAÉ - 36.888-233 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: consumismo, COVID-19, distanciamento social

APRESENTAÇÃO: Com a pandemia causada pelo COVID-19, medidas restritivas foram tomadas buscando reduzir do número de pessoas infectadas pelo vírus e, em especial, o número de óbitos. Uma das medidas mais eficazes para evitar essa proliferação, quiçá, após a vacina, a mais eficaz delas, é o distanciamento social, em que as pessoas passaram a viver confinadas em suas casas, isoladas do convívio social. Porém, entre outros efeitos negativos deste distanciamento, um de alarmante impacto em searas diversas, é o consumismo. Assim, o presente resumo tem como principal objetivo analisar o vínculo existente entre a pandemia do COVID-19 e o consumismo. **DESENVOLVIMENTO:** Tem-se o consumo como um ato inerente à própria sobrevivência da espécie humana, haja vista gastos com alimentação, higiene pessoal, vestuário e moradia serem inevitáveis. Com efeito, a pandemia do COVID-19 e o distanciamento social deixaram as pessoas mais vulneráveis aos instrumentos de marketing, os quais induzem a acreditar que o status social, atrelado ao poder aquisitivo e ao poder de compras, são capazes de proporcionar alegria pautado em um bem-estar [1]. O sistema capitalista constrói esta mentalidade de acúmulo de riqueza a felicidade e, cada vez mais, frente à modernidade líquida, surgem novas necessidades, ou melhor, necessidades que são construídas como sendo necessárias para se viver no mundo atual, pautado no desejo de ser feliz. Com isto, o hábito corriqueiro do consumo gera o descontrole e perigo do consumismo. Termo este que é utilizado para caracterizar o consumo exagerado de serviços, objetos ou alimentos, sendo, em sua grande maioria, compras desnecessárias e supérfluas, fazendo crer, necessárias. Decorrente do isolamento social, recursos foram adotados objetivando a praticidade, fazendo com que as pessoas recebessem as compras adquiridas no conforto de casa. Com a crise gerada, as empresas tiveram que se reinventar, melhorando os estabelecimentos com a presença digital, vez que, os que não tinham, aderiram, e os que possuíam, melhoraram as páginas e as redes sociais, e acentuaram, na divulgação dos produtos. Com isso, o ato de consumir impulsivamente passou a ser considerado como algo ainda mais satisfatório e descomplicado. Não obstante, o país não estabeleceu o isolamento e o *lockdown* como medida obrigatória por tempo suficiente e, com esta postura, os estados voltaram a permitir o funcionamento de serviços não essenciais, causando aglomerações em lojas, bares e restaurantes que, por consequência, contribuíram para a prática do consumismo [1]. Por outro lado, a forma de confinamento, durante meses, chegou a afetar psicologicamente os seres humanos, que são seres sociáveis, causando ansiedade, depressão e irritabilidade. Na tentativa de sanar os abalos psicológicos causados, milhares de pessoas recorreram ao hábito do acúmulo, gastando compulsivamente com produtos, alimentos e prestações de serviços, julgando trazer contentamento instantâneo e sensação de ser bem-sucedido. As nocividades do consumismo afetam diretamente a economia, pois gastos excessivos prejudicam os pagamentos de dívidas, colocando pessoas em situação de superendividamento. Sem negligenciar o impacto negativo ao meio ambiente, sendo que o consumo inconsciente por si só causa excesso de resíduo, aumenta a poluição gerada pelas indústrias, entre outros. Nesta monta, indubitável o malefício ainda maior ocasionado pelo consumismo, frente ao que abarca sua base conceitual. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por fim, a pandemia do COVID-19 afetou negativamente a saúde das pessoas, a economia e também o meio ambiente, não havendo que se falar em sustentabilidade. As medidas restritivas não foram seguidas pelo tempo ideal e o consumismo se tornou algo corriqueiro. Por isso, os hábitos criados pela pandemia precisam ser analisados, estratégias podem ser adotadas para mitigar o consumismo, a proliferação do vírus e também um planejamento em busca da sustentabilidade. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Em Tese, Florianópolis, v. 18, n. 01, p. 42-54, jan./jun., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. 43 ISSN 1806-5023. DOI: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2021.e78068>

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

A RELEVÂNCIA DA PUBLICIDADE PARA A ADVOCACIA MODERNA

Vanessa S. de PAULA (IC- vanessinhasilvadepaula@gmail.com)¹, Ana B. C. COSTA (IC)¹ Ilson CAMARGO (IC)¹, Danielle C. C. SILVA (PQ)² e Vânia A. O. CARVALHO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora. Centro universitário FAMINAS- 36880-000- Muriaé- MG

Palavras-chave: advocacia, modernidade, publicidade

APRESENTAÇÃO: Para o direito a temática publicidade tem sido alvo de muito debate, visto que a área jurídica tem adquirido ainda mais evidência em virtude da ascensão da tecnologia e das redes sociais, que trazem vínculos inerentes a abordagens em relação a proteção de dados, fake News, bem como no que tange à advocacia moderna. Isto se dá diante da possibilidade de divulgação da atividade praticada por estes profissionais liberais, em especial frente à disseminação de informação, que corrobora com a advocacia preventiva. Em decorrência, inclusive, do que abarca o conceito de publicidade e as possibilidades dele oriundas, consistindo, de forma geral, no planejamento de marketing que tem, por objeto precípuo, a divulgação de determinado produto, marca ou serviço e que visa alcançar um dado grupo-alvo [1]. E atrelado à perspectiva acima apresentada, o tema se encontra ainda mais em voga diante do novo provimento acerca da publicidade para advocacia. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo retratar uma asserção muito recorrente: a imprescindibilidade da publicidade para a advocacia hodierna. **DESENVOLVIMENTO:** Tendo em vista a necessidade de se evitar a mercantilização da advocacia, muito se tem questionado a respeito das novas regras disciplinadas pelo Código de Ética e Disciplina da OAB acerca da publicidade, haja vista que este a aborda de modo mais resolutivo e holista. Diante disso, verifica-se que o tema em questão é muito pertinente, sobretudo porque a advocacia não tem como escopo impulsionar o litígio, e sim, o estímulo da viabilidade de se criar um meio com potencialidade para promover negócios seguros e eficazes. Destaca-se que não se trata de anuir e impulsionar uma publicidade sem as devidas restrições, mas de modernizar o direito e a prática da advocacia. É nítido que o seu principal propósito não se volta apenas à demonstração de aptidões técnicas-jurídicas, uma vez que, por meio dessa vertente, os advogados podem expor melhor o exercício da profissão, bem como a essencialidade do seu real papel para com a comunidade [2]. Ainda, projetos sociais, participações na educação jurídica e em eventos sociais de cunho jurídicos e, até mesmo, devidas premiações adquiridas por sua excelência e profissionalismo, poderão ser exibidos para a sociedade [2]. Um fator importante a ser mencionado é que um dos intuitos da publicidade é fazer com que, através de meios alternativos, o advogado consiga auxiliar pessoas e empresas de modo a gerar conhecimento a estas e demonstrar que o seu serviço se presta, além da solução de conflitos, a minorar passivos e riscos. Ao criar redes sociais ou sites, por exemplo, expondo o seu conteúdo jurídico, o advogado adquirirá ainda mais credibilidade e, como consequência, aumentará a sua clientela. Ademais, ponto de extrema relevância tange na possibilidade de colaboração do profissional para que a comunidade exerça sua cidadania, posto que, munidos de informações fidedignas, viabiliza o acesso aos direitos e garantias constitucionalmente assegurados, destacando, nesse viés, quicá a maior das benesses oriundas da publicidade ética do profissional da advocacia, qual seja, a função educativa e preventiva. **CONCLUSÃO:** Viu-se que é de suma importância o advogado adequar-se à nova realidade da publicidade, sendo esta relevante para a comunidade como um todo. Nos tempos atuais, principalmente em um momento em que o mundo é voltado à tecnologia, demonstrar que o papel do advogado na advocacia moderna se presta, em especial, ao crescimento da sociedade jurídica e na evolução da segurança para os negócios jurídicos é essencial. Não se defende a prática ilimitada da publicidade na área, mas a viabiliza de maneira mais coerente com o mercado e com a necessidade social, haja vista ser, o direito, um fenômeno histórico e social e, como tal, precisa acompanhar a sua evolução. **BIBLIOGRAFIA:** [1] PEREIRA, Marcos. *Publicidade: Como e quando eu devo aplicar essa estratégia?* Disponível em: [https://blog.hotmart.com/pt-br/publicidade/#:~:text=Publicidade%20uma%20estrat%C3%A9gia%20de,companhia%20e%20estimular%20a%20compra](https://blog.hotmart.com/pt-br/publicidade/#:~:text=Publicidade%20uma%20estrat%C3%A9gia%20de,companhia%20e%20estimular%20a%20compra.). Acesso em: 22 agos de 2021. [2] ZILLI, André. *Advocacia sem barreiras: a nova publicidade para os escritórios*. Disponível em: <https://br.lexlatin.com/opiniao/advocacia-sem-barreiras-nova-publicidade-para-os-escritorios>. Acesso em: 22 agos de 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

A VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA PELA PRÁTICA DE CORRUPÇÃO

Marina PEREIRA (IC-marinapereira0217@gmail.com)¹, Carlos MARCEL (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS* - UNIFAMINAS – MURIAÉ - 36.888-233 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Constituição Federal; princípios; agentes administrativos.

APRESENTAÇÃO: O Direito Administrativo é um ramo do direito público que tem por objetivo propor as regras e princípios que regem as atividades administrativas do Estado. Por esse motivo, o Direito Administrativo se baseia pela Constituição Federal, as leis, doutrinas e afins. Deste modo, é de suma importância a análise dos princípios atinentes a tal ramo do direito, em especial os positivados na Constituição Federal, em seu artigo 37, caput, quais sejam, legalidade que estabelecem as normas de conduta do Estado, impessoalidade que impõe que os atos da administração pública sejam imputados ao Estado e não aos agentes visando somente a satisfação do interesse público e não obtenção de benefícios pessoais, moralidade onde visa a ética, publicidade que todos tenham acesso a informações dos órgãos e entidades públicas e eficiência destinado ao controle de resultados na atuação estatal. Destes princípios, é possível atrelar à moralidade a ideia de ética, honestidade, lealdade, sendo assim, um importante princípio para que se dê ao administrador público o predicado de “bom administrador”. É por isso que Matheus Carvalho, realizando uma análise do princípio, sustenta que “trata-se de princípio que exige a honestidade, lealdade, boa-fé de conduta no exercício da função administrativa, ou seja, a atuação não corrupta dos gestores públicos, ao se tratar com a coisa de titularidade do Estado.” [1]. **DESENVOLVIMENTO:** A corrupção se constrói em cima da imoralidade, ferindo, portanto, o princípio da moralidade, segundo José dos Santos Carvalho Filho: “a corrupção é, sem dúvida, a mais escandalosa na Administração. Trata-se de fenômeno mundial, mas em alguns países com razoável padrão ético ela é pontual, havendo apenas atos de corrupção; em outros, no entanto, com baixo padrão, como é o nosso caso, ela é sistêmica, surgindo mesmo um estado de corrupção.” [2]. Os atos corruptíveis geram consequências culturais, sociais, políticas e claro, financeiras, violando a moralidade citada acima. Um exemplo bastante comum em nosso país, é o chamado desvio de poder. Maria Sylvia Zanella Di Pietro dispõe: “a imoralidade administrativa surgiu e se desenvolveu ligada à ideia de desvio de poder, pois se entendia que em ambas as hipóteses a Administração Pública se utiliza de meios lícitos para atingir finalidades metajurídicas irregulares. A imoralidade estaria na intenção do agente” [3], logo, o desvio de poder ocorre quando a competência é atribuída a um servidor e o mesmo a utiliza para alcançar outra finalidade diversa a que foi instituída. Diversas situações de desvio de poder podem ser citadas, mas, a mais comum atualmente é a desapropriação, onde transfere-se a propriedade de um particular para o poder público, infelizmente o que acontece é que na desapropriação, mesmo sendo em nome do interesse público, o agente que tem o poder para a desapropriação a faz para prejudicar um inimigo, ou seja, desapropria o bem de um inimigo, ocorrendo então o desvio de poder com finalidade de prejudicar alguém, desviando sua finalidade para fins de interesses particulares e não públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Através desta análise, observa-se que o princípio da moralidade se pauta conforme os preceitos éticos, sendo sua violação uma transgressão do próprio direito, o que implica em atos imorais, ilícitos e, portanto, condutas inválidas perante a lei e sociedade. Dito isto, fica claro que todo ato da administração pública deve estar embasado no princípio da moralidade. A atitude ética não pode ser desprezada na conduta de um agente público, não é possível desassociar a moralidade da administração pública, uma vez que se espera destas ações e práticas o exercício da legalidade. Uma vez que a violação destes princípios acarretará na transgressão do direito. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CARVALHO, Matheus. Manual de Direito Administrativo. 9.ed.rev.ampl. e atual. Salvador: JusPodivm,2021. [2] CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 34.ed. São Paulo: Atlas,2020. [3] DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Área do Conhecimento (CNPq):6.01.00.00-1 Direito

**ACESSO A JUSTIÇA FRENTE AO CONTEXTO PANDÊMICO NA DIMENSÃO DAS CLASSES
SOCIAIS MAIS VULNERÁVEIS**

João Pedro de Decco **Oliveira** (IC – joaopdecco@gmail.com)¹, Ana Clara Duvanel **VELOSO** (IC)¹ e
Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras-chave: acesso à justiça, audiências, classes sociais vulneráveis, pandemia.

APRESENTAÇÃO: Em tempos de relativização de princípios, urgências médicas e sanitárias e riscos à saúde trazidos pela pandemia do covid-19, as modificações e adaptações a tal contexto se dão nos demais setores da vida civil, sendo o objetivo da presente análise evidenciar, através do método de pesquisa qualitativo, as modificações realizadas no âmbito do Poder Judiciário bem como trazer à tona reflexos da atual problemática no cotidiano das classes sociais mais frágeis econômica e culturalmente.

DESENVOLVIMENTO: As relações perpetradas no cotidiano social recebem amparo legal das mais variadas formas e a busca pela solução junto a justiça se dá em demasia. Dessa forma, o Ordenamento Jurídico pátrio deve oferecer a tutela jurisdicional de modo a acompanhar o fato social, principalmente enquanto em enfrentamento a uma crise sanitária ocasionada pelo referido mal, vetor de replanejamentos constantes aos atos do dia a dia, cominando em encontros cada vez menos pessoais entre os cidadãos, o que se materializa pela aprovação, em 19 de março de 2020, da resolução nº 313 do Conselho Nacional de Justiça [1], que suspendeu as atividades forenses permitindo somente o plantão extraordinário e dando outras providências, sendo que muitos dos efeitos de tal ato seguem se renovando frente a necessidade de distanciamento e prevenção à proliferação do vírus que assola a sociedade. Porém, ocorre a parte mais vulnerável dos cidadãos, seja pela cultura simplória e inocente vivenciada, ou mesmo pela baixa arrecadação de renda, é alvo de prejuízos em seus direitos constitucionalmente garantidos, como o acesso à justiça, esculpido no art. 5º, inciso XXXV da Constituição da República Federativa do Brasil [2], por não conseguirem o mínimo para ter seus direitos materializados, como a falta de condições financeiras para adquirir o suporte eletrônico que permite acesso das audiências por vídeo conferência, ou a falta de conhecimento técnico para tanto, principalmente no âmbito dos Juizados Especiais, onde é possível ingressar com demandas sem representação de advogado, o que somado a vigência do princípio da pessoalidade, tem a parte, em plena pandemia, que compareceu pessoalmente a audiências, virtuais ou não, sem a devida assistência técnica, nas hipóteses previstas em Lei. Sobre tal celeuma, Álvaro de Azevedo aduz em sua obra[3] que: “Problemática existe no fato de que se o afastamento dos cidadãos relativamente à administração da Justiça já é proporcional à baixaza do estrato social a que fazem parte, em um contexto de pandemia com o sistema judiciário atuando em sistema remoto tal distanciamento se agrava”, materializado o disposto sobre presente situação, o que aduz a novo empecilho à concretização de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Portanto, a citada previsão legal cujo fito é a prevenção do contágio entra em atrito com a materialização de outras prerrogativas, ao passo de que, principalmente no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais, muitos não possuem advogados e devem comparecer pessoalmente aos atos, problemática que encontraria resolução na mitigação do princípio da pessoalidade, permitindo que a parte, comprovando o perigo se exposta ao covid-19, possa ser representada em juízo sem que necessite de se fazer presente, garantindo o Acesso à Justiça aos vulneráveis e estando em conformidade com o devido processo legal a ser seguido. **AGRADECIMENTOS:** Ao Unifaminas pelo incentivo a pesquisa, bem como pela orientação do professor Wilson Sebastião Rodrigues Soares. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. **Resolução Nº 313 de 19 de Março de 2020.** Estabelece o regime de Plantão Extraordinário e da outras providências. Diário Oficial. Brasília, DJe/CNJ nº 71/2020. [2] BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1991. [3] GONZAGA, Álvaro de Azevedo. **O acesso à justiça pelos grupos vulneráveis em tempos de pandemia de covid-19.** Artigo Científico (Pós doutorado em Direito) Universidade Clássica de Lisboa, Portugal.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS NO BRASIL

Vittoria COSTA (IC-vittoriacosta0501@gmail.com)¹, Danielle CAMPELO(PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS – MURIAÉ - 36.888-233 - Muriaé-MG.

Palavras-Chave: Adoção; União de casais homoafetivos; Afeto; Família.

APRESENTAÇÃO: A adoção é um ato jurídico através do qual uma pessoa decide formar uma família, estando os requisitos previstos no artigo 42 do ECA, sendo eles: I- Ter mais de dezoito anos, independente do estado civil. II- Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando. III- O adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando. IV- Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família [1]. Salienta-se que a união entre pessoas do mesmo sexo foi reconhecida pelo STF apenas em 2011, equiparando a união estável de homem e mulher, tendo o STF entendido que o conceito de família, formado por um homem e uma mulher em nossa Constituição Federal, não exclui outras formas de afeto. Ademais o casamento de pessoas do mesmo sexo só se tornou possível em 2013 quando o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 175/2013, impedindo os cartórios de se recusarem de realizar o casamento de pares iguais. Após essas duas importantes supracitadas decisões, ficou ainda mais claro que a afetividade é a maior motivação para a constituição de uma família. Desta feita, o princípio da afetividade do Direito de Família é um dos princípios que justifica a possibilidade de adoção por casais homoafetivos no Brasil, bem como o princípio da igualdade, pois nos termos da CF/88, ninguém pode ser tratado de forma desigual. Todavia, a omissão na legislação torna o trabalho do Judiciário mais dificultoso para resolver aspectos e lides concernentes à vida dos homoafetivos. **DESENVOLVIMENTO:** Apesar de grande avanço judicial quanto a união dos casais homoafetivos, esse não é o único desafio que eles encontram ao tentar formar uma família. Na prática, o que se observa são as muitas dificuldades decorrentes não tanto do ponto de vista legal, mas especialmente de ordem moral para adotar uma criança, [2] acreditando-se que causaria um impacto negativo para esta ou que isso influenciaria diretamente na sua orientação sexual. Contudo ao ser realizado uma pesquisa no município de Juiz de Fora/MG, com homossexuais masculinos e femininos, foi possível observar que 93% destes atores sociais afirmaram que a adoção não influencia na orientação sexual das crianças [3]. Salientando-se que, hoje no Brasil, não é admitido que se impeça ou dificulte que um casal homoafetivo adote por conta de sua orientação sexual, pois fere um dos maiores princípios da nossa Constituição Federal que em seu artigo 3º, inciso IV, afirma um dos propósitos fundamentais do Estado é promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação [4] e em seu artigo 5º caput diz que todos são iguais perante a Lei [5], ademais também estaria ferindo o Princípio do Melhor Interesse da Criança. Em maio de 2021, o Brasil tinha trinta e cinco mil crianças em instituições ou famílias temporárias, deste total cinco mil já estão aptas a serem adotadas, ou seja, há muitas crianças aguardando para terem uma família. O principal objetivo da adoção é inserir a criança em um ambiente familiar saudável e cheio de afeto, e isso independe da opção sexual de quem estiver adotando. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Adoção é um ato de amor, carinho e afeto, não há nenhuma proibição legal que impede casais homoafetivos adotarem, ou seja, não há justificativa legal para negar a adoção a casais homoafetivos que preencheram todos os requisitos legais para tal ato. Em que pese vem havendo grande avanço jurídico em prol de estabelecer igualdade de direitos a todos é necessário que a população diminua o preconceito. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Lei 8.069. Estatuto da Criança e Adolescente, 13 de Julho de 1970. [2] CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, **Produção Científica sobre Adoção por Casais Homossexuais no contexto brasileiro. Estudos de Psicologia.** 2013. [3] COSTA, T. M. M. L. (2006). **Adoção por pares homoafetivos: Uma abordagem jurídica e psicológica. Juiz de Fora, MG: Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Vianna Júnior.** [4] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de Outubro de 1988.

Área do Conhecimento (CNPq):6.01.00.00-1 Direito

ALIENAÇÃO PARENTAL: COMO COMBATER E QUAIS SEUS EFEITOS.

Maria Leonice Lima **PASSOS** (IC- leonicelimapassos@gmail.com) ¹, Mickaelly Victória Silva Picoli **CAETANO** (IC)¹, Thaysa Navarro de Aquino Ribeiro (PQ)²

1.Faculdade de Direito; 2.Professor *Centro Universitário UNIFAMINAS - 36888-233 – Muriaé - MG*

Palavras-chave: Alienação, incapaz, efeitos, emocional, guarda, proteção.

APRESENTAÇÃO: O presente texto tem por objetivo abordar alguns aspectos de como ocorre a alienação parental, retratando uma breve análise da origem histórica do tema, com o objetivo de expor o conceito da alienação parental, como ela ocorre, sua tipologia, como pode ser identificada e quais suas consequências para o incapaz. Este estudo visa mostrar a relevância desse tema, e como as disputas familiares influenciam na formação da criança, e em especial os meios encontrados pelo Direito Brasileiro para coibir a sua prática.

DESENVOLVIMENTO: A priori, abordando tal tema, inicialmente, através de sua fundação histórica, segundo a mitologia grega, Médeia, filha do rei Cólquida, traiu seu povo em nome do amor que sentia por Jasão, entregou a ele um bem muito valioso que pertencia ao povoado, e posteriormente, seu amado se apaixonou por uma outra mulher, e a abandona; Medeia tomada pela fúria, mata os filhos para se vingar do abandono do ex-amado. Esse breve contexto histórico demonstra que o genitor que visa punir o outro através dos filhos, pratica alienação parental. Ressalta-se que o alienante pode ser o pai ou a mãe da criança alienada e, existem casos que a alienação é praticado pelos dois, causando desordem na cabeça da criança, que fica sem um referencial e perde sua identidade. A forma mais eficaz de coibir a alienação parental é o emprego da guarda compartilhada, pois, dessa forma, o incapaz continua tendo contato com seus genitores, evitando a perda de uma referência, mantendo assim, as características próprias à proximidade que nunca deveria deixar de existir entre pais e filhos. Como forma de combate a alienação parental, entrou em vigor em agosto de 2010, a Lei nº 12.318, que além de pontuar as formas de alienação parental, estabelece meios para punir tal prática. Atualmente, apesar de ser muito comum a prática da alienação parental, o Direito Brasileiro ainda se encontra com dificuldades para identificá-las e puni-las, o que acaba sendo muito prejudicial para a criança. Contudo, é de se reconhecer a preocupação com a temática, apesar de parecer inofensiva aos olhos dos genitores, causa grandes danos aos menores, haja vista que estes não possuem desenvolvimento psicológico adequado para verificar na conduta dos pais mero desconforto e insatisfação com fim do relacionamento, viabilizando assim, um grande desgaste emocional. As punições previstas na legislação se mostram adequadas e compatíveis com a segurança que deve ser prestada aos menores, sendo dever do Legislador, para garantir a ordem de proteção à criança e ao adolescente, adotar medidas de combate as práticas que resultem em dano a estes, como ocorre na síndrome de alienação parental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Mediante ao que foi exposto, pode-se concluir que o combate à síndrome de alienação parental é de suma importância para a formação da criança e seu amplo convívio com os pais, sendo assim, na análise para a instauração da guarda dos filhos, há de ser observadas e consideradas não somente as questões de aspecto objetivo, mas também questões subjetivas, tais como, favorecer o desenvolvimento psicológico do menor e amparo afetivo.

BIBLIOGRAFIA: ALMEIDA, Renata Barbosa de; RODRIGUES JUNIOR, Walsir Edson. **Direito Civil**. 2º ed. Famílias. Rio de Janeiro; Atlas, 2012. PEREIRA, Sumaya Saady Morhy. **Direitos e deveres nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Forense, 2005. PEREIRA, Tânia da Silva. **O melhor interesse da Criança: um debate interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

Área do Conhecimento (CNPq):6.01.00.00-1 Direito

ALTERAÇÕES NA PUBLICIDADE DA ADVOCACIA: POR QUE AGORA?

Beatriz Barros **GOULART** (IC –bbgoulart@yahoo.com.br)¹, Caroline de Paula **ARCHETE** (IC – carolarchete@gmail.com)¹, Danielle C. Campelo **SILVA** (PQ)² e Vânia Ágda O. **CARVALHO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora. Centro universitário FAMINAS- 36880-000- Muriaé- MG

Palavras-chave: advocacia, OAB, publicidade, tecnologia.

APRESENTAÇÃO: Não se questiona as benesses da propaganda e da publicidade para as práticas de divulgação das prestações de serviço e produtos. Tanto que, quanto ao cenário jurídico, a primeira observação direciona-se ao questionamento do efeito tardio das alterações trazidas pelo provimento 205/2021, frente alegações realizadas por profissionais do direito no que tange à defasagem tanto do Código de Ética e Disciplina da OAB, quanto do Estatuto da Advocacia e do antigo Provimento, nº 94/2000, concernente à propaganda e publicidade na advocacia. Assim, o presente resumo tem o propósito primordial de evidenciar a publicidade na advocacia, perquirindo as razões que levaram às alterações em tempos atuais, uma vez que a OAB publicou, em julho de 2021, seu provimento 205/2021 com novas regras para a atuação publicitária na advocacia, permitindo, inclusive, o marketing jurídico, tendo entrado em vigor em 20 de agosto. **DESENVOLVIMENTO:** Há muito vivemos em uma era moderna e tecnológica, contudo, com a pandemia do COVID-19, diante da crise mundial e de adaptações necessárias, também a carreira jurídica precisou ser reinventada. Associado à crise pandêmica, as redes sociais lograram status de meios de trabalho e, o Direito, se encaixando nos padrões hodiernos, acompanhou a evolução social. Nessa vertente está, por exemplo, a advocacia 4.0, buscando a inclusão de métodos digitais dentro de todas as áreas do escritório, tanto no intuito de disseminação de informação, quanto na propagação da prestação dos serviços, angariando identidade mais empreendedora. De acordo com o estudo da The Law Society, o acolhimento das novas tecnologias pelos escritórios de advocacia pode ter aumento de produtividade de 1,3% para 2,7% ao ano. Andrew Perlman (Diretor fundador do Instituto Law Practice Technology and Innovation da Universidade de Suffolk em Boston), em 2014, foi um dos primeiros a ter a concepção de que os advogados teriam que aceitar uma mentalidade empreendedora [1]. Atualmente, é quase necessário se ter um marketing jurídico no escritório, ou seja, usar estratégias pontuais para que atraia cada vez mais clientes em potencial, ou seja, aquele que busca determinado serviço jurídico [2]. Outro ponto que não se pode deixar de falar é acerca dos aplicativos, tanto como o “LinkedIn” que, basicamente, é uma rede social profissional, como também “Instagram”, “tik tok,” que fizeram grande sucesso na pandemia, impulsionando muitos advogados e escritórios com o marketing de conteúdo. A informatização, em geral, promove, para os profissionais do direito, maior acessibilidade aos processos, além da facilidade de peticionar, acompanhar, fazendo com que os advogados possam pegar cada vez mais casos particulares, sendo, portanto, uma forte aliada. Não há mais de se negar que os avanços impactam na vida de todos, seja pessoal ou profissionalmente, e as vantagens que essa tecnologia trouxe para o judiciário, por meio do Processo Judicial Eletrônico (PJE), por exemplo, é a prova que a OAB precisava para se transpassar com essa resistência e entender que facilita, inclusive, o acesso à justiça. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Mediante aos fatos mencionados, afinal, por que somente agora a OAB realizou as alterações quanto à publicidade na advocacia? Acredita-se que as necessidades mercadológicas surgidas com a pandemia do COVID-19 serviram para reafirmar que a tecnologia não é uma inimiga, mas sim, uma excelente ferramenta para o meio jurídico, não devendo, o direito, abster-se aos avanços sociais. **REFERÊNCIAS:** [1] PERLMAN, Andrew. **Innovation in legal education.** Disponível em: < <http://www.lawpracticetoday.org/article/innovation-in-legal-education/>>. Acesso em: 26 de agosto de 2021. [2] Conteúdo Jurídico. **Desenvolvimento tecnológico e advocacia 4.0.** Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/56622/desenvolvimento-tecnologico-e-a-advocacia-4-0/>. Acesso em: 26 de agosto de 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

ANÁLISE DA LEI 14.188/21: CRIME DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER

Caline A. de OLIVEIRA (IC¹ – calinearedes16@gmail.com) Arthur B. Rodrigues (PQ²)

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS - 36880-000 -
Muriaé-MG

Palavras-chave: mulher, violência psicológica, crime.

APRESENTAÇÃO: Ao longo da história, as mulheres sempre se encontraram em uma posição de vulnerabilidade ante o Estado, apresentando uma trajetória de luta e resistência em busca de seus direitos. Salienta-se que houveram grandes alterações realizadas na seara penal, todavia, a mulher permanece vivenciando cenários absurdos e retrógrados, onde são colocadas em situações de submissão e dependência em face ao sexo masculino. Logo, surgem leis específicas que tem por escopo aumentar a segurança das mulheres, contudo, essa não é a realidade se considerarmos os índices de violência no Brasil. A presente pesquisa pretende discorrer acerca da alteração realizada no Código Penal que instituiu o crime de violência psicológica contra a mulher. **DESENVOLVIMENTO:** Originada pelo PL 741/2021 proposto pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), apresentado pela deputada Margarete Coelho, e no Senado Federal pela senadora Rose de Freitas [2]. A lei nº 14.188/21 além de criar o “Programa Sinal Vermelho” e agravar a pena de lesão corporal cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, instituiu no artigo 147-B do Código Penal: o crime de violência psicológica contra a mulher que passou a vigorar da seguinte maneira: “*Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação.*” A alteração prevê pena de reclusão de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos, caso não seja efetivado um crime mais grave. O crime de violência psicológica identifica-se como crime comum quanto ao sujeito ativo, de dano quanto à objetividade jurídica, comissivo e de ação múltipla quanto à conduta e crime material quanto à consumação. Referente ao sujeito passivo, o tipo penal exige para sua configuração, que a vítima seja mulher, e embora o agressor pratique contra a mesma, duas ou mais condutas descritas no artigo 147-B, ainda responderá por um único delito, logo, é também, crime de conteúdo variado ou com tipo misto alternativo [3]. Destaca-se que a definição do crime depende da comprovação do dano emocional ou psíquico sofrido pela mulher, isso implica que o resultado “causar prejuízo à saúde psicológica e autodeterminação da mulher” por exemplo, seja melhor definido juridicamente, para não caracterizar preceitos incompletos que careça de amparo de outras normas para que tenha efetivação, e concomitantemente não ofereça espaços para que o agente se desvie da culpabilidade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Tendo em vista uma análise do infográfico de 2021, “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, foi verificado que 18,6% das mulheres violentadas sofreram violência na forma de ofensa verbal, ou seja, são humilhadas e ridicularizadas, sendo a pandemia uma condicionante para esse aumento das variadas formas de violência contra a mulher [4]. Diante disso, e através dessa pesquisa identificamos a alteração legislativa advinda da lei 14.188/21 em vista dos direitos à liberdade individual e integridade psíquica e moral da mulher, além da necessidade de desenvolvimentos doutrinários e jurisprudenciais que preencham as lacunas da nova lei em vista da sua efetividade e segurança jurídica. **BIBLIOGRAFIA:** [1] ARAÚJO, N. P. **FEMINICÍDIO: CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE DA MULHER QUE FACILITAM A PRÁTICA DO DELITO.** Disponível em: <https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistadireitoemmovimento>. Acesso em: 04/09/2021. [2] **LEI CRIA PROGRAMA SINAL VERMELHO E INSTITUI CRIME DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA MULHER.** Agência Senado/2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/29/lei-cria-programa-sinal-vermelho-e-institui-crime-de-violencia-psicologica-contra-mulher>. Acesso em: 04/09/2021. [3] GONÇALVES, V.. - **Direito penal – parte especial:** 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur - 2021. [4] FBSP. **VISÍVEL E INVISÍVEL: a Vitimização de mulheres no Brasil.** 3ª edição – 2021.

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO SILÊNCIO ADMINISTRATIVO

Marina PEREIRA (IC-marinapereira0217@gmail.com)¹, Carlos MARCEL (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS - UNIFAMINAS – MURIAÉ - 36.888-233 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Silêncio administrativo, ato administrativo, poder público.

APRESENTAÇÃO: O silêncio administrativo é um fato administrativo que acontece quando a administração pública é instalada e se manifesta e queda-se inerte se desdobra na ausência de manifestação tempestiva, assim não respeitando o prazo, se caracterizando então como uma omissão da administração pública, pois uma vez chamada a pronunciar, a expressão é nula. Segundo Matheus Carvalho: “à omissão da Administração quando lhe incumbe manifestação de caráter comissivo. É o tema relativo ao silêncio como manifestação de vontade”. [1] **DESENVOLVIMENTO:** O silêncio administrativo se constituiu a partir de uma hipótese de inércia e ou omissão por parte da administração pública perante um fato gerador. Deste modo, tal omissão é considerada um fato administrativo, uma vez que seu objeto é oriundo de uma ação que deveria de ter sido exteriorizada pela administração e o mesmo não foi ocorrido, trazendo como consequência efeitos jurídicos diretos ao curso do processo tais como a prescrição e a decadência. Hely Lopes Meirelles rediz que “O silêncio não é ato administrativo; é conduta omissiva da Administração que, quando ofende direito individual ou coletivo dos administrados ou de seus servidores, sujeita-se a correção judicial e a reparação decorrente de sua inércia.” [2]. O silêncio administrativo pode se aplicar de duas maneiras específicas, a primeira delas acontece quando a lei já destaca as consequências para a ausência de manifestação. Já a segunda forma advém de uma lei omissa, ou seja, quando não há referência sobre o efeito que se origina do silêncio, neste caso é nula a produção de efeitos, ou seja, o silêncio administrativo não gera direito para o particular, pois o mesmo é uma ilegalidade, uma vez que a administração pública tem o dever de se manifestar quando o particular a pede algo, como Matheus Carvalho menciona “Não havendo previsão legal acerca da matéria, não somente se determina que não haverá produção de efeitos pelo silêncio, como é possível se definir que esse configura ilegalidade cometida pelo ente estatal” [1]. Portanto, fica claro, a própria lei determina que pela falta de manifestação para o particular, o mesmo poderá provocar o judiciário no caso de uma manifestação a inércia administrativa; logo o judiciário terá que analisar as circunstâncias afim de resolver o impasse. Por consequência, caso o prazo para atuação do agente se encontre estipulado legalmente, há a possibilidade de o poder judiciário determinar a prática do ato, após o transcurso do prazo e mesmo assim não ocorrer a manifestação de vontade pública. O particular poderá mediante a impetração do Mandado de Segurança determinar a prática do ato, por outro lado, quando não há prazo para a atuação do poder público para tal manifestação, o poder judiciário poderá examinar e pedir um prazo justo com base no princípio da razoabilidade, e vide artigo 5º, LXXVIII da Constituição Federal, para a atuação do agente no caso em questão, sendo assim, se porventura demorar a manifestação será considerado como uma ilicitude. Destaco que de acordo com a natureza da omissão administrativa ou do silêncio administrativo poderá ocorrer medidas que tem responsabilidade administrativa, civil e penal do administrador omissor. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Após o estudo verificou-se que quando há a abstenção da declaração, há uma configuração de um fato administrativo chamado silêncio administrativo, há dessa forma uma omissão. Esse silêncio, pode derivar tanto de uma omissão, como citado anteriormente, como também pode ser uma manifestação de vontade, se a lei assim prever. Assim, se for previsto pela lei, será caracterizado como um ato administrativo, mas caso não seja amparado pela lei, será constituído como um fato jurídico administrativo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CARVALHO, Matheus. **Manual de Direito Administrativo**. 9.ed.rev.ampl. e atual. Salvador: JusPodivm,2021. [2] MEIRELLES, Hely Lopes. [Direito Administrativo Brasileiro](#). 29a ed. São Paulo, Malheiros: 2011. p. 112.

Área do Conhecimento (CNPq):6.01.00.00-1 Direito

AS DUAS FACES DA MOEDA EDUCACIONAL

Jhuan LADEIRA (IC- jhuanbl4862@hotmail.com)¹, Vânia Ágda O. CARVALHO (PQ)²
1. Curso de direito; 2. Professora. Centro Universitário FAMINAS – 36880-000 - Muriaé-MG
PALAVRAS CHAVE: educação, políticas, programas sociais, vulnerabilidade.

APRESENTAÇÃO: Educação, considerada por muitos o pilar para a construção de um país justo e desenvolvido e pobreza, dedutível nos países que buscam a ascensão no cenário mundial, são dois elementos atados na atual conjuntura social brasileira. A partir desse cenário social, é imprescindível a indagação sobre os impactos das políticas e programas sociais na educação, sendo este, pois, o objetivo do presente resumo. **DESENVOLVIMENTO:** Inúmeras são as formas para interpretar a finalidade da educação básica, entre elas: fator essencial para a aquisição de um emprego, uma igualdade (de cunho formal) de oportunidades e, consequentemente, maior integração social ou uma etapa indispensável na construção da concepção do ser humano. Não importa o conceito adquirido, o ponto em destaque é a fragilidade institucional e social no que tange aos grupos vulneráveis ou minoritários [1]. Nos últimos anos programas como de vacinação, alimentação, transporte e o celebre Bolsa Família foram disponibilizados na tentativa de amenizar a disparidade econômica e social. É definido nas diretrizes do programa bolsa família duas situações familiares: situação de pobreza e situação de extrema pobreza; os dois contextos configuram um total de 17 milhões dos alunos, de um conjunto de 34 milhões indivíduos matriculados, sendo que este dado serve para observações sociais, como a disparidade de ascensão e como pode afetar o rendimento dos alunos dos estratos sociais mais baixos. Nesse contexto, o programa traz a condicionalidade da frequência escolar dos beneficiários, para que não aconteça uma exploração para com o Estado, e não haja uma marginalização da criança e do adolescente [1]. Na maioria dos casos, as classes mais desfavorecidas, tem uma extrema valorização no que tange à educação. Porém, é necessário que exista a condicionalidade para possibilitar segurança para os dois polos da relação. Esses indivíduos, mesmo que enfrentem cotidianamente situações que exigem um amadurecimento precoce, não afasta a prerrogativa de precisarem de cuidados especiais, pois, ainda são crianças e adolescentes. Assim, é de suma importância a participação dos profissionais, alicerçados na concepção de que esses indivíduos fazem parte da sociedade e gozam de direitos resguardados na Constituição Federal de 1988, e em legislações infraconstitucionais, não obstante, restringindo a visão de minimização da problemática, por meio do entendimento único de compensação de um *deficit* social e econômico, que atordoa os profissionais e até os alunos que compõem a parte mais favorecida economicamente [1]. Seria leviano apontar os profissionais como culpados, haja vista que a atual conjectura remete a uma fragilidade estrutural que esses profissionais encaram, que acarreta um agravamento na situação educacional, além da marginalização dos pontos descritos anteriormente, sendo, diante disso, criado um estigma social de que as escolas públicas são algo paralelo, ou seja, um “estado para pobres”. Tal pensamento destoa de uma visão democrática e alavanca pensamentos de exclusão dos indivíduos que não se encaixam em um padrão imposto, mesmo que muitos não tenham mecanismos para, minimamente, almejar alcançar esses parâmetros. **CONCLUSÃO:** O maior desafio para o amadurecimento do ensino formal no Brasil é destruir a ideia de que alunos dos estratos sociais mais baixo são indivíduos que devem ser tolerados nas instituições. Uma mudança abrupta é fundamental para que esses indivíduos passem a ser incluídos e integrados. Essa ruptura social pode ser almejada por meio de políticas públicas ou por programas sociais, que por sua vez, devem ser planejados por indivíduos capacitados e dotados de conhecimento sobre a situação do Estado e da sociedade, de forma que não haja uma degradação econômica e que consiga atingir as metas criadas, sobretudo, fornecer resultados significativos para a sociedade. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CRISTINA, Sílvia; GABRIEL, Samuel; MONTEIRO, Kaline. **Educação e pobreza:** limiares de um campo em (re) definição. SciELO, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/RHbjpsvktbyd8sPCrVGj7KM/?lang=pt>>. Acesso em: 09 de julho de 2021.

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1- Direito

AS NOVAS REGRAS DE PUBLICIDADE NA ADVOCACIA

Wleidice Ferreira **DORNELLAS** (IC – leidinha_dornellas@hotmail.com)¹, Aline Aparecida C. S. **BARBOSA** (IC)¹, Danielle C. C. **SILVA** (PQ)² e Vânia Ágda O. **CARVALHO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras chaves: ética, marketing, publicidade.

APRESENTAÇÃO: Em tempos atuais, o marketing é o meio mais eficaz de divulgação do trabalho, assim, consequentemente, traz revoluções para diversos profissionais. Nessa toada, se encontram os profissionais da área jurídica. Com a globalização e os meios eletrônicos, que facilitam a comunicação e disseminação de informações, inclusive a integração do Poder Judiciário (PJe), o sucesso profissional jurídico tornou-se mais democratizado, em especial frente às alterações vislumbradas pelo Provimento nº 205/21, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil [1]. Destaca-se que este Provimento não vem como forma de permissão desenfreada de publicidade no meio profissional jurídico, mas sim, como forma de inclusão destes profissionais, conforme demanda contemporânea. Assim, o objetivo deste resumo, se pauta na análise das principais mudanças trazidas pelo Provimento nº 205/21. **DESENVOLVIMENTO:** O Provimento anterior, de nº 94/00, dispunha sobre a publicidade, propaganda e a informação no meio advocatício, onde o termo marketing jurídico sequer era utilizado, expressando uma vedação contida entre os profissionais para divulgação dos seus trabalhos. Apenas o termo “publicidade informativa” era aceito, destinando ao cito provimento um viés obsoleto, com conteúdo raso, haja vista a própria época de sua criação. O acesso à internet ainda era restrito e as redes sociais não tinham o espaço na vida e na cultura dos indivíduos como ocorre hoje. Assim, perante os avanços tecnológicos e os meios de trabalhos atuais a norma precisou se adequar. Diante disso, o Provimento nº 205/21 veio como forma de possibilitar a utilização dos meios oferecidos pelas diversas redes sociais, tais como Instagram, Facebook e Google, impulsionando o conteúdo, também conhecido como promoção [1]. As próprias plataformas destinam o conteúdo para a pessoa que está à procura de respostas sobre determinado assunto, baseando-se, pois, no algoritmo de pesquisa e utilização dos usuários da rede social. Investir dinheiro em publicidade na internet é alcançar cliente através da inteligência artificial que, hoje, muito se faz presente. Conforme as novas regras, poderá constar a identificação do profissional na sua publicidade, bem como os títulos acadêmicos que possuir, possibilitando todos os meios de contato idôneos, diferente do permitido perante o Código de Ética da OAB, em que era possível a referência de contato com o profissional apenas via e-mail [1]. O texto atual mantém as proibições relativas aos casos concretos em que o profissional atua, bem como permanece a proibição de veiculação dos meios publicitários na televisão e rádio, possuindo caráter específico de propaganda de determinado serviço oferecido por ele, deixando, assim, o profissional livre para elucidar questões de caráter geral. Todavia, tornou-se permitido a divulgação de imagens e vídeos dos quais tenham conteúdo da rotina profissional do advogado, cito como exemplo, audiências e sustentações orais, respeitando integralmente o estabelecido no Código de Ética e o sigilo profissional. Contudo, a propaganda imoderada ainda é conduta não permitida juntamente com a promessa de resultados, vez que o profissional deve manter a ética de suas condutas, utilizando dos meios atuais disponíveis para entregar o acesso à justiça para seus clientes e aqueles os quais vierem a se tornar [1]. **CONCLUSÃO:** À vista do exposto, conclui-se que a publicidade na advocacia deu um grande salto perante o Provimento 205/21, pois a inclusão de meios de propaganda veiculados pela internet, inclusive pelas denominadas publicidades ativas/passivas, possibilitam que a área de alcance do profissional seja em muito elevada. Ademais, cumpre ao advogado entender que o marketing feito jamais ultrapassará os limites do Código de Ética dos Advogados do Brasil, devendo ser respeita em todos os sentidos as particularidades de cada cliente e a confiabilidade que a este lhe é dada. **AGRADECIMENTOS:** À FAMINAS pelo incentivo à pesquisa e pelo apoio concedido. **BIBLIOGRAFIA:** [1] OAB NACIONAL. **Provimento nº 205/2021**. Disponível em: <https://www.oab.org.br/leisnormas/legislacao/provimentos/205-2021?search=94&provimentos=True>. Acesso em: 30 ago. 2021.

Área do Conhecimento (CNPq):6.01.00.00-1 - Direito

**ASPECTOS PREJUDICIAIS AO TRABALHADOR NA REFORMA TRABALHISTA DE 2017 E
O AGRAVAMENTO COM A MP 1045 DE 2021.**

Emanuele Cristina de **Paula** (IC – emanuelepaula65@gmail.com)¹ Arthur Bastos **Rodrigues** (PQ – arthur.rodrigues@unifaminas.edu.br)²

1. Curso de Direito Graduada; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000 – Muriaé-MG.

Palavras-chave: reforma trabalhista; MP 1045/21; direito do trabalho.

APRESENTAÇÃO: O direito do trabalho, segundo Delgado [1], é o “ramo jurídico especializado, que regula certo tipo de relação laborativa na sociedade contemporânea”, trata-se das relações de emprego. Assim, é de supra importância realizar análises sobre esse ramo do direito e como as reformas legislativas e as mudanças nas relações de trabalho interferem diretamente na efetivação de direitos trabalhistas. O objetivo do presente trabalho é evidenciar a complementariedade e continuidade relativa à perda de direitos trabalhistas com a promulgação da lei 13.467/17 e dos trâmites legislativos atuais da Medida Provisória (MP) 1.045/21, buscando os efeitos destas alterações nas relações trabalhistas. Desse modo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica inicial sobre as principais mudanças da lei de 2017 e uma análise documental da MP 1045 em trâmite no legislativo, visando apontar alguma complementariedade entre as reformas.

DESENVOLVIMENTO: A promulgação da CLT [2] em 1943 foi um grande avanço na legislação do país, apesar de segregacionista, pois instituiu como deveriam proceder as relações entre empregadores e empregados urbanos. As constituintes anteriores não eram incisivas sobre a temática, tratando-a de maneira dispersa entre seus artigos. No Brasil ocorreram várias modificações nessas relações no decorrer das décadas, desde a instauração da CLT em 1943 até atualidade. A reforma trabalhista de 2017 [3], com a promessa de gerar mais empregos no país, alterou vários artigos da CLT que deixaram os servidores mais vulneráveis. Dentre essas alterações, o trabalho intermitente previsto no art.452 foi impactante, pois estabeleceu uma modalidade de trabalho instável, em que o empregado, apesar de ter a carteira assinada só terá jornada de trabalho se for convocado, não havendo uma garantia mínima, sendo que somente receberá pelas horas trabalhadas. Em 2021, diante da crise mundial devido à pandemia da COVID-19, novamente, com o slogan de preservar o emprego e a renda, foi editada a medida provisória 1.045 [4]. Contudo, após análise de suas centenas de emendas distorcidas, percebeu-se que, como a anterior, ela também acarretará em perdas de direitos adquiridos pela classe trabalhadora. Dentre essas, notou-se que foi estipulado o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego (Priore), no qual o trabalhador, de até 29 anos, assim como a instável figura do intermitente, receberá seu salário, férias e o 13º salário baseado apenas nas horas e dias em que prestou serviço. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante das premissas tratadas no trabalho, compreendeu-se que, diferentemente do discurso de geração de empregos e melhoria nas condições econômicas para justificar as alterações na CLT, o que vem ocorrendo de fato é uma deterioração de direitos que foram conquistados ao longo dos anos. Portanto, observa-se uma continuidade no processo de ampliação das desigualdades sociais através da desconstrução dos direitos trabalhistas, com a criação de trabalhadores de “segunda categoria” com menos direitos, gerando aumento do desemprego e da informalidade no país. **BIBLIOGRAFIA:** [1] DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de direito do Trabalho*. 18ª ed. São Paulo; LTR editora, 2019. p.42. [2] BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943-Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em 10 de Julho de 2021. [3] BRASIL. Lei n.13.467 de 13 de julho 2017-Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm>. Acesso em 10 de julho de 2021. [4] BRASIL. Medida Provisória nº 1.045, de 27 de Abril de 2021..Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1045.htm>. Acesso em 10 de julho de 2021.

Área do Conhecimento (CNPQ): 6.01.00.00-1 - Direito.

**“CALA A BOCA JÁ MORREU”!? UMA ANÁLISE DOS LIMITES DO EXERCÍCIO DA
LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

Jhuan LADEIRA (IC- jhuanbl4862@hotmail.com)¹, Henrique MEIRELES(IC)¹, Pedro. FRAGA (PQ)²
1. Curso de Direito; 2. Professor. Centro Universitário FAMINAS – 36880-000 - Muriaé-MG

PALAVRAS CHAVE: liberdade de expressão, direito comparado, limites.

APRESENTAÇÃO: A Constituição Federal, que neste ano completa 33 anos de sua promulgação, foi considerada como a “constituição cidadã” por positivar importantes garantias que *a priori* não eram tuteladas, dentre as quais a liberdade de expressão, concedendo ao cidadão o direito de expor suas opiniões e ideias de maneira livre, garantindo seu manifesto individual ou coletivo. Esse resumo tem como objetivo realizar um paralelo entre a liberdade de expressão no Brasil e nos EUA, de modo a sobrelevar a importância sobre o tema sem que se tenha intenção de esgotar todos os seus problemas concretos.

DESENVOLVIMENTO: Usando como objeto de análise discursos ofensivos e posicionamentos do direito brasileiro e americano, temos uma dicotomia entre esses, na qual, percebemos limitações na legislação e na jurisprudência brasileira, em contrapartida, à postura norte-americana que se posicionou que “a liberdade não encontra refúgio em uma jurisprudência de dúvida” [1]. Ou seja, na concepção daquele país, palavras mesmo duras ou desagradáveis devem ser encampadas na proteção a liberdade de expressão. Uma ampla liberdade de expressão, nesta visão, significaria a criação de caminhos futuros e uma maior participação democrática, de modo a permitir aflorar discursos considerados perigosos por uma determinada classe, mesmo que esses sejam parcialmente ou totalmente falsos, pois devem ser colocados para que a sociedade os pondere. Um ponto importante no direito americano é o efeito *chilling effect*. A expressão é usada para referir um desencorajamento do exercício dos direitos por medo de sanções legais, ou seja, a autocensura. De outro lado, no Brasil, é possível perceber limites à liberdade de expressão na legislação, ainda que não exista um critério objetivo para discernir discursos ofensivos e crimes contra a honra, destacando-se os discursos contra agentes públicos, art.141, inc. I e II do CP e no art. 45, inc. I, a V da Lei nº 9.504/97 (afronta à liberdade de imprensa). Em contrapartida, as cortes americanas oferecem tratamento diferenciado perante os agentes públicos, haja vista “possuírem maior acesso à mídia, e, portanto, dispõem de recursos mais amplos para se defender [...], sem necessidade de auxílio da justiça” [1]. Esse entendimento é teoricamente visto no Brasil, como defende o ministro Luís Roberto Barroso, todavia, existe uma linha tênue e turva entre a teoria e a prática. Nos últimos anos, decisões do Supremo Tribunal Federal estabeleceram limites como nos casos dos discursos de ódio, fake news, posicionamento contra ministros, entre outros. Teriam essas decisões sido tomadas pelos pressupostos sociais? Quais serão os impactos dessas decisões? Como Anne Frank escreveu “em cada censura há um ponto de verdade”. Outro posicionamento pertinente nos debates sobre a liberdade de expressão é de John Stuart Mill, no qual defende o livre mercado de ideias, ou seja, quaisquer ideias podem ter pontos de plausibilidade. Mais perto desse pensamento, o direito americano é a personificação da liberdade de expressão, tendo em vista a primeira emenda à constituição americana, na qual não será possível qualquer lei que regule o livre exercício do direito da liberdade de expressão.

CONCLUSÃO: Em vista dos argumentos apresentados, é notório observar no direito norte-americano um posicionamento liberal, seja por questões normativas ou critérios de proporcionalidade. O direito brasileiro se diferencia do direito norte-americano na medida em que se nota posicionamentos mais interventores e com jurisprudências ainda inconclusivas. Nesse diapasão, a pergunta a ser respondida nesse debate é quanto aos parâmetros jurídicos para a aplicação nos casos concretos, sem que ocorra uma espoliação das garantias fundamentais do indivíduo.

BIBLIOGRAFIA: [1] DINIZ, Eduardo; CARVALHO, Eduardo. Liberdade de expressão e discursos ofensivos no Brasil e nos Estados Unidos, Puc-rio, 2010. Disponível em:<http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2010/relatorios/ccs/dir/DIR-Eduardo_Pereira.pdf> Acesso em: 28.08. 2021.

**Área do conhecimento
(CNPq): 6.01.00.00-1- Direito**

COVID-19 E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM VÍRUS E DUAS GUERRAS

Edivani Viana PEREIRA (IC - edivanepereira@hotmail.com)¹e Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: COVID-19, mulher, violência

APRESENTAÇÃO: 2020 foi um ano de ocorrências fatídicas mundiais, como a pandemia do COVID-19, que ocasionou transformações sociais, econômicas, políticas e familiares. Desde a confirmação pandêmica, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), líderes mundiais vêm adotando, como melhor forma de combate à contaminação, o método mais antigo da história: o distanciamento social e a quarentena. Não obstante, o distanciamento social expôs ainda mais as vulnerabilidades sociais existentes pelo mundo, precipuamente em relação às mulheres, haja vista a constante permanência sob o mesmo teto com seus agressores, que são, em grande número, aqueles os quais deveriam contribuir para o bem-estar e segurança das mesmas. Diante disso, pretende-se, nesse estudo, analisar o liame entre os meios de enfrentamento da pandemia do COVID-19 e o aumento do número de casos de violência contra a mulher.

DESENVOLVIMENTO: Desde o início da crise sanitária ocasionada pela pandemia da COVID-19, o cenário de violência contra a mulher veio a se agravar, no mundo, e no Brasil, não foi diferente. O distanciamento social, como uma das medidas para evitar o contágio e a disseminação do coronavírus, e o decorrente confinamento, fizeram com que as mulheres ficassem reclusas com seus agressores, elevando, dessa forma, o aumento da violência [1]. Por meio do Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, pode-se evidenciar o crescimento da violência contra a mulher que, em 2020, apresentou um total de 75.757 denúncias, sendo 38.179 realizadas no primeiro semestre, e 37.578 no segundo [2]. Com base nesses dados, evidencia-se um aumento dos casos de violência, já entre os semestres do ano de 2020, e também se comparados ao ano de 2019, em que se efetuou um total de 67.438 denúncias [3]. Determinados fatores sociais e econômicos contribuíram, e muito, para o agravamento desses números, sendo a dependência financeira, agravada pelo aumento do desemprego causado pela pandemia, um desses exemplos. Outro fator de impacto tange na dificuldade da mulher, vítima desta violência, de se ver livre de uma realidade de sofrimento, posto que, com a restrição dos serviços e ausência de contato com o mundo externo, encorajou os agressores, conferindo-lhes ainda mais controle. A importância de uma rede de apoio, em torno das mulheres vítimas de violência, é imprescindível uma vez que, um colega de trabalho, um vizinho, um amigo e até mesmo um familiar pode corroborar com a condição de vítima que essa mulher se encontra, caso negligenciem situações de violência presenciadas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante dos fatos analisados neste resumo, destaca-se que a pandemia da COVID-19, além de reafirmar a desigualdade socioeconômica, enaltecer a relevância de um programa de saúde pública e ocasionar muitas perdas de vida, entre abalos econômicos, políticos e ambientais, revelou a constância do ciclo da violência contra a mulher, a qual não é inaudita, todavia exacerbou-se por motivo da conjuntura advinda do distanciamento social. Nesse sentido, é necessário criar e aperfeiçoar medidas que contribuam para o rompimento desse ciclo de violência e se faz necessário dar continuidade à luta em defesa dos direitos humanos e do alcance da efetiva igualdade de gênero. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MARQUES, E.S. et al (2020). **A violência contra mulheres, crianças, e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19:** panorama, motivações e formas de enfrentamento. Disponível em : <https://www.migalhas.com.br/depeso/345246/a-violencia-domestica-contra-a-mulher-durante-a-pandemia-do-covid-19>. Acesso em: agosto.2021. [2] **Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.** Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/paineldedadosdaondh> . Acesso em agosto.2021. [3] **Cidadania e Assistência Social.** Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/05/central-de-atendimento-a-mulher-registrou-1-3-milhao-de-chamadas-em-2019>. Acesso em: agosto, 2021

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

**CRIMES CIBERNÉTICOS: OS EFEITOS DO CRIME DE INVASÃO DE DISPOSITIVO
INFORMÁTICO NO DIREITO PENAL BRASILEIRO**

Mickaelly Victtoria Silva Picoli **CAETANO** (IC – mickaellycaetano@gmail.com)¹, Rayany Caroline Braga **CASCARDO**¹, Anderson Kristhian Reis **LOURENÇO** (PQ)²

2. Curso de Direito; 2. Professor(a) *Centro Universitário FAMINAS – 36888-233 – Muriaé-MG*

Palavras-chave: Crimes Cibernéticos, Condutas Criminosas, Dispositivos Eletrônicos, Dados.

APRESENTAÇÃO: Crimes cibernéticos são aqueles que utilizam computadores, redes de computadores ou dispositivos eletrônicos agregados para realizar condutas criminosas, que constituem danos a cidadãos ou patrimônios, mediante extorsão de pecúlios monetários, estresse emocional ou danos à notabilidade de vítimas expostas na Internet. A Lei 12.737/2012 [1], denominada como Lei Carolina Dieckmann, determina sobre a tipificação criminal de transgressões informáticas. Cercada pelas fundamentais recentes ações que se transformaram em crimes e foram adicionadas no Código Penal de 1940, localiza-se a “invasão de dispositivo informático”, prevista no Art. 2º da referida Lei e no Art. 154-A do CPB/1940 [2]. **DESENVOLVIMENTO:** Imprescindível asseverar que o tipo subjetivo é o dolo e a não há presunção de ato culposo. A conduta de invadir dispositivo informático de outrem, por meio de violação incongruente de procedimento de segurança deve ter o fito de obter, adulterar ou destruir dados ou informações com ausência de anuência expressa ou tácita do titular do dispositivo. Magio afirma que “o § 3º, do art. 154-A, do Código Penal, define o crime de invasão de dispositivo informativo qualificado” [3]. O crime é qualificado quando ao tipo penal básico é acrescentada alguma circunstância específica que o torna mais grave, alterando o mínimo e o máximo das penas previstas em abstrato. Outrossim, o objeto jurídico do crime de invasão de dispositivo informático é a inviolabilidade da intimidade e da vida privada, consistente na prevenção dos dados e informações memorizadas em dispositivo informático da vítima. Trata-se de um Direito Fundamental constitucionalmente indubitável, nos subsequentes termos: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (CP, art. 5º, X). Dessarte, a invasão de dispositivo informático é crime formal – consumação antecipada –, que se consuma desprovido da geração de consequência naturalística consistente na factual obtenção, adulteração ou destruição de dados ou informações da vítima que, se houver, compõe no singelo exaurimento do crime. Ademais, o crime consuma-se no instante em que o agente se apodera do dispositivo informático da vítima, por meio de violação indevida de mecanismo de segurança ou através de instalação de certas vulnerabilidades neste dispositivo, tornando-o espontaneamente suscetível a atentados. Assim sendo, concerne de crime instantâneo, além da tentativa ser possível por se tratar de crime plurissubsistente, visto que a conduta é fracionada em diversos atos que, somados, provocam a consumação. **CONCLUSÃO:** Por todo o exposto, conclui-se que o advento da internet conduziu ao seu redor não somente o desenvolvimento da comunicação e informação para a humanidade, mas também um acréscimo na criminalidade. Atualmente, é possível diferir o crime comum com o crime cibernético em virtude do surgimento da Lei 12.737/12, que trouxe a perspectiva da punição específica para os sujeitos ativos do disposto no artigo 154-A do Código Penal Brasileiro de 1940. No entanto, determinados delitos até então são árduos de serem processados e julgados devido o impasse que se encontra para deslindar a autoria, dado que a internet é um recinto de difíceis rastros. Dessa forma, assevera-se a necessidade de cuidado perante os meios eletrônicos e virtuais. **AGRADECIMENTOS:** Ao Centro Universitário Faminas pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] **Lei n. 12.737/12.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm>. Acesso em: 3 de setembro de 2021. [2] Código Penal Brasileiro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 3 de setembro de 2021. [3] MAGGIO, VICENTE, disponível em <http://vicentemaggio.jusbrasil.com.br/artigos/121942478/novo-crime-invasao-de-dispositivo-informatico-cp-art-154-a>. Acesso em: 3 de setembro de 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

**CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA E SEUS EFEITOS NA COLETIVIDADE E NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

Mickaelly Victtoria Silva Picoli **CAETANO** (IC – mickaellycaetano@gmail.com)¹, Thaysa Navarro de Aquino **RIBEIRO** (PQ)²

1-Curso de Direito; 2. Professor(a) *Centro Universitário FAMINAS – 36888-233 – Muriaé-MG*

Palavras-chave: saúde, coletividade, individualidade, ilícitos.

APRESENTAÇÃO: Os bens jurídicos estão previstos na Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º [1], quando mencionados a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Sabe-se que a boa saúde é fator essencial para o ser humano e algumas pessoas diante desta realidade tomam proveito para exercer papéis sociais ilícitos para de algum modo, auferir vantagem. O Código Penal, no tocante à proteção do bem jurídico da saúde, distingue condutas que atingem a saúde individual e coletiva, reunidas, respectivamente, em seu texto legal. No primeiro caso a lesão ou o perigo de lesão pode atingir várias pessoas, mas elas são determinadas. No segundo, o perigo abstrato ou concreto deve apresentar-se a um número indeterminado de pessoas, sem embargo de vir a ocorrer lesão em uma ou mais pessoas determinadas. Indeterminação e coletividade são elementos distintivos do conjunto de crimes contra a incolumidade pública e, entre eles, os crimes contra a saúde pública. **DESENVOLVIMENTO:** O crime de Epidemia, previsto no art. 267 do Código Penal Brasileiro de 1940, como explicou Guilherme de Souza Nucci [2], significa uma doença que acomete, em curto espaço de tempo e em determinado lugar, várias pessoas, sendo transmitida por um agente com a subjetividade do dolo. Outrossim, o artigo 273 do Código Penal [3], inserido igualmente no capítulo dos crimes contra a saúde pública, descreve como conduta ilícita, o ato de falsificar, corromper ou adulterar, produtos destinados a fins terapêuticos ou medicinais. O produto, álcool gel, tem sido muito utilizado no combate e na prevenção à epidemia do Covid-19. Assim, se encaixa na definição do artigo retromencionado, tornando o ato de sua adulteração um crime contra a saúde de todos. Algumas pessoas têm se aproveitado da situação da pandemia do coronavírus para obter ganho econômico por meio da falsificação do referido produto. Como se trata de crime contra a saúde da população, a pena prevista é severa, de 10 a 15 anos de reclusão, além de multa. Ademais, quem introduz clandestinamente em solo nacional produto de origem estrangeira destinado a fins terapêuticos ou medicinais, sem registro, de procedência ignorada e adquirido de estabelecimento sem licença do Órgão de Vigilância Sanitária competente, pratica o delito capitulado no art. 273, § 1.º-B, incisos I, V e VI, do CPB/1940. **CONCLUSÃO:** Por todo o exposto, conclui-se que os crimes contra a saúde pública têm origem na percepção de que há certos bens jurídicos que pertencem a coletividade. Aos poucos foram surgindo outras categorias (economia popular, relações de consumo e meio ambiente), que às vezes se sobrepõe ensejando problemas de classificação jurídica das condutas e apresentam algumas características como: coletividade como sujeito passivo, utilização recorrente de normas penais em branco e a situação de perigo na maior parte das vezes presumido. Sabe-se, portanto, que qualquer prática deve ter seus limites nos bens tutelados na Carta Magna principalmente o direito à vida e a saúde nos contornos da Dignidade da Pessoa Humana e proteção da boa-fé e da confiança. Por isso, a necessidade de cada vez mais buscar entender e identificar esses possíveis crimes. **AGRADECIMENTOS:** Ao Centro Universitário Faminas pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 de setembro de 2021. [2] NUCCI, Guilherme de Souza, Manual de Direito Penal. 7ª edição, revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.. [3] Código Penal Brasileiro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 3 de setembro de 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

**CRONOLOGIA E AVANÇOS DO DIREITO AO VOTO NA HISTÓRIA CONSTITUCIONAL
BRASILEIRA**

Vitor de Souza Lima e SILVA (IC-vitor.lima@trfl.jus.br)¹, Gustavo O. NACARATI (IC-gustavonacarati@hotmail.com)¹, Jonathan M. da Silva LOURENÇO (IC-jonathanpapelaria@yahoo.com.br)¹, Mirella F. de SOUZA (IC-mirellaesther2018@gmail.com)¹, Flávia P. OLIVEIRA (IC-flavia.pp.oliveira@hotmail.com)¹, Pedro FRAGA (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS – MURIAÉ – 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: constituições brasileiras, direito ao voto.

INTRODUÇÃO: Pretende-se, com este estudo, apresentar uma breve análise do direito fundamental ao voto nos sete textos constitucionais brasileiros, de forma a possibilitar a compreensão de como os contextos históricos influenciaram no exercício desse direito. **DESENVOLVIMENTO:** Outorgada em 1824, a Constituição Política do Império no Brasil possui um enfoque em direitos individuais, sob a ideologia liberal [1]. A regulamentação do direito ao voto possuía o caráter censitário, restrito aos homens maiores de 25 anos e com renda superior a 100 mil réis, e indireto, pois estes participavam de uma eleição primária e passavam a formar o corpo eleitoral. Este sim apto a eleger os deputados [2]. Na Constituição seguinte, promulgada em fevereiro de 1891, no fim do regime monárquico, é instituído o regime presidencialista [1]. A grande mudança em relação ao voto, é a fixação do voto direto e universal, com a supressão do critério censitário. Passam a ser considerados eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, excluídos os analfabetos, mendigos, praças, militares e as mulheres [2]. Em um cenário de declínio do liberalismo econômico é promulgada a Constituição de 1934. As principais evoluções em relação ao direito ao voto são a inclusão das mulheres e a adoção do voto secreto [2]. Em razão do golpe de estado instituído por Getúlio Vargas, a Constituição de 1937 é marcada por um caráter autoritário. As eleições são extintas e o direito ao voto suprimido. Após a deposição do Getúlio Vargas é promulgada a Constituição do Brasil, em 1946, caracterizada por avanços em questões sociais e pelo retorno aos direitos garantidos na Constituição de 1934. Porém, o contexto histórico pós Segunda Guerra, marcado por fortes tensões políticas e pela guerra fria, culminou no golpe militar de 1964. A Constituição de 1967 é outorgada em um contexto de deterioração dos direitos fundamentais, o que afeta também o direito ao voto, extinguindo a eleição direta para presidente da república, o que permaneceu até o fim do período da ditadura militar [2]. Por fim, em 05 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição vigente no país, que consolidou a redemocratização e ampliação do rol de direitos fundamentais [1]. Além da elevação da cidadania como um dos fundamentos da república, a garantia do sufrágio universal, pelo exercício do voto direto e secreto e, ainda, de instrumentos que garantem uma democracia participativa, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, são importantes avanços no texto constitucional. Há, também, a ampliação dos direitos políticos, sendo obrigatório o alistamento eleitoral e o voto aos maiores de dezoito anos e facultativo aos analfabetos e maiores de setenta e aos maiores de dezesseis e menores de dezoito anos [2]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Podemos concluir, que ao longo das Constituições brasileiras, o direito ao voto sofreu influências dos contextos histórico-sociais. A evolução do conceito de cidadania foi se consolidando aos poucos, alternando entre as constituições democráticas e regimes ditatoriais, até alcançarmos o momento atual, onde vigora a Constituição Cidadã, que garante não só o direito ao voto, como formas de participação ativa e passiva no processo político. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MAIA, Maria Cláudia. **História do Direito no Brasil – os direitos humanos fundamentais nas Constituições Brasileiras**. Revista Juris FIB. ISSN 2236-4498. Volume III. Ano II. Dez. 2012. Bauru/SP. Disponível em: <<https://revistas.fibbauru.br/jurisfib/article/view/151/134>> Acesso em 27 ago. 2021. [2] BUSTILLO, L. N.; NASCIMENTO JÚNIOR, J. M. **Cidadania e direitos fundamentais na evolução constitucional brasileira**. VI Seminário Internacional de Direito. UNISAL/ Lorena/SP, 2018. Disponível em: <http://www.lo.unisal.br/direito/semidi/publicacoes/livro5/147_8000010_ID.pdf> Acesso em, 25 ago 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

**DISTANCIAMENTO SOCIAL OCASIONADO PELO COVID-19 E O IMPACTO SOBRE O
AUMENTO DE FRAUDES ELETRÔNICAS**

Ana Beatriz C. COSTA (IC-beatrizcarbos@outlook.com)¹, Vanessa Silva de PAULA (IC)¹, Vanessa S. ROCHA (IC)¹ e Vânia Ágda O. CARVALHO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora. Centro universitário FAMINAS - 36880-000 - Muriaé- MG

Palavras-chave: COVID-19; distanciamento social; fraude eletrônica.

APRESENTAÇÃO: Com a pandemia ocasionada pelo COVID-19, os órgãos de saúde pública nacionais e internacionais, pautados pela literatura científica [1], recomendaram a prática do distanciamento social como medida mais segura e eficaz no combate à proliferação do vírus, minimizando os efeitos do COVID-19. Frente esta realidade, a tecnologia desempenhou papel importante para que as relações pessoais fossem mantidas, além das adaptações necessárias, como o *home office*, ensino à distância e a prática de compras no ambiente digital que, igualmente, sofreu aumento neste cenário pandêmico e, em virtude de tudo isto, constatou-se, também, a alta da criminalidade cibernética. Assim, o objetivo deste resumo é apresentar o liame entre o distanciamento social ocasionado pela pandemia do COVID-19 e o aumento das fraudes eletrônicas. **DESENVOLVIMENTO:** Como apontado, o uso de ferramentas digitais durante a pandemia da COVID-19 é uma realidade, assim como a afirmação de que o sistema de mercado, tanto de produtos quanto de serviços, inseriu-se em crescente uso destas ferramentas, sem perspectivas de retrocesso. E, como consequência negativa atrelada ao mundo do ciberespaço, houve uma alta de fraudes eletrônicas [2], levando o legislador a atuar em prol da tutela social através da Lei 14.155/2021, que atribuiu ao artigo 171 do Código Penal Brasileiro (CPB) a previsão de maior reprovabilidade quando o estelionato for praticado por meio do ambiente eletrônico, acrescentando, ao mesmo, o §2º-A [3]. A predominância das fraudes eletrônicas é através do aplicativo WhatsApp, em que se ofertam produtos e serviços em valores promocionais, utilizando nome de estabelecimentos comerciais de renome, bem como utiliza-se nome de órgãos governamentais, autoridades e entidades, ofertando auxílios para a obtenção dos dados pessoais dos usuários, majoritariamente pelo método *phishing*, que consiste na estratégia de envio de dados pessoais à uma página aparentemente legítima [4]. Verifica-se a preocupação do legislador no que tange à aplicação de penas mais rígidas à fraude eletrônica, quando praticadas com o intuito de obter informações da vítima ou por terceiro induzido ao erro, como o fornecimento de senhas e números de contas bancárias. Nota-se, ainda, uma nova percepção ao combate de crimes cibernéticos, que se beneficiam, sobretudo, da ingenuidade e falta de familiaridade com as ferramentas digitais, que na contemporaneidade são instrumentos para a realização de transações rotineiras, como comprar, vender, pagar e receber [5]. **CONCLUSÃO:** Ante o exposto, constata-se que com o distanciamento social, como prática de combate à pandemia do COVID-19, e o alargamento do uso de plataformas digitais, frente a situações diversas, houve alta da criminalidade cibernética e, neste sentido, são necessárias medidas alternativas que possam mitigar a prática de fraudes eletrônicas, sobretudo a observância e vigilância às compras digitais, mensagens recebidas e, certamente, ao fornecer dados pessoais em qualquer meio digital, além da citada alteração no CPB. **BIBLIOGRAFIA:** [1] JACKSON, Michael L. *et al. Effects of weather-related social distancing on city-scale transmission of respiratory viruses*. MedRxiv, 2020. [2] Aumento no risco de fraudes eletrônicas na pandemia é tema de debate do GLOBO. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/aumento-no-risco-de-fraudes-eletronicas-na-pandemia-tema-de-debate-do-globo-2-24959053>. Acesso em: 03 de setembro de 2021. [3] BRASIL. Lei nº 14.155, Brasília, 27 de Maio de 2021. [4] MENDONÇA, Leonardo Araújo Porto de. Estado de alerta: aumento de fraudes eletrônicas no período de quarentena em razão da pandemia de covid-19. Atualizado em: 03/04/2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/323549/estado-de-alerta--aumento-de-fraudes-eletronicas-no-periodo-de-quarentena-em-razao-da-pandemia-de-covid-19> Acesso em: 02 setembro de 2021 [5] PINHEIRO, FILHO, SHINOHARA E AVANÇO, Patricia Peck, Genival Silva Souza, Luciane e Rafaella. A nova lei de combate as fraudes eletrônicas. Atualizado em: 24/06/2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/347511/a-nova-lei-de-combate-as-fraudes-eletronicas> Acesso em: 03/09/2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NO PROCESSO JUDICIAL

Vilhena, Yuri Araujo (IC – vilhenass@gmail.com)¹ e RODRIGUES, Arthur Bastos (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – Av. Cristiano Ferreira Varella, 655, Bairro Universitário, Muriaé – MG, 36888-233.

Palavras-chave: IA, Princípios, Tecnologia.

INTRODUÇÃO: A informatização, as ferramentas digitais, os algoritmos e a inteligência artificial já estão presentes no dia a dia de grande parte da humanidade com muitos reflexos nas relações socioeconômicas e, especialmente, de trabalho. A cada dia, há uma proximidade maior entre o Poder Judiciário e estas tecnologias, com destaque para a expansão do processo judicial eletrônico no país. Como o Processo Judicial é regrado por princípios norteadores, a aplicação de técnicas de IA terá que trabalhar dentro de um viés sistemático. Através de pesquisas bibliográficas, pretende-se neste estudo discutir aos desafios da aplicação da IA dentro do Processo Judicial. **DESENVOLVIMENTO:** A IA deverá se atentar aos princípios constitucionais como: a Igualdade, Dignidade da Pessoa Humana, Interação, contraditório e ampla defesa, Preservação dos dados sensíveis, Transparência Algorítmica. A IA terá que se estabelecer dentro de seus limites para que não haja insegurança jurídica quanto a sua utilização, sendo estes limites como: 1) o poder de decisão ser uma função indelegável, mesmo havendo a possibilidade de automatizar a maioria dos atos dentro de um processo, a decisão deverá ser única e exclusiva do juiz, conforme Dedel [1]: “os algoritmos podem ser matematicamente ótimos, mas eticamente problemáticos”; 2) os algoritmos em suas decisões poderiam paralisar com a produção de jurisprudência nos Tribunais, pois a IA pode acabar padronizando suas decisões finais e assim acarretando a estagnação com as jurisprudências no país; 3) o algoritmo usado na decisão judicial pode acabar sendo inflexível no seu julgamento, ocorrendo o solipsismo algorítmico. Filho [2] aduz que não podemos aceitar que o processo quanto eletrônico, encontre modificações a ponto de termos sentenças cartesianas, relatada por um computador. Pois a IA é só uma ferramenta para que o judiciário possa usar, ficando a cargo da pessoa frente ao computador decidir, opondo-se ao solipsismo algoritmo; 4) o Projeto de Lei 5051/19 [3] teria a função estabelecer a indispensabilidade da supervisão humana no uso da IA, sob pena de nulidade processual e por fim; 5) a autonomia do juiz do trabalho quanto ao uso da tecnologia, conforme Chaves Júnior [4]: “automatizar mecanicamente procedimentos e decisões, além disso, é uma via rápida para alcançar a completa falta de legitimação social do Judiciário brasileiro”, pois o juiz em sua humanidade irá separar os dados obtidos, e assim julgar da melhor maneira dentro da lei, tendo como escopo proteger e tutelar os direitos sociais dos trabalhadores. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os limites de seu uso deverão observar os princípios constitucionais. Pois estabelecendo limites para o seu uso em decisões no cenário atual, evitará a estagnação da jurisprudência, a robotização das decisões judiciais e o solipsismo algorítmico. Podendo assim, ser usado em casos fáceis de tomada de decisão, mas dependendo de regulamentação pelo Poder Legislativo. **AGRADECIMENTO:** À FAMINAS e ao professor Arthur Bastos Rodrigues. **BIBLIOGRAFIA:** [1] DEDEO, S. Wrong Side of the Tracks: Big Data and Protected Categories, In: NUNES, Dierle; VIANA, Aurélio. **Deslocar função estritamente decisória para máquinas é muito perigoso.** Conjur, 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jan22/opinio-deslocar-funcao-decisoria-maquinas-perigoso>. Acesso em 15/08/21. [2] FILHO, José Carlos de Araújo Almeida. **Processo Eletrônico e Teoria Geral do Processo Eletrônico.** A Informatização Judicial no Brasil. 5ª edição Revista e Atualizada. Editora Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 15. [3] BRASIL. SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei 5051/2019.** Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/138790>. Acesso em: 13/08/21. [4] CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende. **Processo em Meio Reticular-eletrônico: Constitucionalismo Dialógico e Democracia Hiper-real, no Contexto dos Megadados.** Princípios do processo em meio reticular-eletrônico: fenomenologia, normatividade e aplicação prática. São Paulo: LTr, 2017. ISBN 978-85-361-9376-2.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

**INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA COMO FERRAMENTA PARA UMA DEFESA
TÉCNICA MAIS EFICIENTE.**

GABRIEL RIBEIRO BARROS (IC – gabrielbarros60@gmail.com)¹ e **THAYSA NAVARRO DE
AQUINO RIBEIRO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 -Muriaé-MG

Palavras-chave: Diligências, inquérito policial, complexo de Nicholas Marshall.

APRESENTAÇÃO: Sabe-se que a sociedade brasileira vem sofrendo com muita violência no seu cotidiano, fazendo com que os brasileiros criem um sentimento obscuro de impunidade. Nesse diapasão, a lei penal é ignorada e muitos acusados sofrem sem uma defesa técnica eficaz, não há justificativa para erros em julgamentos, em especial, os penais. Portanto, através de uma pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, busca-se nesse estudo demonstrar como a investigação criminal defensiva pode ser uma ferramenta capaz de igualar e promover a nossa legislação. **DESENVOLVIMENTO:** Atualmente, o Código de Processo Penal, no seu art. 14 permite que a defesa realize diligências diretamente ao responsável sobre a investigação [1]. O problema dessa norma é a discricionariedade dada a essa autoridade que pode recusar à feita. Na praxe, a solicitação é frustrada pela negativa, como aduz Evinis Talon: “durante a persecução penal – nas fases policial e judicial -, há um afastamento da defesa técnica, que é tratada como mera formalidade” [2]. A verdade dessa afirmação é tanta que não é difícil encontrar decisões jurisprudenciais que apoiam o indeferimento de quesitos feitos às autoridades, em especial no inquérito policial, por exemplo, “V. A autoridade policial possui discricionariedade na condução do inquérito, dentro dos limites da lei. As diligências citadas pela defesa, não realizadas na fase extrajudicial pelo delegado, não demonstram parcialidade ou irregularidade. Decorrem da linha de investigação adotada. Preliminar rejeitada” [3]. É de conhecimento geral que o inquérito policial no nosso país é considerado inquisitorial, significa dizer que “não são inerentes à sindicância policial as garantias do contraditório e da ampla defesa” [4]. No entanto, esse entendimento não proíbe que o advogado efetive sua prerrogativa de promover provas que justifique sua tese. Outrossim, Rosa, ao relacionar o complexo de Nicholas Marshall no processo penal, explica que muitas autoridades têm um sentimento de vingança com o acusado, atuando como ‘vingadores sociais’ [5], ou seja, primeiro se determina a culpa do agente sem começar a apuração dos fatos. Isso decorre de um desonrado favorecimento para a acusação que tem essa arma a mais no convencimento do julgador. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por tudo isso, podemos considerar que o advogado ou até o mesmo defensor público passam por desafios imensuráveis para não ter seu ofício mitigado pelo próprio sistema legislativo ou social, uma vez que, nossas investigações públicas, na maioria das vezes, possuem tendências à condenação. Esse fato, bem como a conduta favorável dos julgadores à esse mecanismo, possibilitam, ao invés da descoberta dos atos, a existência da dificuldade para que ocorra uma defesa técnica eficaz. Desse modo, a investigação criminal defensiva pode ser utilizada como uma forma de equilibrar essa balança, quando, por exemplo, a própria equipe da defesa do réu, realizaria suas diligências sem precisar de uma permissão da autoridade policial, circunstância essa que deverá ser realizada sempre na legalidade. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Brasil. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Institui o Código de Processo Penal. [2] TALON, Evinis. **Investigação criminal defensiva**. 1ª ed. Gramado, RS: ICCS, 2020. [3] TJ-DF – RSE: 20141010053739, Relatora: Sandra de Santis, Data de Julgamento: 17/09/2015, 1ª Turma Criminal, Data de Publicação: Publicado no DJE: 21/09/2015. Pág.:168. [4] AVENA, Noberto. Processo penal. – 12. ed., – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020. [5] ROSA, Alexandre Morais da. **Retorno sedutor do complexo de Nicholas Marshall no processo penal brasileiro**. Consultor Jurídico, 2 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-ago-02/diario-classe-retorno-sedutor-complexo-nicholas-marshall-processo-penal>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

Área de conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E A SOLIDARIEDADE DOS ENTES FEDERATIVOS: A SOBRECARGA DE RESPONSABILIDADE NOS MUNICÍPIOS.

Luiz Henrique Motta de **PAULA** (IC – luizhenriquemottttta@gmail.com) (IC)¹, Arthur Bastos **RODRIGUES (PQ)**², Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES (PQ)**²

1. Curso de Direito; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras-Chave: Judicialização; Saúde; Responsabilidade solidária.

APRESENTAÇÃO: Quando o Ente Federativo se omite da eminente obrigação de fornecer acesso à saúde e o direito à vida, os que lhe movem, recorrem ao Poder Judiciário que, por sua vez, tem dado ampla guarida aos cidadãos. Surge desse viés, a judicialização da saúde pública, tornando-se um fenômeno prejudicial aos cofres públicos. Entretanto, a judicialização é necessária quando tutela o direito do indivíduo naquilo que ele realmente precisa, como medicamentos e tratamentos essenciais para a vida que são cotidianamente negados pelo Sistema Único de Saúde. O número de proposições na justiça cresce expressivamente em ações sem a devida evidência médica legal, que geram a má judicialização da saúde pública. Neste sentido, este trabalho pretende analisar essas demandas através de pesquisa bibliográfica e legislativa.

DESENVOLVIMENTO: Um princípio fundamental desse país, é fornecer saúde a todos os seus cidadãos, seguindo o mandamento constitucional elencado no artigo 196 da CF/88, onde a saúde é um direito de todos, e dever do Estado, e que na mesma linha, traz o artigo 5º da mesma Constituição, o direito à vida [1]. Para uma boa gestão e funcionamento do SUS, há uma descentralização de responsabilidades e competências entre os Entes. No RE 855178, o Ministro Luiz Fux (STF), mantém o entendimento de que é solidária a responsabilidade por estas demandas entre Estados e Municípios, ressalvadas em todos os casos, a responsabilidade subsidiária da União [2]. Contudo, a maioria das condenações vão de encontro aos municípios, o que cria um desequilíbrio aos cofres públicos, pois os recursos que seriam destinados a investimentos em vários setores para um melhor atendimento à comunidade municipal, são sequestrados para atender as demandas individuais, tendo juízes condenando os municípios a pagar integralmente as custas, que mesmo recebendo repasses da União e dos Estados, encontram dificuldades. Corroborando com tais ponderações, apenas no ano de 2020 o Estado de Minas Gerais gastou aproximadamente R\$169 milhões de reais com tais demandas, tendo um aumento de 27% se comparado ao ano de 2019 [3]. Para maior efetividade, a lei ordinária 5.425/ 2017 de Muriaé pode ser usada como exemplo, onde procedimentos administrativos relacionados à seleção, prescrição e à dispensação de medicamentos, são realizados pela Câmara Técnica de Saúde. Esta, serve para evitar o ajuizamento desenfreado de ações que poderiam ser resolvidas em âmbito administrativo por profissionais da saúde que buscam alternativas para ajudar não só os cidadãos que lhes procuram, mas também, diminuir e racionalizar as despesas com as quais o município deve arcar, através do devido planejamento. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** É preciso repensar a atuação do Judiciário que acaba cedendo o direito à vida e saúde para alguns, e tirando a de tantos outros de forma indireta. Para isso, os Poderes devem se unir para que tanto um indivíduo, quanto a coletividade, tenha o acesso a saúde garantido sem que se prejudique a nenhum destes. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 out. 1988. [2] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Recurso Extraordinário nº 855178**, 5 ago. 2015. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4678356>; Acesso em: 29 ago. 2021. [3] FRANCO, Daniele. **Quase 13 mil mineiros foram à Justiça por medicamentos de alto custo**; 28 de ago. 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/quase-13-mil-mineiros-foram-a-justica-por-medicamentos-de-alto-custo-1.2429223>; Acesso em: 29 ago. 2021. [4] CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ. **Lei Municipal nº: 5.425 de 2017**; Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/m/muriae/lei-ordinaria/2017/542/5425/lei-ordinaria-n-5425-2017-dispoe-sobre-os-procedimentos-administrativos-relacionados-a-selecao-prescricao-e-a-dispensacao-de-medicamentos-institui-a-camara-tecnica-de-saude-dentre-outras-providencias>; Acesso em: 29 ago. 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

**MOROSIDADE NO PODER JUDICIÁRIO: INFLUÊNCIA NA DESCRENÇA DA SOCIEDADE
FRENTE A JUSTIÇA.**

Arthur Eduardo Almeida **SOUZA** (IC – arthureas@hotmail.com) (IC)¹, Luiz Henrique Motta De **Paula**
(IC - luizhenriquemotttta@gmail.com) (IC) ¹, Arthur Bastos **RODRIGUES (PQ)**²

2. Curso de Direito; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ -*
36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Procrastinação; Justiça; Descrença no Judiciário.

APRESENTAÇÃO: Atualmente, o sistema carcerário brasileiro se encontra em um dos seus piores momentos que foram inimaginados pelo legislador, que, ao criar leis segundo cerne o código das Leis de Execução Penal, não previu que na prática a teoria seria tão pouco aplicada. Cabe destacar, que de fato a LEP é uma das melhores leis já criadas pelo Poder Legislativo, criando garantias que se reputam diretamente à dignidade do preso. Porém, assim como ressalta-se o que se tem de bom, o lado ruim da coisa é um tanto quanto preocupante, visto que as leis supracitadas são muito pouco efetivas, e gera um grande transtorno para os que ficam a mercê do Estado. Assim, este presente trabalho pretende explicitar as mazelas negligenciadas pelo Ente federativo, e todas suas omissões regadas de irresponsabilidades.

DESENVOLVIMENTO: Dando seguimento, visando o Princípio da Duração Razoável do Processo posto em nossa Constituição Federal de 1988 [2], seja ele de natureza penal ou civil, deve ser efetivo, tempestivo e adequado. Logo, o objetivo de um processo no judiciária é julgar o suspeito, e ao final declara-lo inocente ou culpado, e caso seja culpado, este, deve reparar o dano causado a vítima. Entretanto, nos dias atuais percebe-se uma certa procrastinação para esses julgamentos. Essa morosidade, existe por um abundante número de processos judiciais se originando, e em resposta, não existe um aumento de servidores para tal. A vista disso existem muitos processos que demoram anos para serem julgados. Podemos citar como exemplo o caso do conhecido como André do RAP, que foi preso no dia 15 de setembro de 2019, investigado por ter função de liderança dentro da facção criminosa PCC, e por gerenciar o tráfico em grande quantidade para a Europa. Em agosto de 2020 o ministro do STF, Marco Aurélio Mello, concedeu um habeas corpus embasado no pacote anticrime, o qual determina que a prisão provisória seja revisada a cada 90 dias, para verificar se há necessidade da manutenção da prisão, e no dia 2 de outubro de 2020 o ministro Marco Aurélio Mello reanalisou o habeas corpus que o mesmo concedeu e determinou a libertação do traficante. Insta salientar que André do rap já havia sido condenado a 15 anos, 6 meses e 20 dias de prisão, entretanto tal decisão ainda não tinha transitado em julgado [1]. Dessa forma justiça se mostrou mais uma vez ineficaz, e por consequência dessa ação, muitos policiais que chegaram a trabalhar no caso, começaram a não confiar mais na justiça, e infelizmente, não e apenas policiais, pois muitas pessoas que chegaram a acompanhar o caso, começaram a ter uma certa descrença na justiça. Insta salientar que essa morosidade do judiciário é algo bastante recorrente. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** É preciso repensar a atuação do Judiciário, pois a morosidade em solucionar os processos judiciais além de muitas das vezes o autor conseguir fugir e sair impune, faz com que muitas pessoas desistam da justiça que provém do Estado, e comecem a buscar justiça com as próprias mãos, além de manter presos ainda não julgados, piorando a situação de muitos presídios. Concluindo que cabe ao Poder judiciário evoluir o seu sistema de funcionamento para um melhor e mais rápido processamento de casos e o Estado por sua vez, deve efetivar mais funcionários para os cargos públicos do poder judiciário, para que com uma melhor estrutura e uma maior quantidade de servidores, possamos resolver os processos com mais celeridade. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. **Lei de execução Penal. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.** BRASIL. [2] BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 out. 1988. [3] G1. **Ministro Marco Aurélio Mello, do STF, determina soltura do traficante André do Rap em SP**; 09 de out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/09/ministro-marco-aurelio-mello-do-stf-determina-soltura-do-trafficando-andre-do-rap-em-sp.ghtml>; Acesso em 09 de set. 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

O ACESSO A JUSTIÇA MEDIANTE ATERMAÇÃO NO AMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

João Pedro de Decco **Oliveira** (IC – joaopdecco@gmail.com)¹, Ana Clara Duvanel **VELOSO** (IC)¹, Ana Carolina Leitão da **SILVA** (IC)¹ e Wilson Sebastião Rodrigues **SOARES** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: acesso à justiça, atermação, juizado especial.

APRESENTAÇÃO: Os Juizados Especiais, dádiva alcançada no ordenamento jurídico por ser vetor positivo da celeridade processual, materializador do princípio da instrumentalidade das formas através de rito mais simplório, permite até mesmo, em determinadas situações, o ingresso em juízo sem a representação de um advogado, fato gerador de controvérsias na praxe judiciária, que por sua vez, constituem o objetivo da presente análise, desenvolvida na modalidade qualitativa, a fim de evidenciar a problemática existente perante tal órgão, verificando possíveis soluções. **DESENVOLVIMENTO:** A Lei nº 9.099 de Setembro de 1995 [1] trouxe ao ordenamento jurídico evolução de grande volume, propiciando a sociedade ter o respectivo direito apreciado de forma mais célere e econômica, se comparada a justiça comum, pela aduzida forma de se conduzir a marcha processual. Tal órgão dá ao cidadão o *ius postulandi* nas causas não superiores a vinte salários mínimos, sendo possível ingressar com uma demanda sem estar sobre o aparato de advogados, como se encontra no art. 9º da citada legislação, prevendo em tais casos, a figura do aterrador para transcrever os fatos de direito que lhe são narrados, entretanto, neste momento, o sujeito em questão não pode emitir qualquer manifestação subjetiva sobre o que lhe é explanado. A importância do advogado encontra previsão na Constituição Federal no art. 133: “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei” [2], o que se materializa devido à grande extensão da ciência do direito, sendo necessário conhecimento técnico para que as garantias previstas se deem de forma efetiva. Nesse sentido, a problemática encontra termo no conflito entre o acesso à justiça, previsto no art. 5º, inciso XXXV da mencionada Magna Carta, e a referida capacidade postulatória dada ao cidadão, ao passo de que tais elementos se desligam quando se tem a atuação de uma parte sem conhecimento jurídico em busca da efetivação de suas prerrogativas, estando por vezes à mercê do senso comum. Seria essa a intenção do legislador da Constituição ao abordar o acesso a Justiça? Manifestação correlata se dá nas palavras de Débora Pereira de Moraes [3]: “diversos autores aduzem que a lei foi equívoca ao estipular o critério do valor da causa, devendo, na verdade, analisar a complexidade da causa para dar aos sujeitos essa faculdade, uma vez que a falta de profissional que detém conhecimento técnico e jurídico pode implicar em prejuízo à parte”, o que dá sentido a presente abordagem, sendo que tal exegese aduz a dimensão mais garantista sobre a real materialização de direitos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Com fulcro nas demais explicações feitas, cabe analisar de forma sistêmica se o espírito do regramento constitucional realmente foi atendido, haja vista que pela abordagem da lei dos juizados especiais em relação ao *ius postulandi*, pessoas sem conhecimento técnico estariam à mercê da busca pelas garantias que lhe são conferidas até o teto de vinte salários mínimos por si mesmas, cabendo nesse valor situações que possam gerar extremos prejuízos para a maior parte da sociedade brasileira, sendo mais equânime a valoração do caso concreto, assim afastando o conceito patrimonial para delimitação da referida competência. **AGRADECIMENTOS:** Ao Unifaminas pelo incentivo a pesquisa, bem como pela orientação do professor Wilson Sebastião Rodrigues Soares. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm, acesso em 12/09/2021, às 21:38. [2] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm, acesso em 12/09/2021, às 21:44. [3] MORAES, Débora Pereira de. **Do acesso a justiça nos Juizados Especiais: A viabilização efetiva do jus postulandi**. Direito, Centro Universitário de Ciências Gerencias de Manhuaçu- Unifacig.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

**O SISTEMA RECURSAL BRASILEIRO E O RECONHECIMENTO PELO STF DA
SUSPEIÇÃO DO JUIZ SÉRGIO MORO NOS PROCESSOS ENVOLVENDO O EX-
PRESIDENTE LULA.**

Amanda **CORDIBELLI** (IC – acordibelli@gmail.com)¹ Francisco Carvalho **CORREA** (PQ)²

¹ Aluno do curso de Direito do Centro Universitário UNIFAMINAS; ² Doutor e Professor do curso de Direito do Centro Universitário UNIFAMINAS.

Palavras-Chave: Sistema recursal; Suspeição; Sérgio Moro.

APRESENTAÇÃO: O sistema recursal brasileiro é o meio idôneo que possibilita reexaminar e provocar a impugnação de uma decisão judicial por meio de um recurso, isto é, possui a finalidade de obter, na mesma relação processual, o esclarecimento, a invalidação, a reforma, ou a integração do julgado. Atrelado a este contexto, torna-se importante destacar que, devido a um agravo de instrumento interposto pela defesa do ex-presidente Lula, o qual foi objeto de análise no julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, a 13ª Vara Federal de Curitiba, assim como o ex-juiz Sergio Moro, foram considerados incompetentes para abrigarem as causas que diziam respeito ao ex-presidente mencionado. Insta salientar que, o presidente da 2ª Turma do STF, Ministro Gilmar Mendes, foi divergente do Ministro-relator Edson Fachin, e seu entendimento venceu ao ser seguido pelos ministros Carmén Lúcia e Ricardo Lewandowski. Deste modo, ao declarar a suspeição de Moro, o STF, conseqüentemente, anulou todos os atos e decisões por ele praticados. Diante disso, o objetivo primordial desta pesquisa tangencia-se no reconhecimento do STF da suspeição do ex-juiz Sérgio Moro nos processos envolvendo o ex-presidente Lula e o sistema recursal brasileiro. **DESENVOLVIMENTO:** Em consonância ao contexto em que se transcorreu o recurso que alegava a suspeição do ex-juiz Moro, o criminalista Alberto Zacharias, ressalta que “o reconhecimento da parcialidade do ex-juiz Moro não era apenas o que os advogados e os juristas esperavam, mas o anseio de Justiça da própria nação que não admite que alguém seja perseguido usando-se do Poder Judiciário” [1]. Tendo por segmento este raciocínio, o Relator Fachin declarou, no âmbito do HC 193726, a incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba para conduzir os processos que tramitavam contra Lula, e, além disso, julgou prejudicado o HC 164493, em que a defesa de Lula alegava a suspeição de Moro. No entanto, como é possível extrair da Ata de Julgamento da Sessão Ordinária da Segunda Turma, por maioria, foi rejeitada a questão de ordem suscitada pelo Relator, decidindo que a decisão proferida por ele, nos autos dos Embargos de Declaração no HC 193726, não acarretou a prejudicialidade do HC 164493, sendo vencido, nesse ponto, o Ministro Fachin. Neste contexto, o Ministro Gilmar Mendes, ao abrir a divergência em seu voto no julgamento do agravo de instrumento contra a decisão proferida pelo Relator, afirmou que “quando há o reconhecimento de incompetência, ainda que eu mantenha algumas ressalvas, este Tribunal costuma adotar posição no sentido de que atos instrutórios e, eventualmente, até decisórios podem ser ratificados e mantidos no processo” [2]. Em outra perspectiva, o art. 101 do CPP, ao tratar sobre a suspeição do juiz, elucida que, “julgada procedente a suspeição, ficarão nulos os atos do processo principal, pagando o juiz as custas, no caso de erro inescusável [...]” [3]. Por tais motivos, o recurso interposto pela defesa do réu foi de grande relevância, pois trouxe à tona irregularidades que contrariavam a legislação e o devido processo legal, mostrando ainda que, uma decisão não é absoluta enquanto não transitar em julgado. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante o exposto, constata-se que a suspeição do ex-juiz Moro, atrelado ao sistema recursal brasileiro, impede que o magistrado suspeito julgue causas que envolvam o ex-presidente Lula, sendo nulos todos os atos praticados até o momento, cabendo ao novo magistrado titular, o julgamento adequado do processo. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS e ao Prof. Francisco pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CONSULTOR JURÍDICO. **Decisão do STF sobre suspeição de Moro é exaltada por especialistas.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-mar-23/decisao-stf-suspeicao-moro-exaltada-especialistas>. [2] STF. **2º Ag.Reg. HC 193726 Paraná.** Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC193726SegundoAgRVotoMGM.pdf>. [3] BRASIL, CPP. **Diário Oficial União.** RJ, 03 out. 1941.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

**O SUPERENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES NA PANDEMIA DO COVID-19 E A LEI
14.181**

Maria Luísa da Costa **CORDEIRO** (IC-mluisa128@icloud.com)¹ e Vânia Ágda O. **CARVALHO** (PQ)²
1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS – MURIAÉ* - 36.888-233 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: consumidores, Lei do Superendividamento, pandemia.

APRESENTAÇÃO: Sabemos que os efeitos da pandemia do COVID-19 causaram grande impacto, desnortando todos os envolvidos e de vários setores, consequentemente, no setor econômico, o problema do superendividamento trouxe vulnerabilidades financeiras aos consumidores. Todavia, devido a consequências deste fenômeno atual do mercado de consumo, foi criada, em 2021, a Lei 14.181, conhecida como a Lei do Superendividamento que atualiza o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para incluir regras de prevenção ao superendividamento dos consumidores. Assim, inaugurando uma importante seção no capítulo atinente aos contratos de adesão no CDC, a Lei nº 14.181/2021 incluiu os artigos 54-A a 54-G, entre outros, que tratam especificamente da prevenção e tratamento ao superendividamento, com especificidades ao fornecedor do referido serviço/produto, matéria que carecia de tratamento mais aprofundado. Com isso, busca-se, com este resumo, abordar sobre o superendividamento natural da pandemia do COVID-19, bem como os reflexos da Lei 14.181/2021. **DESENVOLVIMENTO:** Pesquisas apontam que muitos consumidores no país se encontram em uma situação de superendividamento. Há um recurso que possibilita a conversão do crédito, indicando vantagens que estimulam a escolha de financiamentos, deste modo, os endividados são amparados pela lei e alertados dos custos e riscos. Porém, para ser amparado pela lei e ter acesso a renegociação, não basta ser endividado, é necessário que o indivíduo seja um “superendividado”. A Lei 14.181/2021, estabelece as definições e o conceito sobre o superendividamento, e ainda, reputa que o superendividamento ocorre quando o consumidor, pessoa natural, agindo de boa-fé indubitavelmente encontra-se impossibilitado de quitar suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem prejudicar suas necessidades essenciais. O conceito estabelecido pela lei menciona somente as pessoas naturais, excluindo as pessoas jurídicas, e quanto as dívidas, a lei inclui as já vencidas e as prestações futuras, sabendo que se o consumidor estava impossibilitado de efetuar o pagamento de dívidas passadas, presume-se que o mesmo não teria condição de efetuar pagamentos futuros, sendo assim, as dívidas se acumulariam e não faria sentido ignorar as prestações futuras. Também é mencionado pela nova lei que os débitos podem ser de qualquer negócio jurídico estabelecido pelo consumidor, e os débitos contraídos mediante práticas abusivas e de má-fé serão excluídos. Logo, a lei prevê outros artigos que detalham cada caso específico, trazendo efetivação na aplicabilidade da lei e na solução para os superendividados. O número de famílias endividadas aumentou consideravelmente, posto isso, a lei busca preservar ao mínimo existencial e oferecer a oportunidade do consumidor revisar, ajustar e adimplir a dívida. Com isso, felizmente, a nova lei proporciona ao consumidor a chance de se adequar a um quadro onde os superendividados ganham um novo contorno de confiança e já busca atingir o retorno a vida civil, com a quitação daquilo que era considerado quase impagável. **CONCLUSÃO:** Por meio da presente pesquisa, observa-se que a legislação veio em boa hora, tratando de uma importante alteração trazida ao CDC desde sua publicação em 1990, visando pormenorizar importantes lacunas da legislação consumerista. Desta feita, conclui-se que os reflexos sejam positivos e que seu escopo seja alcançado, sobretudo a proteção da dignidade humana do consumidor endividado. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Lei 14.181. Lei do Superendividamento, 01 de julho, de 2021. [2] MARQUES, Claudia Lima. Sugestões para uma lei sobre o tratamento do superendividamento de pessoas físicas em contratos de crédito ao consumo: proposições com base em pesquisa empírica de 100 casos no Rio Grande do Sul. *In:* MARQUES, Claudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli (coord.). Direitos do consumidor endividado: superendividamento e crédito. São Paulo: Ed. RT, 2006. p. 256.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO ACESSO À JUSTIÇA BRASILEIRA

Letícia QUINTÃO (IC- leticiaaquintao@gmail.com)¹ e Vânia Ágda O. CARVALHO (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG*

Palavras-chaves: acesso à justiça, desafios, justiça brasileira.

APRESENTAÇÃO: Após um período de mais de vinte anos de ditadura militar o Brasil precisou de novas diretrizes regentes e, neste cenário surgiu a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (CRFB/1988) que, por meio dos direitos fundamentais, possui a função de assegurar o exercício da cidadania, entre eles, o direito do acesso à justiça, este contribuindo para maior consolidação dos direitos do povo brasileiro [1]. Entretanto, apesar deste direito ser assegurado pelo texto constitucional, a materialidade dele se encontra envolto à grandes desafios. Diante disso, pretende-se, com este resumo, realizar uma análise sobre os desafios enfrentadas no acesso à justiça brasileira. **DESENVOLVIMENTO:** O acesso à justiça no Brasil, enquanto direito fundamental, viabiliza assegurar à população que as normas protetivas sejam efetivadas, com a possibilidade de, via direito subjetivo, resguardar um direito objetivo, diante relação jurídica instituída. Entretanto, em decorrência de fatores diversos, esta realidade não se vê concretizada de maneira enfática [2]. Entre outros fatores, situações econômicas e financeiras podem ser obstáculos ao acesso à justiça, haja vista que os valores de algumas custas judiciais, honorários advocatícios, bem como possível ônus de sucumbência, destinado à parte vencida na causa, funcionam como fatores impeditivos à parte vulnerável da população com pretensões de acionar o judiciário. Por mais que exista a defensoria pública, assegurando a assistência judiciária, para atender à população economicamente vulnerável, depara-se, neste ponto, com outros fatores, como o temporal, posto possível morosidade de uma decisão judicial, o que leva à desmotivação da continuidade de um processo, resultando no abandono da causa e, como vias de consequência, em investimento pessoal e também econômico desnecessário do judiciário [3]. Ainda enquanto desafio enfrentando no acesso à justiça brasileira encontra-se a desinformação geral da população, bem como dos próprios profissionais da área e legisladores, como é a hipótese de, mesmo por meio de advogado particularmente constituído, exercendo a representação judicial, pode-se pleitear a gratuidade de justiça, que se consubstancia na dispensa conferida à parte de realizar o preparo e o pagamento das custas no ato da distribuição da ação, bem como no que concerne às demais despesas posteriores. Por último, mas não menos relevante, ressalta-se os aspectos culturais e psicológicos que se entrelaçam no aspecto da segurança jurídica subjetiva, referente à ausência de confiança que parte da população destina aos profissionais da área da ciência do direito, crendo tratar-se de pessoas inacessíveis e intimidadores pelas formalidades inerentes ao excesso de tecnicismo ainda marcante desta ciência [2]. Não se pode olvidar do viés político atual vinculado a esta segurança jurídica subjetiva que tem sido disseminada pelo governo federal, no intuito de desacreditar dos tribunais superiores e fragilizar a justiça brasileira, corroborando, ainda mais, com fatores dificultadores do acesso à justiça, como meio de aniquilar a cidadania social. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Durante o decorrer da pesquisa foi apresentado como a estrutura judicial do Brasil é falha, em especial no que tange à morosidade, mesmo frente aos juizados especiais, bem como a existência de causas como a desinformação e a ausência de segurança nos atos e procedimentos do judiciário. Porém, parte desta falha pode ser sanada por campanhas de esclarecimento à população, inclusive concernente à cultura do direito enquanto preventivo, no intuito de se evitar demandas judiciais sem, contudo, desproteger a população, em especial, os mais vulneráveis. **AGRADECIMENTOS:** Ao Centro Universitário FAMINAS – Muriaé, por proporcionar a realização deste estudo. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MORAES, Daniela Marques de. **A importância do olhar do outro para a democratização do acesso à justiça:** uma análise sobre o direito processual civil, o Poder Judiciário e o Observatório da Justiça Brasileira. 2014. 228 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014. [2] SEIXAS, Bernardo Silva de; SOUZA, Roberta Kelly Silva. **A importância do princípio constitucional do devido processo legal para o efetivo acesso à Justiça no Brasil. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito-PPGDir./UFRGS**, v. 9, n. 1, 2014. [3] CONSALTER, Helen Paiva. **Acesso ao direito e a democratização da justiça na assistência jurídica integral e gratuita contemporânea.** 2009. 197 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2009.

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1- Direito

OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Luísa BRAGA (IC- luisaf.braga@hotmail.com)¹, Vitória LORETI,
Arthur RODRIGUES (PQ) ².

1. Curso de Direito; 2. Professor Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000
- Muriaé-MG

Palavras – Chave: pandemia, benefícios, previdência social, impactos.

APRESENTAÇÃO: Certo é que com a chegada de uma devastadora pandemia, todo o mundo em que conhecíamos foi de alguma forma modificado ou impactado, seja na saúde, na economia, na educação e dentre outros aspectos, e com a previdência social não foi diferente. Com advento da reforma previdenciária de 12 de novembro de 2019 [1], e as alterações com as novas regras, o acesso aos benefícios previdenciários foram dificultados, entretanto, com a pandemia que causou quase de 600 mil mortes e mais de 20 milhões de casos de Covid no Brasil em um período tão curto tempo [2]. Neste sentido, pretende-se neste trabalho analisar algumas tendências possíveis de impactos da pandemia na previdência social, através de análise bibliográfica de doutrina e estudo das leis. **DESENVOLVIMENTO:** Desta forma, se antes o argumento fora a necessidade de uma reforma para reequilibrar a previdência social, ou seja, mais trabalhadores na ativa para suprir os trabalhadores inativos, diante deste contexto de muitos casos de mortes e contaminação de COVID-19 no ambiente de trabalho, entendidos como doença ocupacional pela jurisprudência, e com as taxas de desemprego e trabalho informal elevadas, o nível de proteção previdenciária invariavelmente reduzido pela última reforma, sem a contribuição previdenciária e esgotados os períodos em que o trabalhador segue vinculado aos sistemas de previdência, não será possível o reconhecimento do direito às prestações, com dificuldades em manter as contribuições e a qualidade de segurado. Diante uma realidade nunca vivida antes por uma geração, há muitas dúvidas e indagações que devem ser consideradas, uma vez que podem a vir a desencadear consequências na vida de todos, uma dessas dúvidas é por exemplo sobre a taxa de expectativa de vida do Brasileiro que desde a década de quarenta segundo o IBGE tem vivido mais [3], e com a chegada da pandemia pode ser alterada uma vez que houve milhares de mortes em decorrência do vírus. Esse dado é de extrema importância para a previdência social, uma vez que a idade mínima como requisito de aposentadoria no regime geral e regimes próprios de Previdência Social, por exemplo, está diretamente ligada a tudo isso. Assim diante todas as sequelas e sintomas prolongados causados pelo COVID-19 surge-se o questionamento sobre os impactos na previdência social como: x, y, z, g... (dificuldade em manter a contribuição, mais auxílios doença e acidente, além aposentadoria por incapacidade, com valores de benefícios bastante reduzidos). Algumas medidas começaram a ser tomadas quanto auxílio doença o qual foi por um período concedido apenas com a apresentação do atestado médico. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Neste sentido, este trabalho procurou levantar alguns aspectos dos impactos da pandemia na previdência social do Brasil que merecem análises mais aprofundadas, tendo em vista, principalmente, a garantia dos benefícios para os segurados e dependentes do RGPS, afim de assegurar a antecipação de riscos e das soluções para questões que serão enfrentadas num futuro próximo. Sendo certo que as consequências de uma pandemia como a de COVID-19 nunca atingem apenas as pessoas de forma individual, mas a sociedade como um todo. **REFERÊNCIAS:** [1] BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm>. Acessado em: 28 de agosto de 2021. [2] JHU CSSE COVID-19. Disponível em: <<https://github.com/CSSEGISandData/COVID-19>>. Acessado em: 28 de agosto de 2021. [3] IBGE. **Estatísticas Sociais. Em 2019, expectativa de vida era de 76,6 anos.** Publicado em: 26/11/2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29502-em-2019>>. Acessado em: 28 de agosto de 2021. [4] TRICHES, Alexandre S. **Migalhas. Os impactos da pandemia.** Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/344315/os-impactos-da-pandemia-na-previdencia-social>>. Acessado em 29 de agosto de 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – DIREITO

**OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A EXECUÇÃO DA INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA NO
BRASIL**

GABRIEL RIBEIRO BARROS (IC – gabrielbarros60@gmail.com)¹ e **THAYSA NAVARRO DE
AQUINO RIBEIRO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora Centro universitário FAMINAS – UNIFAMINAS - MURIAÉ - 36880-000 -Muriaé-MG

Palavras-chave: Projeto lei; nova área de atuação; maiores gastos.

APRESENTAÇÃO: A investigação defensiva sofre para ser realizada no dia a dia, seja pelo desconhecimento técnico, existencial ou pela fragilidade para ser bem vista nos autos do processo. Nesse sentido, nosso ordenamento jurídico garante o direito da ampla defesa, não se cogitando a hipótese de julgamentos sem que o réu não possa se pronunciar e apresentar a defesa, pois se entende pertinente para salvaguardar seus direitos. Destarte, esse trabalho tem como finalidade a análise dos principais desafios que devem ser sanados para real execução da investigação defensiva, utilizando-se de pesquisas bibliográficas para alcançar o melhor posicionamento. **DESENVOLVIMENTO:** A priori, a maior adversidade para uma segurança jurídica maior sobre o tema é a ausência de uma lei específica ou uma norma positivada no atual Código de Processo Penal que autorize aos defensores realizarem a investigação por conta própria. É indiscutível que o provimento 188/2018 [1] não tem força de lei, visto que não passa pelo rito legislativo, assim, não vincula nenhum tribunal à sua observância. Tal provimento funciona como uma regulamentação da prática, uma espécie de caminho a ser seguido pelos os profissionais da área. Ademais, segundo Pedro Lenza, a Lei nº 13.432/2017 pode ser utilizada como parâmetro, já que estrutura a profissão do detetive particular, entendendo que essa colaboração pode ser advinda de qualquer das partes, concluindo ser uma espécie de investigação criminal defensiva [2]. Cumpre observar que apesar de ser a problemática maior, tende a ser resolvida com a possível vigência do PL n. 8045/2010, intitulado como Novo Código de Processo Penal, em seu título II, capítulo I, traz no art. 13º a possibilidade do investigado identificar fontes de provas, ainda entrevistar as pessoas que estejam relacionadas ao ato [3]. Outrossim, Talon já ratifica ser um novo espaço dentro dos escritórios de advocacia, sendo necessário especialistas da área para um trabalho conclusivo. Na sua visão, é primordial “uma rede de profissionais de confiança” [3]. Dessa maneira, naturalmente o preço do serviço aumentaria para o investigado que resolver adotar esse trabalho, demandaria um gasto econômico de mais de um profissional, porém, certamente haverá maiores chances de êxito perante o juízo. É claro que, como observa Zanardi, é peremptório que a investigação defensiva não se torne para poucos cidadãos com condições de arcar com o custo, para isso deve se tornar um direito fundamental [4]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante do exposto, podemos afirmar que a inexistência de lei ou artigo que conceda o direito literal da investigação defensiva configura seu maior desafio a ser sanado, haja vista a relutância da prática nos escritórios de advocacia. Contudo, essa problemática tende a ser superada caso o novo código de processo penal entre em vigor no território nacional. Ademais, para a atividade ser bem feita é necessário material humano especial, o que resulta em um aumento de preço, no entanto, cabe ao Judiciário e o Legislativo elevar esse direito para que todos tenham acesso garantido. **AGRADECIMENTOS:** À UNIFAMINAS. **BIBLIOGRAFIA:** [1] Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Regulamenta o exercício da prerrogativa profissional do advogado de realização de diligências investigatórias para instrução em procedimentos administrativos e judiciais. Provimento nº 188. Brasília, 11 de dezembro de 2018. [2] LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado. Coleção esquematizado/coordenador Pedro Lenza – 24. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, p. 835, 2020. [3] TALON, Evinis. **Investigação criminal defensiva**. 1ª ed. Gramado, RS: ICCS, 2020. [4] Zanardi, Tatiane Imai. **Investigação criminal defensiva: uma prática a ser difundida**. FAE Centro Universitário. Revista Justiça e Sistema Criminal, v. 8, n. 14, p. 191-216, jan./jun. 2016.

Área de conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

PACIENTE COM CÂNCER E ACESSO À SAÚDE: DIREITOS E GARANTIAS EM PROL DE SUA DIGNIDADE

Beatriz Barros **GOULART** (IC –bbgoulart@yahoo.com.br)¹, Vânia Ágda O. **CARVALHO** (PQ)²
1. Curso de Direito; 2. Professora. Centro universitário FAMINAS- 36880-000- Muriaé- MG

Palavras-chave: câncer, direito à saúde, doença, garantias

APRESENTAÇÃO: O presente trabalho tem o propósito primordial de evidenciar os direitos e garantias que os pacientes com câncer têm perante o Estado, em decorrência do direito fundamental à saúde, presente no ordenamento jurídico brasileiro, à luz do garantismo Constitucional [1]. Frente à desinformação que assola maior parte da população, em especial aqueles que se encontram acometidos com mencionada doença, este resumo também apresenta, em que pese ser de maneira secundária, foco na disseminação de informação quanto aos direitos relativos, viabilizando maior acesso à saúde. **DESENVOLVIMENTO:** Pautado na premissa constitucional principiológica da dignidade da pessoa humana, que embasa todo o arcabouço jurídico nacional, o direito fundamental à saúde é, por si só, também uma norma principiológica que àquele se vincula e se sustenta. Mas, em que pese haver uma sustentação de obrigatoriedade impositiva de uma norma, com intuito em efetivar este mandamento de otimização, faz-se, às vezes, necessário que os destinatários da tutela acionem o judiciário e/ou se manifestem administrativamente visando assegurar seu direito. Abordar-se-á, de início, acerca do direito ao Auxílio-Doença pelo INSS, que pode ser requerido na internet ou em agências de previdências sociais. Necessário destacar que documentos são indispensáveis para os pacientes, médicos e advogados, caso necessite, tais como laudos, exames, tudo que comprove que o indivíduo realmente é portador de determinado direito [2]. Há, ainda, o Direito à aposentadoria pelo INSS, o Direito ao saque do FGTS, que inclusive é um dos mais rápidos e com menos burocracia para a devida obtenção, podendo ser solicitado a qualquer tempo. O direito a isenção de imposto de renda, o direito à isenção do IPI na compra do veículo, sendo que esse benefício pode ser utilizado uma vez a cada dois anos. Além disso, tem isenção de IPVA, ICMS e IOF. No que tange ao direito ao tratamento médico, intrinsecamente vinculado ao direito à saúde, de maneira digna, pautada no bem-estar do paciente, tem-se o direito ao tratamento fora de domicílio. Inclusive, não abarca apenas o direito ao transporte, mas também hospedagem e alimentação. E, longe de evidenciar todos os direitos e garantias destinados aos pacientes com câncer, de extrema relevância apontar a respeito do direito aos cuidados paliativos em sua respectiva residência. Por conta disso, é fundamental que a equipe médica reconheça que o tratamento não está mais gerando efeito sobre a saúde do paciente e que se esgotaram todas as medidas terapêuticas, alicerçado em princípios morais como o amparo e a não desumanidade [3]. É preciso esclarecer que muitas das vezes é necessário recorrer ao judiciário para que os consiga, tendo em vista o descumprimento normativo ou a ausência de efetividade dela, sendo necessário o protocolo de reclamação, mostrando a insatisfação para os órgãos de defesa, controle e fiscalizações competentes [4], ou em prol de uma atitude mais proativa da justiça, por meio de judicialização de políticas públicas que viabilizem o real acesso à saúde. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Levando em consideração as informações expostas, é fundamental salientar que foi abordado, de maneira sucinta, a abrangência e até complexidade do tema em questão. Por fim, entende-se que o Estado deixa a desejar no que tange à efetivação dos direitos dos pacientes com câncer, inclusive, no que tange à propagação de informações sobre o tema, uma vez que munidos delas, aumenta-se a chance do acesso à saúde. **REFERÊNCIAS:** [1] Conselho Federal de Medicina. **Código de Ética Médica**. Disponível em <<http://www.flip3d.com.br/web/pub/cfm/index6/?numero=24&edicao=4631#page/1>>. Acesso em 13 de Agosto de 2021. [2] BARBOSA, Antonieta Maria. **Câncer. Direito e cidadania:** como a lei pode beneficiar pacientes e familiares. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2010. [3] INSTITUTO ONCOGUIA. **Direitos dos pacientes com câncer**. Disponível em: <<http://www.oncoguia.org.br/direitos-dos-pacientes/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2021. [4] INSTITUTO ONCOGUIA. **Direitos dos pacientes com câncer**. Disponível em <<http://www.oncoguia.org.br/conteudo/aceso-a-justica/23/4/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

A PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES CONTRATUAIS CIVEIS COM A PANDEMIA DO COVID-19

Maria Luísa da Costa **CORDEIRO** (IC-mluisa128@icloud.com)¹, Vânia Ágda O. **CARVALHO** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professora *Centro Universitário FAMINAS - MURIAÉ* - 36.888-233 - Muriaé-MG
Palavras-Chave: COVID-19, crise econômica, relações contratuais.

APRESENTAÇÃO: Entendemos que a pandemia do COVID-19 trouxe ao cenário econômico grandes transformações e consideráveis prejuízos refletindo também nas relações contratuais. Como os contratos fazem parte do cotidiano das pessoas, sejam na prestação de serviço e/ou na compra e venda, entre outras maneiras, necessário haver um equilíbrio entre ambas as partes para transigirem, e não serem lesadas em razão dos efeitos que trouxe a pandemia do COVID-19 [1]. No que tange ao devido cumprimento das obrigações assumidas e materializadas pelos contratos firmados, não abrangidos por relação de consumo, iniciou uma busca por uma melhor satisfação que não prejudicasse nenhuma das partes envolvidas e, neste sentido, destacam-se os princípios da equivalência material, da função social dos contratos e da onerosidade excessiva como meio permissivo à revisão contratual, sendo, pois, o objetivo deste resumo, abordar acerca dos mesmos. **DESENVOLVIMENTO:** Na seara do direito civil a relação iniciada pela livre manifestação de vontade das partes, materializando obrigações assumidas entre elas, faz lei e estabelece a devida execução contratual. Ocorre que este pode ser descumprido por distrato, de maneira involuntária ou por inexecução voluntária advinda de uma das partes, ocasionando o inadimplemento [1]. Com a ocorrência fatídica da pandemia do COVID-19, as relações contratuais, não apenas no campo do direito civil, mas também na seara do consumidor, em decorrência da difícil situação econômica que assolou o Brasil, acabou por exigir das partes que compõe a relação contratual, certa adaptação no sentido de não ocorrer ainda maior prejuízo com a resolução do contrato e, neste sentido, princípios como o da função social, da equivalência material e da onerosidade excessiva relativizam o efeito “*pacta sunt servanda*” estabelecido entre as partes. Ou seja, pautada nos princípios imediatamente citados, as partes buscam uma revisão do contrato com fulcro em dar prosseguimento à relação contratual que, para a sociedade como um todo, é mais benéfico frente à opção de resolução do mesmo [2]. Assim, pautada em doutrinadores civilista, não é a boa-fé objetiva que tangencia a possibilidade de revisão contratual civil frente a pandemia do COVID-19, mas sim, inicialmente, o princípio da função social, visando a socialidade no âmbito das relações contratuais, com intuito de não contribuir para a pobreza e aumento da situação de crise econômica advinda de um fator inesperado como a pandemia do COVID-19. Ademais, há de haver, entre as partes, um equilíbrio recíproco, antes, durante e depois da celebração do contrato. Nesta monta, e ainda em maior destaque, pode-se citar outro princípio que embasa a possibilidade de revisão contratual, que é o da onerosidade excessiva, posto ser, a pandemia do COVID-19, como já dito, um fator externo à relação, imprevisto e inesperado que afetou as condições de cumprimento contratual, possibilitando onerar, em demorado, uma das partes envolvidas [2]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por meio do presente resumo tem-se que a relação contratual, diante das repercussões da pandemia do COVID-19 precisa ser clara e adequada, buscando meios de conter os prejuízos aos pactuantes e, em âmbito maior, à sociedade. Nesse viés, é mais vantajoso, bem com fundamentado pelo princípio da continuidade da relação contratual, que também embasa a codificação civil vigente, prosseguir com o contrato firmado, a resolver a relação contratual. E, para tal, utiliza-se como base, os princípios da função social, da equivalência material e da onerosidade excessiva como subsídio. **BIBLIOGRAFIA:** [1] LÔBO, Paulo. *DIREITO CIVIL V 3 - CONTRATOS*. Disponível em: Minha Biblioteca, (7th edição). Editora Saraiva, 2021. [2] GONÇALVES, Carlos Roberto. *Curso de Direito Civil: contratos e atos unilaterais*. Vol. 4. 12 ed. São Paulo:Saraiva, 2020.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

**POLÍCIA ADMINISTRATIVA X POLÍCIA JUDICIÁRIA: BREVES CONSIDERAÇÕES
SOBRE OS INSTITUTOS**

Marina **PEREIRA** (IC-marinapereira0217@gmail.com)¹, Carlos **MARCEL** (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS* - UNIFAMINAS – MURIAÉ - 36.888-233 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: ilícitos, prevenção, repressão.

APRESENTAÇÃO: O poder de polícia deriva da supremacia geral da administração pública, dessa forma, esse poder se aplica aos particulares, sendo indispensável a demonstração de qualquer vínculo de natureza única. José Carvalho Filho conceitua poder de polícia como “a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade”[1]. Assim, o poder de polícia tem o intuito de proteger a liberdade e a propriedade dos particulares por meio de ações, tendo como exemplo, ações fiscalizadoras e repressivas. À vista disso, a polícia judiciária tem como objetivo impedir o exercício de atividades ilícitas, proibidas pelo ordenamento, a mesma ajuda o Estado e o Poder Judiciário na prevenção e repressão das infrações.

DESENVOLVIMENTO: A polícia administrativa é a executora das leis administrativas, portanto, a mesma possui o poder de restringir alguns direitos e liberdades individuais em prol do interesse público, vale ressaltar que a atividade administrativa tem início e término no mesmo âmbito da função administrativa. Já a polícia judiciária tem seu estudo situado nas disciplinas de direito penal e direito processual penal, sendo sua base a executoriedade à prática de ilícitos penais, assim, sua função é prevenir e reprimir os ilícitos criminais. Maria Di Pietro enfatiza a principal diferença entre estas duas categorias de polícia, afirmando “A principal diferença que se costuma apontar entre as duas está no caráter preventivo da polícia administrativa e no repressivo da polícia judiciária. A primeira terá por objetivo impedir as ações antissociais, e a segunda, punir os infratores da lei penal.”[2]. Ressalto ainda mais alguns pontos que as diferenciam, a primeira incide sobre bens e direitos, enquanto a polícia judiciária recai sobre o indivíduo propriamente dito. Outra diferença é que a polícia administrativa busca ilícitos administrativos, de forma preventiva, já a polícia judiciária busca ilícitos penais, sendo assim, de forma repressiva. Vale ressaltar que a polícia judiciária contempla a função executória, portanto, engloba também a propositura da ação penal, enquanto na polícia administrativa o trâmite começa e termina com ela mesma. Há ainda mais uma diferença: a polícia judiciária envolve vários órgãos responsáveis para que o processo tenha fim. Salienta José Carvalho: “Quando agentes administrativos estão executando serviços de fiscalização em atividades de comércio, ou em locais proibidos para menores, ou sobre as condições de alimentos para consumo, ou ainda em parques florestais, essas atividades retratam o exercício de Polícia Administrativa. Se, ao contrário, os agentes estão investigando a prática de crime e, com esse objetivo, desenvolvem várias atividades necessárias à sua apuração, como oitiva de testemunhas, inspeções e perícias em determinados locais e documentos, convocação de indiciados etc., são essas atividades caracterizadas como Polícia Judiciária, eis que, terminada a apuração, os elementos são enviados ao Ministério Público para, se for o caso, providenciar a propositura da ação penal.”[1]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A polícia administrativa é responsabilidade dos órgãos públicos, já a polícia judiciária é exercida pelas corporações privadas. Assim, a polícia de caça e trânsito, além da polícia sanitária, são exemplos da categoria administrativa; já a categoria judicial contempla corporações de apuração e atuação de infrações penais. Neste caso a polícia judiciária assume caráter repressivo, à medida que atua sobre fatos já ocorridos, auxiliando o poder judiciário. Dito isto, a polícia administrativa atua num caráter preventivo, sobre bens, direitos e ações, no intuito de impedir uma conduta antissocial. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 34.ed. São Paulo: Atlas, 2020. [2] DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. **Direito administrativo**. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. [3] CARVALHO, Matheus. **Manual de Direito Administrativo**. 9.ed.rev.ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

**PORNOGRAFIA DE VINGANÇA: UMA NOVA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A
RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DO AGENTE**

Amanda **CORDIBELLI** (IC – acordibelli@gmail.com)¹, Vânia Ágda O. **CARVALHO** (PQ)²

1. Curso de direito; 2. Professora. *Centro Universitário FAMINAS* – 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Pornografia de vingança; Responsabilidade Civil; Violência de gênero

APRESENTAÇÃO: A explanação sem consentimento de fotos e/ou vídeos com conteúdo sexual por ex-parceiros, ou mesmo terceiros, viola os direitos da personalidade, assim como os direitos à honra e ao nome, sobre a imagem e a privacidade, sendo grave ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana, por sequestrar-lhe os atributos inerentes. Suas consequências são inumeráveis, posto que a divulgação do conteúdo íntimo na internet altera as relações familiares, culturais e sociais das vítimas. Observa-se dos casos ocorridos que, em sua maioria, as vítimas são mulheres, direcionando ao entendimento de que a pornografia de vingança é uma nova forma de violência de gênero [1]. Apesar da prática ter sido criminalizada no ordenamento jurídico brasileiro, na esfera cível, ainda se procuram parâmetros razoáveis para apurar o *quantum debeat*. Nesse sentido, este resumo objetiva analisar a responsabilidade civil em virtude da exposição íntima não autorizada da mulher, relacionando a temática a mais uma forma de violência de gênero. **DESENVOLVIMENTO:** A expansão das mídias digitais e a ampliação dos sistemas de comunicação proporcionaram liberdade dentro do universo das redes sociais, uma vez que há uma descentralização do poder de postagem, onde publica-se o desejado, crendo-se imune de responsabilidade [2]. Neste contexto surge a “pornografia de vingança”, também conhecida como “revenge porn”, que possui como referência a prática de divulgação de fotos e vídeos de pessoas, em situações eróticas e/ou sexuais, através das mídias digitais, sem a sua permissão, sendo, na maioria, mulheres, caracterizando uma nova forma de violência de gênero, por ser contra alguém em situação de vulnerabilidade devido a sua identidade de gênero [1]. Assim, a pornografia de vingança foi inserida no Código Penal atual, art. 218-C, com a Lei nº 13.718/18, criminalizando a divulgação de cena de estupro, cena de sexo ou pornografia, tendo sua pena aumentada nos casos em que o criminoso tenha mantido relação íntima com a vítima ou tenha usado a divulgação para humilhá-la. Ademais, no âmbito da Constituição Federal/1988 (CF/88) e do Código Civil vigente, é atribuída à pessoa humana uma personalidade desde o seu princípio, sendo protegida em face do Estado e qualquer outro cidadão, sendo invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Seguindo este raciocínio, surge a responsabilidade civil, advinda um ataque que fere um interesse particular imaterial, no qual a pessoa infratora é obrigada judicialmente a fazer um pagamento como indenização pecuniária ao indivíduo lesado, configurando a função compensatória da indenização decorrente, vinculada ao princípio geral da “proibição de ofender”. Porém, por ser impossível mensurar a dor, o constrangimento e a tristeza da vítima ao ver-se apartada de seus atributos personalíssimos, há impasse no Poder Judiciário, posto que, apesar do reconhecimento do dever violado e do dano oriundo da violência de gênero, as decisões judiciais subvalorizam as indenizações por danos morais, gerando forte sentimento de insegurança jurídica nas vítimas, negligenciando mandamento constitucional de inviolabilidade dos direitos da personalidade, assim como à tutela da dignidade da pessoa humana. **CONCLUSÃO:** Diante o exposto, constata-se que cabe à vítima todas as formas possíveis de reparação do dano sofrido, devendo ser analisados todos os critérios estabelecidos para fixação do *quantum debeat*, uma vez que não há legislação específica em âmbito cível, levando em conta, a exemplo, a culpa do agente, da extensão do prejuízo causado, e também a capacidade econômica do ofensor, objetivando indenizações justas, com caráter compensatório e punitivo do agente, em especial frente a mais uma forma de violência de gênero e seus impactos sociais. A grande questão é adequar a compreensão de extensão do dano (art. 944 CC) ao dano gerado. **BIBLIOGRAFIA:** [1]. O QUE é violência de gênero e como se manifesta?. *Politize*, 11 set. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/violencia-de-genero-2/>. Acesso em: 26 ago. 2021. [2] O MARCO civil e a responsabilidade por conteúdos gerados por terceiros. *E-gov*, 17 set. 2015. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-marco-civil-e-responsabilidade-por-conteudos-gerados-por-terceiros>. Acesso em: 23 ago. 2021

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

PORTADOR DE DOENÇAS CRÔNICAS: VOCÊ CONHECE SEUS DIREITOS E BENEFÍCIOS?

Beatriz Barros **GOULART** (IC- bbgoulart@yahoo.com.br)¹; Vânia Ágda O. **CARVALHO** (PQ)²
1. Curso de Direito; 2. Professora. Centro universitário FAMINAS- 36880-000- Muriaé- MG

Palavras chave: benefícios; direitos; doenças crônicas; informação.

APRESENTAÇÃO: Em prol de resguardar a vida, o maior bem juridicamente tutelado pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), com previsão em seu artigo 5º, considerado um princípio fundamental inviolável, existem normas no ordenamento jurídico brasileiro destinadas aos portadores de doenças crônicas, com foco na dignidade da pessoa humana no que tange a um tratamento de saúde adequado, bem como outros direitos e benefícios. Entretanto, a legislação brasileira não é de fácil acesso, em especial frente ao excesso de tecnicismo, contribuindo para que pessoas portadoras destas doenças não conheçam seus próprios direitos e benefícios, atrelado à falta de informação, inclusive, de servidores públicos destinados ao esclarecimento da população quanto à efetivação dos mesmos. Visto isso, como objetivo deste resumo, abordar-se-á acerca dos principais direitos e benefícios destinados aos pacientes com doenças crônicas.

DESENVOLVIMENTO: O artigo 196 da CF/88 traz que saúde é direito de todos e dever do Estado. Ainda assim, há pessoas diagnosticadas com doença crônica que, diante da ausência da garantia Estatal, não procuram seus direitos na justiça, por conta, entre outras razões, da morosidade de um processo. Entretanto, o que não lhes é informado é que o Código de Processo Civil Brasileiro (Lei 13.105/2015) possibilita a tutela de urgência, de natureza antecipada, para adiantar o mérito da ação, visando maior rapidez e eficácia quanto à situação conflituosa. Outra situação que muitos pacientes desta patologia desconhecem é o direito gratuito dos medicamentos [1]. É dever do Estado fornecer remédios, mas, para tanto, o paciente precisa fazer o devido requerimento e dos insumos que necessita, existindo a Farmácia Popular (implantada pela Lei nº 10.858/2004 e regulamentada pela Portaria nº 971/2012). Em 2011 foi lançado pelo Ministério da Saúde um Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT), com o intuito de ampliar a promoção da saúde e a prevenção de doenças e de qualificar o cuidado com as pessoas que já portam elas [2]. Afinal, de acordo com o IBGE, em 2025, o Brasil terá mais de 30 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, sendo que cerca de 85% apresentarão pelo menos uma doença crônica. Ou seja, cada vez mais será necessária a fluidez dos direitos de pessoas com doenças crônicas. Quanto aos benefícios de cunho previdenciário e fiscal, encontram-se a Isenção de imposto de Renda, a isenção do IPVA, quitação da casa própria, isenção do IPI, isenção da tarifa de transporte público, entre inúmeros outros [3]. No ano 2020, devido à pandemia causada pelo coronavírus, essas pessoas estão prestes a conseguir o direito de receber bolsa medicamento, bastando mostrar o laudo médico atestando a necessidade. Esta bolsa é proveniente da iniciativa do senador Rogério Carvalho, que deu início ao Projeto de Lei 3.829/2020, uma vez que todos os portadores de doenças crônicas corriam risco de, em algum momento, ficar sem a sua medicação. Vale dizer que esses medicamentos estarão disponíveis nas esferas de atenção básica, domiciliar, ambulatorial, hospitalar, urgência e emergência.

CONCLUSÃO: Diante a garantia do direito à saúde e ao tratamento digno dos portadores de doenças crônicas, é primordial que nas ABS, UBS, hospitais, nos locais de saúde em geral, bem como o quadro da Receita Federal, estejam munidos de profissionais que possuam as informações necessária para os doentes, bem como utilize-se também de outras ferramentas de disseminação de informação, visando maior alcance populacional quanto aos direitos dos pacientes com esta patologia.

REFERÊNCIAS: [1] DAVID, Grazielle et al. **Direito a medicamentos.** Disponível em: www.bioredbrasil.com.br/wp-content/uploads/2017/01/OT_MEDICAMENTOS_POR.pdf.htm>. Acesso em 03 de Maio de 2021. [2] MATTOS, Alexandre de. **Doença Crônica Brasil.** Disponível em <http://www.repositoriobc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/13142/Relatorio%20da%20pesquisa%20Alexandre%20Mattos.pdf?sequence=1.htm>>. Acesso em 03 de Maio de 2021. [3] PANTALEÃO, Sérgio. **Direitos e benefícios aos portadores de deficiência e de doenças graves.** Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/doenca-deficiente-direitos.htm>>. Acesso em 03 de Maio de 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

PRESCRIÇÃO NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Marina PEREIRA (IC-marinapereira0217@gmail.com)¹, Carlos MARCEL (PQ)²

1. Curso de Direito; 2. Professor *Centro Universitário FAMINAS* - UNIFAMINAS – MURIAÉ - 36.888-233 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: improbidade, administração pública, política.

APRESENTAÇÃO: A improbidade administrativa se caracteriza por ser um ato ilícito, sendo uma má conduta praticada normalmente por agentes públicos e terceiros, causando danos a administração pública. Segundo José dos Santos Carvalho Filho: “*Ação de improbidade administrativa* é aquela em que se pretende o reconhecimento judicial de condutas de improbidade na Administração, perpetradas por administradores públicos e terceiros, e a consequente aplicação das sanções legais, com o escopo de preservar o princípio da moralidade administrativa.” [1]. Assim, entende-se que a improbidade administrativa é um ato ilegal, contrário a uma administração pública ética e moral. Além disso os cidadãos que dela se beneficiam estão sujeitos a penalidades asseguradas por lei. **DESENVOLVIMENTO:** Uma questão muito comentada hoje em dia é sobre a prescrição da improbidade administrativa, como já se sabe, o prazo de prescrição varia conforme a lei de improbidade administrativa. Segundo Matheus Carvalho “O decurso do tempo extingue o poder que a Administração Pública tem de sancionar os atos ímprobos praticados por seus agentes ou até mesmo por particulares em concorrência com aqueles, a fim de punir a inércia estatal, bem como evitar a insegurança nas relações jurídicas com o ente público.” [2]. A partir do julgado da prefeita que cometeu um ato de improbidade no primeiro mandato, mas foi reeleita e em seu segundo mandato não cometeu mais tais atos ilícitos, o Supremo Tribunal Federal entendeu que o prazo de prescrição se iniciou apenas quando houve o término do seu segundo mandato, uma vez que a reeleição no nosso país foi fruto de uma emenda constitucional posterior a edição de lei de improbidade. Assim a jurisprudência TJ-MG - AI: 10487120013007001 MG, Relator: Áurea Brasil, Data de Julgamento: 03/03/2016, Data de Publicação: 15/03/2016, tem o mesmo entendimento ao citado anteriormente. Sendo visto que o entendimento da jurisprudência é de total relevância para a prescrição, o STJ já vem julgando que a contagem do prazo só começa após a saída efetiva do agente político, à vista disso, é possível aperfeiçoar que a mesma lógica também se aplica a outros casos de renovação de vínculo precário, a exemplo do cargo comissionado exercido por período sucessivo. Nesse sentido, José dos Santos Carvalho Filho entende que “no caso de mandato, impõe-se vislumbrar a possibilidade de o mandatário ser eleito para períodos sucessivos. Em razão desse fato, poder-se-ia indagar se a prazo de prescrição se iniciaria a partir do término do mandato dentro do qual foi praticado o ato de improbidade, ou a partir do fim do último mandato. É certo que cada mandato tem por fundamento aspectos específicos próprios de cada processo eletivo. No entanto, a ratio do dispositivo foi exatamente a de evitar que, valendo-se do poder que ostenta, pudesse o mandatário influir na decisão de propor a ação de improbidade ou nas provas que devem ampará-la. Dessa maneira, o titular do segundo mandato poderia assim agir em relação a atos praticados durante o primeiro. Resulta, pois, que a contagem do prazo deve realmente ser iniciada a partir do término do último mandato, como consignamos em outra oportunidade.” [1]. Em síntese o entendimento é que caso ocorra concomitância a solução é de continuidade do vínculo entre o agente público e a Administração Pública e após o fim do exercício do cargo comissionado entra com a contagem do prazo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por fim, a improbidade administrativa então é contrária a honestidade, se caracterizando por ser um ato ilícito, o que ocasionará sempre em prejuízos a administração pública. Assim, a prescrição na improbidade administrativa é tratada de forma significativa e com várias discussões nos dias de hoje, principalmente com divergências de tese. Assim, a prescrição na improbidade administrativa tem como regra o artigo 23 da LIA e o STJ entende correto e tem como base para seus fundamentos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 34.ed. São Paulo: Atlas, 2020. [2] CARVALHO, Matheus. Manual de Direito Administrativo. 9.ed.rev.ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 Direito

**TEORIA DA IMPREVISÃO COMO SUSTENTÁCULO ÀS REVISÕES E RESOLUÇÕES
CONTRATUAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19**

Giovanna Soares **BATISTA** (IC - giosbatista@gmail.com)¹ e Vânia Ágda O. **CARVALHO**^{(PQ)²}.

1. Curso de Direito 2. Professora Centro Universitário FAMINAS – MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

PALAVRAS CHAVE: COVID-19, princípios, resolução contratual, revisão contratual, teoria da imprevisão.

APRESENTAÇÃO: O trabalho aqui disposto visa fazer uma abordagem acerca das relações contratuais decorrentes da pandemia do COVID-19, analisando as onerosidades causadas pela dificuldade de cumprimento dos contratos que foram firmados no período pré-pandemia após o contágio desenfreado do Corona Vírus, visto que, ao se tratar de um vírus de alta taxa de transmissão, foram necessárias medidas urgentes de distanciamento que afetaram diretamente a economia nacional e mundial. Dessa forma, as relações contratuais firmadas tornaram-se difíceis ou de grande imprevisão em relação ao seu cumprimento. Nesse caminho, objetiva-se analisar e entender se a pandemia do COVID-19 tem base legal para enquadrar-se na Teoria da Imprevisão, por meio de uma revisão bibliográfica e documental.

DESENVOLVIMENTO: Após o início do contágio do novo Coronavírus, em 31 de dezembro de 2019, o vírus se espalhou e rapidamente, alcançando status de pandemia devido à sua transmissibilidade elevada. Assim, as autoridades mundiais tiveram a necessidade de tomar atitude de contenção e distanciamento social para evitar ainda maior contágio e a sobrecarga do sistema de saúde. Infelizmente, as medidas necessárias de distanciamento e quarentena geraram grande impacto econômico para a população, em decorrência da ausência de giro da economia. Em análise de fevereiro a abril de 2021, o índice de desemprego nacional manteve-se em 14,7%, batendo o índice histórico de 2012. Dessa forma, tornou-se inviável a manutenção de algumas obrigações materializadas em contratos firmados no período que antecedeu a pandemia [1]. Entende-se que os contratos são negócios jurídicos bilaterais regidos por princípios norteadores que auxiliam em seu cumprimento e um dos principais e mais reafirmados é o do “*pacta sunt servanda*” ou seja, princípio da força obrigatória da relação contratual pactuada. Este princípio contratual tem como objetivo que o mesmo faça lei entre as partes, fazendo obrigatório seu cumprimento mesmo que as bases deste sejam refeitas. No entanto, já no Código de Hamurabi, lei nº 48, previa-se que em decorrência de fato extraordinário cabível à época, deveria se modificar a tábua do contrato [1]. Assim, atualmente, esta lei faz paralelo com a Teoria da Imprevisão, que permite a resolução ou revisão contratual em casos que se tornem danosos ou extremamente onerosos a uma das partes o cumprimento da obrigação assumida, devido à fato imprevisível e extraordinário [2]. Frente à onerosidade excessiva ocasionada pela imprevisibilidade econômica decorrente da pandemia do COVID-19, amparada em base principiológica como os princípios da equivalência material e da revisão dos contratos, afirma-se uma limitação moderna, vinculada à socialização dos contratos, no intuito de relativizar princípios clássicos contratuais como o do “*pacta sunt servanda*”.

CONCLUSÃO: Considera-se, portanto, que a pandemia do COVID-19 instaurada em âmbito mundial pode ser considerada um fato extraordinário e imprevisível não somente para os contratantes, mas para todos. Nesse contexto, o desembargador Cesar Ciampolini, da 1ª Câmara de Direito Empresarial do TJSP, afirma, em decisão, que a pandemia é efetivamente caso de aplicação da teoria da imprevisão e ainda acrescenta que “a pandemia equivale a guerra e pode gerar postergação de pagamentos” Conclui-se então, a partir da análise dos presentes fatos expostos que, desde que os contratos preencham os requisitos para a aplicabilidade da teoria da imprevisão, a pandemia pode ser considerada como acontecimento à gerar revisão ou resolução contratual, com amparo no Código Civil, pautado em forte base principiológica.

BIBLIOGRAFIA: [1] DELARCO, Lucas Gomes; Chicarelli, Ana Laura Gonçalves; CARMO, Valter Moura do. O ônus mútuo: a imprevisão dos contratos em tempos de pandemia do COVID-19. **Encontro de Iniciação Científica**, v. 16, n. 16, 2020. [2] BOLSONI, Karine Fantin; GRACIOLLI, Thaís Albani; NERILO, Luciola F. Lopes. A pandemia do COVID-19 traz consigo todos os elementos necessários à aplicação da Teoria da Imprevisão sob a ótica do Código Civil? **Anuário Pesquisa e Extensão UNOESC – São Miguel do Oeste – 2020.**

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1- Direito

TRANSFOBIA OU TEMOR PELA SEGURANÇA

Vanessa S. ROCHA (IC - vanessasantosrocha2013@gmail.com)¹, Yasmin Cristina de Lima SILVA (IC)¹, Profa. Thaysa AQUINO (PQ)².

1. Curso de Direito; 2. Professor. Centro Universitário FAMINAS – 36880-000 – Muriaé-MG

Palavras-chave: liberdade de expressão, segurança, preconceito.

APRESENTAÇÃO: O presente trabalho trata sobre “a segurança e o preconceito”, segundo os autos o grupo saiu de um curso e posteriormente se dirigiu ao shopping afim de lanchar na área de alimentação, como alguns estavam vestidos de Drag Queen foram impedidos por seguranças, sendo liberados apenas com a autorização da chefia da equipe de segurança^[4]. **DESENVOLVIMENTO:** O Shopping alega que não é permitido a entrada de pessoas com o rosto oculto, como descrito em seu regimento interno (Art. 1º da Lei Estadual 14.955/2013)^[1], no entanto, o recorrido pela relatora do recurso, desembargadora Sílvia Maria Facchina Espósito Martínez, dispõe que a maquiagem carregada não é considerada cobertura oculta da face, não coloca em risco a segurança dos demais frequentadores; o impedimento ocorreu em um curto lapso de tempo e houve a liberação antes da chegada da Polícia Militar, mas é inegável a humilhação e o constrangimento^[4]. Ao não permitir a entrada os seguranças ferem a Constituição do nosso país, que prega as formas de expressão como um patrimônio cultural (art. 216, I, da CF/88)^[2], ou seja, foram impedidos de entrar no shopping por exteriorizar sua identidade, forma de pensamento e ideologia. É de suma importância a compreensão de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, sendo punido qualquer discriminação atentatória aos seus direitos e liberdades (art. 5º, XLI da CF/88)^[2], portanto, não podemos ser impedidos de praticar algo em conformidade com a lei, como por exemplo, adentrar num shopping. Afim de alcançar objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil ao que tange o art. 3º, IV da Constituição vigente^[2] houve a alteração da Lei nº 7.716/1989 que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor^[3], para que também possa abranger, além destes, os crimes resultantes de preconceitos contra etnia, religião, procedência nacional, sexo, orientação sexual e identidade de gênero, objetivando punir a intolerância, discriminação e preconceito^[5]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em suma, é notável que a maquiagem para o grupo LGBTQI+ é uma forma de liberdade de expressão, de sentimento, além de ser uma forma de representação artística, sendo assim, não interfere em nada na segurança de ambientes públicos, por conseguinte ferindo o art. 220, § 2º da CF/88^[2], já que agiram de modo velado para censurar a ideologia e a forma de arte das Drag Queens. Caso não houvesse a liberação antes da chegada da PM, cominaria no crime descrito no art. 5º da Lei nº 7.716^[3], diante disso, foi correta a decisão de entrarem em juízo afim de serem ressarcidos pelos danos morais. Por tanto, a decisão proferida pelo tribunal foi justa, tendo como objetivo fixar um “valor suficiente à reparação do constrangimento sofrido pela vítima, sem causar um enriquecimento sem causa e, ao mesmo tempo, em valor que sirva de desestímulo ao causador do dano, evitando que outras condutas similares sejam praticadas no futuro.”^[4] estando em conformidade com as leis e princípios vigentes. **Agradecimentos:** À Faminas e a professora Thaysa Aquino pelo apoio e dedicação aos alunos. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL. Lei nº 14.955, de 12 de março de 2013 (Projeto de lei nº 823/09, do Deputado José Bittencourt - PDT Proíbe o ingresso ou permanência de pessoas utilizando capacete ou qualquer tipo de cobertura que oculte a face nos estabelecimentos comerciais, públicos ou privados. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em: http://old.secovi.com.br/files/Arquivos/lei-n-14_1.pdf Acesso em: 10/05/2021. [2] BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 06/05/2021. [3] BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm Acesso em: 06/05/2021. [4] SÍLVIA, Maria Facchina ESPÓSITO MARTINEZ. ACORDAM, em 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo. 1008915-13.2017.8.26.0006 - Apelação Cível. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/arquivos/2021/2/6c5df491f448a5_acordao-condenacao-shopping.pdf Acesso em: 10/05/2021. [5] NEVES, Rafael. Senado aprova projeto que criminaliza homofobia. Atualizado em: 22/05/2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/senado-aprova-projeto-que-criminaliza-homofobia/> Acesso em: 24/08/2021.

TUTELA DE EVIDÊNCIA: CELERIDADE E EFETIVIDADE PROCESSUAL.

Amanda **CORDIBELLI** (IC – acordibelli@gmail.com)¹, Wilson Sebastião Rodrigues Soares (PQ)²
1. Curso de direito; 2. Professor. *Centro Universitário FAMINAS* – 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-Chave: Celeridade processual; Processo Civil; Tutela de evidência.

APRESENTAÇÃO: Com o advento do Novo Código de Processo Civil, os legisladores objetivaram conferir maior celeridade à prestação jurisdicional, com o critério de simplificar a marcha processual. Deste modo, o novo CPC, em seu Livro V, possibilitou uma nova espécie de tutela provisória, qual seja, a Tutela de Evidência, baseada na comprovação documental das alegações, que tornam evidente o direito da parte demandante, possibilitando a antecipação total ou parcial do mérito, antes que uma decisão final seja proferida. Nesse sentido, o presente resumo objetiva analisar como a tutela de evidência possibilita a celeridade processual por antecipar um direito que é comprovado por meio documental, de forma a ser avaliada em sede de cognição sumária. **DESENVOLVIMENTO:** A tutela de evidência, disposta no art. 311 do Código de Processo Civil [1], não se funda no fato da situação geradora do perigo de dano, mas no fato de a pretensão de tutela imediata se apoiar em comprovação suficiente do direito material da parte. Justificando-se pela possibilidade de aferir a liquidez e certeza do direito material, ainda que sem o caráter de definitividade, já que o debate e a instrução processuais ainda não se completaram. No estágio inicial do processo, porém, já se acham reunidos elementos de convicção suficientes para o juízo de mérito em favor de uma das partes [2]. Não se há, portanto, de assimilar a tutela de evidência à uma simples modalidade de prestação jurisdicional, haja vista que sua intenção não é afastar o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, mas, sim, eliminar de imediato, a injustiça de manter insatisfeito um direito subjetivo, sendo, evidentemente, necessária a tutela do Poder Judiciário. Nesse sentido, conforme dispõe o art. 311, CPC/15, a tutela da evidência será concedida quando estiver caracterizado o abuso de direito ou o manifesto propósito protelatório da parte, trazendo a ideia de má-fé, sendo considerada uma tutela sancionatória. Outra possibilidade de deferimento da tutela de evidência, é quando há tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em precedente jurisprudencial obrigatório, ou seja, súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal. Também há de se falar da hipótese de tutela de evidência utilizada para substituir a antiga Ação de Depósito (CPC/73), pois quando está devidamente instruída a petição inicial, o juiz poderá expedir ordem liminar para que seja realizada a entrega da coisa que se encontra em poder do demandado, podendo aplicar multa em caso de descumprimento da ordem judicial. A última possibilidade de tutela de evidência é aquela lastreada em prova documental, que tem cabimento quando o autor instrui a petição inicial com prova documental suficiente dos fatos constitutivos de seu direito, contra o qual o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável. Seguindo este raciocínio, torna-se importante destacar que, dentre as hipóteses elencadas no artigo mencionado, somente os casos do inciso II e III podem ser deferidas liminarmente pelo magistrado, uma vez que é dispensável a instauração do contraditório. Assim, o momento em que será possível verificar a ocorrência de má-fé processual ou abuso do direito de defesa (inciso I), bem como a apresentação de provas aptas a desacreditar aquelas apresentadas pelo autor (inciso IV), é quando há a instauração do contraditório [3]. Por estes motivos, as tutelas de evidência têm o caráter de antecipar o mérito, de modo parcial ou total, de um processo, antes da finalização dos trâmites comuns da marcha processual, possibilitando que o demandante usufrua de seus direitos antecipadamente e que o demandado sofra as imposições apresentadas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Diante o exposto, podemos observar que a tutela de evidência é um meio eficiente para se combater a ineficácia da prestação jurisdicional e prestigiar adequadamente a tutela de direitos, além de promover a celeridade processual, possibilitando que a prova documental acelere o processo e, ao mesmo tempo, que a protelação seja punida com a aceleração da decisão sobre o mérito da demanda. **AGRADECIMENTOS:** Ao UNIFAMINAS e ao Prof. Wilson pelo incentivo à pesquisa. **BIBLIOGRAFIA:** [1] BRASIL, CPC. *Diário Oficial União*. 16 mar. 2015. [2] THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. *Forense*, n. 59, p. 1, 15 maio 2018. *E-book*. [3] Considerações sobre a tutela de evidência do novo Código de Processo Civil. *Migalhas*, 13 ago. 2016. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/243754/consideracoes-sobre-a-tutela-de-evidencia-do-novo-codigo-de-processo-civil>. Acesso em: 1 set. 2021.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 – Direito

**VIOLAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTAL ECOLÓGICAMENTE
EQUILIBRADO À LUZ DO DIREITO À VIDA**

Emanuel COSTA (IC- emanel0710@gmail.com)¹, Vânia Ágda O. CARVALHO (PQ)²

1. Curso de direito; 2. Professora. Centro Universitário FAMINAS – 36880-000 - Muriaé-MG

PALAVRAS CHAVE: direito à vida, meio ambiente ecologicamente equilibrado, responsabilidade intergeracional.

APRESENTAÇÃO: Hodiernamente presencia-se a contabilidade do processo exploratório e de dominação que a humanidade realiza sobre a natureza. Consequências climáticas que não se limitam a fronteiras geográficas, associadas à crescente busca pelo acúmulo de riqueza, em consonância com os preceitos capitalistas, consolidados pela Revolução Industrial e todo avanço tecnológico e científico proporcionados. O excesso de resíduos sólidos oriundos do consumismo disseminado pelo sistema econômico, a pobreza, os índices de desemprego e analfabetismo altos, as condições de moradia e saneamento básico defasados, sem negligenciar a escassez de recursos naturais, evidenciam o quanto o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado vem sendo violado. Talvez, esteja faltando à sociedade e ao governo, consciência de que preservar e tutelar o meio ambiente é preservar a existência humana. Assim, objetiva-se apresentar o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado em consonância dependência ao direito à vida.

DESENVOLVIMENTO: A Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu artigo 225, estabelece o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, tanto das presentes quanto das gerações futuras, destacando-se, assim, a existência do pacto intergeracional, frente a solidariedade presente na responsabilidade compartilhada entre Estado e sociedade em preservar e tutelar a natureza, para que a gerações futuras usufruam do meio ambiente em condições quanti e qualitativas, no mínimo, iguais as da geração presente [1]. Apesar do ordenamento jurídico brasileiro apresentar vasta legislação a respeito, diante as atitudes humanas que marcam o noticiário dos últimos tempos, a complexidade e a seriedade do tema parece não alarmar para o vínculo entre proteção ambiental e existência humana. Por meio de interpretação sistemática, conecta-se o artigo 225 com o 5º, *caput*, da CF/88, especificamente ao direito à vida, uma vez que estão intrinsecamente ligados o direito ao meio ambiente sadio e a forma como o Homem tem se relacionado com a natureza, por um viés majoritariamente utilitarista, como se os recursos naturais fossem infinitos [2]. O INEP afirma que 17% do bioma da Amazônia foi desmatado, observando-se que, quase metade deste desmatamento ocorreu nas últimas duas décadas, evidenciando um ritmo acelerado que não será capaz de ser reparado na mesma medida [3]. Quanto às governanças atuais, destaca-se que o processo de degradação ambiental não está restrito a atos eminentemente clandestinos; notam-se medidas políticas que flexibilizam o avanço da exploração da natureza tornando inviável, quando não insuperável, combater a exploração ambiental e as consequentes externalidades negativas oriundas. Desregulamentações que corroboram para o avanço do extrativismo, evidenciando ausência de consciência ética, bem como conhecimento de uma economia ecológica, sem se olvidar da consideração por matrizes interpretativas como do ecocentrismo [4]. Os ecossistemas se apresentam em cadeia de dependência e, neste sentido, extinguir parte deles, pode repercutir na extinção de todos eles. Outro exemplo tange na segurança alimentar quando observado escassez de determinados alimentos e/ou escassez de alimentos para populações em vulnerabilidade. Frente isso, como não vincular a preservação e tutela ao meio ambiente ao direito à vida?! Seria, no mínimo, negligenciar a crise ambiental, *lato sensu*, que assola o planeta. **CONCLUSÃO:** O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado está interligado à sobrevivência da humanidade, haja vista que o direito ao meio ambiente sadio não se baseia apenas ao tempo presente, mas abrange desde o direito desse ao nascituro, detento para si e seus descendentes o direito de desfrutar de um ambiente ecologicamente equilibrado, ensejando no pacto entre as gerações. Ressalta-se, assim, a relevância da preservação e proteção de todo o meio ambiente, partindo do pressuposto, inclusive, que o homem também é natureza. Ou seja, que não se faça tardia a consciência mais ética presente nas ações governamentais e sociais, quanto à relação Homem e natureza. **BIBLIOGRAFIA:** [1]; [2] e [4] THOMÉ, Romeu. **Manual de Direito Ambiental**. 11 ed. Salvador: JusPodvim, 2021. [3] Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE). Acesso em :10/08/21. Disponível em: <http://www.inpe.br/faq/index.php?pai=6>

Área do conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1- Direito

CSA
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: POSSÍVEIS CAUSAS E GRANDES DESAFIOS

Edivani Viana PEREIRA (IC - edivanepereira@hotmail.com)¹ e Vânia Ágda de Oliveira CARVALHO (PQ)²

2. Curso de Direito; 2. Professora

Centro Universitário FAMINAS – MURIAÉ - 36880-000 - Muriaé-MG

Palavras-chave: mulher, políticas públicas, violência.

APRESENTAÇÃO: A violência contra a mulher ocorre, em muitos casos, de forma silenciosa em casa, no trabalho, na sociedade, sendo, pois, uma violação da dignidade, da ética e do respeito aos Direitos Humanos, neste caso pontual, das mulheres, podendo ser combatida por meio de políticas públicas. Neste sentido, o presente resumo objetiva realizar uma análise da violência contra a mulher, presente no cotidiano de todas as classes sociais, idades, etnias e religiões, trazendo aspectos como as possíveis causas e os desafios encontrados para combater esta violência. **DESENVOLVIMENTO:** A gênese da violência contra a mulher está ligada a uma cultura patriarcal, em virtude do pensamento de posse e de domínio que o homem acredita ter sobre a mulher, devido única e exclusivamente pela situação de gênero, incluindo, inclusive, a incapacidade de alguns homens de ouvir resposta negativa, frente à pseudo sensação de inferioridade inculcada pelo patriarcalismo [1]. Muitas mulheres negam a se submeter às ordens que lhes são impostas pelo “companheiro”, negando o posicionamento de objeto em posse e, por este motivo, são denominadas rebeldes ou subversivas, precando de correção ou ‘justa punição’. Também é possível notar, atrelado a esta cultura do patriarcado, a influência da sociedade sob esta visão, haja vista que determinada parcela da população se vê detentora do poder de ditar o que a mulher pode ou não fazer, pode ou não ser e, devendo, as rebeldes ou subversivas, sofrerem reprimenda física, muitas das vezes, como função pedagógica por infringir os ditames impostos pela sociedade sexista ou misógina. A taxa de violência contra as mulheres é altíssima e, mesmo em vigor no Ordenamento Jurídico Brasileiro, há 15 anos, a Lei Maria da Penha, da mudança na lei de estupro em 2009, da lei do feminicídio em 2015, da lei de importunação sexual em 2018 e da mais recente lei que cria o programa Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica e Familiar [2], o problema ainda persiste e não se resolve por completo. As estatísticas de violência contra a mulher são alarmantes e indicam que permanece como a mais cruel e evidente manifestação da desigualdade de gênero no Brasil. As agressões podem acontecer de diversas formas: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Muitas mulheres não denunciam o agressor por não acreditarem que estejam sofrendo algum tipo de violência, ou até mesmo dificuldade de se perceber como vítima, de culpabilizar o relacionamento abusivo e violento sofrido. Dessa maneira, muitas mulheres violentadas temem ser incompreendidas na justiça, na família, e também por medo e vergonha de expor sua privacidade publicamente e serem desacreditadas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Pela observação dos aspectos analisados no estudo em questão, constata-se o avanço das leis que combatem a violência contra a mulher, haja vista considerável arcabouço pertinente à temática. Embora a legislação no combate à violência contra a mulher seja eficiente - tanto que a Lei Maria da Penha é reconhecida como modelo pela ONU -, é necessário associar à norma, a educação e políticas públicas, sendo imprescindível uma rede de apoio que funcione, com a participação de diferentes instituições. A ausência de políticas públicas concretas sobre o tema interfere diretamente na real eficácia da lei e, vinculada à pouca sensibilidade do sistema de Justiça para lidar com essas situações e aos retrocessos em pautas estatais ligadas à proteção das mulheres, essa ausência de políticas representa um obstáculo ao enfrentamento à violência contra a mulher. **BIBLIOGRAFIA:** [1] MARQUES, E.S. et al (2020). **A violência contra mulheres, crianças, e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19:** panorama, motivações e formas de enfrentamento. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/345246/a-violencia-domestica-contra-a-mulher-durante-a-pandemia-do-covid-19>. Acesso em: agosto.2021. [2] **Site Câmara** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/788210-entra-em-vigor-o-programa-sinal-vermelho-contra-a-violencia-domestica/> Acesso em Set.2021

Área do Conhecimento (CNPq): 6.01.00.00-1 - Direito

TRABALHOS PÓS-GRADUAÇÃO

**ACOMPANHAMENTO DO PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE UM PACIENTE COM PARKINSON
EM TERAPIA NUTRICIONAL ENTERAL DOMICILIAR**

Breno da Silva Lozi¹ (brenoloji@hotmail.com), Denise Félix Quintão² Luciana de Andrade Agostinho³

¹ Pós-Graduado em Terapia Nutricional Parenteral e Enteral pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), ES.

² Professora de Nutrição do Instituto Federal de Minas Gerais, campus São João Evangelista, MG (denisequintao@gmail.com).

³ Coordenadora e Professora de Biomedicina da Faculdade de Minas (FAMINAS - Muriaé), MG (polucita@yahoo.com.br).

INTRODUÇÃO

A terapia nutricional enteral domiciliar (TNEDE) é definida “como assistência nutricional e clínica ao paciente em seu domicílio”¹. É um tratamento que apresenta menor custo assistenciais quando comparada à nutrição enteral hospitalar, e ainda, evita a contaminação e as infecções hospitalares¹⁸.

Mesmo com os avanços da terapia nutricional enteral, a desnutrição ainda é comum em pacientes em estado agudo e crônico quando são incapazes em atingir menos de 60% de suas necessidades nutricionais por via oral¹³. Portanto, nessa modalidade de serviço de assistência domiciliar (*home care*), o acompanhamento nutricional adequado, realizado por um nutricionista, é indispensável e tem como objetivo primordial recuperar e/ou manter o estado nutricional do paciente, garantindo, assim, efeitos benéficos em sua recuperação⁵.

Pacientes acamados em TNEDE sem acompanhamento nutricional não conseguem atingir, de maneira satisfatória, suas necessidades de macro e micronutrientes, assim como a quantidade suficiente de hidratação, devido a fatores, como a doença de base, comorbidades e procedimentos cirúrgicos como a ostomia¹². Em decorrência disso, com a supervisão constante da equipe multiprofissional, em destaque o nutricionista, avaliando o estado nutricional e inspecionando a evolução do tratamento dietoterápico do paciente, ocorrerá uma resposta positiva em seu estado geral e nutricional²⁰.

No Brasil, os trabalhos pertinentes à TNEDE ainda são escassos²¹. Devido a isso, demonstrar a importância de considerar a avaliação do estado nutricional em relação à TNEDE, por uma equipe multiprofissional, é fundamental para que possíveis medidas possam ser aplicadas na prevenção e tratamento de pacientes em risco nutricional, além de contribuir, para a estabilização ou evolução positiva do seu quadro clínico.

Dessa forma, o objetivo do presente estudo foi acompanhar o perfil antropométrico de um paciente com Parkinson, em uso de TNEDE, e verificar possíveis riscos nutricionais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de estudo de caso, longitudinal e prospectivo de um paciente de um serviço de assistência domiciliar em uso de TNEDE com diagnóstico principal de doença de Parkinson há 11 anos, em uso de GTT, com acompanhamento nutricional por um período de dois anos (maio de 2019 a maio de 2021).

O estudo foi elaborado segundo padrões vigentes de ética em pesquisa com seres humanos, conforme a resolução 466/2012. Todos os objetos de estudo foram esclarecidos e a responsável legal do paciente assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da FAMINAS, CAAE 61078416.5.0000.5105.

Triagem Nutricional

Foi aplicada uma anamnese para traçar o perfil do paciente, a partir de informações como sexo, idade, história clínica e comorbidades.

E aplicou-se a Avaliação Nutricional Subjetiva Global (ANSG), adaptada de Detsky *et al.*⁹.

Avaliação Antropométrica

Foram realizadas vinte e quatro avaliações antropométricas no paciente. Em relação a classificação do perfil antropométrico foram adotados os parâmetros das medidas antropométricas de: peso estimado; altura estimada; índice de massa corporal (IMC); circunferência do braço (CB); altura do joelho (AJ); circunferência da panturrilha (CP); prega cutânea bicipital (PCB); prega cutânea tricípital (PCT); prega cutânea subescapular (PCSE) e circunferência muscular do braço (CMB).

Para realizar o cálculo da estimativa do peso corporal utilizou a fórmula adaptada de Chumlea et al.⁷; para a altura estimada foi utilizada a fórmula adaptada de Chumlea, Roche e Esteinbaugh⁸. Após obtenção do peso e altura, determinou-se o IMC pela razão entre o peso atual e a altura ao quadrado (Kg/m²). Foi utilizado os pontos de corte propostos com Lipschitz¹⁴.

A mensuração da CB, utilizou-se uma fita métrica inelástica graduada em centímetros, com precisão para milímetros. Foram aferidas três medidas consecutivas, e a média aritmética foi considerada como resultado, demonstrada em centímetros. Os resultados adquiridos foram correlacionados com os valores de referência do National Health and Nutrition and Survey (NHANES), demonstrados em tabelas de percentis por Frisancho¹⁰, de acordo com o sexo.

A AJ foi aferida com o auxílio de um estadiômetro horizontal portátil da marca Avanutri® com precisão de 1 mm, estando o paciente deitado, tornozelo e joelho flexionados em ângulo de 90° e posicionado a base da régua antropométrica sob o calcanhar do pé direito e a haste pressionando a cabeça da fíbula¹⁵.

A CP foi mensurada com uma fita métrica inelástica em centímetros, com precisão para milímetros. O paciente permaneceu deitado com o joelho flexionado no ângulo de 90° e a medição ocorreu na parte mais proeminente da panturrilha⁶. Foram aferidas três medidas consecutivas, e a média aritmética foi considerada como resultado, demonstrada em centímetros. O resultado adquirido foi correlacionado com os pontos de corte para caracterização de depleção muscular, sugeridos por Barbosa-Silva et al.³.

As pregas cutâneas foram obtidas por meio de um adipômetro da marca CESCORF®, com graduação em milímetros. Foram realizadas três medidas consecutivas com padronização pelo lado direito com o paciente deitado, e a média aritmética foi considerada como resultado, demonstrada em milímetros. Os resultados adquiridos foram correlacionados com os valores de referência do NHANES, demonstrados em tabelas de percentis por Frisancho¹⁰, de acordo com o sexo.

A circunferência muscular do braço (CMB) foi empregada a seguinte fórmula matemática: $CMB (cm) = CB (cm) - (PCT (mm) \times 0,314)$, e os valores obtidos foram correlacionados com os valores de referência em tabelas de percentis de Frisancho¹⁰.

A partir das medidas de CB, PCT e CMB foram calculados os percentis de adequação de acordo com a faixa etária e sexo propostos por Frisancho¹⁰. E para classificação do estado nutricional os referidos percentuais foram interpretados conforme preconizado por Blackburn e Thornton⁴.

Os dados foram analisados de forma descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Paciente do sexo masculino, branco, de 77 anos de idade. Diagnosticado inicialmente com doença de Parkinson há 11 anos e no decorrer dos anos houve o desenvolvimento da Paralisia Supranuclear Progressiva (PSP) com presença de incontinência urinária e fecal, disfagia orofaríngea, memória prejudicada, ausência de interação, uso de GTT, acamado e dependente total para todas as atividades de vida diárias. No momento da admissão domiciliar, em maio de 2019, o paciente iniciou com apoio multiprofissional.

Segundo Teixeira-Arroyo et al.²⁴ a PSP é considerada como uma desordem neurológica grave, rara e atinge, predominantemente, o sexo masculino com início após os 60 anos. É também descrita como uma forma rígida e acinética de parkinsonismo, o que corroboraria essa doença rara no paciente do presente estudo.

No estudo de Vargas et al.²⁵, no que se refere à utilização de sondas enterais, na impossibilidade ou dificuldade do uso da via oral, a terapia nutricional enteral é considerada como uma abordagem nutricional prioritária comparada à nutrição parenteral, por proporcionar benefícios fisiológicos, de segurança e de melhor custo e benefício.

Entretanto, desde o início da admissão domiciliar, o paciente apresentou, em média, 22 complicações na sonda enteral, entre as quais se destacam: pequenas inflamações, distensão abdominal e rompimento do balão intragástrico. Em algumas vezes, a substituição da sonda enteral foi realizada no âmbito hospitalar.

Na literatura brasileira ainda há poucos estudos abordando resultados e complicações referentes à GTT. Porém, no estudo de Anselmo et al.² pode-se observar que em relação às complicações decorrentes da permanência da sonda enteral, houve três casos de obstrução da sonda com necessidade de troca, três de vazamento de dieta por orifício da sonda e dois pacientes com a perda da sonda.

Em relação aos processos de monitoramento do estado nutricional, a triagem nutricional se sobressai por ser um inquérito útil, simples e rápido para a identificação de risco de má nutrição e déficit nutricional¹⁸.

Dessa forma, destaca-se a ANSG, considerada como um método clínico que avalia de maneira subjetiva o estado nutricional do paciente com base na sua história clínica e no exame físico⁶.

Com relação à ANSG realizada no momento da admissão domiciliar, as cuidadoras do paciente foram questionadas sobre a mudança de peso nos últimos seis meses. Foi observado que elas não possuíam informação exata sobre o estado pregresso do paciente, o que dificultava a estimativa da perda de peso. O paciente já apresentava modificações na ingestão alimentar e utilizava a alimentação artesanal complementar à nutrição enteral por via GTT.

Sobre os sintomas gastrointestinais, o paciente apresentava alteração gastrointestinal persistente por mais de duas semanas. Os sintomas com maior prevalência no decorrer do acompanhamento foram notados a diarreia, distensão abdominal e constipação intestinal com fecalomas.

Em uma revisão que delineou alguns desafios da TNED através de uma perspectiva global, os resultados mostraram que as principais fontes de complicações nutricionais enterais foram decorrentes de infecção por estoma, diarreia, vômito, pneumonia dentre outros¹⁶. O mesmo relato foi verificado em um estudo realizado em um município de Queimadas-PB por Souza et al.²³, no qual foi possível verificar que, de todos os pacientes analisados, 30% não apresentaram complicações gastrointestinais, 40% apresentaram diarreia com frequência, 20% apresentaram constipação e 10% distensão abdominal.

Ao analisar os resultados relacionados ao exame físico, destaca-se a perda leve de gordura subcutânea, perda muscular leve, presença de ascite e ausência de edema de tornozelo ou sacral. Na categorização final da ANSG, o paciente foi classificado como bem nutrido.

Avaliando o estado nutricional na primeira visita, o paciente encontrava-se com peso corporal de 70,8 kg, altura estimada de 1,68 m, IMC de 25,08 kg/m² e com a classificação de peso adequado. Em conjunto, o resultado da adequação da CB foi de 85,14%, da PCT foi de 78,26% e da CMB de 24,67 cm de 88,74%. Porém, a classificação do estado nutricional do paciente, segundo o percentual de adequação pela PCT, CB e CMB, foi de leve desnutrição.

No estudo de Paz; Fazzio; Santos¹⁷ no qual avaliaram o estado nutricional de idosos residentes em uma instituição particular do Distrito Federal (DF) em alimentação por via oral, utilizando as variáveis antropométricas de IMC, PCT, CB e CMB, foi identificada a prevalência de desnutrição em 37,5%, 37,6%, 54,1% e 50,0% dos idosos, respectivamente. Dessa forma, com o envelhecimento, é mais comum verificar nos pacientes idosos o declínio da massa muscular esquelética através da CMB, mesmo estando com peso adequado, pois ocorrem modificações fisiológicas na ação da musculatura inervada, favorecendo, assim, para a redução da massa muscular²².

Durante o acompanhamento desde o ano de 2019 até o ano de 2021, o paciente sofreu alterações nas classificações nos índices antropométricos do IMC e CMB.

Essas alterações começaram a ocorrer a partir do primeiro trimestre de 2020, no qual o paciente não se adaptou com duas fórmulas industrializadas de sistema aberto distintas prescritas, pois foi relatado por parte das cuidadoras descontrolado intestinal constante. Portanto, devido às alterações no trato gastrointestinal, foi preciso realizar a substituição da fórmula industrializada de sistema aberto por uma formulação específica para controle intestinal.

E a partir do 3º trimestre de 2020 foi acrescentado módulo de proteína e fibra alimentar solúvel, para atender às necessidades nutricionais do paciente, por meio da bomba de infusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que acompanhar o perfil antropométrico e a ingestão alimentar de um paciente com Parkinson em uso de TNED é de extrema importância, pois foi possível conduzir o tratamento nutricional enteral e adequar a dieta prescrita com os riscos apresentados durante todo o acompanhamento.

Sendo assim, fica exposto a necessidade dos serviços de assistência domiciliar (*home care*), tendo a presença do nutricionista incluso na equipe multiprofissional, para que se possa avaliar e reconhecer o risco nutricional do paciente e, posteriormente, considerar possíveis intervenções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AANHOLT, D. P. J. *et al.* Terapia nutricional domiciliar. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, v.58, n.4, p.408-411, 2012.
2. ANSELMO, C. B. *et al.* Gastrostomia cirúrgica: indicações atuais e complicações em pacientes de um hospital universitário. **Rev. Col. Bras.**, v.40, n.6, p. 458-462, 2013.

3. BARBOSA-SILVA, T. G. *et al.* Prevalence of sarcopenia among Community-dwelling elderly of a médium-sized South American city: results of the COMO VAI study. **J. Cachexia Sarcopenia Muscle**, v.7, n.2, p. 136-143, 2016.
4. BLACKBURN, G. L.; THORNTON, P. A. Nutritional assessment of the hospitalized patients. **Med Clin North Am.**, v.63, n.5, p. 1103-1115, 1979.
5. CALDAS, N. S.; PAULA, R. R. N.; VASCONCELOS, V. M. S. *Home care*: protocolo de terapia de nutrição enteral para idosos. **Rev. Bras. Nutr. Clin.**, São Paulo, v.28, n.4, p. 300-305, 2013.
6. CALIXTO-LIMA, L.; GONZALEZ, M. C. Nutrição clínica no dia a dia. In: CALIXTO-LIMA, L. *et al.* **Instrumentos Subjetivos de Triagem e Avaliação Nutricional**. 2.ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2017. cap.1, p. 03-26.
7. CHUMLEA, W. C. *et al.* Prediction of body weight for the nonambulatory elderly from anthropometry. **J. Am. Diet Assoc.**, v.88, n.5, p. 564-568, 1988.
8. CHUMLEA, W. C.; ROCHE, A. F.; STEINBAUGH, M. L. Estimating stature from knee height for persons 60 to 90 years age. **J. Am. Geriatr Soc.**, v.33, n.2, p. 116-120, 1985.
9. DETSKY, A. S. *et al.* What is subjective global assessment of nutritional status? **J. Parenter. Enteral Nutr.** v.11, n.1, p. 8-13, 1987.
10. FRISANCHO, A. R. Anthropometric standards for the assessment of growth and nutritional status. **University of Michigan Press**, 1990.
11. GONÇALVES, T. J. M. Diretriz BRASPEN de terapia nutricional no envelhecimento. **BRASPEN J**, v.34, p. 2-58, 2019.
12. KAMPA, J. C. C. *et al.* Pacientes sob terapia nutricional enteral e prevalência de interações fármaco-nutrientes no ambiente hospitalar. **Research, Society and Development**, v.9, n.3, p. 1-15, 2020.
13. LAIS, L. L.; VALE, S. H. L. (Orgs). **Guia de nutrição enteral ambulatorial e domiciliar**. Natal: Edição do autor, p. 1-79, 2018.
14. LIPSCHITZ, D. A. Screening for nutritional status in the elderly. **Primary Care**, v.21, n.1, p. 55-67, 1994.
15. NAJAS M. S., SACHS A. **Avaliação nutricional do idoso**. Gerontologia. São Paulo: Atheneu, p.242-7, 2005 *apud* CLOSS, V. E.; FEOLI, A. M. P.; SCHWANKE, C. H. A. Altura do joelho como medida alternativa confiável na avaliação nutricional de idosos. **Rev. Nutr.**, Campinas, v.28, n.5, p. 475-484, 2015.
16. OJO, O. The challenges of home enteral tube feeding: A global perspective. **Nutrients**, v.7, n.4, p. 2524-38, 2015.
17. PAZ, R. C.; FAZZIO, D. M. G.; SANTOS, A. L. B. Avaliação nutricional em idosos institucionalizados. **Revisa 2012**, v.1, n.1, p. 9-18, 2012.
18. SHIEFERDECKER, M. E. M.; THIEME, R. D. Terapia nutricional domiciliar. In: THIEME, R. D.; SHIEFERDECKER, M. E. M. **Terapia nutricional na saúde de atenção à saúde**. 1.ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2019. cap.2, p.11-24.
19. SHIEFERDECKER, M. E. M.; THIEME, R. D. Terapia nutricional domiciliar. In: RABITO, E. I. **Avaliação Nutricional**. 1.ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2019. cap.8, p. 61-66.
20. SHIEFERDECKER, M. E. M.; THIEME, R. D. Terapia nutricional domiciliar. In: MELLO, A. P.; MACEDO, D. S.; HACKE, L. **Terapia nutricional enteral domiciliar do adulto e do idoso**. 1.ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2019. cap.23, p. 173-181.

21. SILVA, A. C.; SILVEIRA, S. A. Perfil epidemiológico e nutricional de usuários de nutrição enteral domiciliar. **Demetra**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 783-794, 2014.
22. SILVA, N. A. S. et al. Força de preensão manual e flexibilidade e suas relações com variáveis antropométricas em idosos. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, v.59, n.2, p. 128-135, 2013.
23. SOUZA, J. B. Análise da efetividade da terapia nutricional em pacientes sob cuidados paliativos do programa Melhor em Casa no município de Queimadas-PB. **Research, Society and Development**, v.10, n.6, p. 1-9, 2021.
24. TEIXEIRA-ARROYO, C. *et al.* Parâmetros na marcha na paralisia supranuclear progressiva: um estudo de caso. **Fisioter. Mov.**, Curitiba, v.25, n.4, p. 885-894, 2012.
25. VARGAS, P. M. *et al.* Avaliação do estado nutricional de pacientes em uso de terapia nutricional enteral. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, São Paulo, v.12, n.75, p. 830-840, 2018.

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTO PARA COLETA DE
DADOS DE ENFERMAGEM EM AMBULATÓRIO DE QUIMIOTERAPIA

CONSTRUCTION AND VALIDATION OF INSTRUMENT FOR NURSING DATA COLLECTION IN
CHEMOTHERAPY AMBULATORY

Igor Guerra Cheloni^{2*}, Cristiane Chaves de Souza¹, José Victor Soares da Silva¹, Patrícia de Oliveira Salgado¹,
Tânia Couto Machado Chianca³

RESUMO

Objetivo: Construir e validar um instrumento para coleta de dados de enfermagem em um ambulatório de quimioterapia, fundamentado na teoria das Necessidades Humanas Básicas de Wanda Horta (NHB). **Método:** Pesquisa metodológica. A coleta de dados se deu por meio eletrônico, em quatro etapas: revisão integrativa da literatura para identificar os indicadores empíricos do que deve ser avaliado na população estudada, validação dos indicadores junto a especialistas, construção do instrumento de coleta de dados e avaliação de especialistas, e validação da versão final do instrumento junto a especialistas. **Resultados:** Na revisão integrativa foram identificados 107 indicadores empíricos. Destes, 83 foram validados. 58 novos indicadores foram sugeridos na segunda etapa. Estes foram agrupados de acordo com os constructos de avaliação de cada NBH para a construção da versão preliminar do instrumento. Nesta etapa, os especialistas sugeriram 37 novas modificações na versão preliminar do instrumento. Na última etapa, foi elaborada a versão final do instrumento e nova submissão para avaliação dos especialistas. Após 24 novas modificações, chegou-se à versão final do instrumento de coleta de dados. **Conclusões:** O instrumento construído contribuirá para a ressignificação do trabalho do enfermeiro no local em estudo, e para uma assistência sistematizada a esta clientela.

Palavras-chave: Enfermagem Oncológica, Processo de Enfermagem, Quimioterapia.

INTRODUÇÃO

Para um cuidado efetivo, é fundamental que a assistência de enfermagem ofereça qualidade e segurança, e seja sustentada por ações baseadas em uma metodologia de cuidado, como o Processo de Enfermagem - PE. Este é um conjunto de ações sistematizadas e inter-relacionadas, executadas segundo um determinado modo de pensar para assistência integral ao paciente, seguindo etapas metodológicas, responsáveis por um contínuo processo de raciocínio e julgamento clínico que orienta as ações de enfermagem¹.

Segundo a Resolução COFEN Nº 358/2009, deve ser realizado em cinco etapas, a primeira etapa do processo de Enfermagem consiste em um processo deliberado, sistemático e contínuo, realizado com o auxílio de métodos e técnicas variadas para obtenção de informações sobre a pessoa, família ou coletividade humana e sobre suas respostas em um dado momento do processo saúde e doença². Para guiar a consulta do Enfermeiro, têm sido elaborados instrumentos de coleta de dados, pautados em um referencial teórico de cuidados, para a seleção de informações que irão subsidiar as etapas subsequentes do Processo de Enfermagem³.

Dentre as clientelas assistidas pela equipe de Enfermagem, destaca-se o paciente oncológico. A estimativa para o triênio 2020-2022 é de 625 mil casos novos de câncer no Brasil⁴. Uma das possibilidades de manejo terapêutico em pacientes oncológicos, é a quimioterapia, que consiste no uso de substâncias químicas isoladas ou combinadas para tratar neoplasias malignas, agindo diretamente no crescimento e divisão das células⁵.

Em virtude dos efeitos colaterais físicos e emocionais causados pelo tratamento, sistematizar a assistência de enfermagem utilizando como metodologia de cuidado o processo de enfermagem a estes pacientes torna-se essencial para a qualidade do cuidado. Para tanto, o primeiro passo é a realização da coleta de dados de enfermagem.

Durante a prática clínica enquanto enfermeiro oncológico de um ambulatório de quimioterapia, percebeu-se que a assistência do Enfermeiro se restringia a seguir os protocolos de infusão dos quimioterápicos, carecendo do olhar holístico pautado em um referencial teórico de cuidado. Esse modo de organizar o processo

² Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa - MG. *E-mail: igorcheloni@yahoo.com.br

³ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte - MG.

de trabalho limitava o cuidado do enfermeiro, gerando inquietações sobre sua identidade profissional naquele espaço. A partir de então, delineou-se este trabalho com vistas à implantação da primeira etapa do processo de Enfermagem no ambiente em estudo. Assim, delineou-se este estudo com objetivo de construir e validar um instrumento para coleta de dados de enfermagem em um ambulatório de quimioterapia, fundamentado na teoria das Necessidades Humanas Básicas de Wanda Horta.

MÉTODOS

Trata-se de estudo do tipo metodológico, realizado entre março de 2019 e junho de 2020 em uma universidade pública federal, em parceria com um hospital de referência para tratamento oncológico.

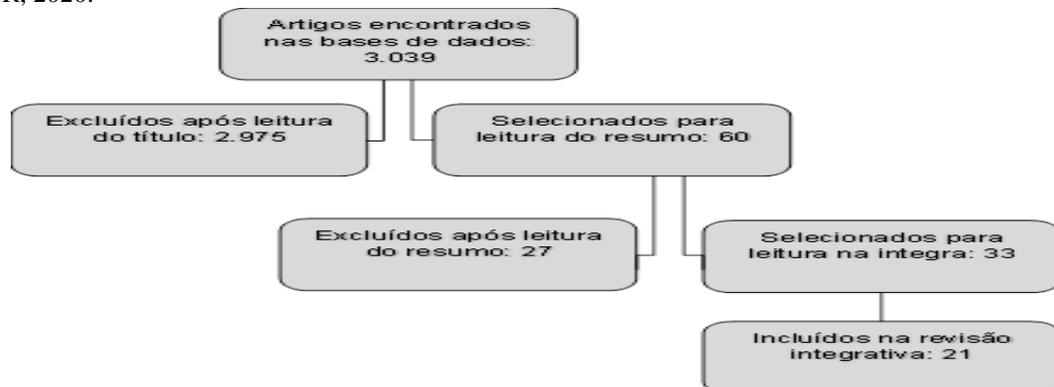
O estudo foi realizado em 4 etapas, seguindo modelo metodológico de pesquisa semelhante realizado por Ramalho JMN (2010) para construção e validação de instrumento de coleta de dados de Enfermagem em pacientes adultos de uma Unidade de Terapia Intensiva, sendo: Etapa 1: Identificação na literatura dos indicadores empíricos de avaliação das Necessidades Humanas Básicas em pacientes oncológicos; Etapa 2: Validação dos indicadores empíricos junto a um comitê de especialistas; Etapa 3: Construção da versão preliminar do instrumento de coleta de dados; Etapa 4: Validação de conteúdo e de aparência da versão final do instrumento junto a comitê de especialistas⁶.

Este estudo foi desenvolvido após apreciação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa (Parecer Ético Nº 3.077.121). Aos especialistas incluídos na segunda, terceira e quarta etapas do estudo, foi enviada uma carta convite via e-mail, descrevendo o objetivo da pesquisa, e convidando-os a participar. Aos que aceitaram, foi solicitada a assinatura do TCLE.

RESULTADOS

A primeira etapa do estudo consistiu na identificação dos indicadores empíricos de avaliação das Necessidades Humanas Básicas em pacientes oncológicos através de busca na literatura. A **Figura 1** mostra o fluxograma síntese da análise dos estudos que culminaram na extração final dos indicadores empíricos.

Figura 1: Fluxograma do processo de seleção dos artigos que compuseram a amostra deste estudo. Viçosa, Minas Gerais - BR, 2020.



Fonte: CHELONI IG, et al., 2020⁷.

Após análise dos 21 estudos que compuseram a amostra, foram identificados 107 indicadores empíricos que representam os sinais e sintomas que devem ser utilizados para avaliar as necessidades humanas básicas afetadas em pacientes submetidos ao tratamento oncológico. Destes, 64 (59,81%) referiam-se a indicadores de avaliação das necessidades psicobiológicas, 40 (37,38%) a indicadores de avaliação das necessidades psicossociais, e 3 (2,81%) a indicadores de avaliação das necessidades psicoespirituais.

Na segunda etapa do estudo foi realizada a validação dos indicadores empíricos junto ao comitê de especialistas. Dos 14 especialistas que participaram do estudo, 10 (71,5%) eram do sexo feminino, com idade entre 27 e 52 anos. O tempo de experiência profissional como enfermeiro variou de 02 a 30 anos (média de 11 anos), e da prática clínica em enfermagem oncológica variou entre 02 e 24 anos (média de 10 anos). Quanto à titulação, 08 (57,1%) eram especialistas em Oncologia, 05 (35,6%) Mestres; e 01(7,3%) possuía Graduação em Enfermagem.

Dos 107 indicadores empíricos identificados na literatura, os especialistas concordaram em 80% ou mais que 83 eram indicadores relevantes de serem avaliados em pacientes oncológicos. Destes, 52 (60%)

referiam-se a indicadores de avaliação das necessidades psicobiológicas, 30 (35,7%) das necessidades psicossociais e 01 (4,3%) da necessidade psicoespiritual.

Na terceira etapa do estudo, foi feita a construção da versão preliminar do instrumento de coleta de dados, tendo por referência os indicadores validados e sugeridos na etapa dois do estudo. Esta versão preliminar do instrumento foi composta por 141 indicadores empíricos, sendo 88 (62,4%) para avaliação das necessidades psicobiológicas, 49 (34,7%) para avaliação das necessidades psicossociais, e 04 (02,9%) para avaliação das necessidades psicoespirituais. Após análise, foram sugeridas 37 modificações sendo 19 inclusões, 10 exclusões e 08 modificações de nomes de itens, ou de localização dos mesmos dentro do instrumento.

Na etapa 4, o instrumento de coleta de dados refinado após a etapa 3 do estudo foi novamente submetido à avaliação dos especialistas para a validação de conteúdo e de aparência da versão final do instrumento. A versão final do instrumento de coleta de dados para consulta de enfermagem a pacientes atendidos em ambulatório de quimioterapia ficou constituída por 167 itens, agrupados conforme a semelhança temática nos seguintes eixos: 1-Identificação do cliente; 2- Diagnóstico; 3-Planejamento Terapêutico; 4-Condição atual de saúde; 5-Necessidades psicossociais; 6-Necessidades psicoespirituais; 7-Necessidades psicobiológicas; 8-Solicitações do paciente/familiares; 9-Impressão do enfermeiro sobre o paciente/familiares/outros dados relevantes e 10- Encaminhamento ao profissional multidisciplinar.

DISCUSSÃO

Este estudo objetivou a construção e validação de um instrumento de coleta de dados para consulta de Enfermagem para pacientes submetidos a quimioterapia ambulatorial, tendo por referencial teórico a teoria das Necessidades Humanas Básicas de Wanda Horta. Na primeira etapa do estudo, apenas 21 trabalhos eram relacionados ao cuidado de Enfermagem de pacientes em quimioterapia, especialmente a ambulatorial, o que aponta para uma lacuna na literatura acerca desta temática. Esta dificuldade foi relatada por outros autores ao tentarem fazer o mesmo levantamento para a construção de instrumento para coletar dados em pacientes idosos com câncer em tratamento paliativo para consulta de enfermagem em quimioterapia ambulatorial^{8,9}.

As preocupações evidenciadas por apontamentos dos especialistas quanto à validação da aparência e conteúdo da ferramenta de coleta de dados, corroboram com achados da literatura que afirmam a importância dos registros em todas as instâncias do processo de enfermagem⁸.

A sugestão dos especialistas da inserção de subitens como peso, altura e superfície corporal do paciente somados aos subitens “protocolo de quimioterapia” e “número de ciclos” demonstra a preocupação dos mesmos com a dosagem da medicação prescrita pelo médico, uma vez que essa, está diretamente relacionada a superfície corporal do paciente. Estudo de revisão de escopo apontou algumas medidas para propiciar a segurança do paciente na administração da quimioterapia via parenteral. Dentre elas destacam-se esquema quimioterápico; número do ciclo; todos os medicamentos listados empregando nomes genéricos completos; dose do fármaco escrita; dados para cálculo da dose com a descrição das variáveis usadas: peso, altura, superfície corpórea¹⁰.

A manifestação dos especialistas quanto à duplicidade do subitem “Mostra entendimento das orientações recebidas”, solicitando a remoção do mesmo de um constructo e o mantendo em outro, demonstra a preocupação em garantir que o paciente/familiar compreenda todas as informações oferecidas, visando um cuidado integral ao paciente oncológico. Os profissionais de saúde devem oferecer informações consistentes aos pacientes, especialmente sobre o gerenciamento dos efeitos colaterais adversos da quimioterapia no seu regresso a casa¹¹.

Nesta pesquisa, foi ressaltada a importância de se incluir no instrumento o item destinado à avaliação da adequação da rede venosa para o tratamento quimioterápico proposto. A condição do cliente em uso de antineoplásico, os equipamentos utilizados na administração, bem como as propriedades dos agentes antineoplásicos infundidos caracterizam-se como fatores de risco para o extravasamento (DIAS et al., 2019). Sendo assim, o enfermeiro deve garantir que a via de administração do quimioterápico seja segura, o que requer avaliação criteriosa antes, durante e após a sua administração^{12,13}.

Outro aspecto foi a sugestão de inclusão no instrumento de coleta de dados de um espaço para registro da necessidade do encaminhamento do paciente para atendimento com outro membro da equipe multidisciplinar. Esta sugestão vai ao encontro de estudos que definem o câncer como uma doença multifatorial, que exige uma abordagem multidisciplinar em todas as fases do tratamento. Uma assistência provida por uma equipe multidisciplinar visa a melhoria da qualidade de vida da pessoa e dos seus familiares frente a uma doença que ameace a vida, prevenindo e aliviando complicações oriundas do tratamento^{14,15}.

CONCLUSÃO

O estudo permitiu a construção e validação de um instrumento para coleta de dados para ser utilizado em pacientes submetidos a quimioterapia ambulatorial, baseado na Teoria das Necessidades Humanas Básicas

de Wanda Horta. Este instrumento almeja contribuir para a coleta de dados de Enfermagem em ambulatórios de quimioterapia, conferindo maior visibilidade às ações de enfermagem, valorização da profissão e, principalmente, excelência no cuidado ao paciente oncológico. Por fim, este instrumento servirá como uma ferramenta norteadora para novas pesquisas nas áreas da assistência de enfermagem ao paciente oncológico, especialmente àqueles em quimioterapia ambulatorial.

REFERÊNCIAS

1. VIDIGAL PD, et.al. Principais necessidades humanas básicas afetadas em pacientes com câncer e tromboembolismo venoso: revisão integrativa. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, 2017; Edição Especial: 113-119.
2. COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução nº. 358, de 15 de outubro de 2009**. Sistematização da Assistência de Enfermagem e implementação do Processo de Enfermagem em ambientes públicos ou privados, Brasília, 2009.
3. RODRIGUES SMN. Construção e validação de um instrumento de coleta de dados para pacientes onco-hematológicos em tratamento quimioterápico ambulatorial. **Dissertação (Mestrado em Enfermagem)**. Gestão em Saúde da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza 2017;118p.
4. INCA. **Estimativa 2020**: incidência de câncer no Brasil. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Rio de Janeiro: INCA, 2019.122p.
5. BONASSA EMA, GATO MIR. **Terapêutica Oncológica para enfermeiros e farmacêuticos**.4ª.ed. São Paulo: Atheneu, 2012. 627p.
6. RAMALHO, JMN. Construção e validação de instrumento para coleta de dados de enfermagem em adultos de uma unidade de tratamento intensivo. **Dissertação (Mestrado em Enfermagem)**. Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, 2010; 133p.
7. CHELONI GI, et al. Necessidades humanas básicas afetadas em pacientes oncológicos: revisão integrativa da literatura. **Hu rev [Internet]**. 6º de julho de 2020.v.46, p 1-11.
8. TOLENTINO GS, et.al. Construção e validação de instrumento para consulta de enfermagem em quimioterapia ambulatorial. **Rev. Bras. Enferm**, 2019;72(2): 391-99.
9. LANCKER AV, et al. An instrument to collect data on frequency and intensity of symptoms in older palliative cancer patients: a development and validation study. **Eur J Oncol Nurs**. 2016; (21):38-47.
10. OLIVEIRA PP, et al. Patient safety in the administration of antineoplastic chemotherapy and of immunotherapies for oncological treatment: scoping review. **Texto contexto - enferm. [Internet]**. 2019. vol.28, e20180312.
11. SUWANKHONG D, LIAMPUTTONG P. Physical and Emotional Experiences of Chemotherapy: a Qualitative Study among Women with Breast Cancer in Southern Thailand. **AsianPac J CancerPrev**,2019; (2), 521-28.
12. RIBEIRO TS, SANTOS VO. Segurança do Paciente na Administração de Quimioterapia Antineoplásica: uma Revisão Integrativa. **Rev. Brasileira de Cancerologia [Internet]**. 30º de junho de 2015;61(2):145-53.
13. REIS LAR, et al. Consulta sistematizada de enfermagem em quimioterapia antineoplásica / Consulta sistematizada de enfermagem em quimioterapia Antineoplásica. **Braz. J. of Develop., Curitiba**, feb. 2020. v. 6, n. 2, p. 7668-83.
14. SILVA MJS. Contribuições do farmacêutico para a equipe multiprofissional de terapia antineoplásica. **Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços De Saúde**, 2019. 5(3).

15. CAVEIÃO C, et al. Ações do enfermeiro em cuidados paliativos na oncologia: uma revisão integrativa. **Revista Saúde e Desenvolvimento [Internet]**vol.13, n.16, 2019.

CBS - Área de Ciências Biológicas e da Saúde
Áreas do Conhecimento do CNPq - 4.04.00.00-0 - Enfermagem

INFECÇÕES DAS VIAS URINÁRIAS - UMA REVISÃO DE LITERATURA
FERNANDA MARA FERNANDES (PQ)¹

1. Professora Centro Universitário FAMINAS – UNIFAMINAS -MURIAÉ - 36880-000 -
Muriaé-MG

Palavras-chave: infecção das vias urinárias, incidência, mulheres.

APRESENTAÇÃO: A infecção do trato urinário (ITU) é uma patologia muito frequente, podendo ocorrer em todas as faixas etárias. Em adultos, a incidência é maior, com predominância no sexo feminino, tendo acometimento mais relevante no início da vida sexual ativa, podendo ocasionar também no período da gestação ou na menopausa. Cerca de 50 % a 80 % das mulheres irão ter pelo menos um episódio de ITU na vida e 15 %, pelo menos uma vez ao ano [1]. Tais infecções são classificadas em sintomáticas ou assintomáticas e quando sintomáticas observa-se: disúria, polaciúria, hematúria, tenesmo vesical, urgência, retenção e/ou incontinência. Em termos clínicos, os quadros de cistite são acompanhado de sintomas de trato urinário baixo, como: disúria, polaciúria, urgência miccional e ocasionalmente hematúria, e nos quadros de pielonefrite aguda os quadros mais observados são os sintomas sistêmicos, com dor lombar, febre, calafrios, astenia, náuseas e vômitos [2]. **DESENVOLVIMENTO:** De acordo com a Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) e a Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), alguns fatores estão diretamente relacionados com o aumento da doença, entre eles: vida sexual ativa, gestação, menopausa e higiene incorreta. Em relação ao quadro clínico, a ITU comumente apresenta sintomas clínicos característicos quando sintomáticos, dependendo da região afetada, e a manifestação clínica em casos de cistites é caracterizada por disúria, polaciúria, uma urgência miccional, calafrios e dor supra púbica. Já nos casos de pielonefrite, os sinais e sintomas mais comumente apresentam-se associados com febre, dor na região lombar, náusea e vômito, além dos sintomas semelhantes à cistite [3]. A patologia é muito comum, podendo acometer tanto homens quanto mulheres, variando de acordo com a idade do paciente [4]. Já o diagnóstico, é feito levando em consideração os aspectos clínicos e laboratoriais [5]. Tais infecções, podem ser causadas por inúmeros microrganismos patogênicos, entretanto, as de etiologia bacteriana apresentam maior prevalência [6]. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As infecções do trato urinário apresentam-se como um dos principais motivos de consulta na prática médica, podendo se manifestar em qualquer idade, tendo uma maior prevalência em crianças até os seis anos de idade, mulheres jovens em vida sexual ativa e em idosos acima de 60 anos. A análise físico-química e microscópica da urina, permite a observação de estruturas que auxiliam no diagnóstico de determinadas patologias. **BIBLIOGRAFIA:** [1] SACOMANI, et al. Infecção Urinária de Repetição. Acesso em 10 de junho de 2021, disponível em: https://portaldaurologia.org.br/medicos/wpcontent/uploads/2015/09/infeccao_urinaria_de_repeticao.pdf. [2] Protocolo Assistencial Pronto Socorro Infecção do Trato Urinário; HCOR; V.1804. Fonte: https://www.hcor.com.br/area-medica/wp-content/uploads/2020/11/10.PROTOCOLOS_PRONTO_SOCORRO_INFEC%C3%87%C3%83O_T_RATO_URINARIO.pdf [3] RESENDE, J. A.; FREITAS, R. B.; MENDONÇA, B. G.; ANTONIO, T.; FORTUNATO, R. S.; OLIVEIRA, M. A. C. A. Infecções do trato urinário de origem hospitalar e comunitária: revisão dos principais micro-organismos causadores do perfil de susceptibilidade. Revista Científica Fagoc Saúde. V. 1, p. 55-62, 2016. [4] POLETO, K. Q. & REIS, C. - Suscetibilidade antimicrobiana de uropatógenos em pacientes ambulatoriais na Cidade de Goiânia, GO. Rev. Soc. Bras. Med. Trop., 38(5): 416-420, 2005. [5] PIRES, M. C. S.; FROTA, K. S.; MARTINS JUNIOR, P. O.; CORREIA, A. F.; CORTEZ-ESCALANTE, J. J.; SILVEIRA, C. A. - Prevalência e susceptibilidades bacterianas das infecções comunitárias do trato urinário, em Hospital Universitário de Brasília, no período de 2001 a 2005. Rev. Soc. Bras. Med. Trop., 40 (6): 643-647, 2007. [6] BRAGGIATO, C. R.; LAZAR, C. A. E. L. Infecção do trato urinário não complicada na

mulher: relato de caso e revisão da literatura. Rev. da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba, Sorocaba, v. 18, n. 4, p. 231-234, 2016.

Área do Conhecimento (CNPq): 2.12.00.00-9 - Microbiologia

ESTADIAMENTO E LETALIDADE DE CÂNCER DE CAVIDADE ORAL EM PACIENTES DA ZONA DA MATA MINEIRA

Nome do autores: Fernando Silva de Castro¹, Adriele de Freitas Neiva Lessa¹, Rita de Cássia de Jesus Duarte², Flávio Ferraz Vieira³, Sérgio Gomes da Silva⁴

Afiliação:

- (1) Cirurgião dentista do Hospital do Câncer de Muriaé. Fundação Cristiano Varella. Muriaé – MG, Brasil.
- (2) Coordenadora do RHC do Hospital do Câncer de Muriaé. Fundação Cristiano Varella. Muriaé – MG, Brasil.
- (3) Estatístico do Hospital do Câncer de Muriaé. Fundação Cristiano Varella. Muriaé – MG, Brasil.
- (4) Coordenador do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) do Hospital do Câncer de Muriaé. Fundação Cristiano Varella. Muriaé – MG, Brasil.

1. RESUMO

O tumor de cavidade oral representa um problema de saúde pública. O carcinoma epidermoide é o tipo mais comum. Os fatores de risco são variados, porém o tabagismo e etilismos são os principais. No biênio 2018/2019 foram esperados 11.200 novos casos para homens e 3.500 novos casos para mulheres. Apesar do avanço dos tratamentos, mais da metade dos pacientes morrem pela doença. O estágio avançado da doença no momento do diagnóstico é responsável por essa triste realidade. Diante deste panorama este trabalho visa identificar o perfil epidemiológico e demográfico dos pacientes com câncer de boca na zona da mata mineira.

Palavras-chave: tumores de cavidade oral; epidemiologia ;Zona da mata mineira.